

Fevereiro de 2013

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

Dw CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	8
1.1 Angola é dos países africanos com mais progressos	8
1.2 Derrotar a pobreza	8
1.3 Os espaços urbanos de Angola e a sua qualidade de vida	9
1.4 Taxa de fome e subnutrição recuou em 57%	11
1.5 Governo garante que reduziu a fome e a subnutrição em 57 %	12
1.6 Revisão pontual é pertinente...	14
2. MICROFINANÇAS	16
2.1 Instrumento de crédito lançado em Menongue	16
2.2 A maka do crédito ou da falta dele	16
2.3 Mensagem do Presidente	17
2.4 O Projecto Soba é um investimento de grande importância para as aldeias e para todo o País	17
2.5 Projectos agrícolas afetados pela seca recebem financiamento do Banco Sol	18
2.6 Mais de metade das reclamações de clientes bancários respeitam a instituições estrangeiras	18
2.7 Pequenos comerciantes recebem financiamento	19
3. MERCADO INFORMAL	20
3.1 Assaltos tiram sossego no mercado do Kicolo	20
3.2 Autocarros articulados entram em circulação	20
3.3 Na pista dos medicamentos apreendidos (I)	21
3.4 Onde vão roubar tanta energia	22
3.5 Polícia económica apreende combustível ilegal proveniente de luanda	23
3.6 Antes a Rua	23
3.7 Burocracia trava economia	24
3.8 Crianças são exploradas em mercados inter-provinciais	25
3.9 Emigrantes ilegais tomaram de assalto ruas e mercados do Kwanza Sul	26
3.10 Kupapatas na Mira	26
3.11 Uma esquadra será a solução	27
3.12 Polícia redobra acções	28
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	29
4.1 O OGE 2013 e as políticas públicas	29
4.2 Orçamento é submetido à aprovação	31
4.3 Governos provinciais indicam" objectivos com a concretização dos programas locais	31
4.4 Deputados preparam relatórios do orçamento Geral do Estado	32
4.5 Receitas fiscais registam subida	32
4.6 O Peso da carga fiscal	32
4.7 OGE passa no Parlamento sem o 'bom' da oposição	34
4.8 Conferência do Expansão analisou prioridades do Executivo no Orçamento 2013	35
4.9 Deputados recomendam prestação de contas A	36
4.10 MPLA rejeita criticas anarquias ao OGE	37
4.11 Declaração de voto contra do grupo parlamentar da CASA-CE	37
4.12 Finalmente a Assembleia Nacional aprovou o Orçamento Geral para 2013	38
4.13 OGE « passa» pelo parlamento com votos do MPLA e da UNITA	39

4.14	OGE 2013 reflete linhas estratégicas do país	40
4.15	OGE vs populismo	41
4.16	Outra visão do OGE ou a explicação do milagre dos pães	41
4.17	OGE-2013 aprovado com recomendações pontuais	43
4.18	AN pede apresentação de relatórios trimestrais de execução	43

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 45

5.1	Autoridade tradicional é a mais procurada fora das cidades	45
5.2	Gestão integrada do território	45
5.3	Samakuva céptico quanto às autarquias	46
5.4	Incompatibilidades em Luanda ou a disputa de machos alfa	46
5.5	CASA-CE quer correcção na distribuição	48
5.6	Receitas fiscais registam subida	48
5.7	Brincar às eleições autárquicas Assim não dá camarada Bornito...	48
5.8	Direito constitucional das autarquias locais	48
5.9	Secretários municipais viram costas a Bento Bento	49
5.10	Intrigas no GPL serão denunciados	50
5.11	Secretarios munipais apoiam Bento Bento	50
5.12	Responsáveis municipais em formação Artigo	51
5.13	PR convoca Bento e Tavares	52
5.14	Sakaita quer vitória no sul e centro do país	52

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 54

6.1	UNITA denuncia 17 mil dólares de “gasosa” para facilitar inscrição no kilamba	54
6.2	Detido por reclamar	54
6.3	Idosos tidos por infiltrados	54
6.4	Moradores denunciam subida arbitrária de rendas	55
6.5	Preços acessíveis vão aumentar procura	55
6.6	A qualidade das nossas habitações	56
6.7	Mudança ajuda a recuperar o orgulho dos habitantes da região da Lunda-Sul	57
6.8	Pensionistas recebem casas	58
6.9	Começou acesso aos projectos habitacionais	58
6.10	Requalificação melhora vida da população	59
6.11	Obras da Baía de Luanda já na fase das fundações	60
6.12	40 Pessoas dividem a mesma casa	60
6.13	A corrida aos apartamentos das novas centralidades	61
6.14	Compradores “dormem” nas centralidades	62
6.15	Delta entrega 100 por dia	63
6.16	Milhares de pessoas lutam pelo kilamba	64
6.17	Modo de aquisição O pagamento será feito anualmente até ao mês de Março	66
6.18	O sonho da casa própria	66
6.19	O SONO começa nas ruas das centralidades	67
6.20	O SONIP Imobiliária	68
6.21	Supermercado Prelex	68
6.22	Oferta das centralidades não terá impacto no centro de Luanda	68
6.23	Preços do Kilamba reduzem 10% a 44%	69
6.24	Preços dos apartamentos mais acessíveis	70
6.25	Sonip e Fundo da Habitação Desencontrado	71
6.26	Vendas "Magoga sustenta famílias	71
6.27	Açambarcadores de condomínios temem bolha imobiliária	72
6.28	Kilamba: que município?	73
6.29	Casas romagem ao Kilamba	73
6.30	Executivo aposta na continuidade do programa de habitações sociais	74
6.31	Os espaços urbanos de Angola e a sua qualidade de vida	74

6.32	Os "Hipotecados" do Kilambi	76
6.33	Anunciada construção de moradias para sobas	77
6.34	A hora da realização do sonho da casa própria	77
6.35	100 Casas adicionais	77
6.36	AJPD pede cancelamento do processo	78
6.37	Apartamentos T4 esgotados	79
6.38	Casa condiciona casamento	79
6.39	Comédia imobiliária...	79
6.40	Infraestruturas sociais garantem maior dignidade aos moradores	81
6.41	Negócios ilícitos na centralidade de Cacuo	81
6.42	Plantação de mais árvores melhora qualidade de vida	83
6.43	SONIP acusada de fazer publicidade enganosa	83
6.44	SONIP "mata" comissão	84
6.45	Angola se constrói sem os Angolanos a imagem das roças de café	85
6.46	Camponeses queixam-se de burla e abuso de poder	85
6.47	Centralidades viram zonas de campismo	86
6.48	Do Kilamba e outras centralidades "Jessianas"	88
6.49	Funcionários da DELTA trocam favores por 1500 dólares	90
6.50	Indícios de desmaios e morte no kilamba	90
6.51	Inferno do Kilamba	91
6.52	Os espaços urbanos de Angola e sua qualidade de vida	91
6.53	Suspensão da venda de casas surpreende candidatos	94
6.54	Venda de casas nas novas centralidades está suspensa para realização do balanço	95
6.55	Acomodação de funcionários públicos dinamiza serviços a nível das comunas	95
6.56	Revolução dos preços das casas e a bolha imobiliária	96
6.57	Sector habitacional em análise	97
6.58	Sonip retoma as vendas de residências em Março	97
6.59	Populares temem perder o direito de compra depois de dormir ao relento	97

7. TERRA 99

7.1	Desalojados do Golfe 2 ocupam uma escola	99
7.2	Punição Detido por reclamar A	100
7.3	Reacção Idosos tidos por infiltrados	100
7.4	Serviço de Proteção Civil realoja famílias	101
7.5	Obras da Baía de Luanda já na fase das fundações	101
7.6	40 Pessoas dividem a mesma casa	101
7.7	Administração de Belas destrói residencias	102
7.8	Crueldade e insensibilidade do GPL	103
7.9	Saudades da favela	104
7.10	Autoridades tradicionais preocupadas	105
7.11	Reservas fundiárias estão livres de minas	105
7.12	"Fiscais de Belas são gatunos"	106
7.13	Camponeses queixam-se de burla e abuso de poder	106
7.14	Litígio de espaços envolve vizinhos	107
7.15	UNITA quer inquérito sobre demolições no Cacuo	108

8. SERVIÇOS BÁSICOS 109

8.1	EPAL	109
8.2	Baixos EPAL	109
8.3	Investimentos mudam a vida da população de Londuimbali	109
8.4	Nova estação de tratamento de água começa a funcionar em Caluquembe	109
8.5	EPAL	110
8.6	Partilha aquífero com a Namíbia	110
8.7	Um mar de água doce no subsolo Africano	111

8.8	Situação energética é cada vez pior	112
8.9	A maka da Água	113
8.10	Cabinda prepara intervenção no sector das águas	113
8.11	Continente pré-histórico encontrado sob o Indico	114
8.12	Combate à cólera passa pela melhoria da distribuição de água às populações	115
8.13	Programa beneficia milhares de pessoas	115
8.14	Quadros técnicos do sector das águas participam em uma acção de formação	116

9. GÉNERO E VIOLENCIA

117

9.1	A economia cresce e a delinquência se desenvolve	117
9.2	Vale mais o lucro que a segurança?	118
9.3	Polícia devolve tranquilidade ao Panguila	118
9.4	Angola: violência gera violência...	119
9.5	Criminalidade aumenta no Cuito	120
9.6	TituloDiscriminação das mulheres onde?	120
9.7	Mulher partiotica contra a. A violência do genero	121
9.8	Policia anti-crime DESAPAF	121
9.9	Aumento da criminalidade no Uíge preocupa autoridades provinciais	121
9.10	Dados na voz da Polícia de Luanda	122
9.11	Denúncia é a melhor resposta	122
9.12	Direção da Mulher com novos casos de violência no lar	123
9.13	Polícia prende 118 supostos marginais	124
9.14	Apropósito da violência contra as mulheres	124
9.15	Estado deve recorrer à investigação científica para abordar o flagelo	125
9.16	Autoridade tradicional dos Gambos preocupada com os roubos de gado	126
9.17	Diminui o número de crimes no Bengo	127

10. AMBIENTE

128

10.1	Camponeses pedem soluções imediatas	128
10.2	Revelados estragos das chuvas no país	128
10.3	Serviço de Proteção Civil realoja famílias	129
10.4	Abate indiscriminado de árvores preocupa ecologistas	129
10.5	Exploração ilegal de inertes provoca danos ambientais	130
10.6	Gestão ambiental exemplar	130
10.7	Ministério do Ambiente apresenta em relatório plano de biodiversidade	131
10.8	Arborização no Cazenga melhora o espaço urbano	132
10.9	Criado viveiro para ornamentar avenidas e ruas	132
10.10	Exploração ilegal preocupa autoridades	133
10.11	Chuva deixa zonas de Luanda intransitáveis	133
10.12	TMais de 20 famílias ao relento em Cabinda	134
10.13	Uma cidade vulnerável á chuva	134
10.14	Roubo de madeira na fronteira é preocupante	135
10.15	Construção em zonas de risco	136
10.16	Chuvas desalojam famílias no Cuito	137
10.17	Projecto acautela desastres na bacia do Cuvelai	137
10.18	Abate indiscriminado de árvores aumenta níveis de desflorestação	138

11. MIGRAÇÃO

139

11.1	Novos postos fronteiriços impedem imigração ilegal	139
11.2	Prontidão no Zaire Serviços oficiais reafirma a luta contra imigração	139
11.3	Emigrantes ilegais tomaram de assalto ruas e mercados do Kwanza Sul	139
11.4	Ministério do Interior reforça estruturas para o combate cerrado à imigração ilegal	140

11.5	Estrangeiros ilegais detidos	140
11.6	Estrangeiros são expulsos pelo Tribunal	141

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Angola é dos países africanos com mais progressos

Jornal de Angola
01 De Março de 2013

Domingos Mazivila, que falava aos deputados à Assembleia Nacional durante o seminário de informação sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, afirmou que os resultados do "Inquérito integrado sobre o bem-estar da população" revelam que a proporção de pessoas com rendimento inferior a um dólar diminuiu de 68 por cento em 2001, para menos de 36,6 por cento em 2009.

O conselheiro económico do PUNID disse que, de acordo com os níveis de redução, Angola deve alcançar a meta de diminuição para metade dos índices de pessoas que estão abaixo da linha de pobreza.

Domingos Mazivila reconheceu que a incidência da pobreza no meio rural é três vezes superior à do meio urbano. Por isso, sugeriu que, para assegurar o alcance das metas no meio urbano e rural, as políticas e programas públicos apresentem ações de combate à pobreza, com maior realce para as famílias vulneráveis no meio rural.

O responsável do PUND garantiu, ainda, que a taxa de má nutrição tem estado a descer significativamente a nível nacional e realçou que há uma redução de 45 por cento para 29 por cento, esperando que o país atinja a meta de 22 por cento em 2015. O chefe de políticas sociais do Fundo das Nações Unidas para a Infância, Stefano Visani, que falou sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio referentes ao ensino primário universal, afirmou que, em 2001, o número de alunos matriculados no ensino primário era de 1,3 milhões de crianças e, em 2009, cresceu para quatro milhões.

De acordo com o relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio apresentado aos deputados, a meta do ensino primário universal estão "muito além do esperado". O documento apresentado por Stefano Visani refere que a relação entre o número de alunos por sala de aulas registou uma redução de 119, em 2007, para 99 em 2009, embora seja ainda muito elevado.

Para assegurar o cumprimento desta meta traçada, o relatório sobre os Objectivos do Milénio sugere ao Ministério da Educação a revisão do sistema de avaliação e adoção de ações concretas para mudar o quadro. Inclusão de mulheres Relativamente à participação das mulheres na vida pública, o relatório refere que Angola foi um dos países que registou progressos na região da Africa Austral.

Até 2010, as mulheres ocupavam 85 lugares na Assembleia Nacional. Quanto à composição do Executivo, o documento refere que até 2010 as mulheres tinham uma representação geral de 26 por cento, entre ministras, vice-ministras e secretárias de Estado. Desafios o primeiro vice-presidente da assembleia Nacional, João Lourenço, que fez a abertura do seminário, sublinhou que os progressos registados por Angola nos últimos dez anos permitiram a aprovação do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

João Lourenço reconheceu que Executivo adotou medidas para inverter o quadro de pessoas que vivem com um rendimento inferior a um dólar e destacou a estratégia nacional de combate à pobreza para reduzir o número de pessoas que vivem em condições de pobreza extrema. O deputado referiu que foram alcançados progressos nos vários domínios da redução da má nutrição, acesso ao ensino primário, promoção da igualdade de género e combate à malária. Além disso, realçou que o Executivo, como prova da sua preocupação com o sector social, lhe atribuiu grande parte do Orçamento Geral do Estado.

Angola integra a lista dos 50 países selecionados pelas Nações Unidas para o processo de consultas nacionais sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que vai produzir um relatório de alto nível.

I.2 Derrotar a pobreza

Jornal De Angola
16 De Fevereiro de 2013

A luta contra a pobreza tomou-se, depois da guerra, num dos maiores desafios que Angola passou a enfrentar. A guerra deixou sequelas muito severas relacionadas com privações alimentares graves. Largas franjas das populações ficaram privadas de comida porque, muitas vezes, os campos agrícolas foram semeados de minas em vez de produtos alimentares. As vias de acesso às lavras foram armadilhadas.

As famílias que dependiam da agricultura de subsistência viram-se desprovidas do seu ganha-pão, o que aumentou a fome e a subnutrição. De

pequenos produtores que trabalhavam e viviam com dignidade, milhares de angolanos transformaram-se do dia para a noite em dependentes da ajuda humanitária ou de mãos caridosas.

O empobrecimento e todas as suas consequências passaram a fazer parte de numerosas comunidades ao ponto de comprometerem a estabilidade social. Estradas e picadas armadilhadas, campos agrícolas semeados de minas, bandos armados raptando, destruindo e matando, provocaram a desertificação humana e o abandono do interior do país.

Os que não conseguiram colocar-se sob a proteção do Estado ficaram sujeitos às maiores barbaridades. As crianças foram as mais afetadas porque, sendo as mais vulneráveis, constituíram sempre o elo mais fraco entre as vítimas da guerra e muitas foram raptadas para fazerem deles soldados.

São as maiores vítimas de crimes hediondos contra a humanidade, cometidos a pretexto de uma "guerra civil". Depois da guerra, o fardo da fome e da subnutrição era extremamente pesado e estava em todos os recantos do país. O Governo teve que redobrar os esforços porque ficou sozinho a resolver os graves problemas herdados de uma guerra que a comunidade internacional, através da ONU, se comprometeu a não permitir que acontecesse.

Mas até os soldados da ONU fugiam e se colocavam sob proteção do Estado, onde ele ainda tinha a sua autoridade intacta. O esforço necessário para vestir os nus e alimentar os famintos há-de ficar nos anais da História de Angola como a mais impressionante prova que alguma vez uma organização política no poder, fez pelo seu povo.

A visão estratégica do Presidente José Eduardo dos Santos permitiu que numa década, a fome e a subnutrição fossem reduzidas em mais de 50 por cento. Não havia alternativa. Com fome generalizada não é possível agregar mão-de-obra para reconstruir um país destruído pela guerra, nem erguer de raiz obras que são hoje o orgulho de todos os angolanos. Com elevadas taxas de subnutrição não tínhamos nas nossas escolas milhões de crianças aprendendo e estudando.

O processo de desminagem em todo o país, graças aos esforços dos angolanos, permitiu dar um passo em frente na luta contra a fome e a pobreza. Passada uma década, olhamos para trás com satisfação porque a fome e a subnutrição está a descer de ano para ano.

Os números mostram que, ao longo de mais de 20 anos, Angola foi capaz de reduzir substancialmente indicadores preocupantes que existiam durante a

guerra. Quando a taxa de subnutrição no país, em 1991, estava estimada em mais de 60 por cento, muitos sectores diziam que o problema era irremediável. O país estava destruído e não havia recursos nem força humana capaz de reverter esse quadro.

Quando foi assinada a paz, o desafio de aumentar os índices de desenvolvimento humano foi assumido como primeira e imediata prioridade. O Executivo hoje pode mostrar aos angolanos e ao mundo, os resultados dessas políticas sociais.

Não há vitória mais importante do que esta de impedir que haja seres humanos a morrer com fome. A paz e a estratégia política do Executivo permitiram baixar a taxa de subnutrição de 62 por cento, em 1991, para 27 por cento, atualmente. Ainda temos muito trabalho para frente, mas reconheçamos que os esforços que foram feitos indicam o sucesso de políticas traçadas no domínio da luta contra a fome e a desnutrição.

Numa altura em que Angola desenvolve esforços para que o sector não petrolífero cresça de forma mais acentuada, para uma maior diversificação da economia, há razões para pensar que a fome e a desnutrição têm os dias contados. Estamos a dar a passos significativos na direção do progresso e do desenvolvimento sustentado, com reflexos positivos na qualidade de vida das populações, em particular as do meio rural.

O pequeno comércio nas zonas rurais, a criação de infraestruturas e condições que o viabilizem é já uma realidade em muitas províncias. Os incentivos para que os empreendedores tenham caminho aberto para a e realização dos seus sonhos e a promoção do-auto-emprego são iniciativas que contribuem para minimizar a fome e a subnutrição.

Em muitas regiões do interior do país, a produção alimentar aumentou consideravelmente ao ponto das comunidades começarem a experimentar dificuldades para escoar os excedentes de produção.

1.3 Os espaços urbanos de Angola e a sua qualidade de vida

Agora

16 De Fevereiro de 2013

Em Maio de 2013, o então Ministro do Urbanismo e Ambiente - Dr. Fontes Pereira - convidou-me para Preletor no Seminário sobre: a Gestão dos espaços urbanos em Angola, atribuindo-me o Tema: O desenvolvimento Autossustentado dos Espaços

Urbanos em Angola. Recordo-me que fiquei bastante surpreendido com o convite pois não era e ainda não é habitual, governantes do MPLA convidarem para preletores nos eventos que realizam, técnicos claramente identificados como sendo militantes de partidos na Oposição. Eu fui uma honrosa exceção.

Afinal não foi a primeira nem seria a última vez, para confirmar a regra geral! Aceitei com agrado o desafio e lembro-me de ter gasto várias horas a estudar o assunto, fazendo pesquisas e até contactei 2 ex-colegas meus es-

trangeiros, para ouvir opiniões sobre o tema. Preparei-me convenientemente, 'para "não dar bandeira" e posso dizer-vos que fui aplaudido e até felicitado (nos bastidores) por várias pessoas que assistiram ao evento. Neste momento, o Dr. Virgílio Pereira, por quem tenho grande consideração e respeito, é Deputado e Presidente do Grupo Parlamentar do MPLA e eu, só igualmente Deputado e Presidente da Comissão que trata das questões do Ambiente, Ciência e Tecnologia; Trabalho e Segurança Social.

A vida está cheia de surpresas, não é? Porque as cidades de Angola ainda se debatem e de forma gritante, com vários problemas em quase todos os domínios, trago-vos esta semana para leitura, parte do conteúdo do tema que abordei naquele seminário, principalmente as recomendações que dei, são passados 10 anos, pois parecem-me ainda atuais.

Aproveito para acrescentar extratos de um Estudo que acabei recentemente de fazer sobre a realidade que se vive hoje em dia, na grande maioria das cidades de Angola. Todo o desenvolvimento que vai ao encontro das necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, é considerado desenvolvimento sustentado.

Trata-se de um modelo de desenvolvimento, que enfatiza gestão equilibrada de todos os recursos naturais, com vista a viabilizar a sua utilização também pelas gerações futuras. Para isso, é necessário haver uma visão ampla abrangente do futuro; uma mentalidade progressista e um modelo de crescimento económico humanista assente na justiça distributiva e redistributiva, na igualdade de oportunidades que evite que uns poucos tenham mais recursos do que a maioria da população e numa política não

gananciosa que evite destruir ou esgotar os recursos naturais pelas gerações atuais em prejuízo das gerações futuras. Por sua vez, ESPAÇOS

URBANOS, são aquilo a que em linguagem comum designamos como cidades (e vilas).

Espaços territoriais delimitados e habitados, por uma determinada quantidade de pessoas (habitantes) e dispendo de uma quantidade e qualidade de equipamentos e serviços sociais, comerciais e industriais.

As cidades são o topo da pirâmide em cuja base encontramos as bualas, ou sanzalas ou aldeias, que evoluem depois para as vilas, antes de se transformarem em cidades. No tempo colonial por exemplo, uma vila só era promovida a cidade se tivesse um bispado (bispo da igreja católica). E para haver bispo tinha de existir como residentes, um número mínimo significativo de habitantes, para além doutros elementos!

As cidades de ontem herdadas do colonialismo eram menos povoadas. Tinham um casco urbano (zona asfaltada) e na sua periferia os subúrbios ou ghettos que eram dormitórios da população pertencente a classe mais baixa (operários e trabalhadores de base).

A burguesia e pequena burguesia (classe média e alta) esta vivia no centro e bairros nobres da cidade, em vivendas e apartamentos. A abundância de água potável canalizada, de ruas asfaltadas e iluminadas, de jardins e parques, bem como de prédios e boas habitações; centros culturais, comerciais e restaurantes, contrastavam com as casas de pau-a-pique ou de adobe; os chafarizes e cacimbas, as ruas terra planadas e esburacadas, os depósitos de lixo a céu aberto, as pequenas lojas a retalho, cantinas e pracinhas informais, a delinquência e outros sinais de pobreza e má qualidade de vida das zonas periurbanas (musseques).

No tempo colonial, eram muito poucos os negros a morar no centro da cidade, e também não se viam brancos a residir no musseque, a não ser que fossem comerciantes (vulgo, fubeiros). As cidades estavam claramente divididas entre uma zona rica com boa qualidade de vida e outra pobre com má qualidade de vida!

Todavia, a zona asfaltada alargava-se rapidamente na década de 70 e a construção de novos bairros melhor infraestruturados crescia a um ritmo bastante acelerado, principalmente nas cidades de Luanda, Benguela e Huambo. São exemplos desta acelerada urbanização, os bairros do Prenda (prédios), Terra Nova, Cuca, Bairro Popular, em Luanda. No Huambo, destacaram-se os bairros Académico, Cacilhas e Bom Pastor dentre outros. Depois da independência (Nov.1975) a situação mudou drasticamente!

Os moradores dos bairros pobres (subúrbios) "invadiram" e ocuparam as casas do centro da cidade e apartamentos, abandonados pelos seus proprietários que, fugindo a guerra civil, foram buscar refúgio nos países de origem ou de origem de seus pais.

(Portugal, Brasil etc). Uma outra "invasão" aconteceu do campo para a cidade. Os habitantes do meio rural (aldeões) refugiaram-se nas cidades (migraram) em busca de maior segurança e curiosamente, milhares de residentes das cidades, fugiram também para o campo, pelas mesmas razões, devido ao conflito armado que se instalou entre os partidos políticos.

Cada um fugia para a região do país que o seu partido controlava militar e politicamente, na busca de proteção. Os aldeões que migraram para as cidades aumentaram em exponencial o número de habitantes das zonas suburbanas! Resultado disso: - As cidades ruralizaram-se completamente!

Tudo se transformou num "Grande musseque"! Hábitos, usos e costumes, tradições, rituais rurais, vieram para as cidades e influenciaram significativamente os hábitos e costumes normais dos cidadãos. A "cultura urbana," deixou de ser o que era antigamente.

Para complicar ainda mais as coisas, vieram culturas estranhas trazidas por angolanos retomados do exílio nos Congos e outros países africanos. Temos hoje um "conflito de culturas" nas cidades angolanas, pois a coabitação não está sendo fácil e muito menos pacífica.

Veja-se por exemplo os comportamentos e atitudes retrógradas que se verificam nos óbitos, nos cemitérios, casamentos, (incluindo alembamentos), nas festas, na rua, nas praias e na vizinhança etc. Uma autêntica inversão de valores!

As cidades tornaram-se causa de frustrações da grande maioria de aldeões que a elas afluíram, á procura de melhores condições de vida em geral, e um inferno, para grande parte dos cidadãos natos! A poluição sonora (de farras e cultos religiosos), o lixo acumulado nos bairros; as praças, pracinhas, cantinas, lanchonetes, cozinhas ao ar livre por todo o lado.

Os milhares de vendedores ambulantes, ao longo das ruas e no chão por cima dos passeios, impedindo a circulação de pessoas. Adicione-se a isso, a enorme falta de emprego e de habitação condigna; a escassez de água potável, de energia eléctrica, de saneamento básico, de escolas, hospitais e centros de saúde a funcionar em condições.

Tudo isso acumulado, faz pensar que se está a viver no inferno. De resto, esta percepção de inferno, de eterno sofrimento do angolano sem esperanças de melhorar a vida, criou um ambiente propício ao surgimento abrupto de seitas religiosas, anunciando a venda de milagres e de curas para o sofrimento deste povo.

De acordo com alguns registos oficiais a que tive acesso, existem mais de 70 igrejas autorizadas e mais de mil não autorizadas, ilegais mas que, mesmo nesta condição, estão a funcionar, o que é no mínimo inaceitável!

Tudo isso por junto e atacado, está a degradar cada vez mais a qualidade de vida nas cidades e vilas deste país. É absurdo que hoje nas cidades, se lute violentamente por um pedaço de terra (para construção de uma casa), enquanto sobra espaço por este imenso país, onde os cidadãos dos países vizinhos aproveitam sorrateiramente, instalar-se.

Todos angolanos querem viver nas cidades e os que não estão muito interessados em fazê-lo, mesmo assim, querem ter lá uma casa ou um terreno, para arrendar ou vender e ganhar com isso, mais algum dinheiro adicional. Lamentavelmente e é doloroso chegar a esta conclusão, as cidades de Angola ainda não representam progresso social, não são motivo de orgulho e de vaidade nacional.

Pelo contrário, expressam subdesenvolvimento, pobreza e negação dos mais elementares direitos fundamentais de cidadania. Estas nossas cidades são caríssimas (custo de vida) e tornaram-se uma autêntica "armadilha", para todos os que nela vivem! São uma "seiva" de betão armado e de ruas mal construídas, mal asfaltadas, mal iluminadas, mal sinalizadas, autênticas "minas e armadilhas" do bem estar, da liberdade e do progresso de quem vive nelas.

E o que é que o Governo (ou Executivo) está a fazer, para melhorar esta situação? E o que é que em minha opinião se deve fazer? Na II parte deste tema, irei responder a estas perguntas, com base em informações obtidas na pesquisa que fiz sobre o assunto. Xalenu nhi mahezu ma kidi. Voltarei.

1.4 Taxa de fome e subnutrição recuou em 57%

Agora

16 De Fevereiro de 2013

Angola reduziu a taxa de fome e subnutrição em 57,1% entre 1990 e 2012, revelou quarta-feira, em Roma, o Ministro da Agricultura, Afonso Pedro

Canga. Ao discursar na 36ª sessão do Conselho de Governadores do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), que decorreu de 13 a 14 de Fevereiro na capital italiana, Roma, o governante angolano informou que "atualmente a taxa de subnutrição é de 27%, quando em 1991 era de 62 por cento".

Segundo Afonso Canga, o sucesso do nosso país no combate à fome e à pobreza, deve-se fundamentalmente à paz alcançada em 2002 e à estratégia do Executivo. O Governo angolano, referiu, envidar esforços para que o sector não petrolífero cresça de forma mais acentuada, para uma maior diversificação da economia e um desenvolvimento sustentado, com reflexos positivos na qualidade de vida das populações, sobretudo do meio rural.

A produção alimentar, com destaque a dos agricultores familiares e dos pescadores artesanais, tem conhecido crescimento, o que tem contribuído para o aumento de rendimentos dos produtores rurais, conforme salientou o Ministro que referiu-se também ao aumento dos investimentos públicos e privados no sector agrícola, pescas e na indústria agroalimentar.

"Fortalecem-se as Instituições e melhora a governação e incentiva-se o sector camponês, responsável pela maior parte da produção alimentar e do emprego nas áreas rurais", defendeu Pedro Canga, acrescentando por outro lado que, "o Governo concentrou a sua atenção inicial na recuperação e criação de infra-estruturas e está agora a canalizar mais recursos e esforços para os sectores produtivos e as questões sociais, face às dificuldades que ainda enfrenta uma parte da nossa população".

No seu entender, o FIDA pode e deve jogar um papel relevante em Angola, através do financiamento de um maior número de projectos, pela transmissão de experiências positivas de outros países, na capacitação e no apoio à promoção da cooperação sul-sul. No que respeita à 9ª Reconstituição de Fundos, Afonso Canga considerou que Angola, ao anunciar e regularizar a sua contribuição de 1,9 milhões de dólares, pensa ter cumprido com a sua responsabilidade de país recetor e ao mesmo tempo solidário com outros países.

"Angola confirma-se como o maior contribuinte da lista C1, e sentimo-nos satisfeitos por poder ajudar o funcionamento da nossa organização, que tem como mandato apoiar as comunidades rurais e lutar contra a fome e pobreza", notou. A sessão, que decorreu sob o lema "O Poder das Parcerias: Forjar Alianças para a Agricultura Familiar Sustentável", reconfirmou

o nigeriano Kanayo Nwanze, no cargo de Presidente do FIDA, para mais um mandato de quatro anos. Durante os trabalhos, os participantes do Conselho de Governadores do FIDA analisaram, entre outros assuntos, as conclusões do Comité de Emolumentos e o Programa e Orçamento para 2013. A delegação angolana no certame, chefiada pelo titular do MINADER integrou o Representante Permanente junto do FIDA, o Embaixador Florêncio de Almeida e assessores.

O FIDA é uma agência das Nações Unidas criada em Novembro de 1977, na altura para fazer frente à fome no Sahel. O seu principal objetivo é conceder financiamento direto e mobilizar recursos adicionais para programas especificamente destinados a promover o avanço económico dos pobres rurais, principalmente através do melhoramento da produtividade agrícola.

1.5 Governo garante que reduziu a fome e a subnutrição em 57 %

Folha 8

23 De Fevereiro de 2013

O regime embandeirou em arco. Em Roma, o ministro da Agricultura, Afonso Pedro Canga, garantiu que o seu governo reduziu a taxa de fome e subnutrição em 57,1 por cento durante o período de 1990 a 2012. Jonas Pacheco, sacerdote da Sé Catedral do Lubango, não ouviu o ministro e revelou que, por exemplo, na região da Huíla há quem morra de fome. E em risco disso estão muitos mais. Mas, se calhar, esses não contam para as estatísticas. Ao discursar na 36ª sessão do Conselho de Governadores do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Afonso Canga informou os presentes, certamente depois de um lato repasto, que "actualmente a taxa de subnutrição é de 27 por cento, quando em 1991 era de 62 por cento". Disse o ministro que o sucesso de Angola na ingente tarefa de combate à fome e à pobreza, deve-se fundamentalmente à paz alcançada em 2002 e como não poderia deixar de ser - à estratégia do Executivo. Afonso Canga explicou que, para além dos esforços para que o sector não petrolífero cresça de forma mais acentuada, a produção alimentar, com destaque a dos agricultores familiares e dos pescadores artesanais, tem conhecido crescimento, contribuindo para o aumento de rendimentos dos produtores rurais. O mundo ficou a saber que o Governo concentrou a sua atenção na recuperação e criação de infra-estruturas e está agora a canalizar mais recursos e esforços para os sectores produtivos e para as questões sociais, face às dificuldades que ainda enfrenta uma parte da população. Outra razão para

os foguetes do regime tem a ver com o facto de que Angola será homenageada este ano pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) por ter cumprido o primeiro dos oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) ao reduzir para metade a proporção da população afectada pela fome. A homenagem, certamente prestada num dos mais luxuosos areópagos italianos (bem longe, portanto, dos famintos angolanos), mereceu destaque propagandístico do próprio director-geral da FAO, José Graziano da Silva, feito aliás e como mandam as regras à saída de uma audiência com o Presidente José Eduardo dos Santos.

A homenagem terá lugar em Junho na sede da agência em Roma, tendo José Graziano da Silva precisado que a erradicação da fome está ali mesmo ao dobrar da esquina. Segundo ele, o número de pessoas famintas aumentou, nos últimos anos, sobretudo nos países mais a norte do continente, em particular no Mali, e que a fome está ligada aos conflitos, à seca e à ausência de investimentos e de políticas mais consentâneas de segurança alimentar. Por isso, a FAO tem procurado apoiar os países afectados, não só com ajuda técnica, mas também com recursos financeiros para a implementação de políticas de segurança alimentar, explicou. Salientou igualmente que o seu organismo da ONU está neste momento a trabalhar na criação de um fundo denominado "África Ajuda Africanos", para acudir os países mais necessitados, num projecto ao qual (obviamente) Eduardo dos Santos se comprometeu a "dar o seu apoio". José Graziano da Silva explicou ainda as teses de Eduardo dos Santos nesta matéria e que, reconheça-se, são um verdadeiro Ovo de Colombo. Ou seja, Angola necessita de formar cada vez mais quadros capazes de contribuir para aumentar a produtividade da agricultura familiar, urna actividade que ocupa 13 milhões de pessoas. Seja como for, para as operações da FAO em Angola foi estabelecido o montante de 24 milhões de dólares norte-americanos para implementação de projectos nas áreas de pesquisa e investimento agro-pecuário.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são oito metas internacionais estabelecidas em 2000, no termo da Cimeira do Milénio das acções Unidas, com a adopção da Declaração do Milénio das Nações Unidas subscrita na altura por todos os Estados-membros da ONU e pelo menos 23 organizações internacionais, com o compromisso do seu cumprimento até 2015. A três anos do limite estabelecido, Angola, assim parece, está em vias de cumprir o primeiro. É PRECISO REDUZIR MORTALIDADE INFANTIL Trata-se de "erradicar a pobreza extrema e a fome", pela redução para metade da proporção da população cujo

rendimento é inferior a um dólar por dia e pela redução também para metade da proporção da população afectada pela fome; e "alcançar o ensino primário universal", pela garantia da conclusão do ciclo de ensino primário completo para todas as crianças de ambos os sexos. "Promover a igualdade de género e a autonomização das mulheres", pela eliminação da disparidade de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015 é (no nosso caso ... era, foi) outro desiderato preconizado. Seguem-se a "redução da mortalidade infantil", pela redução em dois terços da taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos de idade; a "melhoria da saúde materna", pela redução em três quartos da taxa de mortalidade materna; e o "combate ao HIV /Sida, à malária e a outras doenças", pela inversão da propagação da Sida e da tendência actual da incidência da malária e de outras doenças graves. Trata-se ainda de "garantir a sustentabilidade ambiental", pela integração dos princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e nos programas nacionais, pela inversão da tendência actual para a perda de recursos ambientais, pela redução para metade da percentagem da população sem acesso permanente à água potável e pela melhoria significativa da vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados. Finalmente, os líderes mundiais comprometeram-se a "criar uma parceria global para o desenvolvimento", pela continuação do desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório. Este último ODM passa igualmente pela satisfação das necessidades especiais dos Países Menos Avançados, dos sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e pelo tratamento integrado do problema da dívida dos países em desenvolvimento, através de medidas nacionais e internacionais, de forma a tomar a sua dívida sustentável a longo prazo.

Passa ainda pela cooperação com os países em desenvolvimento, para formular e aplicar estratégias que ofereçam aos jovens trabalho condigno e produtivo, pela garantia, em cooperação com as empresas farmacêuticas, do acesso dos países em desenvolvimento a medicamentos essenciais a preços acessíveis, e pela garantia, em cooperação com o sector privado, do acesso aos benefícios das novas tecnologias, em especial às de informação e comunicação (TIC). Entretanto, só para denegrir a obra feita e toda a dinâmica mundial que visa - num elementar acto de justiça - atribuir a José Eduardo dos Santos o Prémio Nobel da Paz, chegam notícias de que na região da Huíla há quem morra de fome. A denúncia é, aliás, feita (embora à revelia do Governo) pela Igreja Católica, que está até a apelar às

autoridades uma intervenção urgente, especialmente, no município dos Gambos. Jonas Pacheco, sacerdote da Sé Catedral do Lubango, afirma que há mesmo quem já tenha morri do de fome: "Geralmente os velhos e crianças. Tenho notícias de que algumas famílias perderam alguém por falta de alimentação. Não é uma situação que se possa calcular ainda porque, nesta região, as casas das pessoas ficam distantes umas das outras". A seca, explica o sacerdote, é a principal causa da carência alimentar dos habitantes da região. "Aqui no sul, particularmente nesta região da Huíla, há quase quatro anos que não chove com regularidade. E as populações não puderam cultivar e colher o necessário para a sua subsistência, particularmente no município dos Gambos", explica o prelado. Também o padre Jacinto Pio, coordenador da Associação Construindo Cidadania, lembra ainda que esta não é uma crise inédita, considerando que o governo deverá estar consciente da situação, pois "eles dominam a região e sabem que é semi-árida e que estas fomes são cíclicas". Ainda assim, o padre prefere (até porque sabe o que a casa gasta) dar o benefício da dúvida às autoridades, afirmando que "agora, como se está em transição de um governo provincial para outro, depois das eleições, vamos lá ver o que é que o novo governo vai fazer, para arrecadar recursos e poder fazer alguma coisa." Apesar dessa sacerdotal moderação, lá vai dizendo que a situação actual deste município e da Chíbia, os mais afectados pela fome, é algo incompreensível. O padre explica que "os dois municípios são muito ricos em termos minerais e, além disso, têm o granito negro". Por isso, acredita que, "de facto, o que se passa não é a ausência de recursos mas a má distribuição. No futuro, era preferível, por exemplo, que se obrigasse essas empresas a depositar alguma coisa na conta local, ao nível dos municípios, para servir para estas crises". Isto é: "não se compreende que uma região onde existe tanta rocha ornamental esteja sem dinheiro para enfrentar uma crise destas. É um escândalo."

I.6 Revisão pontual é pertinente...

Semanário Factual

23 de Fevereiro a 02 de Março de 2013

Para a definição dos salários da Função Pública, os governos fazem-no com base no Produto Interno Bruto (PIB), a partir do qual é definido o salário mínimo, que não é aplicado mas serve de referência. Assente neste princípio, define-se o salário do trabalhador, com base no cargo ou na categoria. a que muita gente desconhece é que, em função do desenvolvimento de um país, o salário mínimo nacional tem de ser revisto, pontualmente. Essa revisão não acontece sempre que haja vontade, mas quando as condições macroeconómicas do país o permitirem. Porém, é frequente não haver revisão do salário perante factores como inflação, baixa do PIB ou recessão. Porque, nestes casos, a primazia Vai para a estabilidade, a retoma da economia e baixa da inflação. Mas, quando esses empecilhos desaparecem, a revisão do salário mínimo deve estar na ordem do dia. E diga-se que, qualquer aumento salarial tem a ver, sempre, com o salário mínimo a aplicar. a que se pretende é a dignificação do trabalhador, com salários compatíveis ao nível do crescimento do país. No caso de Angola, pode dizer-se que nunca se fez caso do salário mínimo nacional.

Apontam-se o conflito de mais de trinta anos que devastou o país e os males subsequentes. Mas, com a paz, há quase onze anos, com o país em crescimento, com um PIB satisfatório e com reservas internacionais líquidas de mais de 30 mil milhões de dólares, o Estado angolano pode rever o salário mínimo nacional, que nunca sofreu qualquer revisão a salário mínimo nacional é, actualmente, 12 mil Kwanzas, o equivalente a 120 dólares. Este valor está aquém do crescimento económico que se regista e, pior ainda, quando se diz que, com base no actual PIB, o capita é equivalente a quatro mil dólares. Sem censo populacional elaborado, se dados concretos sobre número de trabalhado desconhece-se em que senta o per capita de quatro mil dólares, quando população é, na sua maioria, pobre. E que dados elaborados a partir de estimam não têm ciência e servem o interesse dos cidadãos.

Salário mínimo nacional está desactualizado da realidade

Mas, hoje por hoje, já é possível rever-se o salário mínimo, por estar demais desajustado da realidade! E que, com doze mil Kwanzas, nada pode ser feito para justificar o seu valor. E fica difícil perceber como se nega a proposta de 50 mil Kwanzas para o salário mínimo, valor que nem sequer é equivalente a cesta básica mensal. A má-fé é um dos males que afectam a

sociedade angolana e se acrescentar a falta de moral e de solidariedade, então, pior! Porque se salários justos nunca forem pagos, a pobreza não vai ser reduzida, ademais com a falta gritante quase diária de água e de energia eléctrica que, como se sabe, contribui para aumentar a linha de pobreza; Sem a definição de um salário mínimo satisfatório, os proventos dos trabalhadores pouco vão servindo e a execução de qualquer projecto vai por água abaixo quando menos se espera, porque o que se recebe, mal dá para as encomendas. E nota-se que poucos ou quase nenhum trabalhador da Função Pública consegue levar uma vida sadia e ter uma casa com todas as condições de habitabilidade, porque o seu salário parece mais para dízimo numa Igreja do que para ter uma vida dignificante. Por isso, dizer que o angolano é pobre tem razão de ser, porque os benefícios do rendimento nacional ainda não batem à sua porta. Daí ser pertinente um olhar incisivo sobre o actual salário mínimo desactualizado, para a sua revisão, de modo a que se possa contribuir para a redução da pobreza, já que esta é o impeditivo para o progresso das famílias... de Cabinda ao Cunene e do Litoral ao Leste...

2. MICROFINANÇAS

2.1 Instrumento de crédito lançado em Menongue

Jornal de Angola

05 De Fevereiro de 2013

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) lançou no domingo, em Menongue, Kuando-Kubango, o "projecto Soba", um novo instrumento de estímulo à produção de alimentos e de promoção do empreendedorismo através da concessão de micro-crédito às comunidades rurais. O projecto é de iniciativa do BPC e propõe-se destinar entre dois a seis milhões de kwanzas em equipamentos e outros meios de produção a associações e cooperativas, na área da agricultura, pesca artesanal e comércio rural. O BPC afirmou que o projecto concede, aos que aderirem, a vantagem, terem acesso a um conjunto de produtos de microfinanças, como a abertura de contas poupança, guardar o dinheiro com mais segurança e utilizá-lo em as trocas comerciais com critérios mais profissionais. O banco vai destinar aos sobas que estiverem envolvidos no projecto uma remuneração, em troca da qual devem sensibilizar as comunidades para a necessidade de abrirem uma conta no banco, identificar interessados, recolher a documentação, fazer uma avaliação inicial do negócio e acompanhar o retomo do financiamento.

O presidente do Conselho de Administração do BPC, Paixão Júnior, explicou ao discursar que, com este projecto, a instituição que dirige pretende contribuir para o crescimento da economia e melhorar as condições de vida das populações mais carenciadas. "Por este facto, o BPC criou o Projecto Soba que tem o seu início no Kuando-Kubango e que, gradualmente, vai estender-se a outras regiões do país, com o único propósito de diversificar a economia nacional e de pôr à disposição das comunidades rurais os serviços do banco", declarou o presidente do Conselho de Administração do banco de capitais públicos. O lançamento oficial do "Projecto Soba" no Kuando-Kubango aconteceu em simultâneo com a abertura no projecto nas províncias do Cunene, Bié e Huambo. O ministro economia, Abraão Gourgel, que testemunhou a iniciativa, fez votos de que, com este programa do BPC, os demais projectos do Executivo angolano cheguem mais profundamente às comunidades mais necessitadas. Abraão Gourgel referia-se ao Crédito Agrícola de Campanha e ao programa Meu Negócio e Minha Vida, que têm estado a beneficiar milhares de camponeses. "Pores a razão viemos testemunhar o lançamento deste projecto, dar o nosso

encorajamento ao BPC e predispor-mos a trabalhar em conjunto para que o mesmo tenha o êxito desejado, no sentido de resolver os problemas mais prementes das comunidades", frisou.

2.2 A maka do crédito ou da falta dele

Expansão

15 De Fevereiro de 2013

A inexistência de um sistema bancário eficiente é apontada por muitos como uma das causas do subdesenvolvimento em alguns países, nomeadamente africanos. A actividade tradicional dos bancos é a compra e venda de dinheiro, através da captação de depósitos que depois são transformados em empréstimos.

Como cobram mais pelo crédito do que pagam pelos depósitos, o negócio bancário é lucrativo e atrai muita gente. O problema dos banqueiros é saber a quem emprestar o dinheiro que captam, devido ao risco, isto é, à possibilidade de as pessoas coletivas e singulares a quem emprestam dinheiro não pagarem os valores acrescidos dos juros.

É por isso que, quando vamos a um banco pedir um empréstimo, nos obrigam a preencher uma data de impressos com perguntas sobre as nossas vidas.

Querem saber coisas sobre a nossa família - se somos casados ou solteiros, se temos filhos e quantos; sobre o nosso serviço, onde trabalhamos, quanto ganhamos, se somos efetivos ou não e há quanto tempo estamos na empresa; e sobre a nossa situação financeira, se a casa onde moramos é nossa, alugada ou emprestada, se temos carro ou outros bens, com que bancos trabalhamos, se temos depósitos ou outras aplicações e quanto recebemos, se temos empréstimos ou outras dívidas e quanto pagamos, etc.

A análise das respostas dos candidatos a empréstimos permite aos bancos estabelecer a respectiva classificação de risco de crédito, isto é, medir a respectiva capacidade de pagar os juros e reembolsar capital. A validade dessa classificação depende obviamente da veracidade das nossas respostas, coisa que os bancos nem sempre conseguem confirmar. Sabendo disso, muita gente.

Em todo o mundo, as bichas para os empréstimos estão cheias de caloteiros a tentar enganar os bancos. Em África, em geral, e em Angola, em particular, as coisas pioram porque os meios para confirmar a

Informação prestada aos bancos pelos candidatos a um crédito são ainda mais escassos.

Por exemplo, na Europa, uma das formas que os bancos mais usam para confirmar uma morada é pedir uma simples factura da luz ou da água, exigência que poucos africanos conseguem satisfazer. Não podendo confirmar muitas das informações prestadas pelos seus candidatos a um crédito, os bancos angolanos retraem-se na concessão de empréstimos.

Ou não emprestam ou emprestam apenas aos clientes que conseguem apresentar garantias que possam ser acionadas em caso de incumprimento. Aliás, o problema da informação, ou falta dela, na análise de risco de crédito não é um exclusivo dos bancos.

Não é por acaso que em Angola se paga (quase) tudo a pronto ou até adiantado, como é o caso dos cartões de recarga dos operadores móveis e, mais recentemente, da energia. Como se diz na gíria, sem dinheiro não há palhaço. Neste contexto, todas as medidas que contribuam para melhorar a gestão de risco de crédito em Angola, em particular no sector bancário são bem-vindas.

A melhor informação significa mais crédito, mais barato. E a disponibilidade de crédito, com conta peso e medida, promove o desenvolvimento económico. Seria bom que os empresários angolanos tivessem isso em conta quando se queixam de que os bancos não lhes emprestam dinheiro.

A maka do crédito em Angola ou da falta dele, nomeadamente do crédito ao investimento, não é que os bancos não tenham dinheiro para emprestar ou que não o queiram fazer. A maka, em muitos casos, é a falta de projectos bancáveis, investimentos bem estruturados e bem geridos nos quais os bancos possam confiar.

Em todo o mundo, antes de avançarem com os empréstimos, os bancos querem saber, entre muitas outras coisas, quem são os promotores do investimento, visão e objectivos da empresa, acionistas e gestores; o racional do projecto mercado, alvo, concorrência, vantagens competitivas; a rentabilidade do negócio receitas, custos e lucros; e a estrutura de financiamento - capitais próprios e alheios.

Estas e outras informações devem constar dos planos de negócio e estudos de viabilidade elaborados por entidades credíveis. Adaptando uma frase do presidente Kennedy, os empresários angolanos não devem apenas questionar bancos por estes não lhes emprestarem dinheiro, devem perguntar-se o que é

que eles próprios fazem, nomeadamente ao nível da elaboração das propostas de crédito, para que os bancos lhes emprestem dinheiro.

2.3 Mensagem do Presidente

Expansão

15 De Fevereiro de 2013

Foi a pensar nos nossos Clientes que lançamos o Projecto Soba. Um projecto único e diferenciador, com uma forte vertente humanitária e de grande importância para o desenvolvimento económico e social do País.

O Projecto Soba é mais um passo que damos em nossa estratégia de contínua aproximação das comunidade e de constante busca de soluções para as dificuldades dos nossos Clientes e assim colocarmos como a instituição bancária mais perto de todos os Angolanos.

São projectos como este que trazem progresso e fazem de Angola um país mais forte e mais justo. Revemo-nos nesta iniciativa, e cheios de orgulho acreditamos trabalhar, e fazer do BPC, o seu Banco de sempre.

2.4 O Projecto Soba é um investimento de grande importância para as aldeias e para todo o País

Expansão

15 De Fevereiro de 2013

Angola não para de crescer. E este crescimento não está apenas restrito às grandes cidades. O progresso e o desenvolvimento económico chegou também ao interior do País, a todas as províncias e às aldeias mais distantes. Agora todos os Angolanos terão as mesmas oportunidades e a mesma qualidade de vida.

O Projecto Soba, desenvolvido pelo BPC, é o primeiro passo nessa longa caminhada. Através deste projecto tão inovador, as populações das pequenas aldeias terão condição de adquirirem serviços e produtos financeiros de uma maneira rápida e fácil e ainda receberão aconselhamento económico e financeiro necessário para gerir melhor as suas economias.

2.5 Projectos agrícolas afetados pela seca recebem financiamento do Banco Sol

Jornal de Angola

18 De Fevereiro de 2013

Segundo o Presidente da Comissão Executiva do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, o problema da estiagem que se fez sentir no interior do país criou, a grande parte dos camponeses, dificuldades para amortizar a sua dívida. "O Ministério da Economia, Finanças e Agricultura, em parceria com o Banco Sol, criou alguns regulamentos que deram lugar ao refinanciamento dos camponeses, visando dar-lhes mais sinergias para recuperar a produção e amortizar a sua dívida num prazo de mais 12 meses", recordou.

Segundo o presidente da Comissão Executiva do Banco Sol, a estiagem atingiu principalmente os projectos ligados à pecuária e à agricultura de subsistência familiar. Concedido através de sementes, tratores e alfaias, o crédito agrícola de campanha já contemplou, desde o início do processo, 800 cooperativas agrícolas, 910 associações de camponeses e cerca de 1.200 pequenos e médios produtores agrícolas, num montante avaliado em 62 milhões de dólares.

As províncias que mais subscreveram o projecto são Cabinda, Malange, Benguela, Kwanza-Sul, Kwanza-Norte, Uíge, Huíla, Huambo e Bié. "Neste momento, já estamos a ter desembolso de capitais de algumas cooperativas e associações que não foram afetadas diretamente pela estiagem. O rácio do crédito em mora está em 2,7 por cento. Podemos reconhecer que os resultados são animadores", garantiu o gestor.

Além deste programa, o Banco Sol subscreveu com o Executivo um outro programa que visa reativar o sector agrícola em grande escala. Trata-se do "Crédito de agricultura de investimento" em que a instituição bancária beneficiou de 100 milhões de dólares. Até ao momento, segundo o Presidente da Comissão Executiva do Banco Sol, já foram disponibilizados cerca de 25 milhões de dólares americanos para 722 projectos.

As províncias da Huíla, Uíge, Kwanza Norte, Huambo, Bié e Benguela lideram a lista das que apresentaram mais projectos. O valor varia entre os 25 mil dólares e 500 mil com uma taxa de juro de 6,7 por cento.

2.6 Mais de metade das reclamações de clientes bancários respeitam a instituições estrangeiras

O País

22 De Fevereiro de 2013

Os bancos privados estrangeiros foram as instituições financeiras bancárias mais reclamadas no decurso do primeiro semestre de 2012, representando 51,92% das 49 reclamações submetidas à apreciação do Banco Nacional de Angola (BNA), refere o Relatório de Estabilização Financeira do banco central respeitante àquele período. Os bancos privados nacionais representam 34,62% das reclamações e os bancos públicos 13,46%.

O tratamento dos processos de reclamações registados no Departamento de Supervisão Comportamental do BNA evidencia um total de trinta e nove processos concluídos, relacionados, nomeadamente com transferências interbancárias, crédito bancário, débito indevido, cativação de contas e cartões bancários. Dos processos rececionados foram concluídos 80%, encontrando-se em curso 14% e pendentes 6%.

O BNA refere que os dez processos ainda não concluídos justificam-se pelo facto dos mesmos apresentarem determinado grau de complexidade, bem como o facto de persistir alguma morosidade no respaldo da informação que deve ser emitida por algumas instituições financeiras.

Dos produtos e serviços sobre os quais incidem as reclamações, destacam-se os serviços de transferências inter e intrabancários, representado 35,09% do total das reclamações, seguindo-se o débito indevido com 15,79%, o crédito com 12,28%, e os cartões de crédito e cativação de Contas com 7,02%. As operações em ATM, Garantias Bancárias, Cheques, Transgressão Cambial, e Fraudes com uma média de incidência de aproximadamente de 2,92%, apresentam-se como os produtos com baixo nível de reclamações.

O BNA salienta a importância da entrada em funcionamento do Portal de Consumidores de Produtos e Serviços Financeiros (ao qual já se pode aceder através do endereço ao), uma ferramenta que permite efetuar a gestão documental das reclamações e a validação dos contratos em uso nas instituições financeiras autorizadas pelo BNA, e que representa ainda um meio para formar e informar o público sobre o funcionamento do sistema financeiro angolano, formular pedidos de esclarecimentos sobre questões diversas relacionadas ao sistema, bem como efetuar reclamações sobre produtos financeiros

disponibilizados pelas instituições financeiras supervisionadas pelo BNA.

No âmbito da gestão de reclamações o portal permite através do canal extranet controlar melhor e numa forma mais célere as reclamações que dão entrada nas instituições financeiras. O BNA assinala ainda que o outro instrumento que deverá contribuir para a resolução dos processos de reclamação, será o instrutivo sobre procedimentos para atendimento de reclamações, já aprovado pelo Conselho de Administração do BNA.

Também o Projecto de Norma sobre Deveres Gerais de Informação na Prestação de Produtos e Serviços Financeiros, irá acautelar o risco operacional que se consubstancia na definição de regras de transparência para a prestação dos serviços ao retalho (depósitos e créditos), bem como prevenir fraudes no sistema financeiro que poderiam conduzir ao risco operacional', refere o relatório do banco central.

No que respeita ao projecto Bankita, desenvolvido no âmbito do Programa de Educação Financeira, cuja preparação teve início em finais de 2009 e que contou com a adesão de nove instituições bancárias (BPC, BNI, BSOL, BCA, BFA, BRK, BMF, BIC e BCI), as quais subscreveram um Acordo de Adesão com o BNA, o banco central revela terem sido abertas, até o mês de Junho de 2012, um total de 107.259 contas.

Recorde-se que a campanha de educação financeira, lançada a 4 de Agosto de 2011 pelo BNA, assenta em dois serviços e produtos: 'Depósito Bankita' e 'Bankita Poupança a Crescer'. Relativamente aos saldos acumulados por ambas as contas registaram-se no mês de Junho de 2012 valores absolutos acumulados de Kz 426,92 milhões e USD 0,28 milhões, tendo, no período em referência, sido atribuídos 44.920 cartões multicaixa.

'Os dados produzidos até ao momento, refere o relatório do BNA, ilustram que o ritmo de crescimento das contas abertas no sistema é tendencialmente crescente, sendo que podemos concluir que os mesmos são o reflexo da captação de novos clientes para o sistema financeiro bancário nacional'. Os dados estatísticos reportados por amostragem ao BNA, representada por cinco bancos, evidenciam na província do Kwanza Sul um total de 11.086 contas Bankita abertas.

Trata-se de província de Angola com o maior número de contas Bankita abertas no sistema, totalizando aproximadamente a terça parte das contas abertas a nível nacional.

2.7 Pequenos comerciantes recebem financiamento

Jornal de Angola
26 de Angola de 2013

A agência de crédito Kixicrédito, no Huambo, disponibilizou nos últimos dois meses mais de 60 milhões de kwanzas no âmbito do Programa de Apoio aos Pequenos Comerciantes impossibilitados de aceder ao financiamento bancário. O valor, disse o responsável da agência à Angop, foi disponibilizado a mais de 83 empreendedores, entre os quais grupos solidários e pessoas que desenvolvem actividades comerciais nos mercados informais da cidade. Fadário Lussati lembrou que a agência "dispõe de serviços de crédito no sistema segmentado em três tipos de produtos, que reúne o número mínimo de seis pessoas e o máximo de 15", em que "cada um recebe em função da sua capacidade". Além disso, referiu, há o crédito Kixisolidário reforçado destinado a grupos de entre três e cinco pessoas e o "Kixi individual ou Kixinegocio" cedido individualmente, cujos valores variam entre 300 mil e um milhão de kwanzas. A agência tem desde o ano passado o Kixicomunal, que já abrangeu no Huambo os municípios do Londuimbali, Chiocala Cholohanga, Longonjo e Ucuma, o de Cassongue, no Kwanza Sul, e os de Balombo e Cubal, em Benguela. A agência concedeu 1.550 créditos a pequenos comerciantes da província do Huambo.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Assaltos tiram sossego no mercado do Kicolo

Continente

01 De Fevereiro de 2013

Recentemente duas mulheres que atravessavam o mercado foram interceptadas por um grupo de jovens não identificados que as ameaçaram com facas e garrafas partidas e roubaram o dinheiro que tinham em sua posse.

Conhecidos por "tramangueiros", de acordo com informações que tivemos acesso, os jovens actuam em grupos, e em quase todas as horas acontecem assaltos com toda a liberdade, na maior parte das vezes, as vítimas são aquelas que andam sozinhas.

Joana Marcelino, uma das vendedoras, conta que no fim do dia ao voltar à casa, para melhor segurança tem de apanhar um kupapata (motoqueiro) para chegar sem desconfiança.

Caso do género também se torna preocupante para a população dos bairros da Dimuca e Nguanha, ambos afectos ao município de Sambizanga. Segundo populares contactados a travessia da via-férrea pelas 06h00 deve ser feita na companhia de mais de duas pessoas uma vez que no local segundo eles, ficam jovens a controlar aqueles que estejam a andar sozinhos para serem alvos de assaltos e se for mulher ser violada.

Quanto ao trabalho de manter a ordem pública, é feito pelos conhecidos por cahenches (homens grossos) cujo trabalho não abrange as áreas onde mais atuam os meliantes, polícia ou segurança vocacionada à protecção do mercado.

Os populares são de opinião que a polícia de ordem pública atue nos referidos locais nas horas em que os meliantes desenvolvem mais as suas acções. Segundo apurou o CONTINENTE, os que entram dando a entender aos meliantes que vão ao mercado com dinheiro para fazer compras, bem como os que de lá saem com sinal de que tenham levado para casa o dinheiro ganho do dia, têm sido os alvos de eleição.

A nossa reportagem apurou por outro lado que o mercado possui quatro paragens de táxi, nomeadamente a de passageiros para Cacuo, Funda, Estalagem, os Kwanzas e Cuca, bem como para o de passageiros para o bairro Paraíso.

Nestas os chamadores para a lotação do táxi, são autoritários ao estipularem os preços da tarifa sem o consentimento dos motoristas. Serafim da Silva, um dos taxistas no local, referiu que a alteração da tarifa pelos chamadores, principalmente em épocas chuvosas se deve porque os mesmos com isso obtêm lucros e ninguém lhe pode fazer mal, tudo porque são suspeitos de vandalismo.

3.2 Autocarros articulados entram em circulação

Jornal de Angola

05 De Fevereiro de 2013

Jornal de Angola - Como é garantida a mobilidade dos cidadãos das novas centralidades para o centro de Luanda? Jorge Bengui - Temos medidas de curto, médio e longo prazo. Neste momento estamos a identificar os pontos de retenção do trânsito nas zonas do Zango, Camama, Calemba II, Cidade do Kilamba e Cacuo e a fazer pequenas intervenções para eliminar as várias causas de estrangulamento do trânsito. O Governo Provincial vai também nos próximos dias inaugurar mercados para acolher pessoas que fazem vendas nas vias. A Direcção Provincial de Fiscalização vai eliminar todos os pontos de venda existentes nas ruas, porque têm uma interferência negativa no trânsito.

JA - Qual tem sido a intervenção da Brigada Especial de Trânsito?

JB - Temos trabalhado de forma coordenada com a Unidade de Trânsito e com a Brigada Especial de Trânsito para impedir a retenção desnecessária do trânsito causada por paragens e manobras irregulares feitas pelos automobilistas. Estamos também a construir várias passagens aéreas.

JA - Algumas medidas para facilitar a circulação rodoviária têm falhado. Quem é responsável pela execução?

JB - Todas as intervenções nos eixos estruturantes são da responsabilidade do Instituto de Estradas de Angola, mas damos os nossos pareceres.

JA - Quais são as intervenções a longo prazo?

JB - Temos várias, entre as quais projecto dos autocarros articulados que vão circular numa via exclusiva. Este projecto está a ser conduzido pelo Ministério dos Transportes, que já está a dar os primeiros passos em termos de execução efectiva. O objectivo é facilitar a circulação dos cidadãos nas novas zonas habitacionais. Vamos ter na Cidade do

Kilamba um terminal urbano e interprovincial e o traçado passa por Viana e Zango.

JA- Que outras medidas estão previstas?

JB - Vamos ter também transportes marítimos para facilitar a acessibilidade ao centro da cidade. Estão a ser feitos os cais terminais em toda a orla marítima, do Cacucaco à zona central e sul da cidade. Foi projectado este transporte marítimo para descongestionar a estrada do Cacucaco, a estrada da Samba e fazer com que as pessoas troquem o carro privado pelo barco.

JA- O que está a ser feito a nível do caminho-de-ferro?

JB - O caminho-de-ferro está a desenvolver os seus serviços. Em breve o comboio vai chegar à estação terminal do Bungo. Também há um esforço da empresa em aumentar a frequência da circulação. Vamos também apostar em algumas infra-estruturas complementares e auxiliares, como parques de estacionamento nas estações onde a procura é maior, para que os utentes com viaturas particulares possam deixá-las em local seguro e apanhar o comboio.

JA- Qual é o nível de execução da requalificação e construção das vias secundárias e terciárias?

JB - Este projecto está a ser executado desde 2011. O objectivo é tomar toda a malha viária transitável e fazer com que as ligações sejam funcionais e a circulação não esteja apenas dependente dos eixos estruturantes.

JA - Quais são os efeitos imediatos que a população vai notar?

JB - Já vivemos um pouco os efeitos e não nos apercebemos, Se olharmos para a via que sai de Benfica para Cacucaco, a estrada da Samba e a Avenida Deolinda Rodrigues e nos lembrarmos de como eram antes, não vai ser difícil chegarmos à conclusão de que houve melhorias. Conseguimos circular melhor do que há uns anos. Temos que adoptar políticas de gestão de tráfego que vão de encontro ao que urbanamente é recomendável. Por isso a promoção dos transportes públicos é obrigatória. Temos de reduzir a circulação de viaturas privadas.

JA - O problema do trânsito em Luanda fica resolvido com a execução dos projectos em curso?

JB-As soluções para o trânsito em Luanda passam por várias instituições do Executivo. Mas a grande aposta é sem dúvida a promoção dos transportes públicos. Com a circulação regular dos autocarros

articulados nos seus corredores próprios, transportes marítimos, reforço dos autocarros e do comboio, as pessoas vão poder sair com mais facilidade das suas zonas de residência para os locais de trabalho. Por isso é urgente acelerar o processo de descentralização e municipalização dos serviços públicos porque são eles que atraem diariamente milhares de cidadãos para o centro da cidade.

3.3 Na pista dos medicamentos apreendidos (I)

Jornal A capital

16 De Fevereiro de 2013

Quem ouviu o superintendente chefe Pembele Zanzo, director da polícia Económica em Benguela, abordar os contornos da apreensão de 10 toneladas de medicamentos diversos, levada a cabo no quadro de uma operação com respaldo em Decreto Presidencial, procurou saber, sem dúvida alguma, por que via chegou o produto ao mercado informal da Caponte. É provável que ainda hoje, quinze dias após a revelação, aos microfones da R.N.A, existam municípios algo boquiabertos, sendo certo que o oficial superior do órgão afecto à Polícia Nacional falou em «medicamentos de uso exclusivo da Saúde Pública». À primeira vista, as coisas parecem mais ou menos claras, embora o coordenador da Comissão de Gestão da Saúde como veremos mais adiante nesta reportagem - tivesse, até certo ponto, contrariado o director da polícia Económica. O «desvio» da rota dos fármacos que deveriam estar em hospitais públicos foi o mote da visita, sábado último, 09, do semanário A Capital ao maior mercado informal da província, arredores do município sede. Quase que num abrir e fechar de olhos, à bolei a de um táxi que não respeitava as mazelas da já bastante degradada via de acesso, chegávamos a uma Caponte ainda sem o movimento habitual. Este cenário, próprio das primeiras horas da manhã, acabou alterado minutos depois, mas o espaço reservado à venda de medicamentos não foi contagiado pela movimentação que se assistia em outros pontos da praça. Bancadas vazias e vendedores com um semblante carregado denunciavam a operação policial que culminou com a apreensão dos medicamentos, realçando-se uma «considerável quantidade de anti-palúdicos». O primeiro de cinco vendedores por nós contactados, um cidadão da vizinha República Democrática do Congo, começou por confirmar a «razia» da polícia Económica, efectuada numa altura em que os agentes procediam também ao «bloqueio» dos contentores onde é colocado o produto, situados a escassos metros das suas bancadas. «É tudo amigo, agora quero trabalhar», frisou a fonte, numa clara

demonstração de que a presença do repórter representava um incómodo. Era, no essencial, o que diziam outros colegas seus, todos a coberto de um anonimato que encontrava justificação no medo da perda do ganha pão. Foi assim até chegar António Ernesto, 48 anos de idade, que falou para a nossa reportagem sem «papas na língua», mas com a condição de não ser fotografado. Ciente de que se trata de uma «actividade ilegal», afirmou que a falta de emprego, sobretudo para os mais novos, arrasta centenas de cidadãos para a venda de fármacos. Aplaudido por colegas que o ladeavam, todos atentos às questões que eram colocadas por este semanário, Ernesto afirmou, categórico, que grande parte dos medicamentos que chegam à praça é proveniente dos armazéns da Saúde. «Nós compramos a eles, a um preço razoável, e depois revendemos. É assim que as coisas funcionam», revelou, pouco antes de ter esclarecido que os vendedores optam também pela importação, geralmente através de pessoas conhecidas que viajam de forma regular. Na ponta final da conversa, lembrou que, tal como os medicamentos, podiam ter sido apreendidos o material didáctico e os alimentos que estão em caixas com o timbre da própria Polícia. «É para vermos como é que as mercadorias chegam à Caponte, devemos reflectir seriamente», concluiu.

PGR deve ser notificada, diz jurista

No balanço desta operação policial, o superintendente chefe Pernbele Zanzo alertou para os dissabores que esta «actividade ilícita» pode acarretar, mim discurso que visou, essencialmente, desencorajar tal prática. O dado a reter é que, ao abrigo do Decreto Presidencial que regula a actividade, os prevaricadores podem vir a ser multados em 164 mil Kwanzas, correspondentes a oito salários mínimos (cada salário é calculado em 18 mil Kwanzas). Fonte da polícia Económica, a acompanhar o processo no terreno, informou ao A Capital que os medicamentos deverão ser abertos a qualquer momento. De acordo com a mesma fonte, tendo a denúncia chegado da Saúde, ganha consistência a possibilidade de funcionários deste sector serem responsabilizados pela venda na Caponte. «A ver vamos, até porque trabalharemos com responsáveis da Comissão de Gestão, de quem esperamos algum auxílio, fundamentalmente em relação à caducidade ou não», avançou. Como que a confirmar elementos da «colheita» feita no mercado informal, onde foram ouvidas queixas relativas à perda daquele que é o anti-palúdico mais procurado, acrescentou que o principal objectivo é saber se existe COARTEM entre os medicamentos confiscados. «rudo indica que haja conivência de funcionários dos armazéns de medicamentos. Vamos esperar pelos

resultados das investigações», concluiu. Perante as denúncias do director da Polícia Económica, o jurista Francisco Viena espera que a Comissão de Gestão da Saúde avance para um inquérito ou sindicância. «É a posição que se toma em situações do género», argumentou, para mais adiante esclarecer que, uma vez encontrados os culpados, o processo disciplinar afigura-se como uma medida incontornável. Segundo Francisco Viena, este processo, enquadrado nas chamadas medidas internas, deve ser complementado com a apresentação dos infractores à PGR, órgão que deverá tratar da responsabilização criminal. «Do ponto de vista de enquadramento jurídico, haverá aqui um furto», sustentou.

Saúde promete colaborar

Questões ligadas à agenda do Dr. Manuel António Cabinda estão na base da não apresentação da versão (cabal) da Comissão de Gestão da Saúde. Até ao fecho desta edição, o coordenador da referida Comissão continuava sem folga para a entrevista acertada no início da semana que hoje finda. Fica, todavia, a garantia de que nos próximos dias, até porque voltaremos à carga, o A Capital trará os argumentos de Manuel Cabinda, um jovem dirigente que se tem revelado aberto a inquietações da comunicação social. No breve contacto telefónico que serviu para acertar a entrevista, explicou que as autoridades tencionam, efectivamente, desencorajar a venda de medicamentos no mercado informal, a julgar pelas consequências que dali possam advir. «Em relação ao caso concreto que me coloca, não é bem que sejam medicamentos de 'uso exclusivo da Saúde', estamos a falar simplesmente da necessidade de se pôr termo a esta prática», sublinhou o Dr. Manuel Cabinda, sem nunca ter negado que os medicamentos apreendidos tenham saído da Saúde. Assim é que, prudente quanto baste, disse esperar pela conclusão do processo que pode vir a acabar com a venda de fármacos em locais impróprios, no qual se inclui o trabalho de investigação policial.

3.4 Onde vão roubar tanta energia

Jornal folha 8

16 De Fevereiro de 2013

Corno dizia Sarmakanda: estas éguas não em termos abusivos, tão pouco pejorativos, cavalgam todos os santos dias, faça sol, faça chuva, quilómetros repetidos; todas elas africanas enegrecidas com tinta do sofrimento, atravessam calçadas e se atiram no musseke na terra vermelha ou no lodo fedorento, bacias às cabeças com muitos quilos, bebés às costas e as gargantas a esgaldar de tanto gritar e inalar poeira. Qual cansaço, qual quê? No dia seguinte

novamente revigoradas, para mais uma maratona. éguas, são obreiras como as abelhas meritórias de respeito infundável, mesmo se no fim não produzam mel. Largam a cama tão cedo pela madrugada, onde quase sempre deixam maridos kunangas, desempregados, na maior parte das vezes por preguiça; pegam nas suas bacias, escuridão ainda envolvente, desafiando o medo e o último bandido da esquina, filho da vizinha. Ela acordou torturada pois pela noite à dentro, embora o cansaço e a frustração de quase nada ter vendido, teve de suportar peso de marido duas ou três vezes, mesmo sem apetite. Se rejeitar, marido vai desconfiar, por isso mesmo contra vontade, é só aceitar. Cavalga todo o dia debaixo de Sol ardente, vendendo

produtos e alegria fingida aos clientes para ganhar os 100 kwanzas para o jantar de família. Roda e gira sempre a lamentar, não só da pobreza, ou do polícia que lhe dá corrida, mas acima de tudo do marido que dormindo e se espreguiçando todo o dia, ou a jogar o "Não te irrites", pouco faz para aguentar a casa e ainda por cima a exige, a usa e pouco ou nada agradece. Mas impressionante é ... , ela não desarma e é assim a Margarida ou a Jandira (versão de baixo), pois a Maria Peixeira já não faz moda, tal foi a Maria do tempo do colono branco. E o refrão repete-se todos os dias vezes o ano todo, domingos e feriados, inclusive o dia dos namorados, ou falando de forma mais desgraçadas, afinal não são conhecidas pelo Estado Angolano em nenhum estatuto, nem de segurança de vida, nem reforma de qualquer natureza. Pese embora ganharem a vida com alta dignidade e no mais puro africanismo, são hoje rejeitadas por puritanismos assimilados, ainda por cima humilhadas, tratadas como farrapos. Na sua maioria mães, não se sacrificam nunca para elas próprias. Porquanto, pouco tempo as resta para viverem do suor que vertem todos os dias, já que é todos os dias que elas se lançam rua. E vai daí a questão: quando elas se renovam? Quando elas se dedicam a outros filhos que quase não os vêem, se elas são permanentemente pobres e dormem e acordam cansadas todos?

3.5 Polícia económica apreende combustível ilegal proveniente de Luanda

O Independente

16 De Fevereiro de 2013

A Polícia Económica na província do Zaire apreendeu cinquenta mil e cem litros de combustível (gasolina, gasóleo e petróleo), no posto fronteiriço do Luvo (Mbanza Kongo), por contrabando.

De acordo com o director provincial da Polícia Económica, António Silvério, que prestou esta informação aos órgãos de comunicação sedeados na província, o produto era proveniente de Luanda em camiões contentorizados e se destinava a venda ilegal no mercado fronteiriço do Luvo com a RDC, que acontece todos os sábados.

"Dado o facto de que, naquela semana, o mercado fronteiriço teria lugar no território do Congo Democrático, alguns cidadãos, a partir de Luanda, procederam o carregamento de combustível em camiões contentorizados camuflados em outras mercadorias", explicou.

Segundo o responsável os infratores conseguiram ludibriar as alfândegas que operam no posto fronteiriço, mas foram mal sucedidos com a Polícia Económica destacada no local, que detectou que existiam também outros produtos não mencionados no manifesto exibido as alfândega de Angola.

Segundo o responsável, este tipo de crime lesa a economia nacional, na medida em que o combustível comer cializado pela Sonangol distribuidora é subvencionado pelo estado angolano para ser revendido apenas no território nacional. O oficial policial assegurou que foram reforçadas a medidas de fiscalização no posto fronteiriço do Luvo e não só, com vista a desencorajar estas e outras práticas criminosas.

3.6 Antes a Rua

A Capital

23 de Fevereiro de 2013

Um mês depois da inauguração o mercado popular 21 de Janeiro, ao Rocha Pinto em Luanda, continua vazio. É que as vendedoras recusam-se, mesmo, a ocupar lugares lá dentro com receio de perderem clientes. Inaugurado a 17 de Janeiro do presente ano pelo Presidente da Comissão Administrativa da cidade de Luanda (CACL), José Tavares Ferreira, o mercado foi construído para albergar vendedoras de rua, sobretudo aquelas que comercializam seus produtos nas paragens de táxi e ao pé da passagem de nível ali ao pé. No entanto, decorrido um mês, o cenário visível é completamente diferente. No local as bancadas permanecem vazias, enquanto as vendedeiras que o deveriam ocupar, continuam a realizar o comércio às portas' do mercado, preferindo a pracinha denominada "Suja Pé", situada na mesma rua. Rosita Rogério, 28 anos, vende carne nesta pracinha, a tal Suja pé. Ela disse que chegou a cumprir a ordem das autoridades relativas à ocupação do novo mercado. Só que, não foi por muito tempo,

porque, alegadamente, a escassez de clientes fez com que voltasse à pracinha. "Vendi lá durante um dia. Lucrei só 300 kwanzas", argumentou, continuando que ao contrário do mercado, na pracinha ela vende e lucra em média, 20 mil kwanzas, chegando, nos dias com mais clientes, aos 30 mil kwanzas ou mais. Rosita defende que, para acabar com a confusão, o melhor seria que o novo mercado fosse ocupado, primeiro, pelas vendedoras da pracinha e só daí se daria espaço às senhoras que estavam em casa.

"Assim seria bom, porque tem muita gente aqui, que não tem lugar", enfatizou a comerciante, justificando, por outro lado, que, ela bem poderia vender lá, o problema reside no facto de os clientes não irem lá. "Se todas formos para o mercado, os clientes verão que não há vendedoras na praça, então, irão ao nosso encontro", frisou. Vendedora de gás butano na mesma pracinha, Isabel Manuel, 36 anos, disse ter gostado da iniciativa do Governo de construir no local um mercado.

Contudo, constata que o mesmo é pequeno. "Foi bem-vindo o mercado no bairro. Só que o espaço não chega para muita gente que se inscreveu", observou, exemplificando que as vendedoras de gás como ela, por exemplo, não têm espaço no mercado. "Até os que vivem do outro lado do bairro, foram dar nomes para venderem no mercado. Por isso é que não saímos daqui", enfatizou e reforça: "nós que vendemos gás não estamos legalizados para vender na praça". "Queremos que o nosso administrador alargue mais o mercado para que todos caibamos", apelou Isabel Manuel. Quem partilha da mesma ideia é Eva Alfredo, 29 anos, para quem a solução para a retirada das vendedoras da pracinha passa pelo alargamento do recinto do novo mercado. "Se querem que todos vamos para lá, aumentem o mercado é o que queremos", acentuou, ao acrescentar que, como os clientes não vão ao mercado, elas escolheram a proximidade com a paragem de táxis e a ponte.

3.7 Burocracia trava economia

A Capital

23 de Fevereiro de 2013

Nessas condições dificilmente conseguem crédito", assegurou o Presidente do Instituto de Registos e Notariado de Portugal, em referência às empresas nacionais privadas de regularizar a sua situação jurídica junto dos serviços de registos. Entre nós, é diminuto o número de empresas que se dizem em condições de se apresentar ao mercado como tendo a respectivo estatuto jurídico em dia, o que, na apreciação de António Figueiredo, remete boa parte

da actividade produtiva à margem da economia formal. Tal facto é, por muitos, atribuída às instituições que no país têm a responsabilidade de assegurar o processo de registo de propriedades, dada a burocracia que caracteriza o seu funcionamento. António Figueiredo olha para a ineficiência de tais serviços como algo que se assemelha a um "autêntico travão" para o desenvolvimento económico do país, na medida em que não viabiliza o processo de regularização da condição jurídica das propriedades, normalmente aceites no sistema financeiro como garantias ao crédito requerido. A falta de garantias reais tem sido o argumento com o qual a banca justifica a decisão de não abrir facilmente os cordões à bolsa, quando lhe chegam solicitações de empréstimos nessas condições. E pode ter razão, segundo responsável português, dado que, como disse, "o banco quer ter em seu poder algo que em caso de incumprimento da parte de quem se confia um empréstimo, o credor possa recuperar o dinheiro executando a hipoteca".

Mas isso só é possível em relação a bens cuja propriedade é caucionada por uma instituição vocacionada, como são os serviços de registo. Fora do qual, de acordo com António Figueiredo, "o acesso ao crédito é muito mais difícil", para além de encarecer as taxas de juro. Ocorre, entretanto, que o crédito é, como sublinhou o responsável luso, "o motor de toda a economia", implicando negativamente no seu desenvolvimento quando o acesso a tal produto bancário é obstruído por qualquer razão, onde o que mais se avulta é a ausência de garantias, em decorrência da titularidade oficial de grande parte das propriedades. Por essa e outras razões, o especialista português defendeu a necessidade de se trazer para a formalidade todos activos, assim como a riqueza que se desenvolve na economia informal. Um processo que, segundo ele, pressupõe alteração legislativa, maior eficiência por parte das instituições de registo e notariado.

Sem requisitos para bolsa A condição em que boa parte dos activos se encontra, nomeadamente por não disporem da sua situação jurídica regularizada, complementada com factores como a ausência de boas práticas de governação empresarial, acabará, no futuro, por jogar a desfavor de muitas quando o país abrir a sua primeira bolsa de valores. Pelo menos é o que depreende da leitura feita por António Figueiredo, que considera que nessas condições, não há a mínima possibilidade de uma empresa encontrar portas abertas para se cotar em bolsa. A essa mesma conclusão chegou um auditor que trabalha para uma consultora internacional com extensão em Angola. Segundo Jaime Esteves, as empresas angolanas ainda não estão preparadas para abrirem o seu capital em

bolsa, a olhar para aquilo que é a arrumação contabilística da grande maioria delas. «Se olharmos que em bolsa os requisitos de transparência e de boa governação são particularmente severos», explicou, para adiante concluir que maioria não está preparada». Em finais do ano passado, por exemplo, apenas quinze de um total de 85 empresas detidas pelo Estado, apresentaram contas minimamente consolidadas, indicador de que as organizações do sector empresarial público continuam marcadas por critérios de gestão de algum modo opacos. Um fenómeno que, entretanto, atinge a generalidade do sector empresarial público de um país, onde as companhias se furtam de tomar públicas as respectivas demonstrações financeiras.

Jaime Esteves manifestou, por isso, a disponibilidade da firma de que é um dos consultores seniores em prestar toda assistência às empresas nessa condição, no sentido de fazer com que consigam cumprir com os parâmetros de transparência nas respectivas contas, bem como ajudá-las a adoptar boas práticas de governação, «prestando toda a informação que é necessária para os accionistas e aos potenciais investidores". Seja como for reconhece existência, no meio do universo de empresas, uma ou outra que já responde os requisitos exigidos para que possam abrir o seu capital em plataformas de negócios como é uma bolsa de valores. Tratam-se, sobretudo, de empresas do sector financeiro e outras firmas de sectores chaves da economia que, nos últimos tempos, se deixam submeter a trabalhos de auditoria regulares.

Sucedem, entretanto, que o país continua a adiar a abertura da sua primeira bolsa de valores e derivativos, mecanismo que seria de extrema utilidade na hora das privatizações e venda de acções de empresas de capitais abertos. Por essa sua valia, entidades financeiras como o Banco Espírito Santo Angola defendem o arranque urgente da Bolsa de Valores de Angola, enquanto fonte alternativa de financiamento para os operadores económicos nacionais. A instituição detida pelo grupo português Espírito Santo manifestou tal desejo numa conferência que visou, na semana passada, abordar a necessidade da implementação em Angola do mercado de capitais, que continua até aqui desprovido desta plataforma associada a transacções de títulos e acções de empresas de capitais abertos. Mas, mesmo diante de tal vazio, Angola continua a protelar a abertura de tal mecanismo, obrigando os operadores económicos a submeter-se unicamente à fontes tradicionais de financiamento, como é o caso da banca comercial.

3.8 Crianças são exploradas em mercados inter-provinciais

Semanário Factual

23 de Fevereiro a 02 de Março de 2013

As crianças, com idade entre os 10 e os 13 anos, são as mais assediadas por camionistas, taxistas, motoqueiros e em casas de pequenas refeições diárias, localizadas nos mercados, onde lavam a louça e outros utensílios domésticos a troco de um prato de arroz e meios financeiros (100 a 200 Kwanzas). Constantino Lumbo, de 12 anos, afirmou ao Factual que tem sido por ordem da sua mãe estar no mercado para trabalhar, ajudando na lavagem de carros, no carregamento de viaturas e lavagem de louça nas barracas de comes e bebes, sempre que na lavra não há uma produção considerável para vender e ganhar dinheiro. O adolescente, morador da Gabela, acrescentou que não é hábito na sua família estudar, porque os seus familiares ensinam que a lavra é mais importante, logo têm de trabalhar no campo, ainda que for para alguém, mesmo sabendo que a escola existe.

"Com o dinheiro que me pagam levo para casa e, por vezes, compro fuba e peixe, enquanto o resto entrego à mãe para guardar até que consigamos uma passagem para uma viagem a Luanda, onde temos alguns familiares", explicou Constantino Lumbo. Evaristo Silemon, de 12 anos, Pula Mendonça, de 13 anos, e Edgar Domingos, de 15 anos, adolescentes que não possuem familiares próximos, tão-pouco em Luanda, confessaram ao Factual terem sido raptados em 2012, para a descarga de mercadorias e trabalhos de mecânica, por um camionista que seguia em direcção à cidade do Huambo, mas, postos no local, os rapazes conseguiram, no dia seguinte, regressar com a ajuda de outro camionista, que os conhecia no mercado inter-provincial do Sumbe.

Segundo Evaristo, o camionista tentou hipotecá-lo a um dos agentes como se fosse seu filho, dada a suposta dívida que ele tinha com um comerciante, nos arredores da paragem de acesso à província do Bié. O mercado da Gabela é um dos maiores locais de reencontro de cidadãos e crianças perdidas de quase toda a região de Luanda, do Bengo, de Benguela, do Bié e do Huambo. No mesmo mercado, a administração deu a conhecer que o espaço é fiscalizado por uma equipa, mas a falta de subsídios e de equipamentos de comunicação tem dificultado a detenção de infractores da lei comercial e supostos raptadores, bem como exploradores de crianças, pratica que está a tomar proporções alarmantes.

3.9 Emigrantes ilegais tomaram de assalto ruas e mercados do Kwanza Sul

Agora

23 De Fevereiro de 2013

Serviços de Migração e Estrangeiros deparam-se com problemas diversos uma vez que, a maior parte dos estrangeiros é portadora de bilhete de identidade angolano. Fonte próxima do Comando Provincial da Polícia deu conta ao correspondente local dessa estação de rádio que tais indivíduos começaram a chegar à Província nos primeiros dias do mês de Janeiro, e que medidas estão em curso para se determinar a proveniência e que canais facilitaram a entrada e o trânsito desses imigrantes.

Algumas entidades apontam a falta de fiscalização da costa marítima como o cerne do problema, uma vez que está cada vez mais difícil entrar pelas províncias do Norte, casos do Zaire, Bengo e Luanda e a questão está de certo modo facilitada porque o Kwanza-Sul não dispõe de nenhuma unidade de polícia fronteiriça, mas apenas de uma unidade da Polícia Fiscal sediada na cidade de Porto-Amboim.

Os Serviços de Migração e Estrangeiros que num trabalho conjunto com órgãos do Ministério do Interior têm levado à cabo um trabalho de identificação, recolha e repatriamento de estrangeiros ilegais, deparam-se com problemas diversos uma vez que, a grande parte desses estrangeiros já são portadores de bilhetes de identidade angolanos adquiridos em diversos pontos do país, com a convivência de muitos nacionais.

Por outro lado, a transitabilidade por estrada também encontra de certo modo facilidades, uma vez que, quer os autocarros que fazem as ligações interprovinciais, quer outros meios de transporte circulam com grande à-vontade e os agentes da Polícia Nacional destacados por exemplo no principal posto de controlo, na ponte sobre o rio Longa, estão mais preocupados com a verificação da legalidade de cidadãos asiáticos e de raça branca, dos camiões e carrinhas que transportam produtos agrícolas, do que com aqueles que se misturam e se assemelham aos angolanos, circulando para o interior sem qualquer dificuldade.

3.10 Kupapatas na Mira

A Capital

23 de Fevereiro de 2013

Em Luanda, conforme apurou uma reportagem do semanário A Capital, um dos principais palcos destes assaltos é o município de Viana, onde o mototaxista Pedro António, de 20 anos de idade, revelou os pormenores de uma situação que deixa atormentados a si e aos seus colegas. Em Viana, onde as estradas se confundem com os buracos, os kupapatas encontraram mais uma preocupação, segundo confirmou o jovem. "Há dias em que os marginais assaltam-nos e além das motorizadas levam-nos também o dinheiro", denunciou. Mas é nas imediações do Kimbango que se acha o maior perigo. Por falta "de iluminação, na área, e de patrulhas policiais". Regra geral, tal como contou, os assaltos acontecem a partir das 15 horas, estendendo-se até às 19 horas. Pedro, por sorte, ainda não foi vítima de um assalto desses.

Mas já esteve por um fio. Revelou que, por volta das 19 horas de um certo dia, "um colega foi interpelado por dois marginais armados quando deixava um cliente na zona do Kimbango. Acabou por perder a motorizada", disse. Tão forte foi o impacto que, por desgosto, o seu colega, que por sinal era também amigo, regressou à sua terra natal. Por conta de toda essa situação, os mototaxistas estão a reorganizar a sua jornada de trabalho. Ao que a nossa reportagem apurou, na paragem da Robaldina, por exemplo, os Kupapatas começam o seu trabalho por volta das seis da manhã e terminam às 18 horas. Fazem-no assim, não obstante ser esta uma espécie de hora de ponta. "Às 18 horas, há mais clientes", constatou, por sua vez, Pascoal Cardoso.

Cardoso, proveniente da província do Huambo, é mototaxista desde 2008. Segundo disse, o quintalão ou lixeira do Kimbango é o ponto mais escolhido pelos marginais para investirem contra os motociclistas, ou mesmo contra os próprios passageiros. "Nem os clientes são poupados e, se forem mulheres, pior ainda. Muitas vezes são violadas", denunciou. Acrescentou, mesmo que, na chamada lixeira do Kimbango, os amigos do alheio reúnem-se para esquematizar os crimes. "Nestes crimes, eles rendem os motoqueiros e ameaçam disparar se você reagir", explicou, para depois acusar a Polícia de ignorar as súplicas das vítimas para que aumente o patrulhamento ou, ao menos, a eficiência da esquadra localizada nas imediações da Bela Vista. Este quadro, entretanto, não é muito diferente do que se assiste em outras áreas, regra geral povoadas de kupapatas. Nas paragens do Coelho, Estalagem ou Moagem e ainda da Rua Brasileira a situação não

difere muito daquilo que se vive na Robaldina. Daniel Luciano Neves, de 21 anos de idade, é testemunha disso. Ele afiança que foi salvo *in extremis* por um polícia a paisana que fez vários disparos para o ar, ao aperceber-se de um assalto a um mototaxista. "Eu próprio já sofri um atentado, mas graças à intervenção do Polícia, os meliantes puseram-se em fuga". Se a sorte estava a favor de Daniel Neves, o mesmo não se pode falar do irmão de Paulino Dumba, que além de ter ficado sem a motorizada e o dinheiro feito ao longo do dia, foi ainda alvejado na perna. "Ele levou um jovem que simulou ser um cliente.

Chegados ao local indicado, três jovens esperavam-nos. Foi rendido com uma arma do tipo AKM de cano cortado", elucidou, acrescentando que o irmão insatisfeito ainda tentou reagir ao assalto de que estava a ser alvo. "Foi quando lhe deram um tiro na perna direita, tiraram-lhe o dinheiro que tinha feito e, no final, levaram-lhe a motorizada", sustentou. Domingos Albino, funcionário de uma empresa de recolha de resíduos sólidos naquela zona, disse que a situação deve ser encarada pelas autoridades afins com alguma seriedade. "Este é já um problema recorrente aqui em Viana e até se tomaram conhecimento espero que a Polícia e quem de direito tenha isso em consideração", afirmou. Este município diz ter, também, presenciado uma cena de assalto protagonizada pelos amigos do alheio contra os famosos kupapatas. "O caso deu-se por volta das 18 horas, quando eu saía do serviço. Um jovem, que suponho estar a fazer o serviço de táxi, já que vinha na companhia de alguém, foi interceptado por três outros, dois dos quais armados, foi-lhe recebida a motorizada. e ainda acabou esbofeteado.

O seu acompanhante foi também sacudido". Para os motociclistas daquela parcela de Luanda, a Polícia apenas aparece tardiamente, mas predispõe-se mais a atrapalhar o seu trabalho. "Quase todos os dias somos interpelados, quer seja apeados ou nos carros de patrulha. Quando somos interceptados, recebemos as motorizadas, mesmo sabendo que somos nós que ajudamos as populações aqui e para nos devolverem os meios somos obrigados a pagar de 5 a 10 mil kwanzas e nunca menos disso", denunciaram os jovens, para depois referir que esta acção acontece mesmo aos que têm a documentação que os autoriza a andar de motorizada, já que não há uma documentação que os habilita ao exercício da actividade de mototaxi.

3.11 Uma esquadra será a solução

A capital

23 de Fevereiro de 2013

Julieta António, 25 anos, uma das poucas vendedoras que encontramos a comercializar seus produtos no interior do mercado, louvou a iniciativa do Governo provincial e considerou uma vantagem para o distrito da Maianga, a construção do mercado, pois, em seu entender, poderá diminuir a venda na rua. "Gostei muito. É uma vantagem para nós. Acredito que com o novo mercado a venda na rua vai diminuir", considerou, para depois criticar que não há necessidade de as suas colegas continuarem a vender à margem da estrada. "Lamento o facto de muitas delas terem os seus nomes registados como donas dos lugares, mas não vendem aqui", deplorou. Julieta compreende que a escassez de clientes deve-se ao facto de o mercado ser ainda novo e, um pouco, a falta de hábito por parte dos moradores. E, enquanto a pracinha se mantiver lá, óbvio, os clientes ficarão por ela e, o mercado sempre às moscas. Ainda assim, Julieta adiantou que não volta à casa sem o jantar. "A pessoa consegue sempre um mil kwanzas", sublinhou, quando pedia à Administração para criar mecanismos capazes de convencer as senhoras a deixarem a rua. "Que façam os possíveis de tirá-las de lá para aqui", manifestou, opondo-se à reclamação das outras que querem o mercado só para as senhoras da Suja pé. Outra vendedora Luísa António Dias Manuel, que na altura arrumava a sua bancada para a venda de legumes, confirmou que, na verdade "têm recebido poucos clientes. O mercado tem capacidade para 200 bancadas, conta com uma área administrativa, uma secretaria, espaço de apoio e duas latrinas. A Administração não percebe porque é que as vendedoras recusam ocupar os lugares no mercado, porém, está a envidar esforços para mudar as coisas, com a colocação de uma esquadra policial móvel próximo à passagem de nível, para desencorajar a venda naquele local.

3.12 Polícia redobra acções

Jornal de Angola

26 de Fevereiro de 2013

A direcção provincial da Polícia Económica no Cunene vai redobrar as acções operativas para detectar casos de exercício ilegal de actividade económica na região. O porta-voz do comando da Polícia Nacional no Cunene, superintendente chefe Guido Rafael, disse à Angop que, nos últimos 15 dias, foram notificadas 53 infracções e realizadas 31 visitas de inspecção 'a' diversos estabelecimentos comerciais e industriais na província. As infracções detectadas pela Polícia estão relacionadas com a falta de boletim de sanidade, nota de aquisição de produtos, falta de estrutura de cálculo de preço, ausência de balança e exercício irregular de actividades económica.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 O OGE 2013 e as políticas públicas

Novo Jornal

01 De Fevereiro de 2013

Aos olhos do cidadão comum, a acção do Estado na Educação deve assegurar, em colaboração com as famílias e outros atores sociais, o bem-estar e o crescimento harmonioso das crianças. Esta responsabilidade decorre claramente da Constituição, e está plasmada nos 11 Compromissos com a Criança com que Angola formalmente se comprometeu.

Mas em Angola principalmente na periferia das grandes cidades e em grande parte devido à pobreza do agregado familiar muitas crianças continuam a crescer quase sem a presença de adultos que possam ajudar a desenvolver as suas capacidades, a interiorizar normas éticas e a adquirir disciplina e uma "rotina" que favoreça a sua estabilidade emocional e o seu crescimento harmonioso.

Uma aposta consistente no apoio à primeira infância através de uma rede de creches acessíveis às famílias de baixos rendimentos, de uma educação pré-primária abrangente e de atividades de tempos livres que ocupem de forma construtiva as crianças, adolescentes e jovens, fora do tempo que estão em aulas é uma prioridade para o presente e o futuro de Angola.

Tendo em conta que em Angola 47% da população tem menos de 15 anos e apenas 3% tem mais de 65 anos, o OPSA e a ADRA consideram desajustada a atribuição à "Velhice" de um orçamento (158 mil milhões AKZ) mais de 16 vezes superior ao que é atribuído à "Família e à Infância" (9,8 mil milhões AKZ).

A exiguidade do apoio à infância ainda é maior se uma parte deste valor, dando cumprimento ao discurso do Presidente da República na recente tomada de posse, for utilizada para apoiar a educação pré-escolar, cuja dotação no orçamento da Educação é insignificante, pois nem sequer atinge os 15 milhões de AKZ.

O OPSA e a ADRA consideram que grande aumento da despesa com ensino superior e a redução do, peso relativo da educação primária no orçamento do

sector da Educação (-1,5 pontos percentuais) é uma opção que contraria as prioridades de desenvolvimento humano do país.

É claro que Angola precisa de quadros qualificados, mas para tal, antes de mais, é necessário que os estudantes que chegam às Universidades tenham tido a possibilidade de desenvolver cabalmente as suas capacidades nos níveis de ensino anteriores.

Como infelizmente se constata, muitos alunos vão passando para níveis de ensino mais avançados sem terem adquirido as competências mínimas necessárias, que também não obterão no nível académico seguinte e desta forma, ou o sistema os reprova sistematicamente ou baixa a exigência, diplomando pessoas que não são suficientemente qualificadas.

Uma aposta massiva no Ensino Superior em a correspondente aposta na qualificação dos níveis de ensino anteriores não produzirá certamente os resultados desejados. Por outro lado, tendo em conta que nos últimos anos a população angolana cresce a taxas médias superiores a 3% e, conseqüentemente, a população em idade escolar deve aumentar, a queda do peso relativo da Educação no conjunto das rubricas orçamentais (-0.3%) não está em consonância com o discurso de tomada de posse do Presidente da República 7 em 26.09.2012.

Os orçamentos destinados à Defesa (8.85%) ou à Segurança e Ordem Pública (8.79%) são idênticos ao orçamento destinado à Educação (9.33%). O OPSA e a ADRA consideram que esta opção não corresponde às prioridades de desenvolvimento do país.

Para além da percentagem do orçamento investido no sector da Educação, é importante igualmente avaliar a qualidade da despesa com o sector porque os problemas não se resolvem somente atirando dinheiro para cima dos problemas.

Por exemplo, o Estado Angolano tem investido nos últimos anos muitos recursos do OGE para melhorar o acesso das crianças à educação, nomeadamente investindo na construção e reabilitação de salas de aulas e recrutamento de professores.

Por outro lado, foram tomadas medidas paralelas, aparentemente corretas, para garantir não só o acesso, mas igualmente a qualidade do ensino, exigindo por exemplo que os professores tenham um mínimo de qualificações para exercerem as suas funções.

Dir-se-ia que estavam reunidas as condições mínimas para que nos próximos anos houvesse uma melhoria significativa no acesso e qualidade de ensino,

nomeadamente nas zonas rurais. No entanto, se analisarmos mais de perto a realidade verificamos que uma grande parte dos professores colocados nas escolas rurais não aceita a colocação, ou aceitam e deixam de aparecer, ou têm altíssimos Índices de absentismo.

Para esta situação os professores alegam corretamente, entre outros aspetos, falta de condições para viverem nas aldeias, falta de incentivos (pois os professores ganham o mesmo no centro de Luanda ou na aldeia mais recôndita), falta de transporte, falta de condições para continuar a estudar mesmo à distância.

Por sua vez, as populações locais vêm os "filhos da terra" que lá querem ficar, serem preteridos nos concursos públicos pois não têm as qualificações mínimas exigidas, percebendo que continuando na terra nunca mais vão ter essas qualificações pois os professores ora colocados não aparecem.

Podemos resumir este ciclo vicioso numa frase que é os que querem não podem e os que podem não querem, transformando assim o alto investimento financeiro num baixíssimo nível de eficiência e de impacto no desenvolvimento do País. Este caso é paradigmático da importância de se avaliarem com seriedade o impacto dos programas e políticas públicas, porque mesmo podendo ser bem desenhadas e implementadas, muitas vezes a vida traz novos elementos imprevisíveis.

As avaliações permitem igualmente estabelecer medidas corretivas em função dos problemas identificados e neste caso provavelmente será necessário diminuir o nível de qualificações, investimento num forte programa de capacitação e apoio pedagógico a estes professores, ou criar condições (habitação, transporte, incentivos) para que os professores colocados possam exercer as suas funções, mobilizando a comunidade para os apoiar e ao mesmo monitorar a sua assiduidade e desempenho.

O orçamento para o sector da saúde atinge apenas 5,29% do total, que parece ser manifestamente insuficiente para as necessidades e prioridades dos cidadãos. É notório que grande parte das pessoas com poder económico não recorre às instituições públicas de saúde, preferindo as instituições privadas ou os cuidados médicos no estrangeiro. Este facto, indicia que as instituições de saúde públicas são para os cuidados aos mais vulneráveis.

Por isso, o OPSA e a ADRA consideram que a fatia do orçamento dedicada à Saúde é manifestamente insuficiente para as necessidades, sendo pouco

compreensível que um país que celebrou 10 anos de paz continue a gastar com a Defesa, a Segurança e a Ordem Pública mais de 3 vezes o que gasta em Saúde.

No pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, parece evidente a insistência na componente preventiva sobre a componente curativa. O OPSA e a ADRA consideram muito positivo que o orçamento destinado aos Serviços de Saúde Pública tenha triplicado em relação ao OGE 2012.

Apesar deste aumento significativo os Serviços de Saúde Pública continuam a representar menos de um quarto do orçamento do sector da Saúde. Neste contexto, não há certamente "meios curativos" que possam fazer face às necessidades e o direito fundamental de cada pessoa à saúde fica seriamente posto em causa.

O Estado tem a exclusividade da administração da Justiça, pelo que o OPSA e a ADRA consideram insuficientes as verbas do OGE destinadas ao poder judicial (0,6%) por comparação, por exemplo, com os gastos previstos para Defesa, Segurança e Ordem Pública (mais de 17%) tendo em conta que a construção de um Estado democrático de Direito e a coesão social de um país tem no sistema de Justiça um pilar fundamental.

Não basta que o sistema exista, mas é necessário que ele esteja próximo dos cidadãos e lhe seja acessível, para reforçar a confiança e a credibilidade do Estado e reduzir o índice muito elevado de justiça por mãos próprias e decisões contra legem por sistemas "alternativos" de administração da Justiça.

Para alcançar este objetivo é fundamental tornar o sistema de Justiça - Procuradoria, Tribunais, Provedoria presente em todos os municípios e dotá-los de meios humanos e equipamentos que permitam o seu funcionamento de forma adequada às necessidades dos cidadãos.

Por outro lado, depois da experiência do registo eleitoral em que o Estado tomou a iniciativa de ir ao encontro dos cidadãos, o OGE não parece contemplar nenhum programa semelhante para facilitar a obtenção do bilhete de identidade por parte dos cidadãos.

4.2 Orçamento é submetido à aprovação

Jornal de Angola

02 De Fevereiro de 2013

A proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para este ano vai à aprovação final no próximo dia 14, informou ontem a porta-voz da Assembleia Nacional, a deputada Emília Carlota Dias. A porta-voz, que falou à imprensa no final da conferência dos presidentes dos grupos parlamentares, disse que a sessão do dia 14 vai ser dividida em duas reuniões. A primeira é de carácter ordinário, para a apreciação e votação final global do Orçamento Geral do Estado. A segunda tem carácter extraordinário, para tratamento de questões externas da Assembleia Nacional. Na segunda reunião estão previstas a movimentação de deputados, a resolução que aprova a composição nominal de deputados que integram as comissões de trabalho especializadas da Assembleia Nacional e aprovação de regulamentos internos das comissões especializadas. O Orçamento Geral do Estado dá primazia ao sector social, com 33,5 por cento das verbas, e à administração com 23 por cento e. A proposta de Orçamento Geral do Estado para o próximo ano prevê que as reservas internacionais líquidas venham a ter um peso relativo de 32 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Quanto à taxa de câmbio, deve ser flutuante mas estável e, em média, a vai situar-se em 96 kwanzas por cada a dólar. O documento revela que as despesas podem situar-se à volta dos 6,6 triliões de kwanzas, que do ponto de vista da relação com o PIB representa 55,5 por cento. Relativamente ao saldo primário, a proposta do OGE prevê um défice de 3,4 por cento do valor do PIB, que deve ser financiado por via da mobilização de reservas dos exercícios anteriores e da contratação do financiamento no mercado interno e externo. Os presidentes dos grupos parlamentares reúnem sempre antes de cada sessão para apreciar a agenda.

4.3 Governos provinciais indicam" objectivos com a concretização dos programas locais

Jornal De Economia e Finanças

05 De Fevereiro de 2013

A organização administrativa do país conforma 18 províncias, sendo 162 municípios e outras tantas comunas e aldeias. Calcula-se uma população de mais de 14 milhões de habitantes, maioritariamente jovem e do sexo feminino. Será para esse universo de população, distribuída de forma não equitativa pelos espaços habitados, de uma dimensão territorial de

1.246.700 quilómetros quadrados, que os governos provinciais deverão incidir as suas estratégias de promoção do crescimento económico nacional.

Em função da dotação orçamental (ver quadro na página sete) para a execução aos projectos no âmbito dos Programas de Investimentos Públicos (PIP), a aplicação dos fundos cabimentados para o asseguramento do acesso aos serviços básicos pelas populações dominam a carteira de investimentos.

O documento programático a que o JE teve acesso indica, ao detalhe, sobre a aplicação dos montantes financeiros aprovados para este ano e que estão consubstanciados na melhoria das vias de comunicação, na construção de habitação social, na geração de mais e postos de trabalho, fundamentalmente para os jovens.

Todas estas prioridades conformam-se com a prioridade de melhorar-se o acesso aos serviços hospitalares, em toda a extensão do país, a um ensino de melhor qualidade, suportada com instituições qualificadas e preparadas já no âmbito das novas tecnologias de informação.

Prioridades A província de Cabinda, por exemplo, que no quadro dos investimentos públicos beneficiou de uma tranche de 29,4 mil milhões de kwanzas tem na industrialização uma excelente via de relançamento da economia local, com primazia para a criação de postos de trabalho. O Pólo do Fútila, segundo garantia da governadora Aldina da Lomba, que falava em entrevista à Rádio Nacional de Angola, será o principal catalisador deste amplo movimento de desenvolvimento socioeconómico.

Pelos quatro municípios da província deve registar-se um intenso movimento de obras de impacto social. Já o governador Paulo Pombolo, ouvido pela mesma emissora, apontou a conclusão dos programas do sector de habitação como as grandes prioridades. Paulo Pombolo lembrou que do total das sete mil casas sociais, previstas, devem avançar nos próximos dias para conclusão um total de 1.500 residências.

Os desafios do governo provincial estabelecem, igualmente, o melhoramento da ligação rodoviária entre os municípios que integram a administração local como prioridade dos investimentos a efectuar. Desta feita, os 25,4 mil milhões de kwanzas cabimentados vão acelerar a efetivação de vários programas.

4.4 Deputados preparam relatórios do orçamento Geral do Estado

Jornal de Angola

07 De Fevereiro de 2013

Os deputados emendaram ontem o relatório parecer conjunto na especialidade e a proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado de 2013. Os dois documentos foram elaborados pela Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos e pela Comissão de Economia e Finanças. Os diplomas vão servir para aprovação do Orçamento Geral do Estado na próxima sessão, prevista para o dia 14 de Fevereiro deste ano. O deputado Salomão Xirimimbi apresentou a síntese do relatório parecer conjunto na especialidade. O deputado destacou que o documento principal contém 50 páginas e está repartido em cinco capítulos. O primeiro capítulo é introdutório, o segundo refere-se a generalidades, o terceiro fala dos parâmetros macroeconómicos adoptados para a elaboração do OGE, o quarto refere-se a constatações e o quinto a conclusões e recomendações. Salomão Xirimimbi recordou que a Assembleia Nacional, durante a fase da discussão do OGE, ouviu a sociedade civil, reuniu com os titulares dos departamentos ministeriais, com o sector da Justiça. As auscultações resultaram na elaboração deste parecer conjunto entre as comissões de Economia e Finanças e a Comissão de Assuntos Jurídicos e Constitucionais. O deputado Emílio Homem apresentou a Proposta de Lei do Orçamento Geral de Estado para este ano. A lei sofreu apenas alterações de forma e não de conteúdo. Os deputados entrevistaram pouco nos dois documentos. Um dos poucos que entrevistaram, o deputado Fernando Heitor, foi o que mais vezes levantou questões. Fernando Heitor pediu que se enfatizasse no relatório parecer a mudança da metodologia da elaboração do Orçamento Geral de Estado nos próximos anos. Outros deputados sugeriram também a sistematização do relatório parecer, por conteúdos temáticos, a unificação da linguagem numérica. a conformação da designação da expressão "Presidente da República enquanto titular do poder Executivo", tal como está na Constituição. Os presidentes das comissões de Economia e Finanças, Manuel Nunes Júnior, e dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos, Guilhermina Prata, orientaram os trabalhos. A reunião contou com a presença do ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Edeltrudes da Costa, dos ministros das Finanças, Carlos Alberto Lopes, do Planeamento, Job Graça, dos Assuntos Parlamentares, Rosa Micoló, da Economia, Abraão Gourgel, do Comércio, Rosa Pacavira, do governador do Banco Nacional de Angola. Massano Júnior, e do presidente do conselho

de administração do Fundo Soberano de Angola, Armando Manuel.

4.5 Receitas fiscais registam subida

Jornal De Angola

07 de Fevereiro de 2013

A Repartição Fiscal de Finanças do Andulo, na província do Bié, arrecadou, para os cofres do Estado, mais de 47 milhões de kwanzas, em 20 12, contra os 45 milhões do ano anterior. O responsável da instituição, Emídio Filipe, que anunciou o facto ao Jornal de Angola, disse que o incremento das contribuições deveu-se ao surgimento de novos serviços e da cobrança do imposto industrial provisório. Nestes valores, incluem-se as receitas do município de Nharea. Os valores resultaram da cobrança de receitas de impostos sobre rendimento de trabalho, industrial, predial urbano, sucessões e doações, imposto de Sisa, indemnizações e restituições, receitas de serviço da conservatória e notariado, emolumentos, alienação de habitações, rendas de casa, taxas diversas, receitas de serviços comerciais, multas de trânsito, bem como os referentes a emissões de selos. Contribuíram ainda para a arrecadação do montante, o pagamento da taxa de circulação, multas fiscais, impostos sobre dívidas e rendas de imóveis.

4.6 O Peso da carga fiscal

A capital

09 De Fevereiro de 2013

Os órgãos encarregues de administrar o sistema fiscal angolano estão lançados perante um grande desafio: trabalhar na criação de uma base tributária que permita ao país alcançar níveis confortáveis de arrecadação fiscais.

Para tal conduzem, de um tempo 'a esta parte, a implementar de um programa de reformas no sistema tributário angolano, que implicará, igualmente, a eliminação de alguns impostos que, entre nós, concorrem para o encarecer da produção nacional, como é o imposto de consumo, naqueles casos em que este é duplamente tributado.

A bem da perseguida diversificação económica, constrangimentos como a dupla tributação pode, à luz da aludi- da reforma fiscal, ter os dias contados. Mas, alargar a base tributária do país, visando maiores níveis de arrecada- ção, é o grande propósito com o qual a entidade encarregue do capítulo da administração fiscal justifica a refor- ma em curso.

Por força de tal exercício, o mercado pode a qualquer momento ser, também, surpreendido com uma nova medida fiscal, que cria, a contragosto dos clientes bancários, mais um encargo tributário. Trata-se de um imposto a ser tributado sobre os depósitos a realizar em qualquer uma das instituições bancárias abertas no mercado financeiro angolano.

Pelo menos é o que este jornal apurou de uma fonte junto do Banco Nacional de Angola (BNA), que fez saber da eminência de mais uma modalidade de impostos, a recair sobre valores monetários que forem levados para depósito em qualquer um dos bancos que operam no mercado financeiro nacional.

Os bancos, segundo a fonte, já terão sido prevenidos a respeito, estando a implementação prática da referida medida fiscal dependente de um instrutivo a ser, proximamente, publicado pelo BNA, com orientações nesse sentido. A fonte não avançou indicadores referentes ao valor da taxa a cobrar por montantes a depositar.

Disse apenas ter conhecimento de que se tratará de um desconto directo a partir do numerário que o cliente for a entregar a guarda dos bancos. Seja qual for o valor da taxa por 'depósito, facto é que tal acabará por representar mais um peso acrescido a que os clientes se obrigam, por uma operação até então isenta de custo.

Pelo menos é o que considera o professor da cadeira de Economia, Rogério Paulo, que prevê, em decorrência desta medida, uma série de outras implicações, não só para os clientes, como para a dinâmica de crescimento do próprio sistema bancário em si.

Receia, por exemplo, que a introdução de um tal imposto pode retrair potenciais clientes bancários e desencorajar as pessoas a cultivar o hábito que se começa a ter de fazer poupanças em bancos. "Muita gente vai preferir ter o seu dinheiro em casa do que ter que sofrer descontos por querer guarda-lo num banco", antevê o economista, numa referência ao retorno ao velho hábito de guardar o dinheiro em garrafões ou debaixo dos colchões, como foi até há pouco.

Por este e outros motivos, o economista entender ser "ainda cedo" a aplicação desta modalidade de imposto no mercado angolano, onde a taxa de bancarização da sua economia é, ainda, significativamente baixa, embora a percentagem de angolanos com conta bancária tenha crescido de 13,5% em Setembro de 2011 para 22% actualmente, conforme cálculos do BNA.

Tal crescimento, segundo explicações recentes do governador do BNA, deve-se à campanha de educação financeira e o projecto Bankita, que o banco central está a desenvolver em parceria com nove bancos comerciais. Todavia, Rogério Paulo não tem dúvidas de que a implementação, entre nós, do imposto sobre depósitos pode funcionar como travão para o processo de bancarização, embora entenda ser uma forma do Estado ir em busca de novas fontes de receitas para as realizações públicas.

O imposto em alusão é, apenas, mais um encargo que se junta aos que os clientes são obrigados na hora de solicitar alguns serviços junto das instituições bancárias. Muitos desses encargos passam despercebidos aos olhos dos clientes, à semelhança dos descontos sofridos, por exemplo, por cada levantamento efetuado a partir de uma conta ordenada expressa em dólares.

E tal não sucede apenas com as contas em dólares. No Banco de Poupança e Crédito, como na maior parte dos bancos, o critério para o levantamento do dinheiro em kwanzas, obriga os clientes a utilizarem cheques. São descontados 300 kwanzas pela aquisição da caderneta de cheques. Já para o levantamento em dólares, são descontados o equivalente a 100 kwanzas por cada cem dólares.

No Banco de Fomento Angola (BFA), o critério segue quase os mesmos moldes. Há a obrigação de se proceder ao levantamento do dinheiro somente através dos cheques, submetendo-se o cliente ao mesmo desconto, ou seja, um dólar por cada cem dólares a levantar.

A única diferença em relação ao BPC é o custo da caderneta de cheques: quatrocentos e cinquenta kwanzas. Assim também constatou em tempos o confrade Semanário Angolense, por via de um trabalho baseado numa sondagem por si realizada a este respeito, em que se faz uma incursão por bancos como o BAI, onde, segundo a publicação, a realidade não foge muito a dos bancos anteriormente mencionados.

Em relação a este banco detido maioritariamente pela Sonangol, a distinção nota-se também no custo da caderneta de cheques, que é de 400 kwanzas, enquanto no levantamento em dólares é descontado 1% do valor a retirar. Com tarifas mais altas, segundo o jornal, apresenta-se o Banco de Comércio e Indústria (BCI), que, ao contrário dos demais, cobra quinhentos kwanzas pela caderneta de cheque, ao passo que, no caso dos levantamentos em dólar, é descontado ao cliente um dólar por cada centavos.

O Banco Sol também é aqui analisado, diferenciando-se dos demais por uma particularidade: os seus clientes não precisam de usar cheques para o levantamento, bastando para tal preencher um "bordereaux", ratificado com a assinatura do titular da conta bancária no acto de retirada dos valores.

Em suma, dentre os bancos sondados, conclui-se que o BCI é o líder no que ao valor de desconto na aquisição de uma caderneta de cheques diz respeito e também ao levantamento feito junto dos balcões. Já o Banco Sol é a instituição menos onerosa, detendo uma taxa de manutenção no valor de duzentos kwanzas por mês.

No entanto, constatou-se que o sistema de levantamento pelo multicaixa é totalmente isento de impostos e as pessoas podem retirar os seus valores contando com o limite diário, agora fixado em 40 mil kwanzas. O que, mais tempo ou menos tempo, deixará de estar, como agora, livre do pagamento de impostos são os depósitos, tão logo um instrutivo nesse sentido venha ser publicado pelo Banco Nacional de Angola, a fazer fê em informações de uma fonte deste jornal junto daquela instituição.

4.7 OGE passa no Parlamento sem o 'bom' da oposição

O País

15 De Fevereiro de 2013

Com 155 votos a favor, 38 contra e quatro abstenções, a Assembleia Nacional (AN) aprovou, nesta quinta-feira, o Orçamento Geral de Estado (OGE) para 2013, sem contar com votos da UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA, depois de acesos debates que decorreram mais de vinte dias nas comissões de especialidade.

O principal partido da oposição absteve-se, alegando que o atual orçamento está eivado de algumas incongruências no que respeita às unidades orçamentadas. De entre as várias, apontou, por exemplo, a apresentação de um orçamento de cerca de 70 mil milhões de dólares, despesas essas que não constam do Plano Nacional e justificar as despesas inscritas e as correspondentes verbas, em obediência ao número do artigo 104 da Constituição da República de Angola (CRA).

O partido do "galo negro" interroga-se ainda sobre os gastos feitos na conta geral do Estado e os relatórios trimestrais sobre a execução orçamental, conforme previsto no artigo 1620 da Constituição. Segundo Raul Danda, líder da bancada da UNITA, o executivo

nunca apresentou a conta geral do Estado, e nem tão pouco tenha prestado contas à Assembleia Nacional.

Embora este principal partido da oposição reconheça ter havido uma ligeira subida das despesas no sector social, que passam de 31,1% para 33,5%, as despesas para a Defesa e Segurança sobem 2,5 pontos percentuais, passando de 15,1 % em 2012 para 17,6%, em 2013.

De acordo com Raul Danda, o "homem mais forte" da bancada parlamentar do "galo negro, de entre os vários aspetos que alegam serem motivos da não votação, aponta ainda o facto de uma Clínica Privada, no caso, a Multiperfil, beneficiar de 63 milhões de dólares, contra 44, para o Hospital Universitário Américo Boavida, sem quaisquer explicações plausíveis.

"De quem é esse hospital?", Interrogou-se Raul Danda, sem, entretanto, obter uma resposta do Presidente da Assembleia Nacional, assim como da bancada parlamentar do MPLA, que detém a maioria no Parlamento. Sem nenhum "pacto", com a CASA-CE, Abel Chivukuvuku evocou o mesmo argumento apresentado pela UNITA no que concerne à não aprovação do OGE.

O líder desta bancada e um dos vice-presidentes desta coligação, André Mendes de Carvalho (Miau), insurgiu-se contra a aprovação deste orçamento, justificando que contém despesas não inscritas no Plano Nacional. Aliás, durante os debates, a oposição, sem pronunciamento da FNLA, que nesta legislatura sempre entrou "muda e saiu calda", insurgiu-se contra a votação, que por força da maioria acabou ser aprovada pelos deputados do MPLA.

Como sempre, a posição tomada pelos partidos na oposição foi duramente criticada por todos deputados do MPLA de que se pronunciaram' designadamente, João Pinto, Sérgio Luther Rescova, João Pinto, João Melo e outros, acusando-a de protelar a aprovação por razões inexplicadas.

Ainda com base nesta discussão, Eugénio Manuvakola perguntou se o orçamento ora aprovado irá resolver as prementes questões do saneamento básico de Luanda. Em resumo, tal como sempre, O MPLA, em função da maioria que detém o Parlamento, aprovou folgadoamente o Orçamento Geral de Estado, no meio de muitas críticas dos deputados da oposição, que, como é óbvio, não conseguiram contrapor a vontade da maioria votar o OGE de 2013.

4.8 Conferência do Expansão analisou prioridades do Executivo no Orçamento 2013

Expansão

15 De Fevereiro de 2013

Nós e o OGE. Foi assim que se designou a mais recente conferência organizada pelo jornal Expansão. O evento reuniu numa só sala de uma das unidades hoteleiras de Luanda perto de 150 participantes, entre empresários, diretores institucionais e departamentais. E os motivos para que assim fosse não são poucos, sendo que em causa estava a discussão de um tema de atualidade eminente: o OGE. Em suma, os participantes no evento puderam, a partir desta conferência, perceber mais sobre este instrumento.

Ou seja, os principais indicadores de avaliação orçamental, as prioridades do Executivo, o programa de investimentos públicos, o impacto do OGE na economia, nas empresas, famílias, riscos e oportunidades, bem como as aplicações dos fundos nele consignado. O debate, moderado pelo consultor do Expansão, foi precedido de uma síntese do OGE 2013, sem o petróleo, apresentada igualmente por Carlos Rosado de Carvalho.

Na ocasião, o também economista Carlos Rosado de Carvalho reiterou, citando o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, que "devemos evitar que a economia dependa exclusivamente do petróleo, porque ele um dia acaba", acrescentando que, além deste aspecto, "há um problema muito grande que está relacionado com a volatilidade do preço do petróleo".

Por sua vez, já na fase do debate, o jurista Aginaldo Jaime questionou sobre como Angola vai diversificar a estrutura do seu PIB por forma a que, nele, o sector petrolífero não tenha o peso esmagador que ele tem hoje. E como alterar a estrutura do PIB para que um dos sectores de actividade passe a ter maior expressão e gere emprego?

Estas dúvidas não foram totalmente aprofundadas no debate em causa, mas Aginaldo Jaime deixou à reflexão de que quando uma economia depende de duas

Commodities (matérias-primas) se houver uma crise como a de 2008/2009, as consequências poderão ser desastrosas, "A economia fica muito mais vulnerável, uma sintomatologia que o nosso País experimentou nesse período, até 2010.

E, quando esse produto de que a economia depende for de capital intensivo, como é o caso do petróleo, o problema torna-se mais grave. Não gera oferta

massiva de emprego, pelo contrário, a economia pode crescer, mas não gera postos de trabalho", salientou. Por outro lado, afirma que a retomada da tendência decrescente da inflação, aliada à situação de paz e estabilidade, é uma boa notícia para a economia não petrolífera.

Augura por isso maiores crescimentos nos sectores não petrolíferos. O que tornaria a nossa economia menos vulnerável a choques externos. Aginaldo Jaime teceu ainda um comentário breve sobre a distribuição funcional da despesa. Além do saber direcionar os investimentos e ter uma adequada fiscalização, acredita que seja importante haver um monitoramento regular da evolução da despesa para aferir a sua eficiência.

Por sua vez, Frei Mário Rui, outro participante ao debate, começou por criticar a inacessibilidade do OGE para o comum dos cidadãos. Referindo-se numa perspectiva mais social, questiona em que medida o OGE 2013 corresponderá ao "Nós". O ativista social considera o ambiente económico e empresarial, em Angola, muito dominado mais por uma atitude reativa do que proactiva.

"E, quando é proactiva, ocorre mais na linha do lóbi, no sentido de influenciar as decisões de curto prazo, em muitos casos perdendo de vista os efeitos dessas decisões, quer para as empresas, quer para o País, a médio e longo prazo", atestou. "Isto acontece porque na maior parte das vezes não nos preocupamos com a maioria da população.

Abstraídos da realidade, alguns acham que este não é o mundo do qual fazem parte", disse. Adverte, entretanto, que esta indiferença face à realidade circundante pode trazer consequências desastrosas, e em alguns casos, em primeira instância, para os indiferentes. O também representante do Instituto para a Cidadania, Mosaiko, prosseguiu criticando a pouca atenção dada ao ensino pré-escolar, por parte do Estado, por, no seu entender, gastar-se mais com o ensino superior em detrimento da base.

Por isso, aconselha que se mude a forma como se está a construir o País, prestando mais atenção para esta faixa etária da população. "Se percebermos que uma criança quando chega à escola, sem ter um adulto que lhe ensine a desenvolver as suas capacidades, interiorizar normas de comportamento, a aprender um relacionamento que não fosse baseado na lei do mais forte, estaremos perante um problema grave", considera.

Gil Silveira, em representação do grupo empresarial Visabeira, acredita que a conferência agregou os principais assuntos em matéria orçamental e de

estudo do próprio documento, enaltecendo a forma como a dissertação foi conduzida, quer da parte do Expansão, quer dos preletores. Para o economista Wilson da Silva, o fórum chegou em boa altura, mas adverte para que se aumente as receitas do sector da saúde e da educação, que, segundo refere, contribuem para uma melhor afirmação das sociedades.

O jovem economista questionou sobre que modelos de fiscalização o Estado estaria a adotar para garantir a qualidade e durabilidade, sobretudo daqueles projectos de avultados valores orçamentais. O diretor-geral adjunto da Autoridade Reguladora da Energia Atómica (AREA), Armindo Mussungu, afirma que o evento surge oportunamente, e que ficou satisfeito com a forma como as perspectivas concretas sobre o contexto económico nacional de 2013 foram abordadas.

4.9 Deputados recomendam prestação de contas A

Jornal De Angola

15 de Fevereiro de 2013

O Orçamento Geral do Estado para este ano integra orçamentos dos órgãos da administração central e local do Estado, dos institutos públicos, dos serviços e fundos autónomos, da segurança social e dos subsídios e transferências a realizar para as empresas públicas e as instituições de utilidade pública.

O deputado Emílio Homem, do MPLA, ao apresentar o projecto de Lei sobre o Orçamento Geral do Estado, lembrou que o documento é o principal instrumento da política económica e financeira do Estado que expressa os valores para um período de tempo definido, demonstra o programa de operações a realizar e determina as fontes de financiamentos do programa.

O deputado Diógenes de Oliveira do grupo Parlamentar do MPLA incentivou o Executivo a continuar com a prática de prestações de contas de todas as entidades gestoras. Diógenes de Oliveira lembrou que o Parlamento tem como missão a fiscalização e controlo da execução do Orçamento Geral do Estado, da Conta Geral do Estado e demais contas públicas, por isso, apelou ao Executivo para estabelecer as datas limites de remessa à Assembleia Nacional dos instrumentos essenciais ao exercício das ações de controlo e gestão. O deputado disse que com essas ações o Executivo vai garantir os princípios da transparência e da boa governação.

Para o deputado do MPLA, o Orçamento aprovado ontem reveste-se de grande importância para a vida

dos cidadãos. O deputado Adalberto da Costa Júnior, da UNITA, levantou uma questão sobre o Orçamento atribuído aos antigos militares. André Mendes de Carvalho, deputado da CASA-CE, explicou que o seu grupo parlamentar votou contra as propostas do OGE e a proposta de resolução sobre o Orçamento Geral do Estado 2013, por entender que o procedimento usado pela Assembleia Nacional para apreciação e discussão na especialidade dos diplomas violou as disposições dos regimentos.

Lindo Bernardo Tito, também deputado da coligação CASA-CE, questionou se "o Orçamento aprovado visa satisfazer as necessidades coletivas fundadas na gestão criteriosa e racional dos interesses coletivos e selecionados". O presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, Raul Danda, reconheceu o envolvimento dos parceiros sociais e da sociedade civil na discussão do Orçamento Geral do Estado.

Mas justificou que o seu partido votou contra "porque o OGE não vai de encontro aos grandes problemas nacionais". O deputado disse que o Orçamento "não garante os pressupostos básicos para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos". O presidente do Grupo Parlamentar do PRS, Benedito Daniel, afirmou que o Orçamento continua a revelar insuficiências e mantém as assimetrias. E pediu ao Executivo a implantação de uma política social que permita o acesso à habitação do Estado.

Recomendações ao Executivo Os deputados aprovaram também o Projecto de Resolução sobre o Orçamento Geral do Estado, onde constam recomendações e sugestões ao Executivo. Os deputados pediram ao Executivo que se elabore o OGE na perspectiva do género com programas dirigidos à família, mulher e à criança. Os deputados pediram também a regulamentação da Lei Contra a Violência Doméstica e se criem mecanismos que assegurem a prestação de apoio às vítimas.

Na resolução aprovada com votos favoráveis do MPLA, contra da UNITA e CASA-CE e abstenções do PRS e FNLA, os deputados recomendaram ao Executivo a criação de condições para combater as doenças crónicas e oportunistas, como a hipertensão arterial e as diabetes. Para as Pescas, os parlamentares solicitaram um estudo sobre a problemática das focas na região do litoral sul e a inscrição no Orçamento Geral do Estado de verbas para a construção de uma embarcação de investigação oceanográfica.

Para o sector da Agricultura, os deputados solicitaram a adoção de medidas que visem o fomento da proteção da produção interna, e a criação de condições de conservação e escoamento dos

produtos para os principais centros de consumo. Os deputados querem ainda a execução de uma política social pública, que permita o acesso generalizado dos angolanos às habitações do Estado, principalmente nas centralidades construídas e a construir, "devendo submeter à Assembleia Nacional a legislação que se impõe".

Os parlamentares defendem ainda a adopção de planos viáveis de requalificação e desenvolvimento urbano das principais cidades, vilas e aldeias para se evitar o crescimento desordenado. No sector da Justiça, os deputados recomendaram ao Executivo o aumento das verbas para a construção de Tribunais Municipais e a sua implantação na maior parte dos municípios.

Os deputados recomendaram ao Executivo a construção do Instituto Nacional de Educação Física, para a formação de professores e dar resposta às necessidades de formação integral da criança e do jovem em idade escolar. Os parlamentares querem ainda que a Comunicação Social seja reforçada com medidas que garantam a pluralidade de opiniões nos órgãos de informação públicos e que sejam incrementados no domínio da comunicação social programas e conteúdos sobre a cultura angolana.

Os deputados recomendam prioridade à conclusão do processo de extensão dos sinais da rádio e televisão a todo país, em particular a implantação das rádios comunitárias em todos os municípios e comunas. A sessão parlamentar contou com a presença do Provedor de Justiça e de membros do Executivo.

4.10 MPLA rejeita críticas anarquias ao OGE

Jornal o continente

15 De Fevereiro de 2013

As bancadas parlamentares da UNITA e da CASA-CE já manifestaram inconformismo com a forma como foi elaborado o relatório final dos debates na especialidade, tendo acusado a Comissão para os Assuntos Económicos de não ter atendido as propostas de alteração apresentadas oportunamente. As duas formações políticas deixaram assim caminho aberto para a possibilidade de se absterem ou votar contra a aprovação do OGE. O MPLA minimiza a contestação da oposição com o argumento de que o actual OGE reflecte a vontade do partido vencedor das últimas eleições, conforme declarações do deputado João Pinto.

"Não pode haver alterações no OGE de forma anárquica", disse. Entretanto a AJDP e a OMUNGA defenderam recentemente, numa posição conjunta, a necessidade do país conhecer melhor os mecanismos de gestão orçamental para efeitos da sua fiscalização. As duas organizações da sociedade civil, conhecidas pelas suas acções em defesa da cidadania e dos direitos humanos, consideram louvável o processo de auscultação extraparlamentar, mas fazem notar que o mesmo não é suficiente para se garantir o necessário rigor e transparência na aplicação dos montantes previstos das diferentes rubricas da despesa pública que integram o OGE. Para a AJPD e OMUNGA, é imperioso que o Executivo disponibilize e divulgue o Sistema Integrado de Gestão Financeira (SIGFE), em sua posse há alguns anos e, tome disponível, em especial aos Deputados, Procurador-Geral da República, Presidente do Tribunal de Contas e aos cidadãos em geral, todas as informações necessárias para o acesso ao mesmo. As duas ONGs manifestam-se convencidas de que só este conhecimento e acesso "em tempo útil, permitirá ao cidadão exercer o controlo social e a participar de modo cívico na gestão do erário público de forma séria, comprometida e responsável". In VOA

4.11 Declaração de voto contra do grupo parlamentar da CASA-CE

Agora

16 De Fevereiro de 2013

Grupo Parlamentar da Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral votou contra a aprovação do OGE-2013 bem como, a proposta de lei.

Justificando a razão, o seu Presidente, André Gaspar Mendes de Carvalho "Miau", esclareceu que "o procedimento usado pela Assembleia Nacional, na apreciação e discussão na especialidade violou as disposições pertinentes do regimento da Assembleia Nacional, mormente os artigos 237º, 238º e 239º, que estabelecem que esses debates devem realizar-se em cada uma das comissões de trabalho especializadas, devendo estas produzir atas correspondentes e posteriormente os respectivos pareceres".

A Bancada da CASA-CE "lamenta o facto de quem de direito não ter tido a gentileza de responder ao pedido de esclarecimento sobre a matéria". Este Grupo considerou igualmente que, a "proposta de lei que aprova o OGE-2013 contém uma série de artigos pouco transparentes, que não obedecem aos princípios estabelecidos pela constituição e pela lei, na elaboração do OGE, unidade, universalidade, transparência e equilíbrio".

E como exemplos aponta os seguintes pontos: O Artigo 6º da Lei que aprova Orçamento relativo a criação da "Reserva Financeira Estratégica Petrolífera para a Infraestrutura de Base" porque, não se justifica. Considera que as receitas previstas para a criação da pretendida reserva devem ser consignadas diretamente as despesas de criação das infraestruturas de base, pretendidas e inscritas no OGE;

Relativamente ao nº 14 do Artigo 8º da lei não concorda que seja o Presidente da República a estabelecer o regime especial de controlo orçamental das despesas especiais de segurança interna e externa de proteção do Estado. Sustenta que deve ser a Assembleia Nacional a estabelecer esse regime especial, conforme estabelecido na Constituição e na lei.

Rejeita que se atribua ao Presidente da República a competência de autorizar a aplicação de receitas tributárias petrolíferas que venham a ser arrecadadas em excesso sobre o preço médio de exportação do barril de petróleo bruto de USD 96-02 (Artigo 10º da proposta de lei).

A posição da CASA-CE, também aqui, é que deve ser a Assembleia Nacional a fazê-lo, porque a esta cabe, constitucionalmente, consignar as receitas públicas; A Bancada do Grupo Parlamentar da CASA-C E rejeita também a ideia de passar um cheque em branco ao Presidente da República, em termos de estabelecer um regime especial e de cobertura, execução e prestação de conta, as despesas especiais afectas aos órgãos de soberania, serviços públicos que realizam as funções de segurança interna e externa do Estado.

É também de opinião que, esse regime especial deve ser estabelecido pela Assembleia Nacional, e comportar os princípios da representatividade e da proporcionalidade, significando, no primeiro caso, que todas as forças políticas com assento no Parlamento, devem nele estar representados diretamente.

Para a Bancada da CASA-C E a proposta do OGE-2013 não atendeu as questões que levantou, de dentro do possível, contemplar verbas para o reequipamento dos ramos das FAA, mormente da Marinha de Guerra Angolana e da Força Aérea Nacional de Angola, que apresentam situações preocupantes. Apesar da CASA-CE saudar o acolhimento positivo que foi dado às propostas relativas a erradicação do analfabetismo e da tuberculose nas FAA, considera que as medidas recomendadas ficaram muito aquém do necessário.

Entretanto, saudaram o bom acolhimento dado à questão dos quartéis e melhoria de outras condições de vida das tropas, polícias e antigos combatentes. Finalmente, na declaração de voto, a Bancada da CSA-CE refere que, em sentido geral e como habitualmente, "as propostas do OGE e da Lei que o aprova, vieram realizar um passeio à Assembleia Nacional e regressam, tal como vieram, salvo alguns retoques na maquilhagem.

O OGE é anual (para 2013) e a maioria das propostas contidas no Relatório parecer das 18 e 58 comissões de trabalho especializadas, são para ser implementadas no futuro, ao invés do ano em questão, o que não está certo". Concluiu André Gaspar Mendes de Carvalho, o Presidente da Bancada.

4.12 Finalmente a Assembleia Nacional aprovou o Orçamento Geral para 2013

Agora

16 De Fevereiro de 2013

A Assembleia Nacional aprovou quinta-feira, em Luanda, o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013, que prevê receitas e despesas avaliadas em 6,635,567,190,477.00 (seis triliões, seiscentos e trinta e cinco mil milhões, quinhentos e sessenta e sete milhões cento e noventa mil e quatrocentos e setenta e sete kwanzas) com 155 votos a favor, 38 contra e cinco abstenções, passando a constar já com o que mereceu maior discussão de todos os sectores, obrigando o Governo e a bancada parlamentar do MPLA à maior concertação, incluindo com a oposição, tendo em conta as muitas críticas que foram argumentadas.

A aprovação definitiva foi antecedida de acessos debates pelos deputados, e contou com a presença do Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Edeltrudes Costa, na qualidade de representante do Chefe do Executivo, e de vários outros membros da governação.

Na sessão orientada por Fernando da Piedade Dias dos Santos, o deputado Diógenes de Oliveira, da Comissão Económica, referiu que a aprovação do OGE para 2013 reveste-se de uma importância capital para os deputados, principalmente para os eleitores que a 31 de Agosto de 2012 sufragaram nas urnas o programa de governação do MPLA.

Do mesmo modo, apelou ao Executivo para a observância do disposto no artigo 2440 do regimento da Assembleia Nacional, que estabelece as datas

limites ao exercício das ações de controlo e fiscalização pelos deputados. Diógenes de Oliveira instou ainda Executivo para a necessidade do cumprimento dos princípios da transparência e da boa governação.

Entretanto, o relatório parecer sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013, recomenda uma série de ações pontuais ao Executivo, resultantes de sugestões e recomendações obtidas do amplo programa de discussão na especialidade, com os parceiros sociais do Governo e representantes dos sectores da economia, social, defesa, segurança, ordem interna e justiça do país.

O documento, apresentado pelo deputado Salomão Xirimibimbi, segundo a Angop, refere que no âmbito da acção de controlo e fiscalização do Parlamento, o Executivo deve apresentar relatórios trimestrais de execução do OGE, bem como os respectivos balancetes.

Recomenda do mesmo modo, a revisão da atual metodologia de preparação, elaboração e aprovação do OGE, no sentido de fazer participar cada vez mais os parceiros sociais e gestores das unidades orçamentadas. De acordo com o relatório, esta medida visa a recolha de opiniões e eventuais propostas de prioridade a integrar na proposta do OGE, antes do mesmo ser submetido a apreciação dos órgãos e entidades competentes do Estado. Os deputados aconselham ainda a criação de condições para que os governos provinciais participam na decisão final dos projectos a incluir no Programa de Investimentos Públicos (PIP), a executar nas respectivas áreas de jurisdição. No que concerne a afetação dos recursos financeiros para os municípios, os deputados sugerem a observância do princípio da diferenciação orçamental, tendo em conta a realidade concreta de cada circunscrição.

No sector da família, os deputados recomendam a realização de estudos aprofundados, visando prevenir e combater algumas práticas sociais nocivas, mormente o alcoolismo e a prostituição. O documento recomenda ao Executivo a necessidade de adotar medidas que visem o fomento e proteção da produção interna, e sejam criadas as condições necessárias para a conservação e escoamento dos produtos para os principais centros de consumo.

Relativamente ao sector do Urbanismo e Habitação, recomendaram a implementação de uma política social pública que permita o acesso generalizado dos angolanos às habitações do Estado, devendo submeter-se à Assembleia Nacional a legislação que se impõe.

No âmbito do ordenamento do território, os deputados recomendaram a elaboração de um estudo para o reagrupamento das populações, visando uma melhor prestação de serviços sociais pelo Estado, como a Educação, Saúde, Energia e Água às comunidades.

4.13 OGE « passa » pelo parlamento com votos do MPLA e da UNITA

O Independente

16 De Fevereiro de 2013

OGE para 2013 foi aprovado com votos favoráveis do MPLA (155) e contra (38) da UNITA e da CASA-CE. As bancadas do PRS e a FNLA abstiveram-se. Essa é, em síntese, a história do primeiro OGE após as primeiras eleições gerais no novo quadro constitucional, cuja aprovação fica ainda registada pelo facto de, contrariamente a proposta apresentada pelo Executivo, o documento final comporta receitas de 6,635 triliões de kwanzas e despesas fixadas em igual montante.

Assim, a proposta de OGE deficitário, como estratégia para se ir buscar resultados noutros anos de exercício, acabou por cair terra, depois de um aceso debate mesmo a nível da bancada parlamentar maioritária, sobre as teorias de equilíbrio orçamental e princípio da legalidade como pressupostos de elaboração de um Orçamento Geral do Estado.

Com efeito, e com a mesma ordem de distribuição dos votos, o Parlamento aprovou na mesma sessão o Projecto de Resolução sobre o Orçamento Geral do Estado, em que constam recomendações e sugestões ao Executivo. Os parlamentares recomendaram ao Executivo que se elabore o OGE na perspectiva do género com programas dirigidos à família, mulher e à criança, e solicitaram a regulamentação da Lei Contra a Violência Doméstica, além da criação de mecanismos para assegurar a prestação de apoio às vítimas.

Outra recomendação dos parlamentares vai no sentido de o Executivo proporcionar condições de combate às doenças crónicas e oportunistas, como a hipertensão arterial e as diabetes, que segundo as autoridades sanitárias, estão no topo da lista das principais causas de mortalidade no país. Os deputados querem ainda a execução de uma política social pública, que permita o acesso generalizado dos angolanos às habitações do Estado, principalmente nas centralidades construídas e a construir, «devendo submeter à Assembleia Nacional a legislação que se impõe».

Os parlamentares defendem ainda a adoção de planos viáveis de requalificação e desenvolvimento urbano das principais cidades, vilas e aldeias para se evitar o crescimento desordenado. No sector da Justiça, os deputados recomendaram ao Executivo o aumento das verbas para a construção de Tribunais Municipais e a sua implantação na maior parte dos municípios.

Os deputados recomendaram ao Executivo a construção do Instituto Nacional de Educação Física, para a formação de professores e dar resposta às necessidades de formação integral da criança e do jovem em idade escolar. Os parlamentares querem ainda que para a Comunicação Social seja reforçada com medidas que garantam a pluralidade de opiniões nos órgãos de informação públicos e que sejam incrementados no domínio da comunicação social programas e conteúdos sobre a cultura angolana.

Os deputados recomendam prioridade à conclusão do processo de extensão dos sinais da rádio e televisão a todo país, em particular a implantação das rádios comunitárias em todos os municípios e comunas. Nas Pescas, os parlamentares mostraram-se preocupados com a população de focas, que é considerável especialmente na costa do Namibe.

A esse propósito, foi recomendado um estudo sobre a problemática das focas na região do litoral sul e a inscrição no Orçamento Geral do Estado verbas para a construção de uma embarcação de investigação oceanográfica. Já no sector da Agricultura ficou patente a preocupação dos deputados com a problemática do escoamento da produção no campo.

Todos os dias ouvem-se apelos no sentido de se dar solução ao problema, já que centenas de famílias enfrentam dificuldades para escoar os seus produtos, o que leva a que o programa de combate à pobreza através do fomento da agricultura tenha um efeito contrário. Por esta razão os parlamentares recomendaram a adopção de medidas que visem o fomento da protecção da produção interna, e a criação de condições de conservação e escoamento dos produtos para os principais centros de consumo.

Mas mais do que meras recomendações, os deputados precisam de assumir o seu papel de órgão fiscalizador das ações do Executivo, mesmo que este tenha a vantagem de ser suportado pelo partido que detém a maioria parlamentar. O OGE para 2013 integra orçamentos dos órgãos da administração central e local do Estado, dos institutos públicos, dos serviços e fundos autónomos, da segurança social e dos subsídios e transferências a realizar para as empresas públicas e as instituições de utilidade pública.

É imperativo não ter medo da crise e apostar em metas de crescimento. Especialistas contactados pelo *Independente* convergem na ideia de que o OGE para 2013 é ao mesmo tempo «ousado e pertinente», mercê do investimento substancial no sector social, num contexto bastante adverso e conturbado da economia mundial. No rol de considerações feitas á volta do OGE retivemos a ideia de que há concordância quanto à imperatividade de se apostar no crescimento como meio de dar à volta aos baixíssimos índices de desenvolvimento humano.

Os experts entendem para o atual período da história do país, é pertinente apostar no crescimento, mesmo com as previsões de longos períodos de recessão e de estagnação em várias economias desenvolvidas. As nossas fontes consideram que a materialização dos projectos que constam do PIB, juntamente com outras medidas de política económica e social em curso é quase um dado adquirido que nos próximos cinco anos venhamos a ter um PIB per capita de 12 mil dólares, praticamente o dobro do valor atual.

Outro aspecto levantado tem a ver com a alteração da filosofia de concepção do OGE (focado no Programa Nacional de Desenvolvimento 2013-2017) que vai ter, segundo apontam «implicações na forma de governação», já que os operadores económicos, quer privados, públicos passam a fazer uma gestão por objectivos. As nossas fontes entendem que, diferente do que ocorria no passado, o OGE torna-se um plano financeiro que orienta, regula e direciona os recursos para objectivos estratégicos, previamente definidos no Plano Nacional de Desenvolvimento.

4.14 OGE 2013 reflete linhas estratégicas do país

O Independente

16 De Fevereiro de 2013

O presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Manuel Nunes Júnior, assegurou que o Orçamento Geral do Estado (OGE) 2013, aprovado quinta-feira última pelo parlamento, reflete as grandes linhas estratégicas do país. Segundo Manuel Nunes Júnior, que falava à imprensa no final da sessão parlamentar que aprovou o OGE 2013, "neste momento, do ponto de vista económico, as grandes linhas estratégicas passam em tornar o sector não petrolífero no centro da economia do país".

Isto é, esclareceu o economista, transformar o sector não petrolífero naquele que produz mais empregos, catapultar a produção interna e por esta via reduzir as importações, sobretudo dos bens de consumo. Alertou que ao importar, o país está a financiar a

criação de empregos em outras nações e não em Angola, quando a intenção é criar mais empregos internamente.

Considerou fundamental que se aposte cada vez mais no aumento da produção no país, no apoio aos empresários nacionais para tomar a economia angolana auto sustentada do ponto de vista da sua produção. O OGE para 2013 prevê receitas e despesas avaliadas em 6,635,567,190,477.00 (seis triliões, seiscentos e trinta e cinco mil biliões, quinhentos e sessenta e sete milhões, cento e noventa mil e quatrocentos e setenta e sete kwanzas.

O documento foi aprovado com 155 votos a favor, 38 contra e cinco abstenções. A aprovação definitiva do orçamento foi antecedida de debates pelos deputados, na presença do ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, na qualidade de representante do poder executivo, Edeltrudes Costa, e de membros do Executivo.

4.15 OGE vs populismo

O Independente

16 De Fevereiro de 2013

A gestão por objectivos, que parece ser a orientação do Executivo, tendo em conta o formato da proposta de OGE para 2013 e o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, leva-nos a olhar com outros olhos para a luta política. É inegável que o OGE mudou a sua orientação do ponto de vista da sua estrutura e da sua filosofia, pelo que não nos parece correto, muito menos honesto ignorar tal facto.

Não nos propusemos sair em defesa de ninguém, tão-somente chamar atenção para a necessidade de se elevar o nível do debate político, de modo a conquistar o respeito do público. Colocamo-nos ao lado de todas as correntes sociais que fizeram críticas construtivas à proposta orçamental, mas que tiveram a coragem de apresentar, de sua justiça, sugestões consentâneas com a nossa realidade e anseios coletivos.

O jogo político está cada vez mais sério e a oposição lá vai dando o ar da sua graça, nos vários fóruns. No caso da oposição parlamentar, se assim podemos considerar, chama a atenção para a atitude da bancada do galo negro, na pessoa do seu presidente, que apresentou uma espécie de declaração de voto, na véspera do dia da votação final.

Salta à vista no rol de considerações ali expostas algum «trabalho de casa», o que é bom para a nossa democracia, que deve seguir um rumo cada vez mais

pluralepujante. Mas também não deixamos de reparar na incapacidade que o deputado revela de resistir ao populismo, o que em termos objectivos acaba por retirar a seriedade do trabalho analítico em cima da proposta de OGE.

Longe de querer dar lições sobre como estar na política, propomo-nos tão somente deixar patente que um partido na condição da UNITA, segunda maior força política do país, não se pode dar ao luxo de apontar erros do partido governante e deixar de defender as suas posições sobre cada um dos problemas levantados.

Pudemos constatar que muitas das posições da bancada parlamentar do «Galo Negro» seguem em sentido inverso às avaliações de alguns dos mais respeitados experts dos fenómenos da actividade financeira do Estado. Mas nem por isso nos sentimos no direito de desvalorizar as questões levantadas na declaração de voto feita pela UNITA.

É que nos pareceu que a análise feita pela bancada parlamentar da Unitapecaporanalisar o OGE deforma isolada, deixando de atende-lo como um plano financeiro do programa nacional de desenvolvimento. Por exemplo, soa a ingenuidade pensar-se na quantidade das verbas alocadas para um determinado sector como elemento autónomo para mudar radicalmente o estado do sector em causa.

O Orçamento é um instrumento programático das receitas e despesas do Estado, e é apenas mais um documento de planeamento, tal como o Plano Nacional de Desenvolvimento. O Executivo não utiliza o OGE para implementar projectos, mas sim para operacionalizar a sua implementação.

No nosso modesto entender a maior força da oposição, deve assumir um papel diferente do que habitualmente nos mostra a Unita. O populismo não é o melhor caminho. Melhor do que ouvir críticas avulsas envoltas num populismo, a sociedade quer ouvir quais as ideias do partido, para não ficar a ideia de que se trata de mais um daqueles casos de gente que não erra jamais, porque nada faz.

4.16 Outra visão do OGE ou a explicação do milagre dos pães

Agora

16 De Fevereiro de 2013

Com um exercício peculiar o de contabilizar o formato do orçamento sob a premissa da inexistência da receita petrolífera - o economista e jornalista Carlos Rosado iniciou uma abordagem do OGE,

trocando-o em miúdos, na letra e nos números, numa iniciativa do confrade Expansão.

Entre os comentadores convidados estiveram o Dr. Aguiinaldo Jaime e o Frei Mário Rui, responsável da MOSAIKO. Carlos Rosado quis deste modo destacar um dos traços fundamentais do nosso OGE ou se quisermos, da nossa economia que é a petrodependência.

E sendo o petróleo um recurso finito, haverá que acautelar a utilização das receitas deles provenientes, não somente no imediato mas, sobretudo, para o futuro, isto é, para as gerações vindouras, "não navegando à vista" como diria depois o Frei Mário Rui, mas baseado numa outra perspectiva de desenvolvimento sustentável no âmbito de uma economia diversificada.

Uma perspectiva que os dirigentes dizem corroborar mas que, não se concretiza ao nível da execução. Uma síntese de um OGE sem petróleo não é pois um cenário absolutamente improvável se tivermos em linha de conta a extrema volatilidade dos preços do bruto e as diversas variáveis que podem determinar a escassez ou oferta e os preços.

Teríamos assim, segundo CRC receitas da ordem de 1.288,6 mil milhões AKZ, despesas na ordem dos 4.736,8 mil milhões AKZ com um saldo negativo de 3.448,2 mil milhões AKZ, o que corresponderia em termos percentuais a receitas na ordem dos 17,7%, despesas de 65,0% e um saldo negativo de 47,3 por cento.

Numa outra comparação o OGE 2013 vs. Execução 2012 - num cenário não baseado no petróleo, Carlos Rosado expõe um quadro de aumento das receitas (+ 7,1 %) ainda assim largamente ultrapassado pelas despesas (+ 29,3%), conduzindo a um saldo negativo em quaisquer das vertentes.

Abordando "a marcha das contas sem petróleo" entre 2006-2013 o académico referenciou uma subida reduzida mas constante das receitas, sempre largamente ultrapassada pelas despesas, o que se traduziria sempre em saldos negativos crescentes. (ver quadro) A conclusão por demais evidente deste exercício e a extrema vulnerabilidade da economia angolana, face à petrodependência.

Mesmo baseando-se nos indicadores principais do OGE 2013 (ver síntese) comparado com a execução de 2012 e analisando a evolução da "marcha das contas" entre 2006-2013, é forçoso destacar um aumento significativo das despesas e a queda das receitas, sendo importante destacar que as "contas

públicas pioram qualquer que seja o indicador registando-se o primeiro défice desde 2009".

Descodificando a receita no OGE 2013 infere-se que os impostos respondem pelo grosso da fatia com 96% - o famoso discurso oficial atual sobre a passagem de Angola a estado fiscal 'moderno' contra o estado patrimonial antigo, para conferir.

Em termos de sectores escusado será referir o petróleo com uma fatia de 72% (3.281,8 mil milhões AKZ) registando-se um aumento da receita não petrolífera de + 7,9% (1.279,1 mil milhões AKZ, equivalente a 28% no peso por sectores), com conseqüente diminuição do peso da receita petrolífera (-7,1%), sendo que os diamantes, em termos percentuais da receita como vimos referindo,

O Governo pretende gastar mais em "obras de construção e reabilitação de instalações" (Akz 1.175.5 mil milhões correspondentes a 72%) e na rubrica da construção e imóveis com Akz 274.1 mil milhões, correspondentes a 17%, seguido de "meios e equipamentos de transporte" com Akz. 43,2 mil milhões.

O badalado aumento da despesa social, não é, afinal tão significativo: 33,1% (Akz 1.491,6 mil milhões) em 2012, contra 33,5% (Akz 2.222,8 mil milhões). A que é interessante notar, tal como foi realçado tanto por Carlos Rosado como pelo Frei Mário Rui, é o enorme peso da rubrica de Defesa e Segurança, que revelou uma variação de 71,6% entre 2012-2013.

O quadro das despesas onde o economista se dá ao meritório trabalho de comparar o dinheiro gasto nos "Quartéis VS. Escolas e Hospitais" que a "Defesa/Segurança" leva uma vantagem crescente e inexplicável, reveladora das opções do Executivo.

Aliás, foi Aguiinaldo Jaime que, embora endossando as grandes linhas de apresentação, assumiu a defesa desta rubrica não tivesse ele no passado grandes responsabilidades públicas no Governo e não só - argumentando com a história recente do continente africano marcada por um regresso aos golpes de estado, assim com a existência de conflitos sempre latentes na fronteira norte do país, designadamente da RDC.

Aguiinaldo Jaime, fez mesmo questão de sublinhar a necessidade de ter em linha de conta o fator paz e estabilidade, crucial para o desenvolvimento, como uma área "onde não há quick fix" (resultados rápidos).

Ainda assim, o maior jurista emprestado à economia, denominação presenteada por Carlos Rosado, não deixou de aludir nos seus comentários ao problema

da diversificação da economia e da resolução do problema do desemprego, realçando a ideia do endividamento virtuoso, para valorizar antes de tudo, o capital humano, investindo na Educação.

Mas foi o Frei Mário Rui, quem mais chamou a si a voz da cidadania ao pleitear por uma atribuição diferente da fatia orçamental aos sectores da Educação e Saúde, com enfoque no ensino de base e pré-escolar contra um investimento desmesurado no ensino superior, descurando ainda assim as ciências e engenharias.

O prelado focou mesmo o modo dispare como o OGE aborda determinadas realidades: descurar a infância e adolescência num país em que a população é maioritariamente jovem, concentrando três vezes mais recursos na velhice contra a infância e família já não é aceitável.

Contrariando as teses oficiais que concedem o primado da Defesa e Segurança na manutenção da estabilidade, Frei Mário Rui salientou que "a democratização é um fator fundamental para a paz e a estabilidade, para o desenvolvimento, o progresso das empresas e para as famílias". O prelado católico, disse ainda que apesar dos enormes recursos minerais, em matéria de índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Angola fica atrás de 33 países com menor PIB per capita, sustentando que a prioridade deve ser o investimento no capital humano.

Frei Mário Rui chamou igualmente a atenção das autoridades para o despovoamento de muitos municípios e sedes municipais do interior do país, sugerindo a necessidade de uma nova abordagem dos assentamentos humanos, tanto pelo poder como pela parte das empresas que "não devem descurar a sua responsabilidade social.

4.17 OGE-2013 aprovado com recomendações pontuais

Jornal de Economia e Finanças
19 de Fevereiro de 2013

O orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013, aprovado, pela Assembleia Nacional, com 155 votos a favor, 38 contra, e cinco abstenções, na semana passada. O OGE prevê receitas e despesas avaliadas em 6,635,567,190,477.00 (seis triliões, seiscentos e trinta e cinco mil milhões, quinhentos e sessenta e sete milhões cento e noventa mil e quatro centos e setenta e sete kwanzas). A aprovação definitiva do projecto foi antecedida de debates dos deputados, na presença do ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, na qualidade de

representante do poder Executivo, Edeltrudes Costa, em sessão orientada pelo presidente da Assembleia Nacional. Fernando da Piedade Dias dos Santos, Na ocasião foi apresentado um Relatório parecer, sobre OGE para 2013, que recomenda uma - série de acções 'pontuais ao Executivo. As sugestões e recomendações resultaram do amplo programa de discussão, na especialidade, com parceiros sociais do Governo e representantes dos sectores da economia, social, defesa, segurança, ordem interna e justiça do país. Recomenda a revisão da actual metodologia de preparação, elaboração e aprovação do OGE, no sentido de e fazer participar, cada vez mais, os parceiros sociais e gestores das unidades orçamentadas. De acordo com o relatório, esta medida visa a recolha de opiniões e eventuais propostas de prioridade a integrar na proposta do OGE, antes do mesmo ser submetido à apreciação dos órgãos e entidades competentes do Estado. Neste âmbito, a subida das despesas públicas para o sector social, inscritas no OGE de 2013, comparado a 2012, ao passarem de 33,1 para 33,5 por cento. Observou igualmente a subida da despesa com a defesa e segurança, que regista mais 2,5 pontos percentuais, passando de 15,1 em 2012, para 17,6 por cento em 2013.

4.18 AN pede apresentação de relatórios trimestrais de execução

Semanário Factual
23 De Fevereiro a 02 de Março de
2013

Na sessão de aprovação, a 14 de Fevereiro, os deputados fizeram várias recomendações ao Executivo, tendo a Comissão de Economia e Finanças proposto que, no âmbito da acção de controlo e fiscalização do Parlamento, o Executivo deve apresentar relatórios trimestrais de execução do OGE, bem como os respectivos balancetes. Depois de dois meses, a sobreviver de duodécimos, o principal instrumento do Estado e de estímulo à economia deverá entrar em vigor em Março. Assim, espera-se, com alguma expectativa, o desenvolver da economia a partir de Março, já que o Orçamento para 2013 sofreu um forte incremento em comparação ao ano anterior, bem como se espera, com expectativas, a entrada em circulação da nova família de notas. A nota de cinco mil Kwanzas arrasta algum pessimismo das pessoas quanto ao risco de inflação. O relatório parecer sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013, apresentado pelo Deputado Salomão Xirimibimbi, da Comissão de Economia e Finanças. Os deputados recomendam também a revisão da

actual metodologia de elaboração e execução do OGE, no sentido de fazer participar cada vez mais os parceiros sociais e gestores das unidades orçamentadas, tanto dos órgãos de administração Central como Local do Estado e faz ainda alusão à criação de condições para que os governos provinciais participem na decisão final dos projectos a incluir no Programa de Investimento Públicos (PIP), a executar nas respectivas áreas de jurisdição. Salienta-se que o crescimento assumido para o PIB Global em termos reais (7, 1 por cento em 2013) se mostra superior à taxa prevista pelo, FMI para os países da África Subsahariana (5,7 por cento) e para os países emergentes (5,6 por cento). Isso reflecte uma perspectiva de crescimento mais acentuado do sector não - petrolífero (7,3 por cento) comparativamente ao crescimento do sector petrolífero (6,6 por cento), consentâneo com o objectivo do planeamento nacional de se reduzir, gradualmente, a dependência económica do país do sector petrolífero. O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013 prevê que a dívida pública fundada, interna e externa, de curto, médio e longo prazo, não deverá ultrapassar, no final de 2013, o stock estimado do correspondente a 32 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) situando-se abaixo do limite legal de 60 por cento. Destaca que os juros da dívida pública, avaliados em 64,82 mil milhões de Kwanzas, são cobertos folgadoamente pelo superavit primário de receitas correntes, estimadas em 1.234 mil milhões de Kwanzas, evitando que se possam constituir num factor de indução do défice nominal nas contas públicas. A produção petrolífera anual deve atingir os 673,6 milhões de barris de petróleo em 2013 e reflecte o crescimento do PIB real Do sector petrolífero em 6,6 porcentos. Nota-se também que o OGE tem Receitas Fiscais projectadas em cerca de 4,570,4 milhões de Kwanzas e Despesas Fiscais fixadas em 4.975,8 mil milhões de Kwanzas, do que resulta um défice fiscal de 407,4 mil milhões Kwanzas (4.210 milhões de dólares), equivalente a 3,4 por cento do PIB. A distribuição funcional e programática da despesa dá prioridade ao sector Social que averba 33,5 por cento dos recursos, sendo 8,09 por cento para a Educação, 5,29 por cento para a Saúde, 10,83 por cento para Protecção Social, 7,02 por cento para a Habitação e 1,1 por cento para a Protecção Ambiental. Em seguida, têm-se a Administração Pública, com 23,6 por cento, ficando os Assuntos Económicos (incluindo Transportes e Agricultura, entre outros sectores) e a Defesa e Ordem Pública, todos com 18 por cento. O aumento do peso do sector social resulta do crescimento nas despesas de operação e manutenção das instituições prestadoras de serviços públicos de saúde, de educação e de assistência social a crianças e idosos. As dotações orçamentais para o sector social, em

especial nos sectores da saúde, educação e ensino superior visam assegurar a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Autoridade tradicional é a mais procurada fora das cidades

Novo Jornal

01 De Fevereiro de 2013

Dos centros urbanos, a autoridade tradicional é a entidade mais procurada por quem precisa que se faça justiça, segundo um relatório promovido por uma organização não-governamental, ontem divulgado em Luanda. O relatório, intitulado "Acesso à Justiça fora dos Grandes Centros Urbanos-Angola 2012", foi elaborado pelo Mosaiko - Instituto para a Cidadania, "ligado à Igreja Católica, e parte da ideia de Aristóteles de que a Justiça é, acima de tudo, dar a cada um o que lhe é devido.

O objetivo do estudo foi conhecer melhor a situação do direito de acesso à justiça para os cidadãos que residem fora dos grandes centros urbanos e avaliar se a acção dos grupos locais de direitos humanos é estatisticamente relevante em toda a área dos municípios onde estes existem comparativamente a outros onde tais grupos não existem.

Com este estudo, os autores quiseram ainda garantir proporcionar a informação adicional aos responsáveis pelo sistema judicial, aos decisores políticos e sociedade civil, de molde a melhorar o acesso à Justiça em Angola, sobretudo fora dos grandes centros urbanos. Os participantes no estudo foram leccionados em sete municípios Matala, província da Huíla, Caimbambo (Benguela), Cubal Kibala, Amboim (Cuanza Sul), Kuito (Bié) e Cazengo (Cuanza Norte).

O documento conclui que os órgãos oficiais de administração da Justiça não são um recurso acessível à grande maioria dos cidadãos, sobretudo para os que vivem fora dos grandes centros urbanos, sendo o recurso ao soba ou sekulu (autoridade tradicional) o mais frequente nas zonas rurais. "A polícia é a segunda entidade mais citada como recurso pela maioria dos cidadãos.

Assimilada frequentemente como instituição do sistema judiciário, acaba por ser a autoridade mais próxima da população após o soba ou sekulu e representa um primeiro passo no caminho que poderá conduzir ao Tribunal", lê-se no documento. Sendo os sobas ou sekulos as instâncias de

administração da justiça mais solicitados nas zonas rurais, o estudo recomenda que, para que esta função seja exercida segundo a Lei, os ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos e da Administração do Território, em colaboração com diversos atores sociais, desenvolvam programas sistemáticos de capacitação jurídica básica dos sobas.

A proximidade ao soba ou sekulu são a razão mais invocada para se recorrer a essas autoridades tradicionais, enquanto a rapidez na resolução do problema a mais invocada para o caso da polícia e dos tribunais, seguindo-se a família, padres ou pastores como as instituições consideradas mais confiáveis. Os elevados custos processuais para os cidadãos que vivem longe das sedes onde não há órgãos de justiça e que, mesmo com um atestado de pobreza, enfrentam dificuldades na contratação de um advogado, são fatores que dificultam o acesso à justiça.

"Os mecanismos de assistência judiciária funcionam mal e, em face da ausência de advogados, unicamente para cumprir o formalismo da lei que assegura a defesa ao réu, é comum ver o juiz nomear como defensores oficiosos pessoas sem qualquer preparação para a função, nem qualquer conhecimento do caso para que são nomeados", refere o relatório.

Nesse sentido, recomenda-se a criação de um instituto de Defesa Pública, junto de cada Tribunal, com advogados ou defensores oficiosos competentes, pagos pelo Estado, para que o direito de defesa seja efetivo e não apenas formal. Em Angola, só 16% dos municípios têm "Tribunal municipal e apenas 24% têm Procuradoria Municipal. A Provedoria de Justiça existe apenas em três sedes provinciais (que não integraram a amostra deste estudo).

5.2 Gestão integrada do território

Jornal de Angola

01 De Março de 2013

O Sistema Integrado de Informação e Gestão da Administração do Território (SIIGAT) encontram-se em fase de execução em 53 órgãos da Administração Local do Estado e nos 18 Governos Provinciais do país, pelo Ministério da Administração do Território (MAT) em parceria com a empresa Intersismet.

A administradora da Intersismet, Natália Ramos, disse ontem, em Luanda, que os trabalhos incidem nas áreas de contabilidade e de recursos humanos. Na fase seguinte, vão estender-se ao património, gestão urbanística, atendimento e gestão documental.

"O projecto abarca um grande conjunto de aplicações a serem implementadas nas administrações municipais e distritais, que, em simultâneo, com o suporte de alguns indicadores, passam a ser visionados e acompanhados pelo MAT", disse Natália Ramos à imprensa, à margem do encontro de trabalho com o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, o governador de Luanda, Bento Bento, administradores municipais e dos distritos urbanos, e técnicos das duas instituições.

5.3 Samakuva céptico quanto às autarquias

O País

01 De Fevereiro de 2013

Isaías Samakuva esteve ontem no Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), onde disse ter constatado que nada está a ser feito no sentido da preparação do processo que deverá resultar na implementação do poder local. "Fiquei com a impressão de que a nossa preocupação que é de evoluir para as autarquias, para o poder local, ainda não está devidamente equacionada aqui no IFAL, declarou líder da UNITA. Depois das explicações do director da instituição, Ismael Mateus, sobre os programas de formação de quadros em curso, o presidente da UNI-TA disse que saiu do encontro com a impressão de que havia uma atenção mais virada para a administração local do que para o poder local. "Parece que estamos muito longe das autarquias e por aquilo que ouvimos nem em 2015", admitiu Samakuva. O líder do principal partido da Oposição disse que a sua bancada parlamentar vai bater-se pela elaboração do calendário eleitoral e, principalmente, para a elaboração das leis que suportam as autarquias locais. O director do IFAL esclareceu à delegação da UNITA que a instituição que dirige está neste momento apenas voltada para a formação dos quadros para a administração local estando as matérias ligadas ao poder local a depender da legislatura correspondente. Posto isso, Samakuva disse ser de todo o interesse "que a Assembleia Nacional comece a aprovar leis, porque as autarquias são uma das formas de consolidação da democracia", defendeu. Esta Quarta-feira, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, condicionou a realização das autarquias a um estudo aprofundado a ser realizado pela instituição que dirige e admitiu poder vir a ter lugar em 2015. Em declarações à imprensa, no município do Bailundo, província do Huambo, Bornito assegurou estar em curso a preparação do processo das autarquias locais, lembrando que foi feita uma consulta com o Presidente da República no ano passado e que

inicialmente apontava, na altura, para o ano de 2014. O governante disse que estudos que estão a ser aprofundados ao nível do ministério apontam mais para 2015, mas decorrem um conjunto de estudos que devem ser ainda completados seguido de consultas a serem feitas ao nível nacional.

5.4 Incompatibilidades em Luanda ou a disputa de machos alfa

A capital

02 De Fevereiro de 2013

Quando se estuda o comportamento de um grupo de animais, há-de encontrar-se, entre eles, um macho ao qual os biólogos aplicam o termo alfa. Na linguagem comum, tal expressão equivale à figura que nós, humanos, conhecemos como líder.

Se, na selva, o macho alfa comanda uma manada, uma alcateia ou um grupo qualquer de outros animais, orientando a perseguição às presas e assumindo-se como o primeiro a merecer a atenção das fêmeas, entre nós é o líder quem toma a última palavra, quem decide sobre os aspectos que dizem respeito a toda uma comunidade.

Seja na selva, seja na cidade, há uma característica comum entre o macho alfa e o líder: são avessos à concorrência. Assim como entre um grupo de animais não pode haver dois com mesmo protagonismo, entre os humanos, também, a partilha de liderança não é muito bem aceite.

Na passada sexta-feira, 25 de Janeiro, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, deu a entender que o seu partido enfrentava problemas decorrentes da colocação, num mesmo espaço geográfico, de dois machos alfas.

Ao discursar na abertura de uma reunião do Comité Central do partido no poder em Angola, Eduardo dos Santos chamou a atenção para a persistência de casos de "contradições, atritos e incompatibilidades" entre quadros com funções de chefia mais ou menos equiparadas.

Como exemplo de situações homólogas, todavia hoje já resolvidas, Eduardo dos Santos recorreu ao desenlace entre os anteriores primeiro secretário do partido e governador da província da Lunda Norte, episódio que, segundo referiu o líder dos camaradas, multiplicou-se pelas províncias do Uíge, Cabinda e Cuando Cubango.

Agora, conforme realçou Eduardo dos Santos, é Luanda o caso mais preocupante. Embora não tenha apontado nomes ou cargos, uma observação atenta

prescinde da utilidade de uma bola de cristal para tentar descortinar-se a mensagem mantida subliminar no discurso de José Eduardo dos Santos.

Sendo, na província capital, o primeiro secretário do MPLA e o Governador da província a mesmíssima pessoa, conclui-se que as quezílias mencionadas na alocução presidencial têm outra natureza daquelas que foram citadas como exemplo.

Na verdade, há bastante tempo que os sinais no horizonte apontam para iminência da falência de uma situação administrativa composta, justamente, contra as regras da natureza, ou seja, à revelia do princípio amplamente defendido pelos biólogos segundo o qual num grupo de animais apenas um pode ser o macho alfa.

Esse princípio básico, com efeito, não foi respeitado ao criar-se a Comissão Administrativa Municipal de Luanda. Embora o carácter municipal desta comissão possa limitar, aparentemente, o raio de intervenção da figura nomeada como Presidente de tal órgão administrativo, a realidade mostrou a ocorrência de choques de competência entre ela e a pessoa encarregue de governar a província de Luanda.

Ademais, a existência de tais choques foi, agora, confirmada pelo próprio líder do partido quando, no seu último discurso, referiu que as "contradições e incompatibilidades de génios estão a prejudicar o trabalho, do partido e do Estado".

Muito mais do que "as incompatibilidades de génios", tudo aponta, na verdade, para que ambas as figuras foram empurradas para a condição de litigantes pelo estatuto de macho alfa ao nível da província de Luanda.

Se, por um lado, existe um José Tavares Ferreira a chamar a atenção para si, procurando elevar a importância do gigantesco e importante município de Luanda sob a sua presidência, por outro lado há um Bento Francisco Bento perante a necessidade de fazer valer e respeitar toda a sua autoridade enquanto governador dos quatro cantos da cidade de Luanda.

Luanda, na verdade, não é só Luanda. Dito de outro modo, a província de Luanda congrega, hoje, sete municípios, um dos quais lhe dá nome. Há, de facto, muito mais Luanda fora de Luanda. No entanto, é no município de Luanda, que agrupa sete distritos urbanos, onde a vida realmente ocorre.

É, com efeito, a zona mais importante da província, pela sua história e especificidade arquitetónica, mas também por ser o centro político e administrativo do país: as grandes decisões nacionais são tomadas na

Cidade de Luanda, onde, de resto, estão situadas, na sua generalidade, as sedes dos organismos públicos.

Até o gabinete de Bento Francisco Bento, enquanto governador provincial, situa-se no distrito urbano das Ingombotas, apenas um dos sete concentrados na Cidade de Luanda, onde o seu poder de intervenção é, digamos, nulo, em função da autonomia administrativa, financeira e patrimonial conferida ao município agora gerido por uma Comissão Administrativa.

Pode dizer-se que tanto Bento Francisco Bento como José Tavares Ferreira têm sido vítimas dessa pouca clarificada divisão de competências. Em Março do ano passado foi publicado um decreto a estabelecer o regime de relacionamento entre o Governo da Província de Luanda e a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda.

A começar, o documento refere que o governador provincial é a autoridade máxima da província, "à quem compete dirigir a actividade administrativa dos órgãos sob a sua jurisdição" mas, logo em seguida, demonstra a sua ambiguidade ao fixar as competências da Comissão Administrativa.

Aqui, reserva ao grupo de José Tavares a responsabilidade pela "gestão do OGE afeto à cidade de Luanda", dos investimentos em curso na cidade, dirigir e orientar a actividade dos órgãos e serviços da Comissão administrativa dos demais órgãos dos serviços municipais".

Mas cabe, também, a José Tavares Ferreira nomear, empossar e exonerar os titulares de cargos de chefia das diferentes repartições sob a sua dependência. Trata-se de um quadro que remete governador provincial, no que concerte à Cidade de Luanda, à condição de um chefe sem qualquer poder de decisão, forçado a observar, à distância, as ações de um subordinado seu a quem foi, de certo modo, atribuído o estatuto de governador provincial, gozando até de prerrogativas geralmente a si reservadas.

Não tanto do ponto de vista de dimensão geográfica, o certo é que, administrativa, a Cidade de Luanda acabou por ser transformada numa província dentro de outra província, amputando desde cedo a hipótese de coabitação saudável entre os dois governadores, um nomeado e outro equiparado.

5.5 CASA-CE quer correcção na distribuição

Jornal de Angola
07 De Fevereiro de 2013

A coligação CASA-CE recomendou ontem a correcção dos critérios de distribuição de verbas aos municípios e províncias, tendo em conta os critérios geográficos, demo gráficos e o grau de pobreza. A recomendação da CASA-CE foi apresentada, em Luanda, pelo deputado Lindo Bernardo Tito, durante uma conferência de imprensa que serviu para apresentar as contribuições do grupo parlamentar da coligação nas discussões da especialidade do Orçamento Geral do Estado para este ano. A correcção, disse Lindo Tito, visa a diminuição das assimetrias regionais ainda existentes no país. A recomendação é extensiva à desconcentração da política de investimentos públicos. A coligação liderada por Abel Chivukuvuku encoraja o desenvolvimento sustentável e integral do país e, no âmbito da valorização da família e melhoria das suas condições de vida, sugere a criação de condições de sustentabilidade e de condições de Habitabilidade, através da construção de casas sociais condignas e de baixa renda. Em relação aos antigos militares, a CASA-CE considera imperioso dar corpo ao tratamento igual a todos os antigos integrantes dos exércitos então existentes, designadamente o ELNA, as FAPLA e as FALA. Propõe também a formalização de um subsídio de reforma.

5.6 Receitas fiscais registam subida

Jornal De Angola
07 de Fevereiro de 2013

A Repartição Fiscal de Finanças do Andulo, na província do Bié, arrecadou, para os cofres do Estado, mais de 47 milhões de kwanzas, em 20 12, contra os 45 milhões do ano anterior. O responsável da instituição, Emídio Filipe, que anunciou o facto ao *Jornal de Angola*, disse que o incremento das contribuições deveu-se ao surgimento de novos serviços e da cobrança do imposto industrial provisório. Nestes valores, incluem-se as receitas do município de Nharea. Os valores resultaram da cobrança de receitas de impostos sobre rendimento de trabalho, industrial, predial urbano, sucessões e doações, imposto de Sisa, indemnizações e restituições, receitas de serviço da conservatória e notariado, emolumentos, alienação de habitações, rendas de casa, taxas diversas, receitas de serviços comerciais, multas de trânsito, bem como os referentes a emissões de selos. Contribuíram ainda para a arrecadação do montante, o pagamento da taxa

de circulação, multas fiscais, impostos sobre dívidas e rendas de imóveis.

5.7 Brincar às eleições autárquicas Assim não dá camarada Bornito...

Angolense
08 De Fevereiro de 2013

Depois da vitória, estranhamente, o MPLA e os seus dirigentes parecem desvirtuar o discurso inicial, o que leva a crer que não passou de mais uma teoria para distrair a oposição, e, sobretudo, para "inglês ver". Num discurso "ambíguo", recentemente, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, veio demonstrar o "cinismo" e desprimor em como o partido lida com alguns assuntos da nação. Criou-se tanta expectativa um verdadeiro teatro, uma "publicidade enganosa" e sem cabimento perante uma oposição sem "oposição", apanhada uma vez mais na contramão. Aí está mais uma batalha para a oposição, numa altura em que um dos actores, o ministro Bornito de Sousa brindou a sociedade com a boa nova: não existe legislação sobre esta matéria - não existe uma lei apropriada sobre eleições autárquicas... Assim vai o país! Bornito de Sousa não ficou por aí. Aparentemente, sem a mínima consideração pelos seus adversários políticos, deixou entender que nunca houve promessa de que às eleições autárquicas teriam lugar depois das eleições de 2012... Qual falta de verdade política? Neste andar, facilmente se pode concluir, ou seja, se o intriguista é como o carvão se não suja queima, o mesmo se pode dizer da política doméstica angolana, eivada de avanços e recuos. A justificação segundo a qual as autarquias estão condicionadas a um estudo profundo a ser realizado, não colhe, e, ao que tudo indica, o MPLA não parece estar preparado para ensaiar este modelo de eleição. As curvas e contracurvas demonstram isso, é mais uma "curva apertada" que terá de fazer. Depois de delegações do executivo terem ido a Moçambique, em Maputo, beber da experiência daquele país irmão, o ideal era levar avante o "projecto" do que adiar o que em boa verdade já era uma realidade fazendo fé nas projecções do ano passado. Chega de adiar o país...

5.8 Direito constitucional das autarquias locais

Continente
08 De Fevereiro de 2013

O jurista e constitucionalista Carlos Feijó, segundo a *Angop*, é de opinião de que "a Constituição da

República de Angola, estabelece o que se pode chamar de verdadeiro direito constitucional das autarquias locais, tendo em conta que possui 15 artigos que se dedicam ao assunto, contrariamente à Lei Mãe de 1992". Carlos Feijó fez esta análise, quando dissertava, nesta terça-feira, sobre o tema "O poder local na Constituição", durante o Workshop sob o tema "A Constituição e a consolidação do Estado Democrático e de Direito", por ocasião do terceiro aniversário da sua promulgação.

Explicou que em relação à Constituição anterior há também uma valorização constitucional das autarquias locais, uma vez que o seu conceito desde logo é substancialmente melhorado, apontou. Segundo o preletor, é apresentado um conceito de autarquia local que mais se compadece com as convenções internacionais sobre autonomia local, em particular com a convenção europeia sobre o assunto.

Uma inovação da "Lei Magna", pois a seu ver existem poucas no mundo com esta norma, consiste na garantia jurisdicional que a Constituição confere ao poder local para fazer valer os seus direitos perante violações ao núcleo essencial do princípio da autonomia local. A actual constituição, ao contrário da anterior, referiu, é clara ao dizer que as autarquias locais serão institucionalizadas nos municípios, mas ainda assim admite-se que existam autarquias supramunicipais e inframunicipais.

Ou seja, em sua análise, é necessário que haja uma reforma territorial que venha claramente definir o que é uma cidade, uma vila, o que é a divisão administrativa para efeitos autárquicos, como a Constituição já estabelece, ou divisão administrativa para efeitos de administração central ou militar.

Neste aspecto, frisou que logo na parte inicial da Constituição procurou-se não confundir a divisão administrativa de outras formas de organização territorial. Assim sendo, disse que o princípio da autonomia local, na Constituição de 2010, é um limite material de revisão constitucional o que significa que há como que um princípio do não retrocesso em termos de autonomia local.

Referiu que qualquer alteração constitucional que atente ao princípio da autonomia local é considerada inconstitucional, ainda que se tente por via de uma fraudulenta revisão. Já o princípio do gradualismo infere a transferência de funções e competências do que hoje é exercido pela administração central do Estado, por via da administração local do Estado aos futuros entes-autárquicos.

Disse ainda que a totalidade de competências estaduais e não estaduais hoje são exercidas pelo estado por via da administração central e local. "Quando institucionalizarmos as autarquias locais o problema que vai se pôr é em relação àquelas funções que o estado usurpou e que originariamente deveriam ser das autarquias locais", acrescentou.

Nesta fase, fez saber, entra o princípio do gradualismo, uma vez que essa transferência deve operar-se de modo gradual para não se criar uma situação de caos administrativo.

5.9 Secretários municipais viram costas a Bento Bento

Continente

08 De Fevereiro de 2013

Segundo fontes, tem havido uma gritante falta de respeito para com alguns secretários municipais, usurpação de poderes, chegando mesmo a ser violado alguns itens dos estatutos do partido, e ainda algumas tramóias que são montadas pela dupla BB e Jesuíno, com objectivos de afastarem alguns, senão todos os secretários municipais.

Numa das reuniões, marcada de forma extraordinária pelo 1º secretário provincial, e esta sem uma agenda de trabalho, os primeiros secretários municipais foram surpreendidos com a pergunta, sobre quem seriam os candidatos à 1º secretários nos municípios.

Para a surpresa de BB e sua direcção, a maioria dos secretários municipais mostrou-se indisponível a concorrer para as suas próprias cessions e houve mesmo alguns que se manifestaram, mostrando-se indignados com a direcção provincial do partido, nas pessoas de BB e Jesuíno Silva, e declararam não estarem dispostos a trabalhar com aquela direcção, pelo mau clima que estes mesmos criaram, não só a nível do partido, como também da própria governação em Luanda.

Na verdade, os primeiros secretários municipais já se tinham apercebido que BB e Jesuíno tinham já as suas listas de candidatos a primeiros secretários municipais, sem levarem em consideração que é nos municípios onde em conferência (convocada pelo 1º secretário municipal) estes devem ser eleitos, querendo impor aos municípios primeiros secretários de suas conveniências.

A nossa fonte disse ainda que fruto de uma reunião com os membros do Bureau Político e do Comité Central (que preferiu não revelar quem eram), a direcção do comité provincial de Luanda, foi

repreendida, pelo facto destes terem já candidatos a primeiros secretários municipais, porque lhes tinha sido bem aclarados que não era da competências destes receberem candidaturas para os municípios, e também puderam ainda identificar que o maestro de toda esta artimanha era Jesuíno Silva (2º secretário), que em muitos casos influencia BB e este com facilidade deixa-se levar nos intentos deste.

Segundo ainda a fonte, BB quando foi a governador, foi pensando que aquilo era uma "pêra doce", mas que ao fim de tudo o tem consumido muito tempo, fazendo com que acaba deixando praticamente o comité provincial nas mãos de Jesuíno, que por sua vez faz das suas.

A fonte assegurou que até 2008 o MPLA tinha Luanda muito bem controlada, e que se previa que com o camarada BB a acumular as funções como 1º Secretário e Governador Provincial, pelo carisma que mostrava ter, poderia repetir a proeza, mas infelizmente enganaram-se, pois a forma como BB e seu pelouro têm estado a gerir politicamente Luanda, ditou e de que maneira os resultados (em Luanda) nas últimas eleições.

"Muitos secretários municipais reclamam que devido a alguns interesses pessoais dos principais membros da direcção do comité provincial, estes' praticamente não os deixavam trabalhar," e que é preciso banir este mau clima que existe a nível do partido na província.

5.10 Intrigas no GPL serão denunciadas

Semanário factual

De 09 a 16 de Fevereiro de 2013

Depois de o Presidente José Eduardo dos Santos ter admitido haver um conflito de interesses entre quadros do MPLA e da administração pública e não excluindo a possibilidade de sanções, uma certa corrente no seio do Governo provincial de Luanda anunciou que vai enviar uma carta ao Chefe do Executivo, para denunciar a cúpula que tem vindo a destabilizar o funcionamento desta instituição.

Os supostos subscritores da carta, que deverá chegar ao Presidente da República nos próximos dias, dizem que a conduta desses indivíduos está a manchar a imagem do Executivo Central. No Governo Provincial de Luanda, os governantes não demoram por culpa dessas pessoas.

Por isso, não queremos que o Governo de Luanda seja prejudicado por um grupinho de gente mal intencionada", defendem. A carta, segundo apurou

este jornal, deverá explicar as armadilhas que são montadas contra dirigentes indicados para governar a província de Luanda.

Para alguns analistas, a intervenção do Presidente José Eduardo dos Santos abre uma nova etapa em termos de governo, tendo em vista os próximos desafios. Acho que o Presidente da República não quer trabalhar com elementos a nível central ou provincial capazes de pôr em causa o programa do MPLA 2012/17.

Acrescentaram as mesmas fontes. Na abertura da VI sessão ordinária do Comité Central do MPLA, o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, anunciou a adoção de urna nova política de quadros. O líder do partido criticou o conflito de interesses existente entre quadros do MPLA e da administração pública.

Afirmou que existem militantes que não tratam, no exercício das suas obrigações, dos assuntos de forma objetiva, colocando questões subjetivas e pessoais acima dos interesses gerais, o que provoca contradições, atritos e incompatibilidades com outros quadros.

"A situação mais grave é a que temos hoje na cidade de Luanda, onde estas contradições e incompatibilidades estão a prejudicar o trabalho do partido e do Estado", afirmou.

5.11 Secretarios municipais apoiam Bento Bento

Jornal A capital

16 De Fevereiro de 2013

Esta é, ademais, a leitura que se pode fazer de um episódio recente, no qual uma publicação semanal angolana veiculou uma notícia a dar conta de um descaso entre a direcção do partido na província e a totalidade dos secretariados municipais de Luanda. Entre outras coisas, a direcção do partido foi acusada de, constantemente, desrespeitar alguns secretários provinciais e de extrapolar as suas competências, interferindo, indevidamente, no processo eleitoral em perspectiva. Um documento chegado à redacção do semanário A Capital, porém, acaba por desmentir tais acusações, reforçando, mesmo, as suspeitas dos membros do comité provincial da existência de uma campanha devidamente direccionada para prejudicar a imagem pública dos dois responsáveis do partido na província. Os mesmos secretários municipais, ditos desavindos com o secretariado provincial, escreveram um documento a desmentir tal informação,

garantindo que as relações entre as diferentes estruturas "são as melhores" e que se baseiam naquilo que estabelecem os estatutos do partido dos camaradas. "Essa é a verdade", afirma-se no documento subscrito pela generalidade dos chefes dos secretariados municipais do MPLA em Luanda. Os secretários não apenas garantem que as relações são cordiais entre as diferentes estruturas do partido em Luanda, como rejeitam a hipótese de haver qualquer interferência do secretariado provincial na preparação das eleições em perspectiva para a renovação das estruturas municipais. Segundo explicaram, os estatutos definem claramente as modalidades de participação, estas que têm sido respeitadas. Quanto "às candidaturas ao cargo de primeiro secretário municipal", lê-se no documento, ficou patente, a esse nível, que "as propostas resultantes das assembleias dos comités de acção do partido, as candidaturas individuais, bem como a recandidatura dos actuais titulares" devem ser entregues às comissões municipais eleitorais. O papel do Comité Provincial, no processo, limita-se a prestar o devido acompanhamento, tal como se explicou na aludida carta. Sabe-se, na verdade, que apenas um secretário municipal optou por não se recandidatar, sendo o caso concreto de Maciel Neto Macavulo que chefia o comité do Rangel. Mas essa decisão decorreu, ao que tudo indica, da vontade própria desse militante, um pouco pressionado pela rejeição dos demais membros do comité municipal ao seu estilo de liderança. Essa postura, entretanto, não deve ser extensiva aos demais comités municipais, segundo os subscritores da carta endereçada à redacção do semanário *A Capital*. Eles enfatizam mesmo que "o facto deste ou daquele camarada ter manifestado impossibilidade de continuar no cargo por razões pessoais, não pode, de maneira nenhuma, ser extensivo a todos os primeiros secretários". Ao longo das suas carreiras, dizem, a generalidade dos secretários municipais tem dado o seu melhor no engrandecimento do partido e dos seus líderes, seja à escala nacional, seja ao nível provincial, e os frutos desse trabalho têm sido reconhecidos pela direcção central do partido.

responsáveis do partido na província. Os mesmos secretários municipais, ditos desavindos com o secretariado provincial, escreveram um documento a desmentir tal informação, garantindo que as relações entre as diferentes estruturas "são as melhores" e que se baseiam naquilo que estabelecem os estatutos do partido dos camaradas. "Essa é a verdade", afirma-se no documento subscrito pela generalidade dos chefes dos secretariados municipais do MPLA em Luanda. Os secretários não apenas garantem que as relações são cordiais entre as diferentes estruturas do partido em Luanda, como rejeitam a hipótese de haver

qualquer interferência do secretariado provincial na preparação das eleições em perspectiva para a renovação das estruturas municipais. Segundo explicaram, os estatutos definem claramente as modalidades de participação, estas que têm sido respeitadas. Quanto "às candidaturas ao cargo de primeiro secretário municipal", lê-se no documento, ficou patente, a esse nível, que "as propostas resultantes das assembleias dos comités de acção do partido, as candidaturas individuais, bem como a recandidatura dos actuais titulares" devem ser entregues às comissões municipais eleitorais. O papel do Comité Provincial, no processo, limita-se a prestar o devido acompanhamento, tal como se explicou na aludida carta. Sabe-se, na verdade, que apenas um secretário municipal optou por não se recandidatar, sendo o caso concreto de Maciel Neto Macavulo que chefia o comité do Rangel. Mas essa decisão decorreu, ao que tudo indica, da vontade própria desse militante, um pouco pressionado pela rejeição dos demais membros do comité municipal ao seu estilo de liderança. Essa postura, entretanto, não deve ser extensiva aos demais comités municipais, segundo os subscritores da carta endereçada à redacção do semanário *A Capital*. Eles enfatizam mesmo que "o facto deste ou daquele camarada ter manifestado impossibilidade de continuar no cargo por razões pessoais, não pode, de maneira nenhuma, ser extensivo a todos os primeiros secretários". Ao longo das suas carreiras, dizem, a generalidade dos secretários municipais tem dado o seu melhor no engrandecimento do partido e dos seus líderes, seja à escala nacional, seja ao nível provincial, e os frutos desse trabalho têm sido reconhecidos pela direcção central do partido.

5.12 Responsáveis municipais em formação Artigo

Jornal de Angola
18 De Fevereiro de 2013

Administradores municipais e comunais da província do Bié participam, em Chitembo, num curso sobre o reforço das noções básicas para o bom desempenho das funções e responder melhor aos desafios da administração local.

A acção formativa, com duração de um mês, está a ser ministrada por técnicos do Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) e aborda questões relacionadas ao direito administrativo, gestão de recursos humanos e de serviços municipalizados, ordenamento do território e planificação.

O director nacional do Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), Ismael Mateus, disse que o curso vai ainda debruçar-se sobre questões ligadas às finanças, desenvolvimento das comunidades, liderança, poder das autoridades tradicionais e o património.

O responsável disse que a acção formativa visa igualmente organizar, discutir, fomentar, sistematizar e transmitir conhecimentos sobre assuntos referentes à área da administração local aos responsáveis comunais e seus respectivos adjuntos na província do Bié.

5.13 PR convoca Bento e Tavares

Novo Jornal

22 de Fevereiro de 2013

O PRESIDENTE José Eduardo dos Santos convocou pela primeira vez, na semana passada, o governador da província de Luanda, Bento Bento, e o presidente da Comissão Administrativa de Luanda, José Ferreira Tavares, para esclarecer alegadas fricções internas. Reunidos durante uma hora na sede do partido, José Eduardo dos Santos ouviu a versão de cada um, tendo na oportunidade aconselhado os dois a levarem a bom porto o programa de governação do MPLA a nível da província de Luanda. "O Presidente José Eduardo dos Santos quer contar com. Estes responsáveis, que são militantes influentes do nosso partido", disse uma fonte deste jornal, adiantando que depois da reunião nada transpirou para os membros do partido. Para a mesma fonte, "o mau clima principiou quando um grupo de intriguistas começou a especular que José Ferreira Tavares ambicionava o posto de governador provincial de Luanda. Para alguns analistas, o clima de tensão no Governo da província de Luanda não tem de existir, porque os decretos presidenciais são claros em termos de poderes e competências. Recorda-se que na última reunião do Comité Central do MPLA, o presidente José Eduardo dos Santos, admitiu haver problemas de relacionamento entre os militantes do MPLA que ocupam funções partidárias e político-administrativas, particularmente em Luanda, onde disse "a situação é muito mais grave". "A situação mais grave é a que temos hoje na cidade de Luanda, onde estas contradições e incompatibilidades do género estão a prejudicar o trabalho do partido e do estado", afirmou na oportunidade. Segundo o líder do MPLA, a situação é demasiado evidente ao nível dos municípios e comunas, particularmente nos grandes centros urbanos e nas grandes cidades revelando que já houve os problemas no Uíge, na Lunda-Norte e mais recentemente, em Cabinda e no Cuando-Cubango.

RESPONSABILIDADES DE CADA UM

Este jornal, na sua edição 264, abordou as responsabilidades de cada um dos titulares. Segundo os decretos que definem as responsabilidades, Bento Bento lidera uma entidade fiscalizadora com competências administrativas, acrescidas aos poderes de concessão geral dos serviços públicos. Ao governador compete ainda velar por questões de âmbito provincial, envolvendo mais de um município, enquanto cada município tratará apenas de questões locais, assim como os distritos urbanos. O presidente da Comissão Administrativa de Luanda, José Tavares, por seu turno, tem a responsabilidade de gerir o Orçamento Geral do Estado (OGE) afecto à urbe, os investimentos em curso, cabendo-lhe ainda dirigir e orientar a actividade e os serviços dos demais órgãos dos serviços municipais. Excluem-se das competências da referida comissão as áreas afectas às empresas ou instituições públicas de âmbito provincial ou central. Os desentendimentos, a nível da província de Luanda, entre os responsáveis têm vindo a preocupar as estruturas de base do MPLA (OMA e JMPLA) que esperam que se encontrem mecanismos para pôr cobro à situação. O Novo Jornal deslocou-se às duas instituições, Governo Provincial de Luanda e Comissão Administrativa de Luanda, mas ninguém quis dar detalhes sobre esta situação.

5.14 Sakaita quer vitória no sul e centro do país

Semanário Factual

23 de Fevereiro a 02 de Março de 2013

O filho do falecido líder fundador da UNITA, Rafael Massanga Sakaita, nomeado secretário nacional para a Mobilização Urbana, elegeu o centro e o sul de Angola como principais áreas onde vai actuar, soube-se nesta semana. Uma fonte do Galo Negro revelou que Rafael Massanga vai desencadear forte mobilização para reforçar a UNITA nas províncias do Huambo, do Bie, de Benguela, da Huíla e do Cuando Kubango. Rafael Massanga, tido como um futuro líder da UNITA, é considerado como um jovem dotado de conhecimentos políticos, adquiridos através da leitura constante. Recentemente, Rafael Massanga afirmou que o MPLA não conseguirá, nas eleições autárquicas, eleger deputados no Bié e, especialmente, no município de Andulo. Recorda-se que, no quadro das alterações operadas na direcção de UNITA, o destaque vai para a nomeação do deputado Adalberto Costa Júnior para o cargo de vice-presidente do Grupo Parlamentar a cargo de presidente do Conselho de Administração e de secretário do Património, passou a ser exercido por

Ernesto Mines Tadeu. Daniel José Domingos Maluka é o segundo vice-presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, deixando o cargo de secretário da presidência. A deputada Maria Luísa de Andrade foi nomeada secretária do Grupo Parlamentar da UNITA coadjuvada pelo deputado Alberto Galanela. Alcebiades Kopumi é secretário para os Assuntos de Auto-suficiência da UNITA e Araújo Kacyke Pena deixa o cargo de director geral do Protocolo e passa a ser secretário para as Relações Internacionais da UNITA, coadjuvando Alcides Sakala Simões. A general na reforma, Antonino Chiulo, passou a responder pelo Secretariado dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria. Vicente Vihemba é o secretário para os Assuntos Sociais e Fonseca Chindondo foi nomeado secretário provincial de Luanda, em substituição de Jorge Mussonguela. A deputado Eliote Ekolelo foi indicado para responder pelo secretariado para a Reinserção Social dos Ex-militares, em substituição do actual comissário nacional eleitoral, Celestino Chitombi. Ilídio Chissanga, até agora director de Gabinete do presidente da UNITA, passa para conselheiro do presidente para os Assuntos Políticos e em sua substituição foi nomeado Amílcar Campos Kolela.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 UNITA denuncia 17 mil dólares de “gasosa” para facilitar inscrição no kilamba

Continente

01 De Fevereiro de 2013

Danda fez esta denúncia durante as discussões na especialidade do Orçamento Geral do Estado, que decorrem na Assembleia Nacional, tendo sugerido ao ministro de tutela a averiguar os factos ao mesmo tempo que se manifestou disponível em fornecer nomes das pessoas implicadas no "esquema". Em entrevista à voz da América, o parlamentar reiterou a denúncia: "Eu estou na disposição de lhe fornecer nomes, que possam ajuda-lo a fazer essa verificação".

O deputado da UNITA insurgiu-se também contra a actualização, pelo Presidente da República, na última semana, da comissão ad-hoc destinada a estudar e propor o quadro normativo e operacional facilitador de acesso aos imóveis do programa habitacional do executivo. No entender do dirigente da UNITA, a criação de comissões facilita a continuação da corrupção na venda das casas do Kilamba.

Os preços dos apartamentos desta centralidade estavam inicialmente fixados entre 125 mil a 200 mil dólares, de acordo com os modelos disponíveis, valores considerados muitos altos pelo presidente José Eduardo dos Santos na sua última deslocação ao Kilamba. Eduardo dos Santos tinha-se manifestado contra a burocracia existente no processo de aquisição dos apartamentos. O ministro, Fernando Alberto da Fonseca tinha afirmado que aquisição das casas podia ser feita por via da compra, renda ou renda resolúvel.

6.2 Detido por reclamar

Jornal de Angola Fonte

01 De Fevereiro de 2013

Ao reivindicar direitos de casa no Zango por estar na mesma condição dos vizinhos contemplados, André foi detido numa esquadra policial do Golfe 2, que preferiu não indicar. Segundo 6 próprio, o mesmo destino teriam as velhas sinistradas, mas devido a idade, ele acabaria por sofrer a represália de três pessoas. "Ninguém me bateu, mas fui leva do compulsivamente para a Polícia, onde, depois de

umas horas, me libertaram. Pedro contou que quando chegaram, no dia 15 de Dezembro de 2012, os homens do Governo garantiram que tinham ordens superiores para levar todos os sinistrados para o Zango e aí não devia ficar mais ninguém, nem cubata alguma. "Mas depois do atendimento, é assim que surge a confusão, porque eles apareceram com uma lista de 236 pessoas, quando nós, cadastrados, éramos 470", informou, aumentando que o referido alistamento reduzido tinha sido feito aí, com a colaboração dos chefes dos habitantes das tendas da Maná. Como outros, Pedro ouviu nomes de pessoas estranhas serem chamadas para embarcarem, enquanto ele, a sua família e vizinhos ficaram até ao fim da chamada sem terem ouvido os seus nomes. O desalojado mostrou a sua indignação, alegando não ter compreendido nada sobre tamanha injustiça, quando tinham listas de controlo em posse do GPL, da Casa Militar da Presidência da República e do MINARSS. "Essas pessoas deviam acompanhar esses controlos, para evitar confusão", replicou, lamentando que só da zona do Havemos de Voltar tinham ficado 130 pessoas e do Camama mais de 50. Apesar de não ser o responsável dos que ficaram, assegurou que, ao todo, tinham ficado: no famílias, a maior parte das quais partilhava as salas de aulas que terão de deixar quando as aulas iniciarem. Questionado se tinham recebido autorização para ocupar as cinco turmas da escola 6092, ele e outros confessaram terem arrombado as portas, porque logo depois da transferência dos poucos, tinha começado a chover." ao tivemos escolha, destruímos os cadeados, forçamos as portas e entrámos" , divulgou, adiantando que, ao aperceberem-se, os dirigentes da referida instituição de ensino, vieram ver o cenário e entenderam as necessidades dos sinistrados.

6.3 Idosos tidos por infiltrados

Jorna de Angola

01 De Fevereiro de 2013

À semelhança das vítimas do desalojamento do Gika, agora a habitar em cubatas de pano, lona e esferovite num dos separadores físicos de uma estrada no Zango Iv, conforme reportou esse jornal na última edição' também os desalojados que dividiram o espaço adjacente à escola 6092, deixados no Golfe 2 ao ar livre, foram acusados de infiltrados. Insatisfeita com a falsa acusação, Cristina começou por formular uma pergunta do género da que fez uma moradora do meio da estrada do Zango IV, na semana anterior, na qual, inqueria se eram malucas, ao ponto de ela e muitas mulheres submeterem seus filhos a chuva, sol, poeira e outros perigos, passando anos e anos em péssimas condições, só por causa de uma casa. "E será que essas velhas com idade que têm também se

infiltraram aqui, a fim de ganharem um sítio para ficar?", perguntou, tendo suspirado com a expressão "Haja dó e respeito". As idosas aparentavam ter mais de 60 anos de idade, uma cogitação que ficou clara, quando uma das anciãs corrigiu a desconfiança dos vizinhos, dizendo já estar na casa dos 70. "Essas velhas envelheceram mais nos anos de vida desumana do que durante toda vida, porque quando chegámos aqui ainda eram mais jovens", atirou um entre as vítimas do abandono. Na verdade, os rostos consumidos ao mesmo tempo pela idade e pelo sofrimento das tendas, podiam retirar a atitude de cepticismo de qualquer indivíduo que ouvisse contarem a idade das anciãs entre os 70 e 90 anos. O PAÍS tentou ouvir as mesmas, mas "Muluvu vamu twina, mpasi Ttuna mona", expressão em Kikongu rapidamente traduzida para português por um voluntário, segundo o qual, a velha tinha dito que "já estavam em paz, mas ainda sofriam mais" foi o único desabafo da classe anciã.

6.4 Moradores denunciam subida arbitrária de rendas

Continente

01 De Fevereiro de 2013

Em causa estão as constantes subidas injustas das rendas nos últimos tempos pela referida entidade gestora. De acordo com os moradores, os edifícios acima citados, foram confiscados e nacionalizados, pelo Governo angolano em 1975, tendo passado para o regime de arrendamento.

Os seus actuais inquilinos, muitos dos quais com mais de 30 anos a residir nos imóveis, há 10 anos têm sido apoquentados com subidas extraordinárias das rendas pelos seus gestores, cujos preços fazem diferença, comparativamente a todos os outros edifícios pertença do Governo da Província de Luanda.

Muitas famílias não têm possibilidade de pagar os valores impostos e o "gestor/senhório", não tem tratado as mesmas famílias, com o devido respeito, dignidade e de forma humana.

Os mesmos argumentam que a subida das rendas para as moradias em causa, são permitidas por Lei, de cinco em cinco anos, mas, apenas a duodécima parte do valor.

Diante disto, consideram tratar-se de um roubo, claro e efetivo, há mais de 10 anos nos bolsos daquelas famílias, perpetrados por uma minoria. Assim sendo, sugeriram a entrega da gestão dos mesmos edifícios à Junta da Habitação de Luanda. Contudo, contaram

que tais falcatruas tiveram início no ano de 2002, quando foram surpreendidos, via notificação arbitrária, pelo "Gestor/Senhório", pela alteração e subida dos valores da renda mensal, em mais de 100 por cento do valor, a pretexto de realização de obras (de 170 kwanzas para 4.800 equivalente a 100 dólares na época).

Apesar da forma como as mais de 200 famílias foram abordadas, a reação foi pacífica. Algumas diligências foram feitas, junto de entidades competentes, GPL, Administração Municipal, Assembleia Nacional e outras, contudo sem sucesso. "Fomos coagidos a assinar novos contratos e suportar este novo encargo", denunciou um dos moradores, afirmando que algumas famílias não suportaram e acabaram por ser despejadas.

"As moradias abrangidas pelo despejo foram ocupadas por trabalhadores da entidade gestora dos edifícios. Não vimos obras feitas que justificassem a subida da renda", rematou o mesmo.

Porém, cinco anos passaram, e em 2007 as famílias foram novamente surpreendidas, com alteração e subida dos valores da renda mensal, por notificação coerciva pela Câmara Municipal em mais de 100 por cento do valor pago (de 4.800 Kzs equivalente a 100 dólares para 13.950 Kzs).

Com o mesmo pretexto, (obras de restauro), este ano, as famílias receberam nova notificação, para subida arbitrária do valor da renda, em mais de 100 por cento do valor pago até agora, ou seja, de 13.950 Kzs para 31.200 Kzs, facto que fez com que se instalasse uma onda de protestos no seio das famílias.

Os moradores temem que desta vez o número de famílias a serem despejadas, caso o Governo não interceda, seja bem maior, numa época, em que, a luta pela casa própria é o desejo de todos os angolanos.

A Extinta Caixa dos Aposentados da Câmara Municipal de Luanda, gestora dos edifícios 9, 11 e 13, prometeu pronunciar-se sobre o assunto nos próximos tempos.

6.5 Preços acessíveis vão aumentar procura

Novo Jornal

01 de Fevereiro de 2013

A SONIP - SONANGOL Imobiliária e Propriedades publicou, na edição de ontem, quinta-feira, um anúncio no único jornal diário do país (o Jornal de Angola) em que informava os interessados que as

casas do Kilamba (Luanda) nas modalidades de compra e arrendamento via renda resolúvel - estarão disponíveis a partir de hoje, dia 1 de Fevereiro.

O Delta Imobiliária, empresa que foi escolhida para gerir o processo de venda dos imóveis, disse ao Novo Jornal que desconhece os procedimentos a adotar pelos clientes. Segundo apurou o Novo Jornal, está em curso uma mudança de fundo nos preços praticados na nova cidade do Kilamba. Os preços nominais podem, disseram algumas fontes conhecedoras do processo, sofrer cortes de até 50 por cento.

As rendas resolúveis vão também baixar para níveis inferiores ao que estava previsto. A nova tabela de preços deve ser anunciada durante os próximos dias. A única questão que levanta algumas dúvidas é simples: até agora não foram concretizados os modelos de inscrição, seleção e pagamento e a forma como os cidadãos vão poder aceder às casas do Kilamba através do formato de renda resolúvel.

O comunicado que saiu no Jornal de Angola diz expressamente que " [os interessados] poderão dirigir-se os postos de venda da Delta Imobiliária, na cidade do Kilamba". "Eles podem ter escrito isso mas o que é facto é que, até agora, não temos informações concretas acerca do processo. Sabemos que corremos o risco de receber nas nossas lojas um grande afluxo de pessoas.

Mas se isso acontecer: a única coisa que podemos fazer é informar os interessados e encaminhá-los para a SONIP", explica fonte da Delta. Até ao fecho da edição foi possível apurar que também aqui, onde a Delta assume desconhecer como será operacionalizado todo o processo de venda e arrendamento, estão a ser tomadas medidas concretas.

O regime de renda resolúvel e de arrendamento, informou a SONIP, bem como da compra e venda, é extensível a todos os projectos imobiliários da subsidiária da Sonangol, designadamente nas novas centralidades do Kilamba, Cacuaco, Capari, Km 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica). As regras que serão anunciadas nos próximos dias devem também incluir os novos empreendimentos.

O formato de renda resolúvel é aplicado nos casos em que os inquilinos adquirem um imóvel, pagando uma prestação mensal (renda), tornando-se proprietários ao fim de um determinado período de tempo - 20 anos, por exemplo. A alternativa à compra dos imóveis disponíveis na nova centralidade, que continua praticamente desabitada, já tinha sido divulgada durante o ano de 2012.

Ao que se sabe, poucas pessoas tiveram acesso às habitações sem ser através da compra. Segundo o regulamento em vigor, o arrendamento e a renda resolúvel, só está disponível para os cidadãos angolanos, maiores de 18 anos, que não possuam habitação própria ou não estejam inscritos em qualquer programa habitacional do Estado.

A cidade do Kilamba está implantada numa área total equivalente a 5400 campos de futebol, do qual a primeira fase, que possui 115 edifícios, ocupa uma área aproximada de 900 campos de futebol. As infraestruturas albergam 3180 apartamentos para 19 800 moradores, três escolas primárias e igual número de escolas secundárias, bem como quatro creches e 28 lojas.

Os preços oficiais dos apartamentos estão entre os 100 e os 200 mil dólares - valor inacessível para a maioria dos angolanos.

6.6 A qualidade das nossas habitações

Jornal Angolese

02 De Fevereiro de 2013

Se uma dada vivenda for erguida por um construtor, baseado num projecto elaborado por um projectista independente, a sua qualidade técnica tem a ver com competências do empreiteiro, mas é ao projectista que caberá necessariamente o mérito da do lado artístico da obra, a sua arquitectura, envolvendo dimensões, estética, beleza, etc. Quando avaliamos a qualidade das habitações, o que ressalta hoje à vista do cidadão são os defeitos mais visíveis, e quase passam despercebidas as más opções do projectista que lhes dão origem. E é por aqui que as injustiças começam quando nos propomos a avaliar a qualidade das nossas habitações: os erros ou defeitos de concepção do projectista são por vezes injustamente assacados ao construtor, e, vice-versa, por má avaliação, os erros do construtor são remetidos à culpa do projectista. Quando há bem pouco tempo, a província do Namibe foi eleita como o caso do mês na abordagem da «qualidade» das nossas habitações em virtude da crítica feita pelo digno governador Isaac dos Anjos, quando se referia à qualidade das casas - notei que o tema suscitou a atenção especial de muitos cidadãos. Reflectido quer nos órgãos da comunicação social, quer no simples campo aberto das conversas rotineiras, o tema circulou bem. O que estava em causa na avaliação daquelas habitações, então censuradas como sendo de má qualidade? Seria do projecto mal concebido; da má qualidade na execução dos trabalhos, da cobertura empobrecida, das alvenarias, ou seria do tipo de materiais utilizados? Vejamos caso por caso: O modelo da

habitação não deve ser" escolhido pelo construtor, mas sim pelo projectista. Por sua vez, o projectista deve ser contratado pelo dono da obra e é este quem aprova a solução tipológica, as escolhas dos materiais, etc. O trabalho é depois fiscalizado pela equipa de fiscalização, também esta contratada pelo dono da obra. Então uma pergunta se coloca: se o projecto não oferece qualidade arquitectónica, ou, se até do ponto de vista da sua concepção e dimensionamento é medíocre, a quem atribuir a responsabilidade? Ao projectista, ao dono da obra, ou ao empreiteiro? Vejamos a questão a partir de um outro ângulo do problema: a construção em si. Se o empreiteiro deve ser seleccionado por concurso público, ou limitado, depois fiscalizado por uma entidade profissionalizada que acompanha e tem por missão aferir sobre a qualidade dos trabalhos da obra, então a quem se pode atribuir o fracasso verificado no final da empreitada? Acaso os construtores não estão obrigados, pelas normas jurídicas e regulamentos, a garantir qualidade técnica dos trabalhos que realizam, sob pena de, não o fazendo, reparar a suas expensas os defeitos ou erros de execução detectados? Sejamos mais pragmáticos: que erros ou defeitos foram encontrados no Namibe? Tais erros são de concepção ou de execução? E quem elaborou o projecto, ou, no caso desta segunda hipótese, quem construiu as casas de má qualidade? Finalmente: quem se encarregou de fiscalizar a empreitada? Os meandros da construção civil, e toda a nova teoria da fiscalização, nos colocam agora perante novos desafios de inteligência acrescida na avaliação das construções. Hoje, já não são os construtores os mais aplaudidos naqueles países onde as populações foram ensinadas a reparar para o edifício belo, ou para uma casa espectacular, como mérito individual do construtor. Não! Tenho repartido aulas nesse domínio, e sempre me preocupo em transmitir que uma obra tem sempre dois protagonistas que se inter-relacionam: o projectista, que a concebe, e o construtor, que a executa. Por mais alto que a «placa» do construtor seja erguida sobre o tapume da construção, e, em letras gigantes seja publicitada a sua marca "comercial, os construtores não podem continuar a fazer valer a sua desonestidade, mesmo sendo passageira, anunciando aos quatro cantos da terra de que aquele edifício, espectacular, 'maravilhoso e sensacional, é de sua arte e valia individual. No lugar deste imodéstia, seria honesto corrigir o anúncio para repartir o mérito da majestosidade e beleza arquitectónica da obra com o seu autor, ou seja; com o projectista que lhe deu forma, estética e dimensão. A criatividade e a arquitectura, são, em primeiro lugar, funções e deveres profissionais do projectista. O construtor obedece àquele e ambos edificam. Pode dizer-se que são sempre dois, os que «constroem» a edificação.

Existe também a responsabilidade do dono da obra relativamente às escolhas que faz. Sentimos sempre a má qualidade de uma obra, mas nem sempre sentimos 'a «má qualidade» do dono. Se é verdade que as habitações podem apresentar defeitos, um dono de obra também pode ser dado como um «defeito». Se a decisão atrapalhar o sucesso da obra, ora porque o empreiteiro resultou de uma má escolha e é dado como inabilitado tecnicamente, ora porque requisitou os serviços de uma projectista inábil, teremos dificuldades em alcançar novos níveis de qualidade das obras que realizamos. O tempo deu-nos a ver uma evolução positiva virada para uma maior transparência na entrega das obras. Por isso, podemos hoje afirmar que muitos males foram já erradicados. Para nosso bom agrado, cresce a consciência de que antes da construção vem o projecto. Mas sem uma fiscalização verdadeira, rigorosa, não é possível fazer respeitar as cláusulas técnicas, jurídicas e financeiras dos cadernos de encargos elaborados para as obras e vigiar o nível de cumprimento das exigências do projecto. A qualidade das nossas habitações só estará assegurada, se entendermos que uma empreitada, para ser feliz, deve estar rodeada de sujeitos idóneos: um dono de obra comprometido com as leis; um projectista identificado pelo seu talento; um empreiteiro seleccionado de entre os melhores e um profissional de fiscalização competente..

6.7 Mudança ajuda a recuperar o orgulho dos habitantes da região da Lunda-Sul

Jornal de Angola

03 De Fevereiro de 2013

As obras representam um teste para os empreiteiros evidenciarem as suas capacidades e destreza, perante o olhar atento de fiscais contratados pelo Governo e constrangimentos provocados pelas chuvas. O vice-governador para a área técnica e infra-estruturas da Lunda-Sul, António Jorge Teixeira, expressou confiança na capacidade das empreiteiras, cujo trabalho respeita os requisitos contidos numa matriz, que definiu para 25 hectares das reservas planificadas por município, casas do tipo T3, para um lote de 100 metros quadrados, e outros serviços sociais para dignificar a população. "Em Cacolo, o projecto reserva espaço para a construção de uma escola e um hospital, com bloco operatório e morgue. O Muconda conta já com um centro materno infantil, esquadra de polícia e escola", explicou o vice-governador, O arranque das obras da nova centralidade de Saurimo aguarda pela aprovação do dossier remetido à empresa SONIP, devido à

complexidade de padrões arquitectónicos projectados para a urbanização da nova reserva fundiária. António Jorge Teixeira admitiu a existência de constrangimentos de ordem logística para o arranque do projecto, que contempla fases distintas de execução. A edificação de um hospital municipal, maternidade, reabilitação de 30 quilómetros de estradas, passeios, redes técnicas, modernas e funcionais constam do programa de acções a serem desenvolvidas durante este ano. António Jorge Teixeira destaca ainda a construção de dois novos edifícios, um para o funcionamento da Biblioteca Provincial e o outro para os serviços da Direcção Provincial da Educação, numa lista que abarca mais 12 equipamentos sociais. Neste desafio, o governo provincial defende obras enquadradas nos padrões de arquitectura moderna. Segundo municípios contactados pelo Jornal de Angola, o edifício para os Serviços Integrados de Apoio ao Cidadão (SIAC), em fase de conclusão, na via do aeroporto, e algumas escolas, iniciadas no ano passado, são exemplos de "bom gosto". A progressão de ravinas, nos arredores da cidade de Saurimo, está entre as preocupações que requerem resolução urgente. De 13 eixos activos definidos como prioridade para estancar, o vice-governador destaca o eixo que progrediu cerca de cinco quilómetros e cuja profundidade, ao longo do seu percurso, ronda os 30 metros, na zona do Adolfo, cercanias do rio Muangeji. O levantamento feito sugere um estudo exaustivo para definir os critérios de contenção adequados, a fim de devolver segurança e estabilidade às áreas afectadas. Entre as várias opções técnicas avançadas. António Teixeira refere a construção de muros geo-grelhas e valas de drenagem. O vice-governador reiterou a disponibilidade do Governo em prosseguir os trabalhos de contenção dentro das suas possibilidades financeiras, sem avançar prazos, contado com a participação de parceiros idóneos. O vice-governador sublinha a necessidade de mobilizar as comunidades para abandonarem todas as práticas que alterem pela negativa o meio em que vivem, como a desmatação, construção sobre linhas de água ocupação de zonas de risco.

6.8 Pensionistas recebem casas

Jornal de Angola
4 De Fevereiro de 2013

O delegado na Lunda-Sul da Caixa Social das Forças Armadas disse ao Jornal de Angola que a primeira fase do projecto habitacional para pensionistas, que começa este ano a ser desenvolvido no país, contempla cem casas naquela província. Eduardo Kamiji lembrou que a província tem o registo de cerca de 340 pensionistas, mas que está a ser feito um

levantamento nos municípios do Dala, Muconda e Cacolo para apurar o número exacto e para a identificação de espaços para a construção das casas. A Caixa Social das Forças Armadas Angolanas, referiu, trabalha igualmente na criação de um sistema de segurança para os reformados. O Executivo, garantiu o ministro da Defesa Nacional, Cândida Pereira Van-Dúnem, tem feito esforço para actualizar os subsídios das pensões de reforma e de outros subsídios que fazem parte dos direitos adquiridos por via de um diploma ilegal. O ministro garantiu, durante um encontro com deputados à Assembleia Nacional, a melhoria dos mecanismos de controlo e de registo de dados da Caixa Social das Forças Armadas Angolanas.

6.9 Começou acesso aos projectos habitacionais

Jornal de Angola
6 De Fevereiro de 2013

As residências das novas centralidades erguidas em Luanda, no quadro de cinco projectos imobiliários da 50NIP (50nangol Imobiliária e Propriedades) localizados nas circunscrições de Kilamba Kixi, Cacuo, Capiri, Km 44 e Zango, têm custos actualizados que variam entre 1,5 milhões e 18 milhões de kwanzas. As novas modalidades de aquisição apresentadas pela SONIP estabelecem que qualquer cidadão pode comprar ou arrendar casa nesses locais, bastando para tal reunir uma cópia do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte, a declaração de rendimento, o último recibo do salário e o comprovativo de pagamento atribuído ao concorrente. Existem cinco opções para acesso aos contratos imobiliários da SONIP, sendo o primeiro o pronto pagamento, seguido pela venda com acesso ao crédito bancário, depois a renda resolúvel com capital inicial e sem capital inicial e, por último, o arrendamento - o mecanismo que, à partida, não apresenta qualquer embaraço nos trâmites, senão o pagamento antecipado de uma renda anual, cujos valores variam entre aproximadamente dez mil e 100 mil kwanzas. Sobre a compra a pronto pagamento recai um desconto de cinco por cento sobre o valor, enquanto a venda resolúvel é diferenciada consoante a idade.

Valores das casas

A SONIP atribuiu dois critérios para renda resolúvel, sendo uma para maiores de 40 anos de idade e a outra para pessoas com idades inferiores. Com menos de 40 anos o interessado paga as obrigações em 20 anos, enquanto os demais devem reembolsar por um período de 15 anos. Relativamente aos

contratos, a SONIP vai cobrar três por cento sobre o valor das transacções, para fazer face a outros encargos e serviços. Em todas as modalidades, os encargos legais, notariais, fiscais e judiciais são da responsabilidade das pessoas que aderirem aos actuais critérios comerciais. Na centralidade mais visível de Luanda - a Cidade do Kilamba -, os preços das residências variam entre sete milhões (casas do tipo T3A) e 18 milhões de kwanzas (T5). Os apartamentos do tipo T3B e T3+ I custam cada oito milhões e nove milhões de kwanzas, respectivamente. O arrendamento nesta centralidade está fixado em valores que variam entre 31 mil e 100 mil kwanzas para a modalidade de renda resolúvel com capital inicial, entre 46 mil e 143 mil kwanzas para a renda resolúvel sem capital inicial e entre 35 mil e 90 mil kwanzas para a renda normal, que apenas exige a apresentação de uma cópia do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte. Na centralidade do Zango, em Viana, o custo dos apartamentos varia entre oito milhões (casas do tipo T3 - 120 metros quadrados) e nove milhões de kwanzas (T4 -150 metros quadrados).

O arrendamento no Zango tem valores que variam entre 36 mil e 50 mil kwanzas para a modalidade de renda resolúvel com capital inicial, entre 53 mil e 71 mil kwanzas para a renda resolúvel sem capital inicial e entre 40 mil e 45 mil kwanzas para a renda normal. No Km 44, as casas valem entre 3,5 milhões de kwanzas (habitações do tipo T3 - 95,1 O metros quadrados), dois milhões e meio de kwanzas (T3 - 92,58 metros quadrados) e um milhão e meio de kwanzas (T3 - 90,78 metros quadrados). A renda resolúvel com capital inicial varia entre sete mil e 20 mil kwanzas, a renda resolúvel sem capital inicial entre dez mil e 28 mil kwanzas e o arredamento normal entre 12.500 e 20 mil kwanzas. Nas residências de Capari, a compra à vista está fixada em três milhões de kwanzas, o arrendamento resolúvel com capital inicial ao preço de 13 mil, para quem possui menos de 40 anos de idade, e 20 mil kwanzas, para quem tem mais de 40 anos, a renda resolúvel sem capital inicial a 20 mil para os primeiros e 24 mil kwanzas para a segunda condição, e o arrendamento normal em 20 mil kwanzas Para Cacucaco, os critérios de acesso às chaves dos apartamentos são múltiplos, dadas as diversas tipologias de residências construídas (T4 - 120 metros quadrados, em edifícios de 5 e 9 andares e T5 - 150 metros quadrados, em edifícios de 5, 9 e 11 andares). Cada residência vale entre seis e nove milhões de kwanzas, mas, nos edifícios de nove andares o preço é de 15 milhões de kwanzas. O arrendamento da centralidade de Cacucaco começa em 27 mil kwanzas e termina em 83 mil na modalidade de renda resolúvel com capital inicial e, na renda resolúvel sem capital inicial, o valor varia entre 40 mil

e 119 mil kwanzas. No arrendamento normal o menor valor é de 30 mil kwanzas e o mais alto 75 mil.

6.10 Requalificação melhora vida da população

Jornal de Angola

06 De Fevereiro de 2013

A província do Cunene, e em particular a cidade de Ondjiva, está a passar por um processo de requalificação e de construção de novas infra-estruturas, com o propósito de torná-la mais moderna e com melhor qualidade de vida, disse o governador António Didalelwa. Em declarações ao *Jornal de Angola*, à margem da apresentação dos projectos para a província, António Didalelwa destacou a urbanização da Caxila, a construção da cidade universitária, da casa da cultura, do palácio do Governo Provincial, a reabilitação e valorização do túmulo do Rei Mandume e o projecto de integração das comunidades. A urbanização da Caxila, concebido e apresentado pelo arquitecto Francisco José, ocupa uma área equivalente a 100 campos de futebol onde estão a ser erguidas casas de alta, média e baixa renda, além de um estádio de futebol com capacidade para 30 mil espectadores, piscina olímpica, pavilhão multiusos e ainda um parque de estacionamento para sete mil lugares. O governador revelou que algumas obras começaram no ano passado e que o Governo Provincial aguarda a aprovação do Orçamento Geral do Estado prevista para o dia 14, para dar continuidade aos projectos. António Didalelwa assegurou que vai levar infra-estruturas onde nunca houve nada. "Foi assim que nasceram as grandes cidades que conhecemos. A diferença aqui é que esses núcleos estão a nascer com planos de urbanização", garantiu. António Didalelwa lembrou que as circunstâncias do passado forçaram à construção desordenada de muitos bairros e agora urge ordená-los. Realçou que o "povo tem necessidade de viver bem e isto deve ser feito em locais que ofereçam qualidade de vida". A apresentação dos projectos que visam a modernização da província do Cunene, esteve enquadrada nas comemorações do 4 de Fevereiro e contou com a presença dos ministros da Administração do Território, Urbanismo e Construção e da Saúde, Bornito de Sousa, José Silva, e José Van-Dúnem.

Escola de Saúde

A inauguração da Escola de Formação de Técnicos de Saúde de Ondjiva e a reabertura do Memorial ao Rei Mandume marcaram, ontem, o segundo dia de trabalho da delegação ministerial liderada pelo

ministro da Administração do Território à província do Cunene. A Escola de Formação de Técnicos de Saúde, inaugurada pelo ministro José Van-Dúnem, tem 12 salas de aulas, sala de demonstrações e prática, sala de professores, laboratórios clínicos, biblioteca, arrecadação e anfiteatro. Cerca de 40 alunos estão já inscritos para o ano lectivo que inicia no próximo mês. Construída no quadro do Programa de Investimento Publico (PIP) do governo da província, o empreendimento custou 165,54 milhões de kwanzas. O ministro da Saúde, José Van-Dúnem, disse que a unidade de ensino vem responder a preocupação do Executivo de proporcionar formação adequada para os profissionais do sector. "Um dos problemas que temos prende-se com a formação técnica e profissional dos enfermeiros, que se limitava à oitava classe devido à ausência de um ensino médio na província do Cunene", disse, para sublinhar a aposta do Executivo em aumentar as estruturas sanitárias e, ao mesmo tempo, formar quadros para as novas unidades.

Memorial ao Rei

A delegação ministerial assistiu a reabertura oficial do Memorial ao Rei Mandume-ya-Ndemufáio, situado na localidade de Oihole, no município de Namacunde, que recebeu, durante três anos, obras de restauro e ampliação das estruturas de apoio. O monumento é integrado pelo túmulo do rei e um conjunto de estruturas para turismo e hotelaria e espaços de lazer, que combina o tradicional e moderno. O complexo comporta 27 suites, um anfiteatro, uma loja, um ginásio, uma lavandaria, uma casa de exposição de utensílios domésticos da região, um restaurante, entre outras facilidades que vão servir para potencializar o turismo na região e divulgar os feitos do Rei Mandume. O Memorial foi inaugurado em 2002 pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na presença do ex -Presidente namibiano, Sam Nujoma. O espaço acolhe hoje um seminário internacional sobre a resistência contra a ocupação colonial portuguesa no Sul de Angola, enquadrada nos 96 anos da morte do Rei. Na segunda-feira, o ministro Bornito de Sousa visitou, no município de Ombandja, o projecto de construção das 100 casas sociais, no âmbito do programa habitacional desenvolvido em todos os municípios, e o projecto "Água Xangongo", que compreende a construção de uma conduta a partir do rio Cunene, em Xangongo, para abastecer a cidade de Ondjiva e localidades adjacentes à linha de água. A conduta de água vai beneficiar a população e o gado, através de bebedouros. O projecto, orçado em mais de 200 milhões de dólares, é um investimento do Executivo para dar resposta ao grave problema de falta de água que a província vive. A delegação ministerial avaliou a

execução das obras do Palácio Municipal de Justiça de Ombandja, que vai acolher diferentes áreas do sector, com destaque para o registo, Notário, Conservatória, Tribunal e Procuradoria. A sua execução decorre dentro dos prazos e tudo aponta a sua conclusão para o final deste ano.

6.11 Obras da Baía de Luanda já na fase das fundações

Jornal de Angola

07 De Fevereiro de 2013

A instalação dos alicerces dos primeiros três dos 15 edifícios projectados para área reservada à construção de prédios na Baía de Luanda começou este mês, de acordo com fonte da Angop. A construção dos edifícios com apartamentos T1, T3 e T4, inserida na terceira fase da requalificação da zona, iniciou em Novembro de 2012, num espaço de três hectares, na primeira linha de água entre a avenida Dr. Agostinho Neto e a entrada da Ilha do Cabo. Segundo o administrador da Sociedade Baía de Luanda, gestora do projecto, Miguel Carneiro, em declarações a Angop, trata-se de um ligar destinado a assegurar a continuidade com o renovado espaço público da marginal. Tal área, considerada zona B, de acordo com o responsável, apresenta acessos rodoviários para a Avenida 4 de Fevereiro, Chicala e Ilha do Cabo. No total, foram seleccionados três lotes de terrenos para a construção de prédios que vão de 2.500 a 50 mil metros quadrados ao longo do local. Para facilitar o trabalho, a Sociedade Baía de Luanda pôs à disposição dos investidores diversos serviços ajustados às necessidades dos clientes, nomeadamente informações técnicas e jurídicas sobre os terrenos, já de si, livres de disputas, para otimizar as actividades de planeamento, licenciamento e construção na zona. Consta igualmente do pacote de serviços, controlo financeiro, apoio técnico desde a concepção do projecto à construção, serviços de engenharia, orientação em tomo da construção de edifícios, apoio comercial e colocação de produtos imobiliário no mercado e gestão de edifícios.

6.12 40 Pessoas dividem a mesma casa

Angolense

8 De Fevereiro de 2013

As mais de duas mil famílias receberam, em 2010, a promessa, na altura feita por Bento Soito, de em quinze dias verem as condições de realojamento resolvidas. Acontece, porém, que até hoje tudo continua na mesma, forçadas a viver uma realidade pouco comum em tempo de paz, em que mais de

duas famílias partilham uma casa. Tão logo que escalamos o bairro do Panguila, moradores, na ânsia de verem os problemas resolvidos, ficaram apreensivos, pensando que se tratava de responsáveis do Ministério da Reinserção Social ou do Governo da Província de Luanda. Ledo engano. Era a nossa equipa de reportagem com a pretensão de constatar in loco o modo de vida daqueles angolanos. Satisfeitos com a presença da imprensa, cada morador queria ser o primeiro a falar e deixar um apelo às autoridades competentes. Jaqueline Kitoque, 51 anos de idade, afirma que todos os dias tem de se levantar cedo por não conseguir suportar a convivência de três famílias numa casa. A nossa interlocutora contou que as três famílias naquela residência fazem um total de 32 membros, sendo duas com dez membros cada e a terceira com 12. "Como é possível viver assim?", questiona Jaqueline. Segundo a nossa entrevistada frisou, a casa tem apenas três compartimentos, que são: Três quartos, uma sala, uma casa de banho e uma cozinha. Cada família tem direito a um quarto, contudo, todos partilham a mesma cozinha, é a mesma casa de banho, o que tem sido uma tremenda dor de cabeça, conforme nos conta. "Não existe privacidade. Para evitar conflitos entre as famílias, fizemos um acordo. Cozinhamos uma refeição para as 32 pessoas", conta, tendo revelado que "devido a estas condições meu marido me abandonou". Por sua vez, Domingos Gomes, 34 anos de idade, ex funcionário da Coma Preste, uma empresa de segurança privada, situada em Luanda, diz estar bastante agastado com a situação, porque não tem recursos financeiros para se deslocar todos os dias para trabalhar. "Vivemos numa casa quarenta pessoas. É bastante complicado, não se conseguem respirar, não se consegue fazer nada, passamos todo dia fora de casa", conta e acrescenta que "se tivesse recurso financeiro, alugava uma casa para a minha família". Entretanto, segundo moradores, aquele local, paradoxalmente, tem residências já acabadas e inabitadas, com teias de aranha e outras rodeadas de capim. "Para quem foram construídas estas casas, é assim que vamos crescer mais e distribuir melhor, questionam-se. Quase todos vivem com hipertensão. Apar da convivência de três famílias numa única residência, no Panguila vive-se uma penúria, quer em termos de alimentação, quer de fornecimento de água e energia, para além da falta de instituições escolares do Estado, o que, segundo nos contaram, tem provocado várias doenças, uma delas é a hipertensão. Um bidão de água, por exemplo, custa 100 kwanzas. Durante o dia, os moradores estão de mãos dadas com o lixo e poeira, e durante a noite os insectos invadem as casas, sendo a tuberculose uma das principais causas de morte naquela parcela da capital de Angola. Motivada pela fome, seca, entre outras péssimas condições de

vida a que estão sujeitas Josefina dos Santos, por exemplo, afirma que os filhos têm anemia aguda e malnutrição, por falta de condimentos para cozer os alimentos. A fonte conta que a sarna é outra doença que vai tomando conta das pessoas porque estarem a dormir no chão. Ainda de acordo com a mesma fonte, os filhos vão engravidando-se entre si por falta de quartos suficientes. "Porque dormem todos amontoados", conta a fonte. A zona também não tem escolas nem hospitais. "Os jovens do bairro não estão inseridos no sistema de ensino por falta de escola, a única escola existente, primária, não tem capacidade para atender as mais de duas famílias existente no Panguila" lamentou.

6.13 A corrida aos apartamentos das novas centralidades

O Independente

09 De Fevereiro de 2013

Está feito. A corrida começou: na sequência do aviso da Sonip imobiliária da Sonangol encarregue da venda e arrendamento dos apartamentos das novas centralidades de Luanda, de que os interessados deviam procurar os seus balcões, milhares de pessoas, esta semana, estiveram numa autêntica rodaviva à procura da concretização do sonho da casa própria.

A maioria dos que conseguiram proceder à sua inscrição tiveram de pernoitar nos postos de atendimento da Sonip no Zango ou na Cidade do Kilamba. O interesse das pessoas é tanto que muitas abandonaram os empregos por um dia. Segundo conseguimos apurar, verifica-se agora urna enorme pressão sobre os bancos comerciais para concessão de créditos.

As vendas dos apartamentos estão a ser processadas em regime de renda resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos, em montantes que vão de 70 mil a 180 mil dólares, em função das dimensões da habitação, de acordo com a tabela de preços publicada no Jornal de Angola na sua edição de 4 de Fevereiro.

As casas também podem ser adquiridas em regime de "Arrendamento e de Vendas a Pronto Pagamento", segundo um comunicado da Sonip a propósito. De acordo com a tabela tornada pública as habitações do tipo T3A estão a ser comercializadas a USD 70 mil; T3B a 80 mil; T3+1 e T4 a 90 mil e as do tipo T5 a 180 mil.

Em regime de arrendamento, os preços da renda mensal vão de USD 350 a USD 900, de acordo com a tipologia da habitação, enquanto as vendas, em todos

os regimes de aquisição "Renda Resolúvel e Pronto a Pagamento", os preços são invariáveis: 70 mil; 80 mil, 90 mil e 180 mil dólares norte-americanos.

Segundo a Sonip, os interessados deverão dirigir-se aos seus postos de vendas e, como alternativa, aos postos de venda do Delta Imobiliária, na cidade do Kilamba. As vendas abrangem as centralidades do Kilamba, Cacucaco, Capari, Krn 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica).

A exigência de pagamento prévio de uma renda equivalente a um ano está a causar bastante polémica entre os interessados. Sendo as centralidades um investimento do Estado e sendo este considerado uma pessoa de bem, fica difícil compreender a obrigação de pagamento de um ano de rendas.

A exigência soa a punição, num cenário em que os senhorios privados cobram habitualmente seis meses de renda adiantada.

6.14 Compradores “dormem” nas centralidades

Jornal de Angola

09 De Fevereiro de 2013

Ontem, quando eram oito horas, altura em que os funcionários da SONIP (Sonangol Imobiliária e Propriedades) abrem as portas do posto de atendimento, já estavam inscritas 500 pessoas interessadas em comprar um apartamento. O tempo de atendimento por pessoa depende do dinamismo do funcionário na introdução dos dados no computador e da velocidade do sistema informático. Esta semana, terça e quarta-feira, o atendimento era feito em dez minutos, o máximo 15 por cliente. Na manhã de quinta-feira, o processo levava mais tempo, porque o sistema estava lento. Tal situação causava mal-estar entre os clientes, porque muitos praticamente dormiram no local para serem atendidos rapidamente. No rosto de muita gente havia cansaço e ansiedade. Mas todos aguentaram firmes para verem concretizado o sonho da casa própria. Muitos interessados pediram um dia de dispensa no trabalho, para tratar do processo de compra da casa. Quem não teve dispensa, faltou. E o caso de Jandira Manuel. Ela chegou à centralidade do Cacucaco às cinco da manhã e já encontrou uma lista com mais de 200 pessoas. Mesmo assim não conseguiu inscrever-se. Vai ter que voltar na próxima segunda-feira. Jandira Manuel sugere a abertura de mais postos de atendimento nas centralidades de Capari e do Quilómetro 44, que neste momento não têm qualquer posto. "Também convém melhorar o sistema informático que em alguns períodos do dia é

muito lento", disse Jandira. Goreth Eduardo passou a noite de quinta para sexta-feira na Centralidade do Zango. Mas quando chegou, por volta das 23h00, já 50 pessoas estavam na lista. Ela encontrou ainda uma outra lista com mais de mil nomes de clientes que não tinham sido atendidos desde o início do processo. Goreth contou que a lentidão do processo de inscrição está a gerar problemas aos cidadãos. Houve até uma tentativa de invasão do posto de atendimento. Na centralidade do Kilamba a afluência de clientes era igual à do Zango. Estas duas centralidades são as preferidas pela maioria dos clientes entrevistados pelo Jornal de Angola. Dizem que os prédios são mais modernos, têm melhores acabamentos, as zonas verdes são mais amplas e os apartamentos maiores. Os que preferiram a centralidade do Cacucaco, como Maria de Lourdes e Marina de Andrade, dizem que as diferenças entre os apartamentos, com o mesmo número de quartos, são mínimas. Após a conclusão das obras, a centralidade do Cacucaco, actualmente desabitada, "vai estar apetrechada com mais infra-estruturas de apoio, espaços verdes e de lazer", disse Maria de Lourdes.

As duas clientes fizeram a inscrição quarta-feira e no dia seguinte o pagamento de uma parte do valor do apartamento comprado. Após a entrega do recibo comprovativo do pagamento, disseram-lhes que vão ser chamadas para a assinatura do contrato e entrega das chaves da casa. Satisfeitas por terem concretizado o sonho de casa própria, ficam à espera do dia em que vão fazer o contrato. Falta de sistema As dependências do Banco Angolano de Investimento (BAI) na província de Luanda registaram nos dias 7 e 8 de Fevereiro, quedas constantes de sistema devido ao elevado número de clientes que acorrem aos seus balcões para fazerem depósitos e transferências para as contas da "Sonip Imobiliária", como primeiro pagamento da compra dos apartamentos. Além da falta de sistema, os depósitos em muitas dependências do BAI não são permitidos. Os interessados devem efectuar transferências dos bancos onde têm os seus valores para o BAI ou abrir conta para depois transferirem os fundos para a conta da Sonip Imobiliária, evitando assim a demora nas transacções de um banco para o outro. Daniela Alexandre viveu esta situação na passada quarta-feira. Ela conta que se inscreveu para adquirir um apartamento na centralidade do Cacucaco, mas teve que sair de casa às cinco da manhã. Quando lá chegou encontrou uma lista com 30 pessoas, mas às 11 da manhã já tinha sido atendida. Por isso, decidiu procurar uma dependência do BAI para fazer o pagamento na modalidade da renda resolúvel sem capital inicial. "Como não existem bancos na centralidade, fui à dependência do banco BAI no Cacucaco que estava cheia. Quando chegou a minha

vez, caiu o sistema. Saí de lá e dirigi-me à dependência de Viana, mas lá os funcionários disseram que só era permitido fazer transferências e não depósitos, por ordem da Sonip". Daniela preferiu voltar para casa e efectuar a transferência no dia seguinte. Teve de abrir conta no BAI e depois fazer a transferência para a conta da Sonip Imobiliária. "Por último, voltei à centralidade do Cacuaco para fazer a apresentação do comprovativo da transferência e agora estou à espera para assinar o contrato e receber as chaves de casa num curto espaço de tempo, conforme me prometeram", disse. Pelo mesmo processo passou Antónia Alfredo: "eu saí de casa às cinco da manhã para me inscrever na centralidade do Cacuaco para comprar uma casa na modalidade de pagamento da renda resolúvel anual, sem capital inicial". Antónia tinha os valores guardados no Banco de Comercio Indústria (BCI) e também percorreu o Cacuaco e Viana para fazer a transferência, mas sem sucesso. "Na quinta-feira, pelas 8h00, entrei na agência sede do BCI no bairro dos Coqueiros para fazer a transferência e o processo durou duas horas. Havia muita gente a solicitar aos gestores de conta o dinheiro para aderirem ao processo de compra das casas". Todo o esforço valeu a pena. O sonho de ter casa tira o sono aos clientes mas está a funcionar.

6.15 Delta entrega 100 por dia

O País

15 De Fevereiro de 2013

O administrador da Delta Imobiliária, Paulo Cascão, revelou, a *O País*, que a sua equipa começou nesta quarta-feira, 13, a proceder à entrega de cem apartamentos por dia aos primeiros candidatos admitidos a um imóvel na centralidade do Kilamba.

A entrega das chaves da residência é antecedida da assinatura do contrato entre ambas as partes. Explicou ainda que esta medida decorre de a sua empresa receber diariamente 400 processos e prestar esclarecimento a cerca de 800 cidadãos em igual período, perfazendo um total de mais de mil e 200 atendidos só na cidade do Kilamba.

A data marcada para a entrega das primeiras chaves, segundo apurámos, apenas seis indivíduos não compareceram no local, embora tenham sido informados atempadamente, por intermédio da ficha de inscrição, onde consta a data de entrega.

Questionado sobre o prazo para encerramento das candidaturas a uma das cinco novas centralidades, designadamente, Kilamba, Zango, Cacuaco, Kapari e 44, explicou que não existe e que depende da planificação da empresa que os contratou para

executarem esta tarefa, no caso a Sociedade Imobiliária e Propriedades (Sonip).

Mas assegurou que pode durar vários meses, atendendo à quantidade de apartamentos existentes nos projectos acima mencionados. No que diz respeito à quantidade de imóveis disponíveis, o nosso interlocutor afirmou que só a direção desta empresa pública é quem estará em condições de fazê-lo, mas que estima que sejam cerca de 15 mil.

Durante a última visita que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, efetuou à nova centralidade, o presidente do conselho de administração da Sonangol, Francisco de Lemos José Maria, anunciou que das mais de 20 mil e duas unidades habitacionais erguidas, quatro mil e 111 habitações foram vendidas, sendo 96 a crédito, 465 à vista e três mil e 550 pelo modelo de renda resolúvel.

"Se o nosso cliente está interessado em comercializar ou não todos os imóveis, isso eu não sei dizer. Mas acho ser importante esclarecer a sociedade que a quantidade de focos existente não é exatamente os que estão prontos para ser comercializadas ou o proprietário pretender fazê-lo", declarou.

Acrescentou estar "ainda em curso o plano de construção de cinco mil casas sociais que poderão beneficiar mais pessoas". Confrontado com as reclamações apresentadas por alguns dos candidatos' o administrador da Delta explicou que a sua empresa está simplesmente baseada na cidade do Kilamba e que as lojas de venda das outras centralidades estão sob a alçada da Sonip.

No entanto, este facto não impossibilita as pessoas que estejam interessadas nestas centralidades a candidatar-se a partir da sua loja, embora a Sonip tenha optado pela estratégia de instalar postos comerciais em todas as localidades afins.

Quanto ao facto de algumas pessoas estarem a passar a noite ao relento para conseguirem inscrever-se, Paulo Cascão considerou que não há necessidade de que tal aconteça e que este comportamento se deve à ansiedade que há no seio da população por causa da falta de habitações.

"A ideia do Executivo de reduzir os valores das moradias para proporcionar maior aderência atraiu esta enorme moldura humana às lojas da Sonip e do Delta Imobiliária, isso é normal e penso que estamos a responder satisfatoriamente".

Apesar de estarem abertos ao público apenas nos dias úteis da semana, os funcionários da Delta trabalham de segunda a segunda-feira com o intuito de

proporcionarem o melhor atendimento possível aos clientes, segundo o seu administrador.

A nossa equipa de reportagem deparou-se, nesta terça-feira, 12, com uma vasta equipa de jovens a executar as tarefas que lhes foram incumbidas, deixando de parte o desejo de se juntarem aos luandeses na marginal para dançar o carnaval.

De modo a evitar que cidadãos que desconhecem os critérios necessários se habilitem a um dos imóveis, Paulo Cascão aconselha-os a dirigirem-se à loja criada para este fim para evitarem constrangimentos. A sua equipa instalou três lojas, uma para prestar esclarecimentos, outra para atribuir as senhas e a terceira para receber a documentação e analisá-las.

Apelou ainda aos cidadãos que, por um ou outro motivo, não tenham disponibilidade imediata para se deslocarem até à cidade do Kilamba, para se informarem, recorrendo ao site da Delta ou a um dos anúncios publicados no Jornal de Angola, na semana passada, pela Sonip.

Os candidatos a um dos imóveis devem fazer-se acompanhar de uma fotocópia do bilhete de identidade, cartão de contribuinte, último recibo salarial e a declaração de serviço com o salário compatível para pagar a residência, cujos preços variam entre os 15 mil e os 180 mil dólares.

Paulo Cascão descartou a possibilidade de as senhas atribuídas virem a ser falsificada por causa de um dispositivo de segurança criado para o efeito, que obriga o candidato a apresentar o duplo comprovativo que lhe é entregue logo à entrada da loja.

"A Delta Imobiliária tem um sistema de dupla atribuição de senhas, o senhor fica na fila e recebe uma senha para saber mais ou menos qual é o tempo que tem de esperar, e que é rápido. Quando entra nas nossas lojas recebe outra senha de processo e a partir daí o mesmo é remetido para a sede para uma análise", explicou.

Apelou ainda aos candidatos para que tenham alguma sensibilidade no sentido de compreender que a sua equipa trabalha arduamente para os ajudar e que se organizem da melhor maneira possível. O acesso àquelas residências pode ser por via de compra a pronto pagamento e, caso os candidatos optem por estas modalidades, não lhes é exigida a entrega da declaração de serviço com o salário compatível nem o último recibo salarial.

Nas modalidades das rendas resolúveis com ou sem capital inicial (conhecida por entrada) o pagamento

será feito anualmente até ao mês de Março. "Sou de opinião que os admitidos deverão fazer o esforço de economizar os subsídios de Natal e de férias, embora esteja consciente que seja complicado porque não ganham muito dinheiro, para depois conseguirem pagar a renda anual", aconselhou.

6.16 Milhares de pessoas lutam pelo kilamba

O país

15 De Fevereiro de 2013

Mais de quatro mil e 500 pessoas encontram-se inscritas na lista de candidatos num dos imóveis disponíveis nas novas centralidades. Segundo apuramos nesta quarta-feira, 13, a lista dos homens já se encontra com mais de três mil candidatos, a das mulheres com cerca de duas mil e 500 e a dos militares e polícias com mais de 300 cada.

Para além do desejo da casa própria, a maior parte deles demonstra comungar do sentimento de insatisfação pela forma como a Delta Imobiliária e a Sonip conduzem o processo. A ala feminina, estava uma engenheira química da Chevron, que contou à nossa reportagem que se encontra desde sábado a "lutar" para habilitar-se a um dos apartamentos, mas que não teve êxito.

No primeiro dia em que compareceu no local, embora tenha sido num em que as lojas de atendimento se encontram com as portas encerradas ao público, ficou no 2600º lugar da lista das femininas. Só que, para a sua felicidade, as organizadoras criaram uma lista para aquelas que se encontram em estado de gestação, desde que se façam acompanhar de um comprovativo.

Para sua tristeza, esta lista com um número reduzido de pessoas foi posta à parte no dia de atendimento, isto é na segunda - feira, 12, e acabou por estar acima do 1000º lugar. Esperançosa de que conseguiria atingir o seu objetivo nesta quarta - feira, a jovem que carrega no ventre uma criança de três meses, partiu para a cidade do Kilamba por volta das 6 horas da manhã, mas foi preterida em detrimento de algumas das suas companheiras que pernottaram no local.

O feriado do dia de carnaval, no entender da jovem que ambiciona um apartamento T3+ 1, acabou por baralhar ainda mais as coisas. "Acho que a Sonip e a Delta deviam adotar um outro método de trabalho, de preferência as de candidatura por via da internet, porque o processo está muito lento", desabafou. A nossa equipa de reportagem deparou-se ainda com centenas de mulheres com os seus bebés numa

enorme fila, cobrindo-se do sol ardente que fazia debaixo de sombrinhas.

Outras, optaram por refugiar-se ao lado dos edifícios mais próximo, onde pudessem controlar os seus lugares. O seu entender, o número de funcionários enquadrados em cada um dos balcões e a quantidade de lojas deveriam ser aumentadas, em função da demanda. Quem também partilha desta ideia é a jovem Maria Manuel que ali se encontra desde Domingo.

Para ela, este problema pode ser ultrapassado caso a Sonip e a Delta instalem um sistema de senha mais consistente e reforcem o cordão da polícia que segura o local. "Tem pessoas que estão a dormir aqui há quatro ou cinco dias e mesmo assim ainda não conseguiram fazer a candidatura", disse. Acrescentou que "este método de que os interessados é que têm que se organizar, não está a surtir efeito, porque as pessoas que se prontificam a ficar à frente deste processo não cumprem cabalmente com a sua tarefa", desabafou.

A título de exemplo, mencionou que na segunda - feira se encontrava entre os 400 candidatos que estavam para serem atendidos, mas acabou por ficar na lista de quarta - feira, com o número 107 e mesmo assim não foi atendida. Maria Manuel considera que a desorganização estava a ser agravada pelas constantes alterações das listas nominais e acredita que poderá ser minimizada a partir daquela data por ter sido adotado o método de dar- se continuidade à lista existente.

"Caso abram mais postos de atendimento, as coisas poderão melhorar visto que há momentos em que ficamos aqui entre cinco a seis mil pessoas à espera para sermos atendidos por quatro ou cinco pessoas", frisou. Acrescentou ainda: "tive que me ausentar do serviço desde segunda- feira e terei que arranjar um bom motivo para justificar a minha ausência.

É a partir daí que conseguirei o dinheiro necessário para pagar pelo imóvel, tendo em conta que tanto a Sonip como a Delta não estão a nos fazer favor nenhum". As residências estão a ser comercializadas simplesmente aos cidadãos angolanos. Para evitar que se instale um ambiente conturbado entre os candidatos que obrigue as direções das duas imobiliárias a cancelarem o processo de candidatura, os jovens optaram por criar uma comissão de trabalho constituída por 20 indivíduos, com a finalidade de auxiliar estas instituições.

Todos eles se mostraram disponíveis para montar um acampamento no local de terça para quarta - feira e os mais velhos que ali se encontravam apoiaram a

iniciativa. "Os membros permanecerão aqui acampados de hoje até quarta-feira, às 18 horas, para controlarem a lista e evitar que outros candidatos sejam infiltrados", sugeriu um dos deles, durante o encontro realizado na segunda-feira, e obteve o consenso da maioria.

Fizeram parte da comissão alguns dos 400 jovens escritos que poderiam ser atendidos até ao final do expediente de quarta-feira e, posteriormente, entregariam as pastas a outro grupo constituído para efeito.

De referir que a maioria dos integrantes se conheceu naquele mesmo instante, demonstrando a existência de um espírito de solidariedade e responsabilidade mútuos. Cada um deles teria a missão de fiscalizar o trabalho do outro para evitar que houvesse suborno entre eles.

Para além deste grupo existe um outro de 15 indivíduos cujos números na lista são superiores aos da comissão em exercício, sem a obrigação de pernoitarem no local mas com a função de fiscalizar o trabalho da comissão em exercício. "O grupo de fiscalizadores terá também a missão de aprender ao máximo com a atual comissão para posteriormente a substituir e ajudar na criação de um novo grupo de fiscalização", opinou outro jovem.

Deste modo, acreditavam que estariam em melhores condições de fiscalizar inclusive o trabalho dos efetivos da Ordem Pública do Comando Provincial de Luanda, ali destacado para manter a ordem e a tranquilidade que estavam a ser acusados de suborno.

Para facilitar o atendimento acordaram em não alterar a lista na calada da noite, deixando de fora as pessoas que não se encontravam presentes, como vinha sendo feito, e que os novos candidatos deverão seguir sequência da lista. Conscientes dos encargos financeiros (com alimentação, bebida e camisola da mesma cor para facilitar a identificação) para manterem uma equipa de 20 pessoas instaladas três dias naquele local criou-se um fundo de manuseamento em que cada um poderá contribuir do jeito que possa.

Nesta quarta - feira, o jovem Florentino Mendes encontrava-se no meio da multidão a tentar convencer as pessoas sobre a importância de se dar continuidade ao trabalho deixado pela comissão cessante. "Aconselho a todos a serem mais pacientes e a terem mais calma.

É sabido que todos nós queremos realizar o sonho da casa própria e aqui há apartamentos para todos, mas se não nos organizarmos as coisas podem ficar ainda

mais complicadas porque a Delta não pode fazer tudo", declarou.

Florentino Mendes contou que se encontra acantonado na cidade do Kilamba desde segunda-feira e que acredita cegamente que as pessoas que ali se dirigirem dentro de 20 dias poderão encontrar as lojas mais vazias. Segundo ele, as 400 vagas a ser preenchida diariamente estão repartidas em duas partes iguais para os homens e mulheres.

No primeiro grupo estão reservadas 100 vagas para os militares (Exército, Polícia e SME, independentemente do sexo). Aristides Capeça mostrou-se feliz com a iniciativa dos seus colegas em criar uma comissão para velar pela organização das filas, o que o leva a crer que a próxima semana pode vir a ser melhor.

"No meu ponto de vista o trabalho melhorou bastante em relação à primeira semana, embora tenha estado mais vazio", declarou. Aristides Capeça disse ainda que esta é a segunda vez que se candidata a um imóvel naquela centralidade. A primeira deu-se aquando da abertura das inscrições no ano passado, mas não pôde ir mais além porque os preços estavam muito elevados.

6.17 Modo de aquisição O pagamento será feito anualmente até ao mês de Março

Diário Global

15 De Fevereiro de 2013

Paulo Cascão responsável pelo projecto Kilamba afirma que o processo para aquisição do imóvel está facilitado e rápido. "Nós temos que seguir aquilo que o nosso cliente pediu para fazer," disse ele, "O nosso cliente: Sonangol Imobiliária orienta pedirmos uma cópia do bilhete de identidade, cartão de contribuinte, a declaração de serviço com o salário compatível para pagar a residência e o recibo do último salário" referiu acrescentando que depois fazemos urna apreciação e se tudo estiver correto nós entregamos a casa, não havendo mais nada para fazer".

Dirigindo-se a um dos projectos com uma cópia do bilhete de identidade, cartão de contribuinte, último recibo salarial e a declaração de serviço com o salário compatível para pagar a residência cujos preços variam entre os 15.000 e os 180.000 mil dólares constam das exigências estipuladas pela Sonangol Imobiliária, a empresa construtora dos projectos.

O acesso àquelas residências pode ser por via de compra a pronto pagamento. Caso se decida a

pronto-pagamento não se exige a entrega da declaração de serviço como salário compatível para pagar a residência nem o último recibo salarial.

Nas modalidades das rendas resolúveis com ou sem-capital inicial (conhecida por entrada) o pagamento será feito anualmente até ao mês de Março. As pessoas com mais de 40 anos que queiram adquirir uma casa destes projectos devem efetuar o pagamento da sua propriedade em 15 anos.

Para os potenciais compradores com menos de 40 anos de idade o pagamento pode ser dividido até 20 anos. Por dia serão entregues 100 casas, Paulo Cascão disse a voz da América que além do Kilamba existem vários projectos acessíveis aos clientes.

"Existem para comercialização 15 mil casas. Existe a cidade do Kilamba Kiaxi, Cacucaco, Capiri, Km 44 e Zango, ou seja existem inúmeros projectos" frisou.

A comprovação dos materiais usados para construção das referidas "cidades" e a não disponibilização do contrato antes do pagamento para se saber as regras porque se regem são algumas questões ainda não respondidas pelos responsáveis dos projectos.

6.18 O sonho da casa própria

Expansão

15 De Fevereiro de 2013

O anúncio da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip), tornado público no passado dia 1 de Fevereiro, sobre a comercialização de habitações nas novas centralidades de Luanda (Kilamba, Cacucaco, Capari, Km 44 e Zango), está a espoletar um corre-corre sem precedentes junto da população.

Entre as modalidades de aquisição dos imóveis, a solução da renda resolúvel está a ser encarada, por parte do público, como das mais viáveis e que mais rapidamente garante o acesso às aludidas residências.

Em boa verdade, o processo em causa vem aliviar, de alguma forma, a forte demanda que tem caracterizado o mercado imobiliário nacional, no que respeita ao segmento residencial.

Mais do que isso, as soluções agora encontradas poderão, certamente jogar em desfavor do cariz informal que continua a caracterizar o mercado da renda e de venda de imóveis, em vários pontos do território nacional. Embora no bom caminho, percurso para que o comum dos cidadãos tenha acesso a casa própria continua a conter alguns espinhos.

A questão do financiamento é um destes constrangimentos, Cálculos efetuados pelo Expansão permitem aferir que, com a atual modalidade de acesso, o preço das casas do Kilamba, por exemplo, baixou entre 10% e 44%. Ou seja, o preço da T3A baixou de 125 000 USD para 70 000 USD, e o da T3B, de 130 000 USD para 80.000USD.

Apesar destas reduções, os valores atrás descritos continuam altos para o bolso da esmagadora maioria dos angolanos. A banca continua com muitas reservas quando a questão colocada por cima da mesa é financiamento habitacional.

A falta de legislação clara sobre terras que permite o uso de propriedade como garantia; longos períodos de reembolso e a falta de títulos de propriedade são, entre outras, algumas das razões evocadas pelos bancos para justificar o seu receio.

Isto demonstra que, para além de projectos como o Fundo de Fomento Habitacional, terá de haver outras políticas para dinamizar o financiamento do sector. A questão da terra é, indubitavelmente, algo a ter-se em conta.

6.19 O SONO começa nas ruas das centralidades

Diário Global

15 De Fevereiro de 2013

Os cidadãos concorrentes às casas nas centralidades recentemente construídas, pernoitam quatro a cinco dias nos postos de inscrições para candidatarem-se às sonhadas casas próprias construídas pelo Estado, sob a política da renda resolúvel que visa reduzir os problemas de habitabilidade dos angolanos com ou sem capital inicial.

Denúncias chegadas à nossa redação de informação, davam conta de uma autêntica burocracia e tráfico de influência, no ato de cadastramento e pós inscrição dos candidatos.

A nossa reportagem quis apurar os factos e na busca do contraditório, circulou por algumas centralidades da capital. Kilamba foi a nossa primeira paragem. No local, homens, mulheres com bebés ao colo, perfilados há longas horas denotavam no rosto o cansaço e mal estar.

Para o nosso espanto, deparamo-nos com uma comissão criada no local há cinco dias, denominada (OK), com o objetivo de organizar e controlar as listas dos inscritos. O presidente da mediática comissão preferiu identificar-se apenas pelo nome de Paiza, e respondendo em nome de mais de 100

membros, foi desenrolando a conversa que nos interessava.

Dizia-nos o jovem Paiza que todos os membros da sua comissão até segunda-feira passada, dia 11, pelas 10 h:00, não tinham sido chamados. Entretanto, muitas pessoas foram sendo atendidas sem cumprir a fila nem fazer inscrições, movimentam-se num jogo de entrada e saídas nos escritórios, com o ar de maior satisfação, enquanto os membros da comissão OK, faziam morada nas filas da rua, à espera da sua vez. O tempo não foi contabilizado e o sono era a única testemunha da longa espera por uma solução que tarda a chegar. Comprar casa no Kilamba é adormecer numa fila sem tempo cronometrado.

Face ao que observamos, os jovens sugerem mais postos de atendimento ainda que sejam inscrições via online. O ato de venda dos apartamentos é uma boa iniciativa para os angolanos, mas, os responsáveis pela organização das vendas, não estão a pensar no desenvolvimento do país, porquanto, ficamos aqui "prisioneiros" três a quatro dias, sacrificando outros afazeres, à espera de uma luz no fundo do túnel.

O local de emprego é abandonado e substituído pela ansiedade de se poder obter um primeiro sinal através da inscrição e satisfação das exigências da imobiliária Delta, a única a gerir, em estilo puramente medieval, um processo de venda de habitações, que tem obrigatoriamente passar pela intermediação bancária.

Face a este método pouco funcional, várias perguntas se impõem: não seria mais fácil mobilizar a banca comercial a tomar parte activa no processo, com um serviço especializado, visando a comercialização dos apartamentos, com base nas modalidades exigidas pela imobiliária Delta (venda resolúvel e pronto pagamento)?

Não ganharíamos todos se paralelamente ao negócio de compra e venda fosse incorporado, um processo muito comum no mercado capitalista, que é a venda a prestações, que aliviaria e de que maneira? Os cidadãos dum modo geral, a adquirem os bens para as casas que pretendem ter em seu nome? Não era assim que se trabalhava no tempo da outra senhora, permitindo que angolanos e portugueses tivessem acesso aos bens, em igualdade de circunstâncias?

Que os promotores do Delta Imobiliária reflitam sobre o assunto ou então consultem os gabinetes de análise económica das várias universidades que possuímos, a ver se encontram a solução mais adequada, que nos faça esquecer o tempo do cartão de abastecimento de 1975, que impunha o racionamento e obrigava as pessoas a permanecerem

horas intermináveis nas filas, para adquirirem bens de consumo.

Gostaríamos que o responsável da imobiliária tomasse conhecimento das preocupações acima referidas, já que foram infrutíferas as tentativas de obter informações suas sobre o processo de venda dos apartamentos da centralidade do Kilamba.

6.20 O SONIP Imobiliária

Jornal o continente

15 De Fevereiro de 2013

A busca e vontade do cidadão possuir a sua própria e condigna é um direito elementar e humano que se torna numa necessidade permanente enquanto ela não for satisfeita. Acontece que o Estado Angolano, enquanto pessoa de bem, leva com esmerada preocupação esta carência e daí a construção de vários fogos habitacionais em todo território nacional. Para agilizar a distribuição (venda resolúvel) das residências do Kilamba, Zango e Cacucaco foi adjudicada a referida tarefa à SONIP Imobiliária. Nada há contra esta solução. O "pecado" é a forma como os interessados devem concorrer para se habilitarem a tais residências. Com vários métodos que podem evitar as longas bichas e lutas, incluindo as TICs, não se compreende que os cidadãos tenham que dormir nos locais de inscrição para se candidatar a um apartamento. A SONIP deve encontrar melhores métodos. Usem a inteligência e haja bom senso.

6.21 Supermercado Prelex

Jornal o continente

15 de Fevereiro de 2013

A assembleia Nacional aprovou o no passado a Lei contra a Violência Doméstica para minimizar e quiçá mesmo acabar com tais práticas entre os angolanos. Constitui hoje já uma prática a denúncia de actos que configuram violência e os órgãos de justiça estão tudo a fazer para que os cidadãos não façam justiça por mãos próprias, apesar de existirem ainda algumas debilidades, sobretudo no que aos Comandos Municipais e esquadras da Polícia diz respeito. Os responsáveis do Supermercado Prelex, pessoas avisadas e com certo nível académico, e trabalhadores não tiveram pejo nem dó ao maltratar e massacrarem duas inocentes cidadãs que "supostamente" estavam a admirar uma garrafa de champagne Moët Chandun. Não seria mais fácil comunicar a polícia como mandam as regras? Porquê tanta selvajaria contra as suas compatriotas e irmãs? Haja amor ao próximo.

6.22 Oferta das centralidades não terá impacto no centro de Luanda

Expansão

15 De Fevereiro de 2013

Na zona envolvente do projecto em questão (Kilamba Kiayi e Zango), naturalmente os valores poderão oscilar, visto que o valor de mercado é definido pela proporção da oferta e procura. Existindo muita oferta, num curto período, o valor do mercado imobiliário particular irá ser afetado inevitavelmente, obrigando os proprietários a oferecer ou maior qualidade, ou menor valor.

Não pensamos que tenha qualquer impacto na cidade de Luanda. A dinâmica dos mercados e ajustamentos temporários são constantes, pois existem muitas variáveis que fazem com que o mercado esteja em mutação permanente.

Se fica mais organizado ou não, isso apenas depende do enquadramento legal da actividade, que neste momento ainda é praticamente inexistente. Existem muito poucas empresas (2 ou 3) que se dedicam de uma forma profissional à mediação imobiliária.

Todas as outras empresas que se apresentam como imobiliárias são, na verdade, empresas criadas pelo dono do projecto para comercializar "aquele" projecto específico. Este caso não é exceção mas, sim, a regra do mercado angolano.

Sobre a forma como os imóveis estão a ser comercializados, pensamos que deveria ser distribuída a comercialização por empresas de mediação licenciadas, de forma a dar seguimento e apoio aos compradores. Tradicionalmente, a posse do imóvel atribui a titularidade do imóvel.

Acredito que os incumprimentos aconteçam, mas isso também não é raro. Se acontece com a banca, naturalmente também vai acontecer ao Estado. Tenho alguma curiosidade em saber como é que essas situações vão ser tratadas. Fazem despejo?

Retiram o direito de compra do imóvel por aquele indivíduo? Como é que vão recuperar a casa se a família estiver instalada e não tiver para onde ir? No que diz respeito à Propricasa - Sociedade de Mediação Imobiliária, Lda., os resultados foram muito satisfatórios. O mercado está a sofrer alterações profundas, e nós estamos preparados para trabalhar com qualidade e profissionalismo na defesa das partes, encontrando as soluções que melhor servem os nossos clientes. Um serviço profissional e com qualidade tem sucesso em qualquer mercado imobiliário do mundo.

6.23 Preços do Kilamba reduzem 10% a 44%

Expansão

15 De Fevereiro de 2013

Os preços das casas do Kilamba baixaram entre 10% e 44%, variando em função da tipologia. As maiores reduções registaram-se nas casas de menor custo de forma sequencial. O preço da T3A reduziu cerca de 44%, para 70 mil USD, e o da T3B, cerca de 38%, para 80 mil USD. A T3+1 e a T5 que custavam, respectivamente, 140 e 200 mil USD, tiveram os preços reduzidos em cerca de 35,7% e 10%.

Estas reduções despertam curiosidade aos que sempre acompanharam o processo de venda, sobretudo porque em véspera do anúncio dos anteriores preços o Executivo afirmara que estava a negociar com a imobiliária (a Delta Imobiliária) no sentido de estabelecer o preço mais baixo possível.

"Mesmo com as medidas de redução de encargos fiscais e parafiscais, as conclusões a que a imobiliária está a chegar vão no sentido de ainda assim o preço ser relativamente alto, por esta razão estão a ultimar alguns estudos, e nós tomamos algumas medidas que competiam ao Governo, de redução ainda mais desses encargos fiscais, para que tenhamos um preço acessível", adiantou o então ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República em Julho de 2011.

Em Agosto deste mesmo ano, foram anunciados os preços ora reduzidos, pressupondo que eram os mínimos possíveis. A realidade atual, porém, mostra o contrário. No que diz respeito à renda resolúvel, passaram a existir duas modalidades de pagamento, assim como dois períodos possíveis de pagamento. Na primeira modalidade, o ocupante de uma T3A, por exemplo, pode adiantar um capital inicial, no caso, 14 mil USD, e depois pagar, em 15 anos, prestações mensais de 390 USD ou, em 20 anos, prestações mensais de 310 USD.

Os que pagam em 15 anos ficam com a casa por 84.200 USD, enquanto os que pagam em 20 anos ficam com ela por 88.400 USD. Existe ainda a possibilidade de o ocupante não pagar a prestação inicial e pagar prestações mensais de 550 USD num período de 15 anos ou 460 USD em 20 anos. Nesta modalidade, os ocupantes tornam-se proprietários das casas depois de pagar 99 mil USD em 15 anos ou 110.400 USD em 20 anos.

Portanto, no que é possível comparar, com os preços e modalidades anteriores, na renda resolúvel da T3A registou-se uma redução nos prazos de pagamento e

um aumento da taxa de juros que no preço anterior estava fixada em cerca de 3%, passando para quase 5% para os que não adiantam um capital inicial.

Há muito desejado e esperado por grande parte dos populares, depois de numa primeira fase estar disponível apenas para os funcionários públicos. A situação ora iniciada começou a ser desenhada em Novembro de 2011, quando o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em visita à cidade do Kilamba, se manifestou descontente pelo facto de estar praticamente desocupada.

Na ocasião, apelou para ultrapassar-se com urgência as questões burocráticas que estavam a impedir os populares de comprar as casas, assim como rever os preços. Na sequência, no entanto, o ministro da Construção, José da Silva, disse que o Presidente não tinha exigido reduzir os preços, apenas rever os mecanismos. Facto, no entanto, é que esta nova fase de venda surgiu com os preços reduzidos, pelo menos no que diz respeito às casas do Kilamba, visto que dos restantes projectos se desconhecia os preços.

Os outros projectos são as centralidades do Zango, Cacuaco, Capari e Quilómetro 44. Apenas existem dados concretos sobre a disponibilidade do Kilamba, mas Paulo Cascão, da Delta Imobiliária, garante a existência de muitas casas, calculando que o processo irá "demorar muitos meses". Conturbações na aquisição das casas O anúncio da nova modalidade ocupação das centralidades provocou alvoroço nas mesmas, motivado pelo elevado número de pessoas expectantes em ter casa própria e a alguma debilidade no processo de atendimento.

Apesar de anunciar-se a existência de postos de atendimento nas quatro centralidades, no quilómetro 44 não existe, enquanto os pontos do Kilamba e Zango são os mais concorridos. O facto de o posto de atendimento se resumir a apenas um local está a causar embaraços no atendimento em virtude do elevado número de pessoas que aí ocorrem.

Como consequência, as pessoas estão a pernoitar nestes locais, inclusive com crianças, e surgem denúncias de corrupção envolvendo funcionários destes postos. No entanto, o administrador da Delta Imobiliária, empresa contratada pela gestora do processo para a venda dos imóveis, Paulo Cascão, garantiu estar a empresa equipada para não dar possibilidade de haver fraude na atribuição de casas.

"A Delta Imobiliária tem um sistema de dupla atribuição de senhas, o senhor fica na fila e recebe uma senha para saber mais ou menos qual é o tempo que tem de esperar, e que é rápido. Quando chega às nossas lojas, recebe outra senha de processo, e a

partir desse mesmo processo é remetido para a sede, para uma análise", argumentou.

Porém, a realidade no local é totalmente diferente. Perante a agitação, inúmeras questões persistem. Está a ser possível evitar que uma mesma pessoa adquira mais de um apartamento? Uma vez que a intenção inicial era priorizar os que, de facto, não têm casa, está a ser possível controlar tal situação. Segundo informações recolhidas junto de funcionários da Sonip, é possível controlar ou evitar que uma pessoa compre duas casas em seu nome.

Depois de ultrapassar a confusão de fora, o candidato apresenta a documentação para a verificação, esta que se resume em uma cópia do BI, declaração do serviço, o recibo do último salário e o cartão de contribuinte. Em circunstâncias normais, este processo demora cerca de 30 minutos, e o candidato deixa o local com o recibo que deve apresentar no banco para efetuar o pagamento e, seguidamente, levar o comprovativo. Neste particular existem informações desencontradas, visto que alguns são informados de que têm apenas cinco dias para fazer o pagamento, sob pena de perderem a inscrição, e outros saem de lá sem qualquer aviso, havendo ainda quem receba uma moratória maior, no caso, 29 dias.

Portanto, é outra questão que deve ser esclarecida, assim como por que razão os candidatos são obrigados a abrir conta no BAI, onde está domiciliada a conta da SONIP, empresa gestora do projecto, pagando mais cerca de 3% do valor, quando bem poderia efetuar o depósito diretamente na conta da empresa. Outra questão que encontra espaço neste artigo tem que ver com o facto de apenas uma imobiliária estar envolvida no processo.

6.24 Preços dos apartamentos mais acessíveis

Jornal Angolense

15 de Fevereiro de 2013

Os preços das residências das novas Centralidades do Kilamba Kiaxe, Cacucaco, Capiri, Zango e km 44, estão mais acessíveis. Na cidade do Kilamba, os apartamentos T3 A, estão a ser vendidos a pronto pagamento no valor de 70.000, T3B, 80.000, T3+1, 90.000 mil dólares, enquanto os arrendamentos estão no valor de 350 mensal os apartamentos do tipo T3A, T3B, 400, T3+ 1 450 e T5, 900 dólares

Em função da redução dos preços dos apartamentos das novas centralidades, a cidade do Kilamba, desde a semana finda está a registar uma fluência de cidadãos às instalações da DELTA IMOBILIARIA, a

empresa encarregue de vender os apartamentos. O cenário é de filas intermináveis para se obter uma ficha para o cadastramento, muitos cidadãos estão a pernoitar nos passeios da Cidade do Kilamba, junto aos escritórios da DELTA IMOBILIARIA, levando consigo colchões, lençóis, caixas térmicas com água mineral, sumos, gasosas e alimentos. Devido ao apinhado de gente, nem as crianças estão a ser poupadas neste sacrifício, porque muitas mães estão também a levar os filhos. As senhoras, particularmente, começam a fazer-se a Centralidade do Kilamba por volta das vinte e três horas, para alistar-se e no dia seguinte de manhã receber uma ficha. Segundo o Angolense no local, por dia são atendidas 400 pessoas e devido a demanda outros nomes já na lista são transferidos para o dia seguinte, por isso muitas pessoas preferem pernoitar no Kilamba porque o regresso à casa pode impossibilitar na inserção. "As fichas são entregues as oito horas pelos funcionários da DELTA, mas a chamada dos nomes que constam na lista é feita a partir das cinco horas da manhã", explicou Gisela da Silva, acrescentando que, "se antes o problema para a aquisição de uma residência era a burocracia em termos de documentação, hoje a realidade está aliada a falta de organização e um atendimento moroso por parte dos funcionários da DELTA IMOBILIARIA, que levam quinze há vinte minutos por pessoa e, quando o relógio marca doze horas o atendimento é suspenso alegadamente por falta de sistema". Conforme contou Palmiro Paquete, que após uma semana de estadia no Kilamba, finalmente, conseguiu adquirir uma residência no modelo de renda resolúvel. "Há muita complicação no acto de alistamento dos nomes", disse, continuando que "o outro problema é a morosidade no atendimento, que na sua óptica, era uma saída para que se evitasse que muitos cidadãos pernoitassem naquele local. Virgínia Neto, outra cidadã que há três dias não dorme em casa, tudo para conseguir uma ficha e obter uma residência disse que não está fácil. "Não arredo o pé daqui enquanto não conseguir um apartamento T2". Ao contrário de Virgínia, Sandra Mariza, não tem a mesma fé, pois que recebeu a informação de que os potenciais candidatos do Kilamba, para além de se fazerem acompanhar da cópia do bilhete, recibo de salário, cartão de contribuinte, declaração do serviço, têm de auferir um salário equivalente ou superior a 1500 dólares. Outro cidadão que também manifestou a sua insatisfação foi António José que disse a nossa reportagem o atendimento ser péssimo. "É inadmissível. As pessoas têm que passar a noite aí para colocarem os seus nomes na lista, receber a ficha de manhã para ser atendido apenas no período da tarde", disse aborrecido. Eram doze horas e quinze minutos e o cidadão em causa ainda não havia sido atendido e o número da sua ficha era o 79.

6.25 Sonip e Fundo da Habitação Desencontrado

O País

15 De Fevereiro de 2013

Indagado sobre a situação em que ficarão os moradores arrendatários do Fundo de Fomento a Habitação (FFH) e que pagam um valor superior ao que está a ser praticado pela Sonip, Paulo Cascão esclareceu que a empresa que dirige é apenas uma prestadora de serviço a estas duas instituições, que adotaram modalidades diferentes de comercialização dos imóveis.

"Cada um destes dois clientes tem as suas características próprias e nós trabalhamos com os seus produtos de acordo com a sua vontade. O FFH pediu-nos para colocar os seus imóveis da cidade do Kilamba através da estratégia de pagamentos mensais da renda resolúvel durante 30 anos, independentemente da idade", explicou.

"Já a Sonip, adiantou, contratou-nos para fazermos um outro tipo de colocação dos seus produtos no mercado que é este que estarnos a fazer". As pessoas com mais de 40 anos que queiram adquirir um imóvel num destes projectos devem efectuar, o pagamento da sua propriedade em "15 anos, ao passo que os potenciais compradores com menos de 40 anos deverão fazê-lo em 20 anos.

"Este é um processo que a Delta não tem nada a comentar se é melhor ou pior e, por conseguinte, limitamo-nos apenas a cumprir com as orientações dos nossos clientes", frisou. Paulo Cascão declarou que os indivíduos cujos nomes foram publicados no Jornal de Angola o ano passado, alguns meses após a realização das eleições gerais, poderão dirigir-se às instalações da empresa para receberem mais informações sobre os seus processos.

"Acontece é que as pessoas que se encontram nesta lista e já aplicaram 600 dólares por um dos apartamentos terão de pagar o diferencial, sem ter necessidade de solicitar o reembolso ao banco porque as duas entidades poderão se entender à posteriori" João Lourenço está entre as centenas de pessoas que receberam um imóvel pelo FFH e, por força do contrato, é obrigado a pagar cerca de 600 dólares mensalmente por um T3, enquanto os novos inquilino da Sonip terão que desembolsar entre 550 a 460 dólares mês, em função da idade. O entanto, deverão fazer o pagamento anual da renda resolúvel.

Como arrendatário do FFH, será obrigado a pagar sete mil e 200 dólares por ano, ao passo que os seus vizinhos que estarão sob a tutela da Sonip terão a

responsabilidade de desembolsar cinco mil e 686 dólares em igual período. O que toca aos anos, no caso da compra completa do imóvel, o cliente da FFH terá que pagar 216 mil dólares em 30 anos, ao passo que o da Sonip pagará cerca de 112 mil dólares em apenas 20 anos.

6.26 Vendas "Magoga sustenta famílias

Jornal Folha 8

15 de Fevereiro de 2013

A agitação de pessoas em determinados pontos da periferia de Luanda, tem sido cartão postal convidativo, através do cheiro do pão quente com frango frito pronto a sair, a uma paragem rápida para saborearem o alimento de baixo custo financeiro e elevado valor nutricional. O negócio que também exige sacrifícios, obriga as comerciantes a levantarem-se de madrugada abandonando os esposos e filhos ainda na calada da noite rumo ao trabalho. Apesar do perigo, elas preferem correr o risco de caminhar nas primeiras horas da manhã ao encontro da clientela. Portanto, a magoga como é apelidado pelos consumidores, tem sido a refeição de alguns funcionários públicos, taxistas e zungueiros, na sua maioria. Hoje, a magoga continua a ser a única refeição do dia de uma multidão de Angolanos, comercializado entre 150 à 200 Kwanzas, acompanhado com um refrigerante "bebe me deixa". A par disto, as mulheres comerciantes velam pela sobrevivência dos trabalhadores com baixo poder aquisitivo, que cedo pela manhã saem de casa em busca do sustento e não podem sonhar com as refeições caras e inacessíveis aos seus bolsos. A saída, para eles, são as porções generosas de "magoga", O triângulo produção/zungueiras/ consumidor . é de ordem estratégica e vital para o negócio.

VALOR NUTRITIVO DA "MAGOGA"

A "Magoga", como dissemos atrás, contém altos níveis nutricionais, separadamente. De acordo os nutricionistas, o pão que habitualmente usamos tem 270Kcal e 2.4 gr de fibras, que prescrevem as vitaminas B1, B2 e B3. O frango como integrante do composto tem uma certa quantidade de gordura presente nas diferentes partes do corpo. Assim como, o peito de frango com a sua pele possui cerca de 9,25g de gordura por 100g de peso. O mesmo peito, sem pele, apenas 1,24g de peso. As coxas com pele, possuem mais gordura do que o peito, cerca de 12g de gordura por 100g de peso.

Outro aspecto nutricional interessante é a carne do frango. A mesma é ainda uma boa fonte de vitaminas complexo B e de fósforo. Fornece também

potássio, cálcio, magnésio e cobre. Nas coxas podemos encontrar maiores quantidades de riboflavina, ferro e zinco. O repolho contém diversos nutrientes, principalmente vitamina C. E de lembrar ainda que o repolho além de ser uma excelente fonte de vitamina C, também contém vitamina A, B1, B2, B6, K, ácido fólico, fibras, e minerais como o cálcio, fósforo e enxofre. Está presente também no repolho, quantidades significativas de glutamina e polifenóis, o que funciona como anti-inflamatórias. Assim como outros vegetais crucíferos, no repolho há também substâncias anti-oxidantes, capazes de reduzir os riscos de se adquirir diversos tipos de câncer. Neste âmbito, o nutricionista Paulo Ndangue defende que sendo a "magoga" um dos alimentos mais digeridos, o acesso ao alimento confeccionado nas ruas tem facilitado à população de formas a se ter mais opções de tipo alimentício para uma vida mais saudável.

O mesmo resguarda que o Governo deve implementar programas de promoção de segurança aos produtos nutritivos comercializados na zunga, "penso que o vulgo alimento "magoga" é um alimento nutricionalmente rico, visto que é dos mais comidos, barato e de fácil acesso", concluiu. De elevada qualidade proteica, baixo conteúdo em gordura, preço acessível, grande facilidade de confecção e ausência de tabus ou questões culturais que impeçam a sua procura. O pão com frango frito é, pois, um meio rentável para as famílias pobres. Contudo, depois dos rasgados elogios em volta da Magoga, Paulo Ndangue não deixou de apelar aos cuidados higiénicos, mensagem aliás extensiva aos demais comerciantes hoteleiros, restauradores ou cozinheiros ambulantes como estes que se expõem às poeiras, fumos e outros resíduos químicos e bacterianos, libertinos que voam.

6.27 Açambarcadores de condomínios temem bolha imobiliária

Semanário Factual

De 16 a 23 de Fevereiro de 2013

O final de década de noventa e princípio do ano dois mil, os primeiros condomínios construídos em Luanda foram açambarcados pelos primeiros milionários que surgiram no país. Naquela altura, a oferta era tão diminuta que os pretendentes às moradias eram obrigados a pagar rendas avaliadas entre cinco a dez mil dólares por casas de cartão.

Este negócio especulativo ganhou maior ênfase após o fim da guerra, em 2002. Neste período registou-se uma febre de aumento de salários nas principais empresas angolanas e (SOANGOL, TAAG,

ENDIAMA, entre outras), assim como noutras instituições públicas e privadas.

Foi com base nesta realidade objetiva que os poucos ricos da época inundaram o Talatona e outros bairros, com centenas de condomínios. Movidos pelo aumento de salários dos nacionais e a entrada em Angola de muitos estrangeiros, os nossos ricos começaram a construir casas que foram vendidas até três milhões de dólares.

De um modo geral, os potenciais compradores dessas supostas mansões eram os funcionários seniores da SONANGOL, diretores, generais, ministros, deputados e meia dúzia de pessoas que frequentavam o círculo da pequena burguesia.

Mas, a partir do ano 2007, o Executivo lançou um programa de construção de um milhão de fogos e, ao mesmo tempo, centenas de cidadãos com alguns rendimentos começaram também a construir pequenas mansões por toda a Luanda. Estes últimos pretendiam também ganhar o máximo de dinheiro através da especulação dos preços dos imóveis.

Mas, tanto os ricos, como os outros, fizeram recurso aos bancos comerciais. Com o tempo, a banca apercebeu-se e (o exemplo veio dos EUA) que a qualquer momento essas casas iriam perder metade do seu valor, tendo em conta as leis da procura e da oferta.

Deste modo, os bancos tornaram-se mais seletivos no empréstimo para a construção de imóveis. Este receio deveu-se aos milhares de casas construídas nas diversas centralidades de Luanda e pelo país afora. Segundo especialistas na matéria, o mercado imobiliário poderá sofrer um forte revés nos próximos meses, influenciado pela disponibilização de mais de 30 mil fogos em Luanda e com a expectativa de atingir, a breve trecho, as 120 mil residências.

As mesmas pessoas acreditam que o mesmo deverá acontecer nas restantes províncias, onde a oferta deverá ser em menor número. As vendas vão de vento em popa, a julgar pelas enchentes que se registam na maioria dos pontos de vendas da Delta Imobiliária.

A divulgação, nos últimos dias, dos preços e das novas modalidades de pagamento nas centralidades do Kilamba, de Cacucuo, do Zango, do Quilómetro 44 e do Musseque Capari, surgiu como um forte estímulo à procura de residências, já que esta parecia estar inibida há alguns anos, devido ao elevado preço das habitações.

Na atual conjuntura, já é possível o cidadão comum sonhar com uma casa melhor, tendo em conta as novas modalidades de pagamentos e as suas respectivas prestações.

6.28 Kilamba: que município?

Agora

16 De Fevereiro de 2013

"Não presta?", Dizem os mais céticos quando falam da cidade do Kilamba, sem sequer porem la os pezinhos. Na verdade, quem sente Kilamba e tenha na sua pele vivências cosmopolitas reconhece que é um projecto de muita excelência. Apregoa que algo que chamamos "orgulho" e "pátria" toma conta das nossas entranhas.

Acontece essa sensação porque dentro de cada um de nós existe uma certa utopia e raiz que nos liga aos espaços, suas árvores e recantos.

A nova cidade tem tudo para arrebatá-nos: são avenidas e travessas largas, espaços de jardim como centros de socialização, são escolas que marcam cada quadra de prédios, passeios largos e um grande jardim que atravessa todos esses edifícios que respiram, deixam soltos os seus traços sem as tradicionais pressões de betão armado que na Europa tiram o gozo da expressão da natureza, cortam os horizontes e fecham as entradas dos raios de sol.

É necessário viver Kilamba, aceitar que é um desiderato que marca um período da nossa curta história de reconstrução, marca um "ontem" e um "hoje". Depois desse marco, é nos exigido que nas próximas três décadas nenhuma centralidade seja inferior, não haja novas e mais arrojadas plásticas arquitetónicas que deixem mais visível e dominadores os equipamentos públicos e tenha ainda maior presença a natureza, lagos e bibliotecas com espaços modais que permitam diminuir a info-exclusão.

O que a nova cidade satélite precisa é de um município que olhe para trás de si mesmo saiba de onde veio -, assuma que viver Kilamba é, antes de mais, um desfazer-nos do desleixo, da falta de civismo, do deixa-andar. Não tenhamos dúvidas, tratar-se-á de um verdadeiro exercício de abandono da cultura que configura o "caos" quantas vezes anticivilizacional que afecta a velha cidade de Luanda.

É verdade que perder identidades é algo confrangedor, sentimos um vazio que cega, algo pior que a nudez numa praça de pudores, mas é esse exercício que criará o génio, o ADN da cidade Kilamba. "É coisa de louco, pensar assim", reagirão com escárnio os que menos sabem deixar Luanda

para trás de si mesmos e pensam que podem no Kilamba erguer no seu prédio e apartamento um casulo onde ressuscitem o que de pior animaram na velha cidade.

"Serão os fantasmas?", Sim, até porque não respeitarão os cruzamentos sinalizados, deitarão o lixo pelas escadas fora; com pontas de lapiseira, estragarão os sistemas elétricos de abertura das portas, os pais não terão o papel de vigilância do seu próprio habitat.

Teremos todos de reconhecer que na nova cidade deverá existir algo como um "biombo" que se abre para que quem vem de cá, digo da velha cidade e seus arredores já contaminados, na sua anteporta, deixe espalhada a roupa velha e suja, não saiba mais de si no que de muito mofo levara grudado na sua alma. Um "tapete" à entrada do Kilamba que valha na limpeza das impurezas que ficaram nas nossas solas que arrastam os longos anos de vícios e desalinhos sociais.

"Existe esse homem?", Interrogar-se ão muitos. É necessário que vivificante sorriso o município confesse que é possível sermos melhores, sermos outro".

Sermos o que de melhor se possa oferecer de nós próprios. É urgente que essa nova identidade marque profundamente essa comunidade: sejam melhores estudantes, desportistas leitores, atores, melhores no silêncio e na elaboração das ideias que enriqueçam os desideratos. Seja de facto uma cidade constituída por homens mais serenos devido a virtuosa presença constante da natureza, e com mais sentido telúrico de vida.

6.29 Casas romagem ao Kilamba

Jornal a capital

16 De Fevereiro DE 2013

Tudo isto ocorre numa altura em que luta-se por uma casa nas novas centralidades de Luanda. Cinco mil em apenas quatro dias, é o número de pessoas que foi a nova centralidade do Kilamba a procura da casa de sonho. Para muitos, esta, será de vez, mas para uma grande multidão, ainda é uma miragem. São às centenas as pessoas que pernoitam ao relento, ao longo da rua Amílcar Cabral, na cidade do Kilamba. Velhos, homens, mulheres, (até grávidas), jovens e crianças, militares e polícias. Todos esperam ansiosamente que chegue a sua vez de colocar o nome na lista, para se habilitar. Só que é tão difícil, pois, há que esperar por uma fila que parece interminável, sob o permanente risco de ser ultrapassado ou substituído por outro interessado.

Dos milhares de pessoas que acorreram até àquele ponto da cidade, muitos não tinham conhecimento sobre os requisitos necessário. Por isso é que, gentes, mesmo com um salário base de 30 mil kwanzas, tentavam a sorte. Daniel Lourenço funcionário público lamenta que o trabalho de cadastramento esteja a ser feito apenas num local, razão pela qual, se regista muita enchente. "Estou aqui há dois dias. Consegui colocar o meu nome na lista ontem e, aguardo pela chamada que será feita às 4hoo da manhã", informou, Lourenço, para quem o trabalho está manchado por excesso de burocracia. "Muitos generais estão a entrar com os familiares sem respeitar as filas", denunciou. Entretanto, medidas cautelares foram criadas. Paulo Cascão, o administrador da empresa Delta Imobiliária, disse à imprensa, que está, agora, afixado um número limite para o atendimento com vista a garantir qualidade ao serviço prestado, e evitar que os outros clientes fiquem a espera. "Quem não chegar à tempo de estar no grupo das 400 pessoas, deve ir para casa e regressar no dia seguinte", ditou. Sabe-se, no entanto, que o atendimento vai prosseguir até que a SONIP (Sonangol Imobiliária e Propriedades) dê instruções para o seu encerramento. Paulo Cascão garantiu que ainda há muitos apartamentos à venda, designadamente, 15 mil no Kilamba, 35 mil em Cacuaco e aproximadamente igual número no Zango. Segundo avançou está prevista a entrega de 100 chaves por dia, após a assinatura do contrato para a liquidação da dívida, num período de 15 ou 20 anos, conforme a idade do cliente. Estima-se que após a conclusão das obras das cinco centralidades estarão construídas 120 mil habitações. O Delta Imobiliária e a SONIP estão a vender apartamentos nas cinco centralidades que são: Kilamba, Cacuaco, Zango, Capari e Quilometro 44. Os postos de atendimento estão localizados, só, na centralidade do Kilamba. Caso para dizer: já temos muita gente bem remunerada.

6.30 Executivo aposta na continuidade do programa de habitações sociais

Jornal De Angola

16 De Fevereiro de 2013

O Ministério do Urbanismo e Habitação vai, com a aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013, apostar na continuidade dos programas habitacionais em curso no país e na criação de novos, garantiu o ministro José Silva. O ministro afirmou que as atenções estão voltadas para a execução do programa de construção de 200 fogos habitacionais

em cada município e na criação de reservas fundiárias.

José Silva referiu que, a par destes programas, o Ministério do Urbanismo e Habitação vai apostar também no acompanhamento da execução das novas urbanizações, umas já edificadas e outras por construir. O ministro destacou, entre as prioridades do sector para o presente ano, o programa de construção dirigida, que vai consumir 60 por cento da verba do OGE destinada ao sector.

Quanto as aspirações da juventude, disse que o executivo está a incrementar a oferta, o que vai possibilitar que mais interessados acedam as habitações integradas nos diferentes projectos de construção. O OGE para 2013 prevê receitas e despesas avaliadas em 6.635.567.190.477,00 (seis triliões, seiscentos e trinta e cinco mil biliões, quinhentos e sessenta e sete milhões, cento e noventa mil e quinhentos e sessenta e sete milhões, cento e noventa mil e quatrocentos e setenta e sete kwanzas).

6.31 Os espaços urbanos de Angola e a sua qualidade de vida

Agora

16 De Fevereiro de 2013

Em Maio de 2013, o então Ministro do Urbanismo e Ambiente - Dr. Fontes Pereira -convidou-me para Preletor no Seminário sobre: a Gestão dos espaços urbanos em Angola, atribuindo-me o Tema: O desenvolvimento Autossustentado dos Espaços Urbanos em Angola. Recordo-me que fiquei bastante surpreendido com o convite pois não era e ainda não é habitual, governantes do MPLA convidarem para preletores nos eventos que realizam, técnicos claramente identificados como sendo militantes de partidos na Oposição. Eu fui uma honrosa exceção.

Afinal não foi a primeira nem seria a ultima vez, para confirmar a regra geral! Aceitei com agrado o desafio e lembro-me de ter gasto várias horas a estudar o assunto, fazendo pesquisas e até contactei 2 ex-colegas meus es- trangeiros, para ouvir opiniões sobre o tema. Preparei-me convenientemente, 'para "não dar bandeira" e posso dizer-vos que fui aplaudido e até felicitado (nos bastidores) por várias pessoas que assistiram ao evento. Neste momento, o Dr. Virgílio Pereira, por quem tenho grande consideração e respeito, é Deputado e Presidente do Grupo Parlamentar do MPLA e eu, só igualmente Deputado e Presidente da Comissão que trata das questões do Ambiente, Ciência e Tecnologia; Trabalho e Segurança Social.

A vida está cheia de surpresas, não é? Porque as cidades de Angola ainda se debatem e de forma gritante, com vários problemas em quase todos os domínios, trago-vos esta semana para leitura, parte do conteúdo do tema que abordei naquele seminário, principalmente as recomendações que dei, são passados 10 anos, pois parecem-me ainda atuais.

Aproveito para acrescentar extratos de um Estudo que acabei recentemente de fazer sobre a realidade que se vive hoje em dia, na grande maioria das cidades de Angola. Todo o desenvolvimento que vai ao encontro das necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, é considerado desenvolvimento sustentado.

Trata-se de um modelo de desenvolvimento, que enfatiza gestão equilibrada de todos os recursos naturais, com vista a viabilizar a sua utilização também pelas gerações futuras. Para isso, é necessário haver uma visão ampla abrangente do futuro; uma mentalidade progressista e um modelo de crescimento económico humanista assente na justiça distributiva e redistributiva, na igualdade de oportunidades que evite que uns poucos tenham mais recursos do que a maioria da população e numa política não

gananciosa que evite destruir ou esgotar os recursos naturais pelas gerações atuais em prejuízo das gerações futuras. Por sua vez, ESPAÇOS URBANOS, são aquilo a que em linguagem comum designamos como cidades (e vilas).

Espaços territoriais delimitados e habitados, por uma determinada quantidade de pessoas (habitantes) e dispondo de uma quantidade e qualidade de equipamentos e serviços sociais, comerciais e industriais.

As cidades são o topo da pirâmide em cuja base encontramos as bualas, ou sanzalas ou aldeias, que evoluem depois para as vilas, antes de se transformarem em cidades. No tempo colonial por exemplo, uma vila só era promovida a cidade se tivesse um bispado (bispo da igreja católica). E para haver bispo tinha de existir como residentes, um número mínimo significativo de habitantes, para além doutros elementos!

As cidades de ontem herdadas do colonialismo eram menos povoadas. Tinham um casco urbano (zona asfaltada) e na sua periferia os subúrbios ou ghettos que eram dormitórios da população pertencente a classe mais baixa (operários e trabalhadores de base).

A burguesia e pequena burguesia (classe média e alta) esta vivia no centro e bairros nobres da cidade, em vivendas e apartamentos. A abundância de água potável canalizada, de ruas asfaltadas e iluminadas, de jardins e parques, bem como de prédios e boas habitações; centros culturais, comerciais e restaurantes, contrastavam com as casas de pau-a-pique ou de adobe; os chafarizes e cacimbas, as ruas terra planadas e esburacadas, os depósitos de lixo a céu aberto, as pequenas lojas a retalho, cantinas e pracinhas informais, a delinquência e outros sinais de pobreza e má qualidade de vida das zonas periurbanas (musseques).

No tempo colonial, eram muito poucos os negros a morar no centro da cidade, e também não se viam brancos a residir no musseque, a não ser que fossem comerciantes (vulgo, fubeiros). As cidades estavam claramente divididas entre uma zona rica com boa qualidade de vida e outra pobre com má qualidade de vida!

Todavia, a zona asfaltada alargava-se rapidamente na década de 70 e a construção de novos bairros melhor infraestruturados crescia a um ritmo bastante acelerado, principalmente nas cidades de Luanda, Benguela e Huambo. São exemplos desta acelerada urbanização, os bairros do Prenda (prédios), Terra Nova, Cuca, Bairro Popular, em Luanda. No Huambo, destacaram-se os bairros Académico, Cacilhas e Bom Pastor dentre outros. Depois da independência (Nov.1975) a situação mudou drasticamente!

Os moradores dos bairros pobres (subúrbios) "invadiram" e ocuparam as casas do centro da cidade e apartamentos, abandonados pelos seus proprietários que, fugindo a guerra civil, foram buscar refúgio nos países de origem ou de origem de seus pais.

(Portugal, Brasil etc). Uma outra "invasão" aconteceu do campo para a cidade. Os habitantes do meio rural (aldeões) refugiaram-se nas cidades (migraram) em busca de maior segurança e curiosamente, milhares de residentes das cidades, fugiram também para o campo, pelas mesmas razões, devido ao conflito armado que se instalou entre os partidos políticos.

Cada um fugia para a região do país que o seu partido controlava militar e politicamente, na busca de proteção. Os aldeões que migraram para as cidades aumentaram em exponencial o número de habitantes das zonas suburbanas! Resultado disso: - As cidades ruralizaram-se completamente!

Tudo se transformou num "Grande musseque"! Hábitos, usos e costumes, tradições, rituais rurais,

vieram para as cidades e influenciaram significativamente os hábitos e costumes normais dos cidadãos. A "cultura urbana," deixou de ser o que era antigamente.

Para complicar ainda mais as coisas, vieram culturas estranhas trazidas por angolanos retomados do exílio nos Congos e outros países africanos. Temos hoje um "conflito de culturas" nas cidades angolanas, pois a coabitação não está sendo fácil e muito menos pacífica.

Veja-se por exemplo os comportamentos e atitudes retrógrados que se verificam nos óbitos, nos cemitérios, casamentos, (incluindo alembamentos), nas festas, na rua, nas praias e na vizinhança etc. Uma autêntica inversão de valores!

As cidades tornaram-se causa de frustrações da grande maioria de aldeões que a elas afluíram, á procura de melhores condições de vida em geral, e um inferno, para grande parte dos cidadãos natos! A poluição sonora (de farras e cultos religiosos), o lixo acumulado nos bairros; as praças, pracinhas, cantinas, lanchonetes, cozinhas ao ar livre por todo o lado.

Os milhares de vendedores ambulantes, ao longo das ruas e no chão por cima dos passeios, impedindo a circulação de pessoas. Adicione-se a isso, a enorme falta de emprego e de habitação condigna; a escassez de água potável, de energia eléctrica, de saneamento básico, de escolas, hospitais e centros de saúde a funcionar em condições.

Tudo isso acumulado, faz pensar que se está a viver no inferno. De resto, esta percepção de inferno, de eterno sofrimento do angolano sem esperanças de melhorar a vida, criou um ambiente propício ao surgimento abrupto de seitas religiosas, anunciando a venda de milagres e de curas para o sofrimento deste povo.

De acordo com alguns registos oficiais a que tive acesso, existem mais de 70 igrejas autorizadas e mais de mil não autorizadas, ilegais mas que, mesmo nesta condição, estão a funcionar, o que é no mínimo inaceitável!

Tudo isso por junto e atacado, está a degradar cada vez mais a qualidade de vida nas cidades e vilas deste país. É absurdo que hoje nas cidades, se lute violentamente por um pedaço de terra (para construção de uma casa), enquanto sobra espaço por este imenso país, onde os cidadãos dos países vizinhos aproveitam sornateiramente, instalar-se.

Todos angolanos querem viver nas cidades e os que não estão muito interessados em fazê-lo, mesmo assim, querem ter lá uma casa ou um terreno, para

arrendar ou vender e ganhar com isso, mais algum dinheiro adicional. Lamentavelmente e é doloroso chegar a esta conclusão, as cidades de Angola ainda não representam progresso social, não são motivo de orgulho e de vaidade nacional.

Pelo contrário, expressam subdesenvolvimento, pobreza e negação dos mais elementares direitos fundamentais de cidadania. Estas nossas cidades são caríssimas (custo de vida) e tornaram-se uma autêntica "armadilha", para todos os que nela vivem! São uma "seiva" de betão armado e de ruas mal construídas, mal asfaltadas, mal iluminadas, mal sinalizadas, autênticas "minas e armadilhas" do bem estar, da liberdade e do progresso de quem vive nelas. E o que é que o Governo (ou Executivo) está a fazer, para melhorar esta situação? E o que é que em minha opinião se deve fazer? Na II parte deste tema, irei responder a estas perguntas, com base em informações obtidas na pesquisa que fiz sobre o assunto. Xalenu nhi mahezu ma kidi. Voltarei.

6.32 Os "Hipotecados" do Kilambi

Jornal Folha 8

16 De Fevereiro de 2013

Habitar na centralidade do Kilamba constitui o sonho de todos os angolanos, sobretudo os residentes na capital do País (Luanda) que na ânsia de conseguir uma residência no mais contemporâneo projecto habitacional, aliás o único construído depois da independência, há quase 38 anos (11 de Novembro de 1975), fazem sacrifícios para concretização do premente desejo, hipotecando o futuro durante 20 longos cacimbos. À primeira vista, os preços das residências aparentam acessíveis para todos os bolsos, mas são extremamente onerosos pelos salários da maioria. Alguns irreflectidamente acreditam pagar a dívida duramente os 20 anos, esquecem-se dos tropeços da vida neste período, embora reprovemos quaisquer presságios pessimistas. A realidade económica impede de fazer estimativas favoráveis. Só o perdão da dívida salvará os hipotecados. Os recentes projectos habitacionais são aplaudidos porque colmatam a carência de residência no País, mas é reprovável a confusa distribuição. Angola viveu um período de ocupação colonial de quase quinhentos anos, nesta etapa sombria da história, poucos autóctones tiveram residências condignas, o sonho da habitação adequada ficou adiado até à independência incondicional, o partido no poder comprometeu-se a trabalhar. Chegada a independência (11 de Novembro de 1975), o sonho virou pesadelo porque o País mergulhou numa guerra civil, protagonizada pelos três movimentos de libertação (FNLA, MPLA e UNITA). Os resultados

foram catastróficos, o desejo de uma vida condigna ficou novamente adiado para o fim do conflito armado. Felizmente, a luta armada termina no dia 22 de Fevereiro de 2002 com a morte de Jonas Savimbi. O autóctone vibrou ao pensar que o fim do conflito armado proporcionaria melhores condições de vida, led o engano! O Governo criou mecanismos de hipotecar ou condicionar a vida do cidadão quando deveria optar por modelos mais consensuais porque durante o período sombrio nenhum funcionário honesto conseguiu trabalhar para acumular 180 mil dólares a fim de adquirir uma residência na centralidade do Kilamba. Para minimizar a dor do autóctone, aldrabam-no com a tática da renda resolúvel. Até incluem a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol) na misteriosa distribuição das residências nos projectos habitacionais que supostamente foram criados para minimizar a carência que se regista há várias décadas. Apesar de tudo, encorajamos os angolanos a acorrem nos mais recentes projectos habitacionais, semelhantes ao Kilamba, porque durante os vindouros 20 anos muita coisa poderá acontecer, os indivíduos que hoje estão à frente da cobrança das casas poderão estar fora e sem capacidade de incomodar. O tempo encarregar-se-á de resolver o problema e meter em sentidos os aproveitadores de hoje. A mudança está para breve, acredita!

6.33 Anunciada construção de moradias para sobas

Jornal de Angola
17 De Fevereiro de 2013

O Governo Provincial de Luanda vai construir, a partir deste ano, moradias para as autoridades tradicionais do município da Quissama, informou na quinta-feira o director das Obras Públicas. Torres Bunga, que cumpriu uma visita de trabalho ao município da Quissama, explicou que a construção de novas casas para os sobas se deve ao facto de as actuais não possuírem condições de habitabilidade.

Além de casas para as autoridades tradicionais, está também prevista para este ano a construção de jangos e moradias para professores e médicos que trabalham na Quissama. O município, com sede na vila da Muxima, tem uma extensão de 12.046 quilómetros quadrados e uma população de 30 mil habitantes.

Com a nova divisão administrativa, os municípios da Quissama e de Icolo e Bengo pertencem agora à província de Luanda.

6.34 A hora da realização do sonho da casa própria

Jornal de Economia e Finanças
19 De Fevereiro de 2013

A Cidade do Kilamba está contemplada com infra-estruturas básicas, dimensionadas para satisfazer as necessidades de toda a população da cidade. Tem também subestações de energia eléctrica com rede de distribuição, telecomunicações e terminais de transportes públicos. Área total da Cidade do Kilamba: 5.400 hectares, área de construção da primeira fase 900 hectares. 1- Fase - 115 prédios a serem entregues, 3.180 apartamentos para 19.800 moradores. Infra-estruturas concluídas três escolas primárias, três escolas secundárias e quatro creches e 28 lojas. Espaços de lazer: um em cada quarteirão, que tem entre 25 e 28 prédios. Cada quarteirão da cidade tem igualmente um ginásio comunitário e quatro campos desportivos ao ar livre. Localização: Encontra-se instalada a aproximadamente 20 km a Sul do centro da cidade de Luanda, é o maior projecto habitacional jamais construído no país e constitui, à escala global, um profundo exemplo de política social levada a cabo para resolver o défice habitacional.

A Cidade do Kilamba está contemplada com infra-estruturas básicas, dimensionadas para satisfazer as necessidades de toda a população da cidade. Tem também subestações de energia eléctrica com rede de distribuição, telecomunicações e terminais de transportes públicos. Área total da Cidade do Kilamba: 5.400 hectares, área de construção da primeira fase 900 hectares. 1- Fase - 115 prédios a serem entregues, 3.180 apartamentos para 19.800 moradores. Infra-estruturas concluídas três escolas primárias, três escolas secundárias e quatro creches e 28 lojas. Espaços de lazer: um em cada quarteirão, que tem entre 25 e 28 prédios. Cada quarteirão da cidade tem igualmente um ginásio comunitário e quatro campos desportivos ao ar livre. Localização: Encontra-se instalada a aproximadamente 20 km a Sul do centro da cidade de Luanda, é o maior projecto habitacional jamais construído no país e constitui, à escala global, um profundo exemplo de política social levada a cabo para resolver o défice habitacional.

6.35 100 Casas adicionais

Novo Jornal
22 de Fevereiro de 2013

A administração da Cooperativa lar do Patriota está a criar condições para a construção de mais 100 casas

adicionais para os trabalhadores da Total E&P e demais moradores carenciados. De acordo com o seu responsável, é necessário criar condições para à prevenção de acidentes que se têm registado noutros bairros do país. "Os habitantes têm o direito de ser informados sobre todos os feitos, da administração local, mas não devem fazer especulações, pois estamos abertos a qualquer diálogo", disse, acrescentando que há muita sabotagem nas questões relativas à construção de habitações condignas para as populações. É o primeiro projecto habitacional a ser construído no país e teve muitas dificuldades para se implantar devido aos especuladores imobiliários. "Foi uma afronta aos especuladores. Estávamos a comercializar as casas a 40 mil dólares e noutros projectos rondavam os 200 mil dólares. Muitos acorreram ao nosso projecto e isso não abonou a favor de muitos empresários", referiu Henrique Miguel, sustentando que a zona vai ganhar, nos próximos tempos, um hospital municipal de raiz e uma boate. No projecto Lar do Patriota existem mais de duas mil casas habitadas por cerca de 10 mil pessoas e a maioria está ainda em condições de habitabilidade. Projectos do género existem apenas em Portugal, Holanda e na Suécia, sendo projectados por técnicos especialistas na matéria. F.G.

6.36 AJPD pede cancelamento do processo

O País

22 De Fevereiro de 2013

O gestor do projecto Transparência e Boa Governação da Associação Justiça, paz e Democracia (AJPD), Serra Bango, apela à Procuradoria Geral da República no sentido de cancelar o processo de venda de imóveis nas novas centralidades por considerar que a forma como a Sonip está a conduzi-lo constitui uma grave violação a lei do inclinato.

"Sem que alguém tenha feito a denúncia, por se tratar de interesse público, a PGR devia já esclarecer esta situação e intimar as instituições que estão a gerir este processo, nomeadamente, a Delta Imobiliária e a Sonip, a pararem com o mesmo. Talvez seria esta a primeira medida ser tomada", defendeu.

Ele mostrou-se ainda descontente com a postura assumida pela PGR mesmo depois de terem sido tornadas públicas as condições em que estão a decorrer o processo e a quantidade de pessoas que pernoita nestes locais para conseguirem adquirir uma moradia.

"Assistimos à PGR a permanecer num silêncio comprometedor, demonstrando que ter-se-á

esquecido que a lei existe e qual é o seu real papel na nossa sociedade", explicou. Por outro lado, o ativista cívico que prestou esta informação em declaração à Rádio Eclésia, nesta quarta-feira, 20, explicou que a lei atrás mencionada estabelece que a renda deve ser cobrada mensalmente e não de forma anual como está a ser feito.

"O facto destas rendas terem que ser pagas anualmente, de uma só vez, é contra a lei do arrendamento, porque este deve ser feito mensalmente, até ser concluído o prazo estabelecido para a compra do imóvel, e isso não é o que está a ser feito, visto que os candidatos pagam uma anuidade, inicialmente, para posteriormente irem pagando a outra em várias frações," explicou.

Serra Bango disse ainda que esta prática tem sido frequente entre os cidadãos, quando pretende-se arrendar um imóvel de forma informal, ou seja, o senhorio exige o pagamento de seis meses adiantados ou um ano. É que o Estado devia fazer exatamente o contrario, em obediência ao estipulado na lei.

No seu entender, há a necessidade de se esclarecer se este património é público ou privado. Ele classificou de ser uma grave violação aos direitos humanos o facto de os cidadãos interessados numa das residências disponíveis serem obrigados a pernoitarem no local.

Para ele, os organizadores deviam ter em conta que no seio da enorme população que passa a noite nestes locais há mulheres grávidas, com crianças no colo, idosos e jovens. O que põe em causa os direitos das pessoas, pelo facto de o direito ao acesso à habitação lhes estar a ser negado por excesso de burocracia.

À semelhança da maior parte das pessoas que almejam uma das unidades habitacionais disponíveis, Serra Bango declarou que não consegue entender como é que a maior parte das casas já foram compradas, como tem sido anunciado.

Pelo que, considera ser de suma importância que as instituições que estão a frente deste processo venham publicamente esclarecer quem foram os compradores, por que razão o fizeram e se as mesmas são bens públicos ou privados.

"O acesso a habitação, conforme dizia, não precisava de passar por meios e esquemas pouco transparentes, conforme estamos a ver. Não consigo perceber como é que tenham sido compradas tantas casas apenas 24 horas" declarou.

6.37 Apartamentos T4 esgotados

O País

22 De Fevereiro de 2013

A nossa equipa de reportagem assistiu o momento em que um dos funcionários da Sonip veio à público anunciar que já não haviam disponíveis apartamentos do tipo T4, dos cerca de dez mil construídos na centralidade de Cacucaco. Esta informação provocou um grande descontentamento no seio da população porque a maior parte ter se- ia deslocado naquele recinto com o intuito de candidatar-se a um imóvel deste modelo por ser o mais acessível

"Nós viemos aqui porque estamos interessados num apartamento deste modelo, por estar orçado em apenas 60 mil dólares, a pagar em 20 anos. Como há muita aderência para este tipo de imóvel, suspeito

que a Sonip optou por priorizar a venda dos T5 porque têm pouca aderência", opinou. Acrescentou de seguida que "existe uma grande disparidade entre os valores iniciais cobrados por um T4 e o do T5. A primeira custa cinco mil dólares enquanto a segunda está a sete mil e 200 dólares".

Esta mesma opinião é partilhada por Aires Mateus, que considera ser simplesmente mais uma "estratégia de marketing", visto que não lhes foi dada nenhuma explicação que sustente os reais motivos que estiveram por detrás do encerramento das candidaturas.

"A Sonip trabalha acima de tudo com previsões, por isso, creio eu que, se realmente os T4 tivessem acabado como nos informaram teria sido com pelo menos com 24 horas de antecedência, para que a população viesse aqui consciencializada que só há T5", explicou.

Aires Mateus considerou que os especialistas da imobiliária estão a usar mal a "inteligência competitiva" porque a população sabe que os T 4 ainda não terminaram e que estão a ser obrigado a aderir ao T5.

Ele acha ser uma pena, porque a maior parte dos candidatos não tem condições financeiras para pagar este tipo de apartamentos, pelo que a solução será reduzir o preço destes imóveis, "caso contrario terão que reunir novamente para baixar os preços das casas tal como fizeram com a cidade do kilamba".

6.38 Casa condiciona casamento

O País

22 De Fevereiro de 2013

Os jovens Siola Fata e Alexandre Nfonquene namoram há oito meses e almejam contrair o matrimónio tão logo consigam um imóvel na centralidade de Cacucaco. Na esperança de permanecerem pouco tempo na luta pela casa própria, o casal optou por permanecer no local inscrito nas listas criadas em função do sexo.

Siola Fata lamentou o facto de não existir uma bicha específica para grávidas e portadores de deficiência, bem como um desrespeito total pelas pessoas da terceira idade.

"Pretendemos candidatar-nos a um dos apartamentos do tipo T3 ou T4, porque reunimos as condições exigidas e estaremos em condições de honrar com os compromissos financeiros durante os próximos 20 anos", declarou a jovem com uma convicção, sem sequer imaginar que dez minutos depois o funcionário da Sonip haveria de anunciar que já não havia disponíveis imoveis deste tipo.

O casal disse que se encontram acampados na centralidade desde quinta-feira passada, isto é, havia seis dias, e ainda não tinham previsões de quando poderiam ser atendidos, dadas as constantes alterações das listas. Segundo ela, o responsável pela lista procede diariamente a leitura da mesma de quatro em quatro horas, o que tem obrigado as pessoas que vivem mais distantes a não se ausentarem.

Com um certo ar de tristeza, Alexandre Nfonquene contou que havia registado o seu nome para ser atendido na quarta-feira, mas como não pode estar presente nos dias anteriores para acompanhar a actualização, por questões profissionais, acabou por ser excluído.

"Agora inscrevi o meu nome na lista das pessoas que serão atendidas na próxima segunda - feira e terei que permanecer aqui para não ser novamente excluído. A única solução será passarmos a noite aqui dois ou três dias, tal como os outros estão a fazê-lo", frisou.

6.39 Comédia imobiliária...

Novo Jornal

22 de Fevereiro de 2013

Um ano e meio depois da conclusão das obras, olhando para a desolação que invade e corrói a alma perdida do Kilamba e dos seus "parentes" mais

próximos, o cidadão comum, descamisado ou enfatado mas com dois dedos de testa, não pode senão concluir, frustrado e revoltado, que, afinal, o fracasso está a esmagar o sucesso, a arrogância está a degolar a humildade, o mal está a sobrepor-se ao bem e, a mentira está a estrangular a verdade! Estamos todos loucos? É claro que não! Mas, temos de ter a coragem e a honestidade suficiente para reconhecer que, em termos "kilambísticos", não estamos a ser capazes de dar mostras de clarividência, de determinação e de lisura. E, estamos nos a esquecer de que tendemos a ter uma opinião pública cada vez mais exigente na cobrança das promessas dos governantes. Que será tanto mais exigente neste caso porque a atmosfera adensada em torno do Kilamba, Zango, Cacuo e arredores, está carregada de muita poluição. E, por via disso, o choque de interesses está a entroncar em nuvens de incompetência demasiadas nebulosas. E, se, rapidamente não travarmos esta onda de decadência moral, ética e governativa, corremos o risco de virmos a desembocar num beco sem saída. Porque a verdade com que, a céu aberto, nos deparamos hoje, é esta: A gestão do processo de comercialização das casas do Kilamba, Zango, Cacuo e outros "irmãos" menores, não está a ser nada simpática. Não se compadecendo esta missão com a vaidade, a petulância e a ganância subjacentes nas atitudes de quem a em rige, torna-se por demais evidente que nos está a faltar profissionalismo. Mas não é só isso. Falta-nos também seriedade. E, falta-nos sobretudo respeito pelos cidadãos! O que por lá se está a passar não é mais do que um exemplo elucidativo do que não deveríamos ter feito para evitar o descalabro em que, desde à nascença, está soterrada a concepção, planeamento e gestão de todos estes projectos imobiliários.

Desde logo porque ainda antes de milhões de metros quadrados terem sido escavados para dar lugar a construção de edifícios, concluídos uns, por acabar outros, já estavam a ser lançadas sérias advertências, que ninguém quis ouvir, sobre graves problemas infra-estruturais. Problemas previamente detectados, que estão agora na origem da falta de água e de energia eléctrica que assola o Kilamba e outros projectos similares, como prenúncio, a médio prazo, de uma irreparável degradação de edifícios, que dificilmente completarão o seu tempo de vida útil. Estamos aqui para ver perseguindo a nossa marcha rumo ao um sonho que, afinal, está repleto de pesadelos, transformamos, durante muito tempo, uma cidade para ser habitada num museu, a quem quisemos outorgar a categoria de "Meca" destinada a entreter turistas políticos provenientes de diversas partes de África, enquanto lá fora, sitiados, milhares de jovens sofridos, ao mesmo tempo que desesperavam para ter um tecto onde se abrigar, não

escondiam também o fermento do descontentamento social que cobria a sua frustração. Indiferentes ao clamor de quem precisa de uma casa como o homem de pão para a boca, preferindo continuar a dar um passo em frente e dois para a rectaguarda, acabamos por fazer daqueles espaços habitacionais, cidades fantasmas novinhas em folha, em que, mesmo del20is de ocupadas aqui e ali, quem lá vá, fica, estarecido, com a sensação de estar diante de um filme de ficção apocalíptico em que a maioria da população parece ter sido dizimada: O naufrágio do barco desta feita estranhamente numa terra fustigada por uma serie de trapalhadas, trifulhices e compadrios, chegou mesmo a levar o Presidente a despir o fato parti ir revolver questões de gestão corrente inerentes às funções de uma simples junta provincial de habitação. Quando assim é, e assim foi, está tudo dito! E o que o poder e a capacidade de realização empresarial Sonangol - a mãe da Sónip não podem ser postos em causa. A Sonangol é, sem dúvida, o maior instrumento de afirmação (financeira) do Estado angolano. Mas não é o único. Até porque a afirmação de um Estado não se esgota nos seus recursos financeiros. Mas, para além de não ser o único, também nem sempre o é na plenitude e está longe de congregar o universo do saber e das competências dos mais variados segmentos de massa crítica do país. Isso mesmo está a ser provado agora na comédia imobiliária em que se está a converter a gestão do processo de comercialização das casas do Kilamba. Porque, convenhamos, a Sonangol não é e nunca será o princípio e o fim de Angola. A cada um de nós, na sua frente de trabalho, tem de ser dado espaço para desabrochar o seu talento e competências. Cada um de nós tem de dispor de espaço para afirmar o seu profissionalismo, assumindo os seus deveres e responsabilidades. Se, assim não fosse, a guerra do Cuíto Cuanavale não teria o desfecho que teve se, em lugar de ser conduzida porque quem a deveria conduzir com sucessões as FAPLA - fosse adjudicada à Sonangol. Se, a capacidade de polivalência da Sonangol fosse tão eficaz, em 1981 os jogos da África Central não teriam sido organizados pela Secretaria de Estado de Educação Física e Desporto. Se, a mobilidade multidisciplinar da Sonangol fosse comprovadamente autónoma, não teria nos seus aposentos o enxame de consultores estrangeiros que, há anos, fazem os mesmos deveres de casa de sempre a muitos dos mesmos "génios" de sempre... Se, as valências multisectoriais da Sonangol fossem reconhecidas como a solução de todos os problemas, a Sonip não precisaria de recorrer aos serviços de uma subcontratada - a Delta - para lhe lavar e estender a roupa. Uma forma simpática de acobertar incompetência e interesses obscuros à vista de toda a gente. Se, assim não fosse, a gestão do processo de comercialização do Kilamba e "parentes" mais

próximos não seria aquilo que nos está a ser dado a ver: um fiasco! Assim é porque, por detrás desta maligna operação, escondem-se intenções esconas de grupos de interesses preocupados apenas em produzir, à sombra do Estado, benefícios para si próprios num mercado imobiliário sem rei nem roque. Os resultados desta "pirataria" imobiliária não só poderão a médio prazo, não ser tão simpáticos quanto parece como podem até vir a criar novos amargos boca ao poder político. Porquê? Porque os seus actuais "estragos" estão a provocar um indifarável e nada recomendável desconforto social entre os potenciais inquilinos ou proprietários das habitações do Kilamba, Zango, Cacuo e arredores. E, o mais grave em tudo isso é que, neste aspecto, o nosso sistema de vídeo vigilância há muito que anda avariado...

6.40 Infraestruturas sociais garantem maior dignidade aos moradores

Novo Jornal

22 de Fevereiro de 2013

Com o objectivo de garantir maior dignidade aos moradores da Cooperativa do Lar do Patriota, a administração do projecto tem vindo a desenvolver uma série de empreendimentos sociais na zona, onde antes havia espaço livre com quantidades avultadas de lixo. Creches, parques infantis, ginásios, escolas, restaurantes, minimercados, farmácias, cyber cafés, salão de beleza e barbearia estão no leque de serviços previsto, alguns dos quais foram já criados. Estes empreendimentos surgem para suprir a grande procura que se registava na zona, face ao elevado número de habitantes, bem como vem potenciar a existência de fundos à administração para a manutenção do condomínio, no município de Belas. Paulo Sérgio de Azevedo, morador do condomínio há seis anos, disse que a zona está a proporcionar maior qualidade de vida aos moradores, pelo que, actualmente, se observa um crescimento considerável de infraestruturas sociais. "Antes de termos estes empreendimentos, a vida aqui não era tão fácil. Cortávamos o cabelo bem distante, as compras tinham de ser feitas igualmente a longos quilómetros", notou o morador, acrescentando que a administração local tem feito muitos esforços para oferecer melhores serviços aos munícipes. Quem não deixou de mostrar a satisfação pelo surgimento destes bens foi o jovem Leonel da Costa, morador da cooperativa há mais de quatro anos e funcionário de uma empresa de construção civil, nos arredores da baixa de Luanda. O jovem, que esteve a praticar exercício físico num ginásio de última geração implantado na zona, disse que ninguém sai a perder

com o aparecimento destes bens sociais. "Temos de agradecer à administração que tem feito muitos esforços para dar um novo rumo ao projecto. Agora pratico culturismo bem próximo de casa e isso tem-me ajudado a garantir a boa forma física", salientou. Por sua vez, a moradora Maria Silvestre contou ao Novo Jornal que a construção da escola pública e dependências bancárias veio dar uma outra dinâmica ao condomínio. "Estava tudo complicado. Agora temos quase tudo próximo de nós", evidenciou. - O administrador da cooperativa garantiu que o aparecimento destes empreendimentos vem responder às necessidades que a população vinha a enfrentar nos últimos anos. António Henriques Miguel da Silva disse ainda que os novos equipamentos têm facilitado aos munícipes desenvolverem as suas actividades laborais na centralidade. "Esta é uma centralidade nova e que está ainda em evolução, mas aos poucos começa a ganhar serviços. Estamos perante uma urbanização que tem de oferecer o lazer, a educação, bem como o comércio regado", frisou, sustentando que a administração tem formação suficiente para projectar os bens públicos. O responsável, formado em arquitectura, salientou que desde a criação do projecto têm vindo a projectar a zona para garantir melhores condições de vida aos moradores. Entretanto, a Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL) assumiu, no dia 16 de Agosto último, a gestão das instalações eléctricas do condomínio, no município de Belas. E a EPAL sustenta igualmente o fornecimento de água às habitações.

6.41 Negócios ilícitos na centralidade de Cacuo

O País

22 De Fevereiro de 2013

Os funcionários da Sociedade Imobiliária e Propriedades (Sonip) e agentes da Polícia nacional destacados na centralidade de Cacuo são acusados pelos candidatos a um imóvel de cobrarem somas monetárias que variam de 300 a 600 dólares para facilitarem o processo de aquisição de um apartamento.

A equipa de reportagem de O PAÍS constatou, nesta quarta-feira, que os visados, atuam de forma separada e cada um a sua maneira. Os efetivos da Ordem Pública destacado no local para fazerem a segurança e a ajudarem a população a se organizar criaram três modalidades para conseguirem extorquir o dinheiro aos candidatos.

Num deles, o líder da equipa de segurança, inspetor-chefe T Z (iniciais do nome com que é tratado), estará a contar com o apoio de uma candidata que fica encarregue de recolher os bilhetes de identidades das senhoras e depois os faz chegar de forma camuflada.

Fazendo-se passar por um dos interessados, ela orientou o profissional desta casa a levar a sua esposa se por ventura estivesse interessado em participar do esquema que encabeçava pelo facto de o mesmo ser apenas destinados as mulheres.

Indagada sobre o montante que deveria desembolsar pelo serviço, a intermediária disse que esta informação só seria prestada depois de a pessoa interessada estar segura de que seria atendida.

Em relação a lista masculina, o oficial da Polícia faz-se valer do cargo que ocupa para exigir que lhe sejam cedidos os primeiros lugares, com o intuito de enquadrar alguém que o tenha presumivelmente pago alguma soma monetária. Caso os candidatos mostrem resistência ameaça-os com tornar invalida a lista com os nomes dos 50 indivíduos que estiverem para serem atendidos naquele mesmo dia.

Estas só são validadas com a assinatura dele. No seio da população estavam dois de seis jovens que se apresentaram como sendo algumas das vítimas desta acção. Um deles contou que estava havia três dias a pernoitar naquele local na ânsia de ver o seu objetivo alcançado na quarta - feira.

"Estava entre as 50 pessoas da lista que seriam atendidas hoje, mas, infelizmente, fui transferido para uma outra relação nominal que só poderá ser atendida amanhã, sem ter sido comunicado previamente e sem terem sido respeitados os meus direitos como cidadão", contou.

Insatisfeitos com a mudança inesperada, dizem que contactaram o responsável pelo grupo e este terá informado que as alterações foram feitas por orientação do oficial da Polícia que lidera a equipa, com o intuito de obter seis lugares para meter pessoas da sua conveniência.

Para não prejudicar a maioria, o responsável pela lista optou por ceder à chantagem do polícia, disponibilizando os primeiros seis lugares e transferindo os seis últimos para o grupo que seria atendido do dia seguinte, isto é na quinta-feira.

"Falei há pouco tempo com uma pessoa conhecida que se apresentou como o mandatado do senhor Tó Zé, dizendo que ele o orientou a procurar mais duas pessoas que estejam interessadas em serem inseridas

no grupo que será atendido hoje, em troca de alguma soma monetária", descreveu.

De modos a acomodar sem provocar nenhum distúrbio e camuflar crime que cometera, segundo ele, o inspetor-chefe os declarou como suplentes. Deste modo, seriam as primeiras pessoas a serem atendidas caso os funcionários da Sonip decidissem, por ventura, exceder o número de candidatos a serem atendidos.

O nosso interlocutor confessou que intermediou o caso de uma amiga que manifestou interesse em desembolsar dinheiro em troca de uma vaga para se inscrever. Ao contactar um dos supostos mandatados do inspetor-chefe, este o terá informado que o preço variaria de 300 a 600 dólares, ou o equivalente em Kwanzas, em função do tipo do imóvel.

Nesta centralidade, a imobiliária optou por atender apenas 100 pessoas por dia, entre as quais 50 mulheres. Os funcionários da Sonip são acusados de priorizarem os processos que levam consigo de casa ou recebem de forma indiscreta. Para sustentarem esta teoria, os nossos interlocutores dizem que há dias em que eles só atendem 42 ou 45 pessoas inscritas em cada um das listas e anunciam o seu encerramento.

Outro jovem contou que tem pernoitado na entrada desta centralidade em companhia da sua esposa, deixando o primogénito do casal de apenas seis meses de idade aos cuidados do seu irmão de 14 anos, por ser a única forma que encontraram para conseguirem realizar o sonho da casa própria. Tudo isto porque as listas são atualizadas às 0 horas, e às 4 horas da manhã, e quem não se fizer presente no momento o seu nome é retirado.

No seu entender, este processo de actualização não passa de um dos mecanismos encontrados para excluirmos alguns candidatos e baralharem ainda mais o processo, com o aval da Sonip, uma vez que esta empresa é quem terá ordenado em todas as centralidades que se proceda deste modo.

Ele disse ainda que o suposto infrator está possivelmente a contar com a colaboração de alguns amigos seus que aparecem a civil com a missão de provocar distúrbios na fila das pessoas que estão prestes a serem atendidas, quando os líderes não aceitam ceder à chantagem.

Por outro lado, o jovem Aires Mateus mostrou-se revoltado com o facto de existirem militares e policiais que se aproveitam do poder intimidatório da farda para violarem a filas, desrespeitando o cidadão comum.

"Aqui não é nenhuma unidade militar e as pessoas precisam de estar cientes que este é um produto que a Sonip disponibilizou para todos os cidadãos nacionais, se quiserem valer da farda que o façam dentro das suas respectivas unidades", declarou.

Acrescentando de seguida que "os próprios agentes da Polícia Nacional que se encontram aqui também estão a provocar desordem. Solicito ao Estado Maior General que envie para estes locais uma brigada da Polícia Militar para poder disciplinar os seus efetivos, porque se continuar assim corre-se o risco de rebentar um conflito entre os cidadãos e os militares"

Aires Mateus apela à Sonip a implementar outro sistema de admissão de candidaturas, nem que seja pela internet, porque está provado que o método em curso não está a dar bons resultados. Durante o tempo em que a nossa equipa de reportagem permaneceu no local, podemos observar o inspetor-chefe a desdobrar-se mais em contactos com a população do que a organizar as bichas propriamente ditas.

Em alguns momentos ele conversava em privado com a jovem que havia recolhido os bilhetes de identidade de algumas candidatas. Contactado por O PAÍS, o inspetor-chefe recusou-se a prestar qualquer entrevista porque carecia de autorização superior, mais negou todas as acusações que lhe foram feitas dizendo ser impossível alguém proceder deste modo "ileso".

Segundo ele, no local existem especialistas dos diversos órgãos de segurança do país, designadamente, polícias da Ordem Pública, Económica e dos Serviços de Informação e Segurança do Estado (SINSE).

6.42 Plantação de mais árvores melhora qualidade de vida

Jornal de Angola

22 De Fevereiro de 2013

Mais de 11 mil árvores ornamentais foram plantadas nos últimos 12 meses no Zango, município de Viana, em Luanda. A iniciativa, da Odebrecht, no quadro das suas responsabilidades sociais, insere-se no projecto de arborização da empresa denominado "Zango Fixe", que conta com um viveiro de mudas, onde são criadas espécies nativas, como goiabeiras, mangueiras e acácias rubras, e que produz oito mil mudas em 14 meses.

Moradores do Zango disseram ao Jornal de Angola estarem satisfeitos com a iniciativa, tendo em conta

as melhorias que a arborização introduz na estética das cidades e na qualidade de vida dos habitantes.

Graça Michel, de 25 anos, disse que o Zango passou de um lugar de realojamento de famílias que viviam em zonas de risco para uma zona confortável. "Temos disponíveis serviços de primeira necessidade e a criação de espaços verdes só vem melhorar a nossa vida", referiu.

Oswaldo Bernardo, outro morador, afirmou que todas as dificuldades vividas antes já não fazem parte dos dias de hoje. "Os meus filhos estudam aqui e tudo o que precisamos encontram aqui", salientou. O "Zango Fixe" envolveu 15 mil pessoas, entre crianças e jovens das escolas do bairro, e uma equipa técnica que garante a sua manutenção.

Localizado a 40 quilómetros do centro da cidade de Luanda e com uma população estimada em cem mil pessoas, o Zango conta com infra-estruturas sanitárias e de ensino e serviços públicos e privados nos mais variados domínios.

6.43 SONIP acusada de fazer publicidade enganosa

O país

22 De Fevereiro 2013

O consultor imobiliário Miguel Anjuliano acusou, nesta quarta - feira, 20, em entrevista à Radio Luanda, à Sonip de ter feito publicidade enganosa pela forma como anunciou no Jornal de Angola os preços dos imóveis disponíveis nas novas centralidades para serem comercializados.

Para sustentar a sua tese, o especialista baseou-se no folheto comercial desta imobiliária. Ao apresentar uma pequena aritmética dos dados que constam ali disse que o indivíduo que comprar um apartamento T3A a pronto pagamento, estipulado a 70 mil dólares, beneficia de um desconto de cinco por cento, mas que ao fazer os cálculos sobre o preço desde mesmo imóvel pagando em 15 anos constatou que fica orçado em 84 mil e 214 dólares, com o capital inicial de 14 mil dólares e 390 dólares de mensalidade.

Por outro lado, explicou que os indivíduos que não têm capital inicial para adquirirem o mesmo imóvel, isto é o T3A, serão obrigados a pagar 550 dólares por mês, o que completará em igual período (15 anos), 99 mil dólares. "Isto é muito além do valor que se está a pagar, com ou sem capital inicial' tendo em atenção que o preço do mesmo imóvel é de 70 mil dólares.

A ser assim, como calculamos, devíamos dizer às pessoas que à pronto pagamento o valor é 70 mil

dólares com desconto de cinco por cento, com capital inicial do preço final (de venda ao público seja a prestações ou não) é 84 mil e 214 dólares e sem capital inicial o preço fica a 99 mil dólares.

Estes dois últimos, sendo em 15 anos", esclareceu. Questionado sobre como seria se um dos futuros moradores enquadrados no sistema de renda resolúvel estivesse em condições de pagar as parcelas que lhe restam de uma só vez, Miguel Anjuliano declarou que não há impedimento nenhum, desde que haja um acordo entre as duas partes.

"É normal acontecer isto neste tipo de contrato. Só que no caso em análise, não há transparência porque as pessoas não estão a ser previamente informadas, para tal os preços devem estar de acordo com o que está no anúncio e os valores que se deve dizer às pessoas", declarou.

Entende que desde o início que deviam ter sido criados melhores critérios de acesso, a começar pela informação. Há critérios que têm que ter como equilíbrio aquilo que diz a lei e o meio envolvente. Miguel Anjuliano revelou ainda que no processo em curso há casos de casais em que cada um dos conjugues adquiriu uma residência e esta situação poderia ser contida, se as autoridades adoptassem alguns dos critérios internacionalmente recomendados para este tipo de actividade.

"Em toda a parte do mundo, quando se concorre para um bem móvel com financiamento público, tem que se ter critérios de justiça e eles não podem ser incompatíveis com situações como os conjugues adquirirem uma moradia cada", frisou. Acrescentou de seguida que "uma das formas de se valorizar as uniões de facto poderia ser através destas propriedades. Se, independentemente de quem tem dinheiro, ambos fossem ir assinar o contrato".

Quanto aos prazos para o pagamento dos imóveis, Miguel Anjuliano considera que não tem lógica nenhuma alguém que tem 20 anos, solteiro, concorrer com alguém que tem 35 ou 40, três filhos e maior capacidade económica. Na esperança de obter mais informações sobre o assunto, O PAÍS contactou a direcção da Sonip, mas esta mostrou-se indisponível para prestar esclarecimentos.

6.44 SONIP "mata" comissão

Novo Jornal

22 de Fevereiro de 2013

A EXIGÊNCIA do pagamento adiantado de um ano das rendas que a Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) está a exigir aos compradores é ilegal. Tudo

porque de acordo com o artigo 1091 do código civil "o senhorio não pode exigir mais do que um mês de pagamento ao arrendatário". Segundo fonte deste semanário, a lei do inquilinato também limita as prestações mensais. É o "caso da lei 27 que impede o senhorio de cobrar mais de um mês de renda ao inquilino". Contrariamente ao que está a acontecer com a venda dos apartamentos das diversas centralidades postas à disposição pela SONIP. Os interessados, independentemente da modalidade de compra resolúvel ou arrendamento, com ou sem capital inicial, estão a ser obrigados a pagar um ano da prestação mensal, mais 3 por cento do valor anual. A modalidade escolhida pela SONIP "é injustificada", segundo a nossa fonte, que não entende como é possível uma empresa pública ter o comportamento de agentes privados. "Estas casas são públicas, pagas com a linha de crédito da China. E a SONIP é uma empresa pública do grupo Sonangol e deve dar o exemplo. Não pode ser o Estado a violar a própria lei". Comissão não foi ouvida Este semanário sabe que a opção escolhida foi tomada unilateralmente pela SONIP, deixando de fora a comissão recentemente actualizada pelo Presidente da República e coordenada pelo ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva, que assim ficou sem trabalho. A comissão tinha como atribuição "estudar e propor ao Presidente da República o quadro normativo e operacional facilitador de acesso aos imóveis do programa habitacional do Executivo. Ajustar os critérios e modalidades para aquisição das habitações por entidades empresariais, para posterior arrendamento ou revenda a funcionários, através de cooperativas habitacionais, estudar e Propor as correcções ao protocolo de emissão de garantias celebrado entre o Fundo de Fomento Habitacional e a banca comercial, tendo em vista retirar a restrição de cobertura única de habitação social". O trabalho deveria ser desenvolvido no prazo de três meses. A SONIP, ao iniciar o processo de comercialização das casas sem esperar pelas conclusões da comissão, tratou de acelerar, passando assim um "atestado de invalidez" ao decreto presidencial de Eduardo dos Santos. "Felizmente consegui me inscrever e pagar. Inscrevi-me no dia 5 e no dia 6 de Fevereiro entreguei o comprovativo do depósito na conta na SONIP do banco BAI como" exigiram. Me foi dito que depois seria chamado e até agora, (dia 14), nada". Quando me inscrevi não me conseguiram explicar qual seria o critério para a entrega das chaves. Apenas diziam que primeiro temos que pagar e depois aguardar e é o que estou a fazer", disse ao NJ um dos muitos candidatos a casa própria.

6.45 Angola se constrói sem os Angolanos a imagem das roças de café

Folha 8

23 de Fevereiro de 2013

O homem branco tem razão. O homem africano é como a criança que facilmente adopta o padrasto somente porque lhe dá o rebuçado naquele momento, quando se aproveita da mãe. Morreu Savimbi em 22 de Fevereiro de 2002, e pensávamos todos, com ele seriam igualmente enterrados o nosso sofrimento, a penúria material, a humilhação moral, social e económica e com tudo isso a desgraça da maioria dos angolanos se teria evaporado também. Fomos todos enganados, Savimbi finalmente era apenas um entrave para os reais objectivos neocolonialistas, tal subsiste o facto hoje patente nos feitos em todos os sectores da vida nacional. Gostaria bem de contar uma história positiva sobre a renascença angolana da qual todos os angolanos sonham profundamente desde há 7 anos. Esta a de uma Angola saída do colonialismo, da guerra fratricida, da ditadura do Partido Único, do totalitarismo da polícia de Segurança MINSE-DISA para se transformar num país exemplar próspero ao lado de países civilizados, mas nestas circunstâncias somos forçados a falar de uma Angola doente, de um país em guerra contra ele mesmo. A face inversa de um mesmo regime que todos desejaríamos enterrado, lançou-se em contra-ataque num revisionismo astuto da mesma ideologia, agora apenas retocada. Vejam as poucas-vergonhas de Kilamba de hoje, onde a dignidade dos angolanos humildes até dizer chega, se confunde com os antigos contratados, a brigarem por algo que afinal não é favor nenhum do Governo, mas um direito inalienável de qualquer cidadão, uma habitação, a prometida faz anos dentre as famosas 1000.000 (um milhão de casas); um milhão de fogos, para usar a expressão do PR Discursos hipócritas de dirigentes que em momento algum criticam o governo, mas encorajam seus concidadãos, ecoam a se conformarem com o estado de coisas. A primeira vista quem desembarca em Luanda, dificilmente se depara com um país a deriva, com cidadãos pobres ou miseráveis, tão distraídos pelo movimento infernal das pessoas nas ruas curiosamente bem vestidas, fisicamente (aparentes) táxis sempre cheios no frenesi do ir e vir ao trabalho, os engarrafamentos de manhã à noite, de viaturas das mais luxuosas e mais caras do mundo.

À primeira vista, por exemplo, Luanda nos espelha uma capital em plena ascensão, estabilidade e equilíbrio socioeconómico com restaurantes bem caros adaptados a modernidade; lojas a copiarem os

grandes centros comerciais ocidentais e sem nos esquecermos os prédios majestosos que surgem um pouco por todo o lado, claro, a emprestarem uma imagem imobiliária e de estética arquitectural moldados de painéis out-doors publicitários que não ficam longe de outros exponenciais de capitais de países estáveis e desenvolvidos, onde dificilmente se determina a fronteira do pobre e do rico. Verdade ou mentira, a realidade do presente mostra em reflexo como os angolanos perderam as rédeas do seu próprio país e hoje verdadeiramente amordaçados se sujeitam ao conformismo e a morte lenta, essa que perdidamente chamo a morte social, perdendo igualmente as rédeas do seu destino. Completamente excluídos no quadro da concepção da dita reconstrução, o angolano transformou-se num autêntico mendigo de tudo. Para existir tem de se curvar, prestar vassalagem ou se inscrever na lista dos discípulos avassalados para merecer a bênção do MPLA e poder ter um crédito, uma vantagem socioeconómica qualquer. A maior parte dos angolanos, intelectuais, quadros ou outros, não participam nem ao poder real, nem sustentam os pilares da economia, factor imprescindível para um povo se sentir dono de seu destino. Os angolanos são simplesmente espectadores ou usados para simular o bem-fazer do Executivo, ou correctamente dizendo do Governo, a servir os interesses, outros que não os dos angolanos, na lógica de um processo de reconstrução do país que se processa sem nós, subentendido, contra nós. Angola apresenta-se como uma sociedade sem estrutura social: o homem, o cidadão não tem valor, transformou-se em peão num xadrez cujo mestre o desdenha, mas sarcasticamente o precisa para a satisfação de seus desígnios. Por outras palavras, a nossa realidade de vida nos está a ser imposta do exterior, caucionada e aproveitada pela elite no poder.

6.46 Camponeses queixam-se de burla e abuso de poder

O Independente

23 de Fevereiro de 2013

Um grupo de camponeses constituído em uma associação denominada "Ana Ndengue", localizado em Mbondo Chapéu, do bairro de Camama, município de Belas, apresentou recentemente uma queixa-crime - junto das autoridades judiciárias - contra a cooperativa imobiliária "O Lar do Patriota", juntamente com o seu presidente do Conselho de Administração, o general António Henriques Miguel da Silva "Dinguanza" . Segundo a fonte a que tivemos acesso a cooperativa, "O Lar do Patriota" usurpou forçosamente - e sob ameaças constante de

morte contra os respectivos proprietários - mais de 309,5 hectares, pertencente a associação, onde actualmente se encontra erguida várias residências no município de Belas, em Luanda. Na queixa-crime apresentada, de acordo com a fonte, junto das autoridades competentes constam dentre várias acusações: "burla, abuso do poder, abuso de confiança, ameaças e tentativa de morte. "Nós decidimos levar este general e a sua empresa imobiliária ao tribunal por ter recusado cumprir o que estava estipulado no contrato que afirmamos (entre o Lar do Patriota e a Ana Ndengue) há escassos anos", avançou a fonte. A queixa-crime fora apresentada por um advogado identificado apenas por Arthur. "Já efectuamos o primeiro pagamento a este advogado e agora estamos a espera dos resultados", revelou a mesma fonte. Por outro lado, os camponeses reconheceram, e agradeceram, a pronta intervenção do governador de Luanda, Bento Bento, na resolução do conflito que se arrastava há mais de 11 anos. "Foi graça a intervenção dele que conseguimos travar a usurpação do Lar do Patriota", reconheceu. De recordar que o problema envolvendo o "Lar do Patriota" e os camponeses da associação Ana Ndengue (que tinha, no princípio, em sua posse um espaço de 1614 hectares, legalizado e com o direito a superfície pago na totalidade) arrasta-se já desde alguns anos, como acima anunciamos. A fonte explica que no princípio, este grupo solicitou a intervenção do secretário-geral do MPLA, Dino Matross, no assunto como mediano entre as partes beligerantes, tendo até baixado orientações aos comités daquele partido e a entidades das administrações municipais que circundam as terras em causa. No entanto, enquanto os camponeses aguardavam por um desfecho favorável, de Dino Matross, os mesmos dizem ter ficado decepcionados quando tomaram conhecimento de que este se tinha passado para o lado do latifundiário, general Dinguanza, que o havia ofertado uma residência no referido complexo, sendo uma das melhores ali existentes. Desguarnecidos e sem protecção e, tendo em conta a que muitos desses camponeses, uns são sobreviventes e outras, viúvas de periclitados dos acontecimentos que marcam o 27 de Maio de 1977, deram a conhecer o que se passava à direcção da Fundação 27 de Maio, concretamente, aos generais Silva S. Mateus (este fora detido durante três meses na DPIC à mando do general Dinguanza) e José A. Fragoso, que deveriam ajudar na resolução do assunto. Em tempo oportuno, as duas personalidades haviam se deslocado ao Lar do Patriota, tendo sido recebidos pelo general Dinguanza, no seu gabinete com quem abordaram toda a problemática que envolve as partes, tendo chegado as seguintes conclusões: - Dava-se por terminado ou rescindido os acordos firmados entre as partes, por

incumprimento da direcção do Lar Patriota que consistiam na atribuição de uma residência e ou indemnização a cada camponês detentora de parcela de terra; - A direcção do Lar Patriota devia se manter nos limites de terras que ocupava até aquele momento, e que não podia avançar nem mais um metro, nas terras dos camponeses. - Os camponeses, podiam e eram livres de firmar acordos com quem quer que fosse, desde que satisfizesse as suas vontades. Esse entendimento perdurou desde Novembro de 2010 até em Janeiro de 2012, quando o general Dinguanza sob forte aparato de supostos militares das FAA e polícia, mandou máquinas para terraplanagem nas áreas dos camponeses, iniciando assim, uma nova invasão.

6.47 Centralidades viram zonas de campismo

O Independente

23 de Fevereiro de 2013

Desde o princípio deste mês que as centralidades do Kilamba, Cacucaco e Zango foram transformadas em zonas de campismo, altamente concorridas. Tudo porque a ânsia por ver concretizado o sonho da casa própria leva a que muitos cidadãos não olhem a meios e vão com tudo para as novas urbes, decididos a só saírem dali com o problema resolvido. Os interessados, na sua maioria jovens, são aos milhares e a empresa encarregue da comercialização das casas mostra-se pouco ágil para atender a multidão que recorre aos seus balcões diariamente. Não se sabe se por instrução da direcção ou por inépcia dos funcionários, mas o certo é que o atendimento por pessoa parece demorar mais do que o que seria normal. Era de esperar que, pelo tempo de preparação que tiveram, as imobiliárias tivessem preparado o aparato logístico completo, de modo a inclusive evitar que os passeios, as entradas dos edifícios e jardins fossem transformados em dormitórios. As dificuldades são perceptíveis logo a entrada. Para quem chega o choque é inevitável. São filas enormes, lembrando as antigas «bichas» da carne e do pão, na década de oitenta. E como a ocasião faz o ladrão, eis que um grupo de oportunistas está a fazer o «favor» de colocar o nome na lista a troco de «outro favor», seguindo a máxima «uma mão lava a outra e as duas lavam a cara».

Persistência vs absentismo

Fernando Mateus, um funcionário público, conta que teve que pernoitar para fazer a inscrição na centralidade do Zango, e memos assim a frente do seu já haviam mais de 200 nomes. «Epa! isso está impossível» desabafa. O jovem diz que colocou o seu

nome na lista, mas quando regressou no dia seguinte a lista tinha sido extraviada. «Alguma coisa se passou, mas o certo é que já ninguém sabia informar sobre a lista que fora feita no dia anterior, de tal sorte que encontrei um novo esquema de organização», conta. Fernando declara que perdeu a esperança quando foi-lhe comunicado que em vez de listas passariam a atender por filas, que eram divididas para mulheres grávidas, deficientes físicos, militares e paramilitares, mulheres e homens acompanhado de crianças. Outro cidadão, Pedro Agostinho sugere a abertura de mais postos de atendimento nas centralidades e também o melhoramento do sistema de informática que em alguns períodos do dia é muito lento. A Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) iniciou, desde o passado dia 01 de Fevereiro a venda de habitações nas centralidades do Kilamba, Cacucaco, Capari, Km 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica). As vendas estão a ser processadas em Regime de Renda Resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos. As habitações estão à disposição do público também em regime de "Arrendamento e de Vendas a Pronto Pagamento", refere o comunicado da Sonip. De acordo com a Sonip "os interessados deverão dirigir-se aos seus postos de vendas e, como alternativa, aos postos de venda da Delta Imobiliária, na cidade do Kilamba". As residências das novas centralidades erguidas em Luanda, no quadro de cinco projectos imobiliários da SONIP (Sonangol Imobiliária e Propriedades) localizados nas circunscrições de Kilamba Kiáxi, Cacucaco, Capari, Km 44 e Zango, têm custos actualizados que variam entre 1,5 milhões e 18 milhões de kwanzas. As novas modalidades de aquisição apresentadas pela SONIP estabelecem que qualquer cidadão pode comprar ou arrendar casa nesses locais, bastando para tal reunir uma cópia do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte, a declaração de rendimento, o último recibo do salário e o comprovativo de pagamento atribuído ao concorrente. Existem cinco opções para acesso aos contratos imobiliários da SONIP, sendo que o primeiro é o pronto pagamento, seguido pela venda com acesso ao crédito bancário, depois a renda resolúvel com capital inicial e sem capital inicial e, por último, o arrendamento - o mecanismo que, à partida, não apresenta qualquer embaraço nos trâmites, senão o pagamento antecipado de uma renda anual, cujos valores variam entre aproximadamente dez mil e 100 mil kwanzas. Sobre a compra a pronto pagamento recai um desconto de cinco por cento sobre o valor, enquanto a venda resolúvel é diferenciada consoante a idade.

Valores das casas

A SONIP atribuiu dois critérios para renda resolúvel, sendo uma para maiores de 40 anos de idade e a outra para pessoas com idades inferiores. Com menos de 40 anos os interessados pagam as obrigações em 20 anos, enquanto os demais devem reembolsar por um período de 15 anos. Relativamente aos contratos, a SONIP vai cobrar três por cento sobre o valor das transacções, para fazer face a outros encargos e serviços. Em todas as modalidades, os encargos legais, notariais, fiscais e judiciais são da responsabilidade das pessoas que aderirem aos actuais critérios comerciais. Na centralidade mais visível de Luanda - a Cidade do Kilamba -, os preços das residências variam entre sete milhões (casas do tipo 1'3A) e 18 milhões de kwanzas (T5). Os apartamentos do tipo T3B e T3+ 1 custam cada oito milhões e nove milhões de kwanzas, respectivamente. O arrendamento nesta centralidade está fixado em valores que variam entre 31 mil e 100 mil kwanzas para a modalidade de renda resolúvel com capital inicial, entre 46 mil e 143 mil kwanzas para a renda resolúvel sem capital inicial e entre 35 mil e 90 mil kwanzas para a renda normal, que apenas exige a apresentação de uma cópia do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte. Na centralidade do Zango, em Viana, o custo dos apartamentos varia entre oito milhões (casas do tipo 1'3 - 120 metros quadrados) e nove milhões de kwanzas (T 4 - 150 metros quadrados). O arrendamento no Zango tem valores que variam entre 36 mil e 50 mil kwanzas para a modalidade de renda resolúvel com capital inicial, entre 53 mil e 71 mil kwanzas para a renda resolúvel sem capital inicial e entre 40 mil e 45 mil kwanzas para a renda normal. No Km 44, as casas valem entre 3,5 milhões de kwanzas (habitações do tipo T3 - 95,10 metros quadrados), dois milhões e meio de kwanzas (T3 - 92,58 metros quadrados) e um milhão e meio de kwanzas (T3-90,78 metros quadrados). A renda resolúvel com capital inicial varia entre sete mil e 20 mil kwanzas, a renda resolúvel sem capital inicial entre dez mil e 28 mil kwanzas e o arrendamento normal entre 12.500 e 20 mil kwanzas. Nas residências de Capari, a compra à vista está fixada em três milhões de kwanzas, o arrendamento resolúvel com capital inicial ao preço de 13 mil, para quem possui menos de 40 anos de idade, e 20 mil kwanzas, para quem tem mais de 40 anos, a renda resolúvel sem capital inicial a 20 mil para os primeiros e 24 mil kwanzas para a segunda condição, e o arrendamento normal em 20 mil kwanzas. Para Cacucaco, os critérios de acesso às chaves dos apartamentos são múltiplos, dadas as diversas tipologias de residências construídas (T4 - 120 metros quadrados, em edifícios de 5 e 9 andares e T5 - 150 metros quadrados, em edifícios de

5, 9 e 11 andares). Cada residência vale entre seis e nove milhões de kwanzas, mas, nos edifícios de nove andares o preço é de 15 milhões de kwanzas. O arrendamento da centralidade de Cacuo começa em 27 mil kwanzas e termina em 83 mil na modalidade de renda resolúvel com capital inicial e, na renda resolúvel sem capital inicial, o valor varia entre 40 mil e 119 mil kwanzas. No arrendamento normal o menor valor é de 30 mil kwanzas e o mais alto 75 mil.

Coisa de amadores?

Contrariamente aquilo que o Presidente da República ordenou, na mais recente visita que efectuou à Cidade do Kilamba, o processo de aquisição de casas passou de burocrático a desorganizado. Ninguém percebe como é que um projecto tão bem delineado pelo Executivo seja capaz de parecer coisa de amadores. Esperava-se muito mais das imobiliárias incumbidas de comercializarem as casas, mas também das autoridades administrativas dessas novas urbes, em especial da cidade do Kilamba. É certo que as enchentes são provocadas pelo número exíguo de balcones disponíveis, mas também há que convir que a própria cidade se mostra algo incapaz de acolher «estranhos». Não tem nos arredores um único lugar onde pessoas que não sejam moradoras possam passar uma noite e comer uma refeição quente. O que é simplesmente inconcebível a essa altura do campeonato.

6.48 Do Kilamba e outras centralidades “Jessianas”

Folha 8

23 de Fevereiro de 2013

Por causa dos preços, propostos sem levar minimamente em conta o poder de compra do angolano da classe média. É evidente que das classes mais carentes seria simplesmente absurdo falar. Passou, portanto, o tempo, e recentemente, em meados do ano passado, a prestigiosa revista televisiva National Geographic publicou uma reportagem sobre essa centralidade, com o seguinte título: «Chineses de Angola constroem cidade fantasma», desenvolvendo essa epígrafe com alguns comentários que de laudativo nada tinham e de que salientamos aquele que melhor define o fracasso do projecto presidencial, "os apartamentos do Kilamba foram propostos para venda, via publicidade online, a preços entre 60 mil e 120 mil dólares (que depois passaram a ser de 120 a 200 mil dólares), não obstante se estime que 2/3 dos angolanos vivem com menos de 2 dólares por dia". Pedimos desculpa, mas isto, visto assim, a frio, dá para pensar que somos governados por atrasados mentais. O que está longe

de ser o caso, pois o que acontece é que a descomunal vaidade do chefe anula todo e qualquer raciocínio cartesiano, só conta para a tomada de decisões não sempre, mas em algumas delas, como neste caso, e também quando o governo gastou 2 bilhões de dólares (dois mil milhões) num campeonato de futebol (CAN 2010), quando disponibilizou 9 milhões a uns coitados Palancas que foram à CAN da África do SUL (CAN 2013), por exemplo -, só conta, dizíamos, a satisfação da vaidade do chefe, tudo o resto deixa de ter valor. Naturalmente, quando o Executivo, lá do alto do seu pedestal de extraterrestre, soube da publicação desse artigo da National Geographic, difundida em quase todos os países do mundo, foi como se o bilhar tivesse feito "Tilt".

E agora? Vamos fazer como?

Contrariando a sua habitual estratégia de guerrilheiro de se quedar queto e mudo quando há cheiro a chamusco na governação, desta vez viu-se obrigado ir a público dar uma explicação aos angolanos e aproveitou a ocasião para sacudir toda a poeira das obras do Kilamba que tinha no capote, assegurando que a culpa era da burocracia excessiva. Portanto, acrescentou, era urgente mudar esse estado de coisas para tornar exequível a venda das casas do Kilamba, das quais, dentre as 16 mil à venda, em muito mais de um ano apenas tinham sido vendidas pouco mais de uma centena!

Do Paraíso ao inferno a distância é curta

Vieram de lá os peritos do partido e cozinham um sistema de pagamento, que deveria teoricamente resolver o problema do enchimento das casas virgens do Kilamba, baseado no princípio de uma entrada, variável segundo o tipo de residência (para um TI, por exemplo, entrada é de 16 mil dólares), ao que se segue um período de tempo variável, entre 15 e 20 anos, segundo a idade do comprador, de pagamento de um aluguer que será levado em conta para o pagamento da residência. Segundo Paulo Cascão, promovido a responsável do projecto Kilamba, o processo é fácil e rápido. "Nós temos que seguir aquilo que a Sonangol pediu para fazer, mais nada" disse ele. E o esquema arrancou em força, com os pneus em derrapagem controlada: os cem primeiros apartamentos começaram a ser entregues em meados deste mês de Fevereiro, enquanto se espera igualmente pelas entregas das primeiras chaves dos projectos Kapari, 44, Cacuo e Zango. Tudo, acrescentou Cascão, será de resolução rápida, «A Sonangol Imobiliária pediu para nós pedirmos uma cópia do bilhete de identidade, cartão de contribuinte, a declaração de serviço com o salário compatível para pagar a residência e o recibo do último salário para

depois podermos fazer uma apreciação e se tudo estiver correcto nós entregamos a casa, não havendo mais nada pra fazer”.

UM SONHO! GANDA JES!..

.Atentem bem à perfeição do sistema (no papell): "A Delta Imobiliária (supervisora) tem um sistema de dupla atribuição de senhas, o senhor fica na fila e recebe uma senha para saber mais ou menos qual é o tempo que tem de esperar, e que é rápido. Quando chega dentro das nossas lojas recebe outra senha de processo e a partir desse mesmo processo é remetido para a sede a fim de fazer uma análise". Nesta maravilhosa empreitada Paulo Cascão é um homem feliz e foi a sorrir que garantiu que tudo se vai passar em beleza e que o processo de inscrição durará, é claro, vários meses, pela quantidade de apartamentos existentes nos projectos do Kilamba, Kapari, 44, Cacuo. "Não lhe posso dizer quanto tempo, nas isto vai demorar muitos meses", concluiu Felicidade, felicidade. Vamos mazé a correr para o Kilamba para termos enfim a nossa casinha, “vambora”!

O inferno do Kilamba

Entusiasmadíssimas, centenas de pessoas começaram a fazer fila de madrugada em Luanda para se inscreverem como candidatos a um apartamento nos projectos do Kilamba, Kapari, 44, Cacuo e Zango. A venda, colocada sob a responsabilidade do Delta Imobiliária (agora com 3 agências), pretendia poder atender 400 pessoas por dia, mas na prática atende, quando muito, pouco menos de 200, presume-se que os outros 200 sejam atendimentos fantasmas, visto que existe uma clara certeza da cobrança de 500 USD para entrega dos documentos. Apesar dessa eventualidade, segundo o que disse o administrador Paulo Cascão, a Delta Imobiliária encontra-se muito bem equipada para facilitar o atendimento dos interessados e não há possibilidade de dar qualquer brechas ao esquema. Pois é mas o problema é que, além do seu esquema teórico de acesso à compra das residências, nomeadamente das do Kilamba, apareceram outros esquemas em forma de vírus, hackers e outras espécies de parasitas logo à entrada do arranque do processo, o que levou uma mulher a dizer exactamente a mesma coisa que Cascão, mas referindo-se a esses esquemas parasitas no sentido contrário ao significado daquilo que o coordenador quis transmitir, dizendo que "quando chegas aqui às três da manhã, já tem mais de cento e tal pessoas, é horrível, o meu sonho de obter um apartamento está a tomar-se num pesadelo". (Um observador atento que esteve de plantão desde 17.02.13 até 20.02.13 assegura que ele seguiu tintim por tintim todo o desenvolvimento do processo e concluiu que era uma tremenda tramóia porque na realidade por dia não

passavam ao balcão mais de 40 ou 50 pessoas, o essencial do negócio era feito algures). O "BIZNE" De facto o maravilhoso projecto de venda de casas do Kilamba tomou-se um negócio lucrativo, protagonizado por uma banda de parasitas que chegam a passar a noite no Kilamba para poderem receber ficha, para depois cobrar umas centenas de dólares por cada uma delas, revezando-se e colocando nomes de pessoas que nem sequer se encontram no local." A rede estendeu-se até às bombas de combustível próxima e pelo Kero aonde aborda o povo faminto por ter passado dias a dormir no chão". Naturalmente que o pessoal de asseguramento da polícia não podia ficar de fora deste quinhão, afinal isso é Angola e todo mundo se vira como pode, para eles o preço ronda entre 200 a 400 USD, seja o interessado polícia ou não. De resto, a esse propósito, chegou a haver maka entre os homens ao serviço da Segurança do Estado, MININT de um lado, F AA do outro, perante o olhar sereno da SONIP e da DELTA, que, estando-se completamente a marimbar para o povo, estabelecia uma obrigatoriedade de presença às 16h, às 20h, às 0h, e às 4h da manhã, e caso o mwangolé faltasse a umas das chamadas o seu nome que estava nos números 50, rapidamente se transformava em 2182. Nesta embrulhada nauseabunda, houve gente que ficou no Kilamba de piquete três, quatro ou mesmo mais dias, homens e mulheres que ficaram dias e mais dias sem tomar banho, a cheirar a catinga, sujos, com ramela nos olhos, empregado e empregadas que faltaram ao trabalho, pacientes que não se apresentaram à sua agendada consulta médica, agora sem sequer poder se queixar, por não existir quem atenda as suas queixas contra os técnicos e dirigentes da SONIP, por não terem pensado numa forma de inscrição que evitasse esta tremenda humilhação e o caos que agora se verifica. O mais espantoso de tudo isto, é que esta rebaldaria sem nome, esta vergonha inqualificável, esta roubalheira generalizada, toda esta sujeira está a ser, como de costume, digerida nas calmas pelos agentes de autoridade do Estado, que também comem no mesmo bolo. E, entretanto, não se vê um único dirigente, nem mesmo da oposição, levantar-se para denunciar esta vergonhosa situação, dir-se-ia mesmo que os palhaços do governo acham que tudo o que se está a passar no Kilamba é normal. Isto é Angola! Eis o que se passa, um autêntico e grave atentado à dignidade e aos direitos do cidadão, uma manifestação que se repete vezes demais, provando que o regime JES /MPLA é muito, mas mesmo muito pior, muito mais cruel e sanguinário que o do colono branco português. Perguntem aos kotas se foi assim que recebiam as casas no Rebocho Vaz, Maxinde, Kaputo ou Cuca em Luanda? Perguntem e atentam as dessemelhanças ...

6.49 Funcionários da DELTA trocam favores por 1500 dólares

Semanário Factual

23 de Fevereiro a 02 de Março de 2013

Muita gente tem denunciado os esquemas de corrupção montados por funcionário da Delta e, quiçá, da SONIP mas nunca pensei que tal fosse verdade. Afinal, eu estava enganado. Esqueci-me que em Angola tudo é possível. Custou-me acreditar que empresas dessa envergadura (DELTA e SONIP) tivessem funcionários capazes de cometerem abusos e crimes contra a dignidade do pacato cidadão angolano. A bomba explodiu às 22 horas e 30 minutos de quarta-feira, 20. Foi a hora que cheguei a casa. Nessa altura, um membro da minha família vem ao meu encontro e, muito satisfeito, diz-me que conseguiu uma chave no Kilamba. Fiquei contente, mas ao mesmo tempo admirado pela celeridade do processo. Foi aí que me disseram ter pago 1500 dólares para ter acesso à inscrição e assinatura do contrato, para além dos 12 meses de renda adiantados. Esta notícia deixou-me totalmente abalado, pois nunca pensei que os rumores tivessem fundamento. E, de repente, comecei a desenhar o cenário montado pelos oportunistas que se infiltraram na DELTA e na SONIP. É evidente que a rede conta com vários integrantes das duas empresas. Caso contrário, seria difícil efectuar uma negociata dessa envergadura. Fontes contactadas afirmaram que, diariamente, esses artistas atendem dezenas de pessoas que pagam quantias aproximadas a duzentos mil dólares. Mas tudo isso acontece porque existem falhas no sistema organizativo. A SONIP e a DELTA deveriam estar preparadas para prestarem um serviço de melhor qualidade, de modo a se evitarem as aglomerações de milhares de pessoas que fossem atendidas por meia dúzia de jovens inexperientes, mas ávidos de enriquecer a qualquer preço. As duas empresas deveriam ter em mente que o povo angolano se encontra há mais de 30 anos sem poder comprar uma habitação condigna. Por isso, as actuais formas de atendimento não se adaptam ao modo de ser e de estar do angolano. Muitos de nós não gostam de esperar, nem de cumprir certas regras de convivência. Estamos todos atrás do prejuízo. Vale recordar que, no início de Fevereiro deste ano, milhares de pessoas acorreram às centralidades do Kilamba, de Cacuaco, de Capari, do Quilómetro 44 e do Zango (Condomínio Vida Pacífica), para aquisição de uma habitação própria, cujas vendas estão a ser realizadas pela Sonip-Sonangol Imobiliária e Propriedades, Lda. As vendas estão a ser processadas em Regime de Renda Resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos, em montantes que vão de sete milhões a 18 milhões

de Kwanzas, em função das dimensões de cada habitação, de acordo com a tabela de preços publicada no Jornal de Angola (JA), na sua edição de 04 de Fevereiro corrente. As casas também podem ser adquiridas em regime de "Arrendamento e de Vendas a Pronto Pagamento", refere o comunicado da Sonip, divulgado a propósito.

6.50 Indícios de desmaios e morte no kilamba

Folha 8

23 de Fevereiro de 2013

Os episódios à volta da venda dos imóveis das centralidades de Luanda continuam cada vez mais negros. A enchente é cada vez maior e os candidatos temem que mais dias menos dias começam a surgir casos de desmaios e ou mortes, pois já tem havido indícios. "Já ouve pessoas que se queixaram de perder o ar mas ainda não houve desmaios", confessou um dos guardas do Kilamba. Por sua vez, a jovem Laurinda Gomes confessou que a vez que esteve lá abandonou O local justamente porque começou a sentir-se mal. "Estava a perder ar e como não posso perder a vida por causa de uma casa voltei", recordou acrescentando não estar disposta a voltar, pois "não quer voltar a enfrentar a mesma coisa". Enquanto isso, aumentam ou, pelo menos, mantêm-se as interrogações à volta do processo a semana passada, abordamos, das pessoas perderem a possibilidade de comprar o apartamento mesmo depois de aturar a humilhação de que são submetidos os candidatos. Esta possibilidade deve-se ao facto de dar-se apenas 5 cinco dias, a contar do dia da inscrição para pagar a prestação anual da renda resolúvel. Como já foi sublinhado a edição passada, neste particular, está a existir dois pesos e duas medidas. Ou seja, assim como umas pessoas recebem uma moratória de cinco dias, outros de dez e outro pode receber de quinze dias. As razões desta diferença são desconhecidas, mas espelham que antes do arranque do processo os procedimentos não foram devidamente definidos. Outra situação que tem embaraçado os candidatos tem que ver com o facto de os serem obrigado a abrir uma conta no BAI e desta transferir o dinheiro à SONIP e, desta feita, os candidatos são obrigados a aumentar no dinheiro da casa a percentagem da transferência de valores que ronda os 3% do valor. Além de acrescentar nas despesas dos candidatos, a referida imposição obrigada a ser a pessoas inscrita a efectuar o pagamento. Ou seja, alguém que se inscrever está impossibilitado de no dia seguinte viajar, por exemplo, deixar o dinheiro com algum familiar para proceder ao pagamento. Mas esta é uma realidade que os candidatos apenas encaram no

banco, não lhe é informado como tal pelo que alguns estão a cometer este erro ou, se quisermos estão a cair na armadilha dos vendedores que visa retirar alguns candidatos do caminho. O Candidato Carlos Simão, por exemplo, não sabe o que lhe vai acontecer, inscreveu no dia 7, mas como tinha de viajar deixou os cerca de 7 mil dólares para a esposa depositar para uma casa no Zango. Entretanto, de regresso 15 dias depois encontrou o processo parada, pois a mulher estava impossibilitada de continuar. "Apenas paguei ontem vou ver se consigo entregar e o comprovativo e esperar o que me dizem", adiantou. Enquanto isso, as pessoas temem que pelo crescer das enchentes danos maior venham a acontecer o que, pelo andar da carruagem, não está longe de acontecer. A continuar como as coisas estão, podemos ter casos de desmaios, por exemplo, pelo que é urgente tomarem-se medidas. Várias são as sugestões apresentadas. Para algumas pessoas se deveria interromper a inscrições por um período de 20 dias, por exemplo, para apenas receber os comprovativos de pagamento e entregar as chaves. Findo o referido prazo, se recomençaria o processo que seria novamente interrompido a determinada altura. O recurso a internet é outra posição apresentada pelas as pessoas que, desta feita, procuram contribuir para um processo totalmente desarrumado. Desarrumação que motivou a Associação de Defesa dos Consumidores a pronunciar-se sobre o assunto na última sexta-feira, 22.02. facto é que tudo continua na mesma com a diferença de ser cada maior a enchente e assim aumentar a possibilidade de acidentes maiores.

6.51 Inferno do Kilamba

Folha 8

23 de Fevereiro de 2013

De facto o maravilhoso projecto de venda de casas do Kilamba tornou-se um negócio lucrativo, protagonizado por uma banda de parasitas que chegam a passar a noite no Kilamba para poderem receber ficha, para depois cobrar umas centenas de dólares por cada uma delas, revezando-se e colocando nomes de pessoas que nem sequer se encontram no local." A rede estendeu-se até às bombas de combustível próxima e pelo Kero aonde aborda o povo faminto por ter passado dias a dormir no chão". Naturalmente que o pessoal de asseguramento da polícia não podia ficar de fora deste quinhão, afinal isso é Angola e todo mundo se vira como pode, para eles o preço ronda entre 200 a 400 USD, seja o interessado polícia ou não. De resto, a esse propósito, chegou a haver maka entre os homens ao serviço da segurança do Estado, MININT de um lado, FAA do outro, perante o olhar sereno da

SONIP e da DELTA, que, estando-se completamente a marimbar para o povo, estabelecia uma obrigatoriedade de presença às 16h, às 20h, às 0h, e às 4h da manhã, e caso o mwangolé faltasse a umas das chamadas o seu nome que estava nos números 50, rapidamente se transformava em 2182. Nesta embrulhada nauseabunda, houve gente que ficou no Kilamba de piquete três, quatro ou mesmo mais dias, sem tomar banho, a cheirar a catinga, sujos, com ramela nos olhos, empregado e empregadas que faltaram ao trabalho, pacientes que não se apresentaram à sua agendada consulta médica, agora sem sequer poder se queixar, por não existir quem atenda as suas queixas contra os técnicos e dirigentes da SONIP, por não terem pensado numa forma de inscrição que evitasse esta tremenda humilhação e o caos que agora se verifica. O mais espantoso de tudo isto, é que esta rebaldaria sem nome, esta vergonha inqualificável, esta roubalheira generalizada, toda esta sujeira está a ser, como de costume, digerida nas calmas pelos agentes de autoridade do Estado, que também comem no mesmo bolo. E, entretanto, não se vê um único dirigente mesmo da oposição, levantar-se para denunciar esta vergonhosa situação, dir-se-ia mesmo que os palhaços do governo acham que tudo o que se está a passar no Kilamba é normal. Isto é Angola! Eis o que se passa, um autentico e grave atentado à dignidade e aos direitos do cidadão, uma manifestação que se repete vezes demais provando que o regime JES/MPLA é muito, mas mesmo muito pior, muito mais cruel e sanguinário que o do colono branco português. Perguntem aos kotas se foi assim que recebiam as casas no Rebocho Vaz, Maxinde, Kaputo ou Cuca em Luanda? Perguntem e atentam as dissemelhanças...

6.52 Os espaços urbanos de Angola e sua qualidade de vida

Agora

23 De Fevereiro de 2013

Ponto prévio: na 1º parte deste tema, deixei no ar perguntas por responder. O que o Governo está a fazer para melhorar a situação nas cidades de Angola? Propus-me também, a dar a minha opinião, as minhas sugestões, a minha contribuição como cidadão e cidadão por excelência, sobre as vias a seguir para se melhorar as condições de vida nas cidades deste país.

Este é o exercício que aqui e agora passo a fazer. Perante cidades ruralizadas, com várias construções anárquicas e precárias, e muitos edifícios e apartamentos "invadidos" e ocupados por residentes sem "cultura urbana", saídos dos bairros suburbanos e outros vindos apressadamente do meio rural,

nenhum Governo poderia ficar indiferente, de braços cruzados.

Até porque os comportamentos e atitudes pouco em vários casos selvagens, no que a utilização e uso dos equipamentos urbanos diz respeito, acelerou a degradação dos edifícios, habitações e outros equipamentos sociais, deixados pelo regime colonial.

Foram constatados vários casos de galinhas e pilões (fazer fuba) em apartamentos com os espaços dos elevadores, transformados em depósito de lixo e os corrimões de madeira das escadas dos prédios, arrancados e transformados em lenha. Nas vivendas outrora belas e verdejantes, cabritos ou porcos eram guardados em piscinas transformadas em currais.

É claro que a falta de água e de energia eléctrica, contribuíram também para isso, mas o fator principal foi e tem sido mesmo, cultural. Ninguém ensinou as pessoas como viver em prédios e em grandes residências, como utilizar os equipamentos públicos, como viver em grandes aglomerados populacionais.

Cada um fez (e faz) o que sabe e acha bem! A 1º grande medida que o Governo tomou para disciplinar as ocupações ilegais de casas, e controlar a situação, foi o Confisco dos edifícios abandonados. Estes, já ocupados ou não, transformaram-se em propriedade do Estado.

Criou-se a Junta Nacional de Habitação que passou a ser o senhorio e em nome do Estado cobrava as rendas (valor irrisório) aos novos inquilinos e fazia a gestão do património habitacional. Muita luta violenta aconteceu, para se legalizar casa, muita corrupção no meio para se conseguir uma casa.

Mortes, desesperos, traições, divórcios etc. tudo para se arranjar uma casa da Junta. A grande maioria dos angolanos que hoje vivem em vivendas, ou apartamentos, nos bairros nobres ou não, obtiveram as residências e instalações comerciais e escritórios, por esta via e mais tarde compraram-nas à Junta a preços baixos! Seus pais pobres ou remediados, não podiam ter-lhes deixado, como herança, vivenda, apartamento ou outro bem imobiliário.

Porém, outros angolanos aproveitaram o calor e a confusão do conflito armado, para maldosamente, ocuparem as casas de seus compatriotas, quais "troféus de guerra". Ora porque é Nitista (Nito Alves 27 de Maio) ou porque é da UNITA (Savimbista) ou porque é da FNLA (regue) etc.

Todos estes estigmas sórdidos, serviram de justificação para angolanos oportunistas e sem escrúpulos, se apropriarem de imóveis alheios. Hoje, ainda há muito contencioso deste tipo, não resolvido!

Resolvidos foram vários casos de imóveis habitacionais pertencentes a cidadãos estrangeiros (com ou sem dupla nacionalidade) que conseguiram obter de volta seus apartamentos ou vivendas, por força do Desconfisco ou desnacionalização, decididos pelos Ministros da Justiça de Angola.

Nestes casos as famílias angolanas ocupantes, foram despejadas muitas delas de forma brutal, desumana, sem indemnização, claramente injustiçadas. Fizeram tábua rasa ao direito de usucapião, mesmo sabendo que várias destas famílias residiam nas casas há décadas e com documentos emitidos pela Junta.

Com o andar dos anos, a guerra civil acabou em Abril 2002. O preço do petróleo subiu exponencialmente, a produção do petróleo aumentou significativamente e as receitas financeiras do Estado triplicaram. Era o "Boom" que começava a bafejar a economia angolana a partir de 2003.

O tempo das vacas gordas tinha finalmente surgido em Angola. Havia bastante dinheiro para investimentos públicos e estes começaram a aparecer. As infra-estruturas rodoviárias foram priorizadas, mas também as habitações. Era chegado o momento para "dêsruralizar" as cidades. Eliminar as bolsas de ghettos incrustadas no centro da cidade e alargar o diâmetro da zona asfaltada.

Para isso, alguns bairros começaram a ser demolidos e as famílias reassentadas em tendas, casas de chapa, ou residências de qualidade medíocre, construídas em locais longínquos nunca antes habitados. Viana 11, Zangos, Bitá, Panguila, etc.

foram alguns dos lugares escolhidos, outros se seguiriam! A gananciosa apetência pelo mercado mobiliário que se adivinhava muito rentável, galvanizada pela proteção que a nova Lei de terras conferia aos empresários (a terra é propriedade do Estado e não do povo) fez aumentar a pressão ao Governo, para libertar rapidamente espaços e vender terrenos de zonas nobres antes ocupados por casas precárias e velhas.

Mais do que o desejo sincero de modernizar e melhorar a imagem das nossas cidades, sobrepôs-se "a ambição capitalista pelo chorudo negócio imobiliário. Só assim se entende tanta pressa e "sanha desumana" na demolição de casas consideradas casebres (muitas não o eram), para "enxotar" famílias angolanas, dos centros urbanos e realoja-las em locais inóspitos, sem antes se terem criado as mínimas condições de habitabilidade humana (água, luz, centros médicos, escolas, saneamento básico etc.).

É visitarem estes bairros pobres, construídos pelo Executivo e ver como os angolanos são obrigados a viver, muitos deles duas ou mais famílias na mesma casa tipo T2 ou T3. É chocante! A reurbanização das cidades inicia-se sem sequer terem sido elaborados Planos Diretores ou outros projectos tecnicamente credíveis de desenvolvimento urbano.

Felizmente, alguma coisa neste sentido está previsto no OGE 2013, aprovado dia 15. Tarde, mas entes isso! Contudo, em matéria de urbanização, reconheço que algo de positivo foi feito. 4 Muitos não concordam, com os condomínios e as novas centralidades, mas são com certeza uma solução bem melhor do que os Zangos, em termos de qualidade de habitação e de política de zonas residenciais seletivas ou de cidades satélites ou até mesmo de cidades dormitórios (home countries).

Mas ainda assim, não sou apologista desta forma de edificação vertical utilizada nas "famosas" novas centralidades, de que a cidade do Kilamba é o postal mais divulgado. Angola tem 1.247.600 km² de espaço territorial (terra).

O povo africano em geral e o angolano em particular, por fortes razões culturais e de índole reprodutiva (muitos filhos por casal), não se acomoda de forma confortável em apartamentos. Viver em prédios altos torres de betão) é complicado para o africano.

Pior ainda quando há uma grande insuficiência e permanente irregularidade no fornecimento de energia, água potável e baixos níveis de saneamento básico (esgotos e recolha de lixo). No momento em que os elevadores avariavam e o morador do prédio tem de carregar a botija de gás, o bidão de água, as compras etc.

Até ao 4º ou mais andares em cima, ali começa a degradação da qualidade da sua vida, que o apartamento Inovo era suposto melhorar! Mas há quem defenda que isto é modernidade. Eu discordo!

Modernidade não é progresso. Viver em apartamento, ainda que de luxo, não dá melhor qualidade de vida do que viver cá em baixo, numa boa vivenda, com um amplo quintal onde podemos ter uma horta, jardim, árvores de sombra ou fruto. Senão, os milionários não viveriam em mansões e contentar-se-iam com apartamentos!

Não plantem ilusões nas pessoas! A construção de habitações na vertical, só é boa solução para

países densamente povoados, de reduzida extensão territorial e com grande capacidade de geração e distribuição de energia e água. Não é o caso de Angola. O caso dos Emiratos Árabes Unidos (Dubai

p.exe.); do Japão; de Portugal que é 14 vezes e meia mais pequena do que Angola.

E mesmo assim, neste país europeu, é maravilhoso ver tantas vivendas, mansões e habitações horizontais nas cidades e no campo. Um bom exemplo sem dúvidas de urbanização moderna, saudável, agradável à vista, com belos efeitos arquitetónicos em que os prédios altos coabitam pacifica e harmoniosamente com as vivendas notando-se uma grande preocupação pela preservação e valorização do meio ambiente.

Estou a falar de Portugal (do sul ao norte)! Visitem este belo país e aprendam. Viajem também para Espanha e apreciem a urbanização saudável da cidade de Madrid, Barcelona, São Sebastien etc.

Mas não precisam de ir tão longe!? Cape Town, Durban; Pretória e até mesmo Johannesburg estão aqui bem perto na África do Sul, para mostrar aos que mandam no Executivo angolano, o que são cidades modernas com rosto humano; acolhedoras e belas do ponto de vista arquitetónico e ecologicamente saudáveis.

Por isso e não só se enchem de turistas idos de vários cantos do mundo! Luanda e outras cidades estão a desenvolver-se mal. Estão a fazê-las crescer de forma desordenada. É nisto que dá a falta de estudos aprofundados sobre a matéria! Se o que estão a fazer com as cidades é modernizar, então que moda é esta e onde a foram buscar?

Parece que em Luanda, querem imitar o Dubai, mas só se for nas palmeiras que plantam no lugar das acácias rubras ou de outras árvores de sombra a que sempre estivemos habituados. Porque em relação aos prédios que estão a construir, uns ao lado dos outros, cada um competindo com o outro no que a luz solar e os ventos diz respeito, são quase todos iguais.

Rectilíneos e rectangulares quanto baste, sem contornos, sem design que deslumbre. São autênticos paralelepípedos de betão, alumínio e vidro espelhado, para iludir um pouco mais. No lugar dos esgotos residuais e pluviais cuja rede devia escoar para centros de tratamento antes de serem despejados ao mar, instalam fossas sépticas, cuja durabilidade é limitada.

Insiste-se em alargar as mesmas ruas, demolindo as casas nas laterais e criando mais problemas para os cidadãos, é preciso construir ruas novas, largas, melhor asfaltadas, melhor sinalizadas, com túneis e passagens aéreas, para os roboteiros e quitandéiras, acarretadores de água, animais e peões em geral. E preciso construir ruas aéreas, principalmente nos

cruzamentos (rotundas etc.) porque não podemos continuar a perder tanto tempo economicamente útil no trânsito infernal, que tanto mal faz a saúde de cada um de nós, que todos os dias temos de ir trabalhar e á economia deste país.

As boas infra-estruturas são aquelas que se constroem no presente, mas com uma durabilidade futura (á longo prazo) garantida. A fiscalização do trânsito tem de ser mais permanente e rigorosa sem cobiçar "gasosa"! Tem de se expandir a iluminação nas ruas e estradas, para ajudar a estancar o alto índice de mortalidade por acidentes rodo- viários de que Angola é campeã e reduzir o alto índice de criminalidade, a que todos estamos sujeitos.

O seguro automóvel contra terceiros não pode ser relaxado como está a acontecer! Afinal ele é obrigatório ou não? Que o seja rigorosamente sem contemplanções para os transportes coletivos. A poluição sonora produzida pelas farras depois da meia noite e música alta da vizinhança e discotecas que nunca deviam ser autorizadas a funcionar em zonas residenciais, tudo isso deve ser punido com fortes sanções financeiras e outras.

A poluição do ar, pelos gases carbónicos de viaturas velhas não inspeccionadas nem proibidas de circular bem como a dos aviões (na Europa e América se paga) e até a das fábricas, deve ser devidamente fiscalizada e punida.

As sucatas de viaturas, electrodomésticos e outra maquinaria avariada e atirada para lixeira nas localidades, no mar e rios e ao longo das ruas e estradas, é um atentado á saúde, e devem ser gizados programas para a sua recolha e reaproveitamento, ou depósito subterrâneo em lugares apropriados. A saúde pública está um caos nas zonas urbanas e devem ser tomadas estas e muitas outras medidas. Filhos estão a nascer num ambiente infestado, agressivo e hostil. Cada um de nós envelhece neste mesmo mau ambiente. É preciso que o executivo se empenhe mais afincadamente, para tornar Angola e as suas cidades num bom lugar para nascer, crescer e envelhecer!

O Desenvolvimento humano, passa pelo desenvolvimento dos espaços onde o ser humano vive. Um desenvolvimento sustentado, assente em políticas verdes de defesa e proteção ambiental. Jardins, parques públicos; áreas de lazer e de recreação; campos desportivos, cinemas, teatros, circos infantis etc. traduzem boa qualidade de vida, civilização, progresso.

E é isto que ainda escasseia nas nossas cidades. Precisamos de avançar, rapidamente e colmatar este

défice de boa qualidade de vida nos espaços urbanos de Angola. As cidades não podem continuar a ser um espaço de embrutecimento, de "salve-se quem puder" e de "morte lenta" como acontece em Angola e principalmente em Luan- da, sua capital.

Uma Angola bonita, com lindas e saudáveis cidades, será com certeza mais nossa, orgulhará cada um de nós, envaidecerá cada angolano. E não pensem que esta grande empreitada, de transformar Angola num bom país para se nascer e viver, só compete aos nossos concidadãos que estão no Governo.

O Executivo sozinho nunca conseguirá resolver integralmente os problemas inerentes a boa urbanização. Partidos políticos na oposição devem dar contribuições. A sociedade civil, igrejas, empresários e população em geral tem de participar nos esforços do Governo, através de criticas construtivas e responsáveis, denunciando o que estiver mal, fiscalizando, dando sugestões enfim exercer de forma consciente e mais participativa, a cidadania enquanto munícipes! Agora, ficar ali nos cantos sempre a lamentar, ou a estrebuchar de raiva, mostrando recalamentos contra tudo e to- dos, sem dar opiniões ou fazer algo que valha... Não ajuda em nada! Tenho feito a minha modesta parte! Não nasci mudo e não andei tantos anos a estudar e a formar-me no país e no estrangeiro, para ficar de braços cruzados e com a mente adormecida, assistindo ao filme, sem nele participar!

Xalenu nhi mahezu ma kidi. Voltarei. Viana, 12/02/13

6.53 Suspensão da venda de casas surpreende candidatos

A capital

23 de Fevereiro de 2013

As autoridades policiais de Luanda tiveram de intervir, nesta sexta-feira, 22, para acalmar os ânimos de uma população furiosa com a suspensão anunciada pela Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) da venda de habitações nas centralidades construídas em Luanda.

Um comunicado da Sonip, endereçado a alguns órgãos de comunicação social, anunciou na sexta-feira a suspensão do processo de vendas de habitações, apanhando de surpresa os milhares de populares que lutavam para conseguir um lugar na gigantesca lista que os habilitaria à compra de um apartamento numa das cinco novas centralidades de Luanda.

Um destacamento policial, que incluiu a brigada canina, deslocou-se à centralidade do Kilamba para conter a fúria dos populares, muitos dos quais queixavam-se de terem passado várias noites na centralidade, sem que a Sonip, ou a Delta Imobiliária, tivessem feito um aviso prévio de que as vendas seriam suspensas.

Um funcionário da Delta, que fez o anúncio da suspensão, teve de ser protegido pela Polícia, tal era a fúria dos populares que, ante a presença das autoridades, começaram a abandonar a centralidade, proferindo até palavras obscenas contra os responsáveis da Sonip e da Delta. Para anunciar a suspensão, a Sonip divulgou, no mesmo dia em que a efectivou, um comunicado lacónico no qual confirmava a medida e dizia que ela era extensiva às centralidades do Kilamba, Cacuaco, Capari, Km 44 e Zango, este último denominado Condomínio Vida Pacífica. A medida, segundo a nota de imprensa, decorre da necessidade de se proceder ao balanço das actividades desenvolvidas até ao momento. Durante 22 dias, as vendas foram processadas em regime de renda resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos ou na modalidade de "vendas a pronto pagamento". Desde o primeiro dia de Fevereiro que a Cidade do Kilamba transformou-se no centro de concentração de muitos cidadãos, candidatos a apartamentos nas centralidades erguidas em Luanda. Tal foi a enchente que muitos pernoveram, por dias consecutivos, na centralidade para conseguir, ao menos, inscrever-se como candidatos. Relatos de indisciplina e desordem eram noticiados todos os dias, pelos mesmos populares queixosos da desorganização dos responsáveis pela comercialização dos imóveis, no caso, a Sonip e a Delta Imobiliária.

6.54 Venda de casas nas novas centralidades está suspensa para realização do balanço

Jornal de Angola

23 De Fevereiro de 2013

O comunicado, distribuído aos órgãos de comunicação social, refere que a medida decorre da necessidade de se proceder ao balanço das actividades desenvolvidas até ao momento, mas não diz quando o processo vai ser retomado. Em Luanda, a SONIP abriu o processo de venda de moradias ao público para as centralidades do Kilamba, Cacuaco, Musseque Kapari e KM 44, para cuja adesão adotou como modalidades a compra a pronto pagamento, a aquisição por renda resolúvel com e sem capital inicial e arrendamento.

Desde o primeiro dia, tem-se registado uma grande afluência de cidadãos aos postos de atendimento, onde muitos pernoveram na ânsia de concretizarem o sonho da casa própria, numa área habitacional que reúna qualidade de vida e segurança pública. A decisão da SONIP já era esperada por muitas pessoas que argumentavam a necessidade da empresa gestora das centralidades suspender o trabalho para a correção de eventuais falhas.

As primeiras pessoas que se inscreveram na SONIP, a maioria das quais já com a primeira prestação anual paga, ainda não celebraram os contratos junto desta empresa imobiliária, pertencente ao Grupo Sonangol. O Jornal de Angola apurou que, para este processo de venda de moradias em Luanda, foram colocadas à disposição de 30 mil habitações, metade das quais na Centralidade do Kilamba.

A procura de moradias no país é tão grande, pelo facto de nunca ter havido, desde a Independência Nacional, um projecto habitacional com as dimensões das novas centralidades. Alguns passos foram dados nos anos 80, com a construção de prédios de quatro andares em Luanda, Benguela e Kwanza-Sul, feita por empreiteiras cubanas.

6.55 Acomodação de funcionários públicos dinamiza serviços a nível das comunas

Jornal de Angola

26 de Fevereiro de 2013

Governo está apostado na melhoria das condições de vida das populações dos municípios Quadros dos sectores da Saúde e Educação e outros funcionários públicos das localidades de Quilemba, Arimba e Roque foram contemplados com casas do tipo T3 e T4, para permitir que estejam mais próximos dos seus postos de trabalho e evitar o absentismo. Construídas no quadro do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Fome e à Pobreza, as casas foram entregues pelo governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, que reafirmou a aposta do governo na melhoria das condições de acomodação dos funcionários públicos e do nível de vida das populações. O responsável da secção comunal de veterinária da Quilemba, Carlos Simão, um dos contemplados, disse que antes percorria, diariamente, 20 quilómetros, de táxi, do Lubango a Quilemba, e agora está próximo do local de trabalho. "A nova casa construída pelo governo é uma dádiva porque põe fim ao meu calvário diário desde 1994", disse Carlos Simão, ao receber a chave da casa, de um lote de oito construídas na comuna. Outro contemplado, Jacinto Sakanhe, funcionário da

Administração Comunal do Roque, a 50 quilómetros do Lubango, saudou o trabalho desenvolvido pelo Governo Provincial para atrair mais técnicos para o interior e disse que a sua nova casa é um presente valioso e reconhecimento" do seu trabalho. No Roque, foram construídas sete casas, o mesmo número na localidade da Bamba, comuna da Huíla, onde o governo reabilitou uma casa para os técnicos veterinários, um tanque banheiro e manga de vacinação de gado bovino que, na Bamba, está estimado em 12 mil cabeças. Os sistemas de abastecimento de água potável e fornecimento de energia foram melhorados. Na povoação de Mateta, no Roque, foi construída uma escola de seis salas, para alunos do ensino primário e do 11 ciclo, e foi aberto um mercado para 150 vendedores. A administradora do Roque, Luísa Caputo, disse que a melhoria dos serviços sociais está a atrair cidadãos para a localidade. A administração municipal do Lubango instalou três pontos de água com chafarizes e abriu Centros de Saúde nos bairros Sofrio, Rio Capitão, Tchimukua, Joaquim Kapango, Valódia e nas comunas do Roque, Arimba, Huíla e Quilemba. Os centros médicos funcionam com 25 técnicos cada e dispõem de serviços de puericultura, enfermagem, sala de parto e sala do Programa Alargado de Vacinação. Banda, Chicala e Mateta vão receber igualmente novas moradias, num investimento de mais de 134 milhões de kwanzas. Com a construção das novas unidades escolares e de saúde e um melhor abastecimento de água e energia, vai aumentar o estímulo aos quadros para trabalharem nas comunas e áreas recônditas da capital da província, disse o administrador municipal do Lubango, Silvano Levi.

6.56 Revolução dos preços das casas e a bolha imobiliária

Semanário factual

De 16 a 23 de Fevereiro de 2013

A divulgação nos últimos dias, dos preços e das novas modalidades de pagamento nas centralidades do Kilamba, de Cacuo, dos Zango, do Kilometro 44 e no Musseque Capari, surgiu como um forte estímulo à procura de residências, já que esta parecia estar inibida há alguns anos, devido ao elevado preço das habitações.

Segundo um funcionário público que acorreu à Centralidade do Zango, "agora, sim, é possível sonhar com uma casa melhor, já que, com as novas modalidades de pagamentos e as suas respectivas prestações, é possível pagar uma casa que vai até 80 mil dólares.

Para António Cardoso, que visitava a centralidade de Cacuo, "é muita casa disponível, só espero que consiga uma." As centralidades possuem nesta altura mais de 30 mil residências disponíveis e se estima que deverá expandir para cima dos 100 fogos somente em Luanda. Os preços das habitações agora fixados indicam cada vez mais a vontade do Estado em melhorar as condições de oferta de residências.

Com esta "revolução dos preços", o efeito combinado entre a queda dos preços das habitações do Kilamba, onde um apartamento de três quartos, antes avaliado em mais de 120 mil dólares, passa a custo pouco mais de 70 mil, assim como a introdução de várias modalidades de pagamento, nomeadamente, a renda resolúvel com capital de entrada, a renda resolúvel sem capital inicial e também o arrendamento, vai acirrar a concorrência entre o sector imobiliário privado e público e, quiçá, melhorar a competitividade no sector.

De acordo com alguns intermediários de casas, nos últimos tempos vêm aumentando a oferta de residências, tanto para arrendamento quanto para vender, mas os preços seguem em queda e, no entanto, espera-se que com as novas centralidades haja uma maior desaceleração dos negócios. "Uma casa que antes podia ser arrendada a cerca de 10 mil dólares mês, hoje fica por menos de três mil e é possível que caia ainda para menos, nos tempos que seguem", afirmou um intermediário.

Nos condomínios espalhados pela cidade de Luanda, as casas estão cada vez mais às moscas, a julgar pelo número de casas vazias e surgiram alguns a modalidade de arrendamento. Alguns corretores de imóveis alegam que apesar das vendas das casas das novas centralidades absorver parte da clientela, deverá ainda assim existir alguma demanda extra devido aos altos padrões de luxo de alguns edifícios no centro e arredores e também pela procura de escritórios.

O pessoal é unânime em dizer que cresce o número de casas vazias em Luanda, ou seja, negócio está longe de ser que era antes.

Se por um lado, o sector imobiliário privado recebe um duro golpe com a queda dos preços e com as novas modalidades de pagamento, por outro, o sector que se reequilibra no mais curto espaço de tempo, seguindo na mesma direção ou então poder-se-á assistir a uma explosão da bolha imobiliária com prejuízos para as empresas, bancos e a economia, na sua generalidade.

Assim, as novas modalidades de pagamentos e os atuais preços das casas nas centralidades agora

abertas ao público, deverão ter um impacto sobre o consumo das famílias, sobre os transportes, devido à redistribuição urbana da população e pode ser que leve a um novo aquecimento da venda de mobiliário e electrodomésticos, mas impactar negativamente sobre os materiais de construção e ao respectivo sector.

Assim, o sector imobiliário poderá jogar um papel preponderante para a estabilidade macro-económica em 2013, não só pelo peso desta na carteira de crédito da banca, mas também o efeito macroeconómico do aumento da oferta de habitações.

6.57 Sector habitacional em análise

Jornal de Angola
26 de Fevereiro de 2013

José Silva, que fez a afirmação na abertura do primeiro seminário sobre Urbanismo, Cartografia, Geodesia e Propriedade Horizontal, que encerra na quinta-feira, sublinhou que, "dada a situação, impõe-se em primeiro lugar" a "densificação do planeamento territorial em todo o em diferentes escalas, natureza e tipologia de plano". Este objectivo de densificação do planeamento territorial, referiu, implica necessariamente um reforço da preparação dos técnicos dos sectores público e privado envolvidos nos processos de elaboração, acompanhamento, aprovação e execução dos planos, bem como da capacitação instrumental ao nível da simplificação legislativa e da articulação dos diferentes diplomas. Na área de habitação, disse, o Ministério está preocupado com os procedimentos do licenciamento geral, em particular a apreciação da legislação, a execução de práticas correntes como a propriedade horizontal e respectivos registos com vista a acelerar o processo de regularização da fracções de habitação, comércio ou serviços, constituindo assim a posse do património imobiliário um activo de facto do cidadão, mas igualmente proporcionando condições para o incremento das receitas fiscais do Estado. O ministro salientou que o seminário vai analisar aspectos sobre a regulamentação actual em matéria de habitação na perspectiva de igualdade social e união, cujo objectivo é uma regulamentação inovadora e realista nas áreas e sistemas de qualidade mínima, sem esquecer a cultura, hábitos e localização geográfica dos empreendimentos. No seminário, disse, vão também ser discutidos aspectos da regulamentação vigente em matéria de habitação na perspectiva de equidade.

6.58 Sonip retoma as vendas de residências em Março

Jornal de Angola
26 de Fevereiro de 2013

A Sonangol, Imobiliária e Propriedades (SONIP), empresa responsável pela comercialização dos imóveis do Estado, vai retomar o processo de vendas das residências nas diferentes centrais idades de Luanda, a partir do próximo dia 4 de Março. O anúncio foi feito ontem em Luanda pelo presidente do conselho de administração da Sonangol, Francisco de Lemos numa conferência de imprensa alusiva às comemorações dos 37 anos da empresa. Depois do interregno decretado sexta-feira para balanço da primeira fase do processo, o administrador executivo da Sonangol, Gaspar Martins, disse não haver mais habitações nas centralidades de Musseque Kapari, nas torres Pacífico do Zango e no Quilómetro 44. Das cinco centralidades abertas em Luanda, a de Cacucaco é a que mais residências oferece, segundo o administrador executivo. A administradora Arnalda Van-Dúnem justificou a medida da suspensão tomada na sexta-feira como decorrente da necessidade de se proceder ao balanço da primeira fase das vendas, de que resultou a comercialização de 18.082 unidades perfazendo 72 por cento do total de residências que o Estado disponibilizou para venda ao público em Luanda. Gaspar Martins reconheceu ter havido turbulência e desequilíbrios na capacidade de atendimento ao público que ocorreu à centralidades. Por isso, após 15 dias de trabalho, a Sonip foi aconselhada a proceder ao interregno para balancear a actividade e encontrar formas de correcção de falhas. O administrador referiu que principal lição tirada da primeira fase das vendas é que deve vender-se as casas em grande escala quando estão concluídas. Para Gaspar Martins, o ajustamento de preços de todas as unidades habitacionais e a introdução de diferentes regras de venda criaram condições para que os cidadãos escolhessem as casas da sua preferência em função do rendimento salarial e isso redundou no elevado fluxo de pessoas às centralidades.

6.59 Populares temem perder o direito de compra depois de dormir ao relento

Tudo porque algumas pessoas estão com dificuldade de conseguir pagar a primeira prestação de um ano no período estipulado

A nova modalidade de venda das centralidades de Luanda continuam a causar inúmeros amargos de

boca, em virtude da desorganização no atendimento. Tal como destacamos na edição passada, as pessoas são obrigadas a dormir ao relento para conseguir fazer inscrição.

Esta que, no entanto, depois pode não valer nada porque a empresa gestora pensa que todos os angolanos têm a mesma capacidade de uns poucos de conseguir juntar 2, 5 ou 7 mil dólares com um abrir e fechar de olhos para pagar a prestação exigida de um ano, no caso da renda resolúvel. Uma exigência que, de resto, grande parte dos juristas contactados considera injusta. Ou seja, consideram ilegal exigir o pagamento de um ano, mas como o mercado de arrendamento em particular e imobiliário, no geral, precisa de ser regulado cada um aproveita como pode. E assim, a SONIP e companhia está a exigir o pagamento de um mês ...nada, um ano com a agravante de estipular-se datas limites que, segundo apurou o folha 8, depende sorte de cada um. Tal como um candidato pode ter apenas cinco dias para proceder ao pagamento, outro pode lhe ser dado 20 dias, motivando interrogar, qual é o critério? Os candidatos defendem que uma vez a venda ter iniciado depois dos vencimentos de Janeiro, a empresa gestora deveria, no mínimo, exigir o pagamento até à primeira semana do próximo mês. Entre essa e outras opiniões, verdade também é que ainda não encontra-mos nenhum candidato que lhe tenha sido negado o processo por ter pago alguns dias mais tarde que o estipulado, desta feita resta esperar pelo tempo. Mas o certo mesmo, segundo os candidatos e não só, era não exigir neste período o pagamento de um "Poderiam exigir a prestação de um mês agora e dentro de três meses exigir o pagamento total de um ano", argumentou uma das candidatas que aproveita para apresentar uma opinião de como o processo deveria decorrer para evitar a confusão que se verifica. "Deveriam fazer recurso à internet, sobretudo para os que já tivessem pago". Como tal não está a acontecer, as pessoas são obrigadas a dormir, em circunstâncias normais, duas noites. Uma, no caso, a primeira, para entregar a documentação e a segunda para entregar o comprovativo do banco e celebrar o contrato. E assim está a confusão instalada e sentença ditada. Dormir ao relento para o alento da casa própria. Os perigos a ter em conta Apesar destas interrogações algumas pessoas já receberam as respectivas chaves. É uma felicidade que pode ser maior se o Executivo trabalhar no sentido de evitar que os actuais problemas de falta de energia e água de Luanda sejam características comuns destas centralidades. Tudo porque não ter água no Rangel, é diferente de não ter no 11º andar do Kilamba, por exemplo. Andar na rua esburacada do Cazenga, é menos cansativo que subir 10 andares porque o elevador não arranca

por falta de energia Mas a questão da energia e as novas centralidades vai além, mas muito além mesmo da impossibilidade de arrancar os elevadores ou deixar às escuras às

ESTRADA MAIS PERIGOSA

A venda dos apartamentos das centralidades desperta para outra perigosidade e ou preocupação. A falta de iluminação na via expressa. O movimento rodoviário na mesma aumentará, de certo, assim como os riscos de acidentes e mortes. Desta feita, é imperiosas as autoridades programarem a iluminação da mesma o mais rapidamente possível, como de resto concorda grande parte dos potenciais moradores que falaram sobre o assunto. Menos preocupante se se comparar com a possibilidade dos acidentes, a do aumento do congestionamento também faz parte da agenda do Folha8 sobre as situações que devem ser acauteladas na sequência do aumento democrático nas centralidades do Zango, KILAMBA e CACUACO.

7. TERRA

7.1 Desalojados do Golfe 2 ocupam uma escola

Jornal O País

01 De Fevereiro de 2013

Depois de verem as suas cabanas destruídas, em Dezembro de 2012, arrombaram as portas da escola numero 6092, localizada no Golfe 2. O abrigo serve para mais de 200 famílias.

Se antes da destruição dos seus casebres, junto à igreja JOSAFAT (ex- Mana), no bairro Golfe 2, distrito urbano do Kilamba Kiaxi, município de Belas, em Luanda, os populares desalojados das zonas do Havemos de Voltar, Vila Estoril e Camama, em 2007, foram forçados a viver de três a quatro famílias em cada tenda, hoje, com o sonho do Zango aparentemente obstruído, segundo disseram a O PAÍS, Quarta-feira, 30 de Janeiro, mais de 10 partilham urna sala de aulas. Calor e barulho intensos e inevitáveis, devido à convivência de mais de 50 pessoas por sala, sem contar com os seus haveres, foram as primeiras notas que a equipa de reportagem deste jornal, convidada a entrar para ver a situação real, registou. Crianças e alguns idosos entre os desalojados já se encontravam entre vítimas de doenças respiratórias. Outra nota teve a ver com o facto de na ocupação das salas de aula da escola pertencente à Associação de Luta Permanente contra o Analfabetismo (ALPA) ter pesado a considerada «Lei do mais forte», sendo que os chefes de família mais jovens ocuparam as salas de aula, enquanto os mais velhos se quedaram no lado de fora, onde entre tendas pequenas e novos casebres de pano tiveram de encontrar opções. Encontrar opções. Ao se pronunciarem sobre o que se passou aquando da transferência para o Zango, levada a cabo por pessoas identificadas como dirigentes do Governo da Província de Luanda (GPL), a maior parte dos sinistrados abordados preferiu começar por citar nomes relevantes do pelouro de Bento Bento. "Para além do administrador do Kilamba Kiaxi, esteve aqui com a equipa de realojamento o senhor António Resende, vice-governador para a área Técnica de Luanda, e mesmo assim fomos enganados" , lamentou um dos prejudicados que preferiu o anonimato, tendo-se questionado sobre a quem mais iriam confiar. Alegou ainda ter havido um plano de infiltração de terceiros beneficiários, já que, segundo contou, até aqueles sinistrados que, na altura do reassentamento nas tendas, não aceitaram viver aí, por possuírem outras alternativas, apareceram contemplados em detrimento dele e de seus vizinhos

de longa data. "Vimos pessoas que nunca viveram connosco, nem aqui, nem no sítio de origem, mas constavam na lista e foram às casas do zango" , denunciou, dizendo que desse jeito, a resolução do Governo só tinha vindo para aumentar ainda mais as suas mágoas. De acordo com a fonte, a acção daqueles que considera como corruptos e burla dores só se efectivou por causa da colaboração dos coordenadores de cada comuna. "Isso tem mão dos coordenadores do Havemos de Voltar, Camama e Vila Estoril, porque se eles lutassem pelo seu pessoal, não aceitariam ir para o Zango e deixar aqueles que coordenam", cogitou, tendo anunciado que a coordenação geral das tendas da Maná tinha o controlo de todos os desalojados e, de quando em quando, essa lista era tornada pública para actualização dos moradores. Tal exercício foi feito durante os seis anos de vivência, devido aos incidentes de percurso na área, que, em alguns casos, resultaram na morte de residentes, conforme assegurou o informante, para quem a causa das perdas humanas consistia no modo de vida a que essa população do Kilamba Kiaxi foi submetida. "Só de pensar na vida, a pessoa acaba por contrair certas doenças do coração", reforçou, referindo-se aos acidentes vasculares cerebrais (AVC) ou trombose. O declarante aproveitou a ocasião para chamar a atenção de elementos do Governo que, embora se tenha recusado citar, os considera sérios e sinceros para partirem por melhores métodos de controlo, quando se tratar de desalojamentos para possível realojamento. "Há indivíduos do Governo que fazem a sua vida a custo do sangue e sofrimento dos outros, principalmente nessas situações, por isso, era bom que as pessoas sérias que eu "Para além do administrador do Kilamba Kiaxi, esteve aqui com a equipa de realojamento o senhor António Resende, vice-governador para a área Técnica de Luanda, e mesmo assim fomos enganados" Conheço e não vou citar, adoptem novas formas de controlar as vítimas e aqueles a quem responsabilizam a resolução dos problemas e eu proponho que seja uma sessão de fotografia" , sugeriu, recomendando ironicamente que os controladores tenham olhos reais para verem imagens verdadeiras e não seus primos. Vende-se casa (de sinistrados) Visivelmente agastado com a situação, a fonte deste jornal revelou que desde 2007, quando passou à condição de sinistrado, começou a frequentar o Zango, principalmente em ocasiões de realojamento. "A expectativa de pelo menos ter de ir viver no Zango me obrigou a ser um pesquisador de situações do género e acompanhei realojamentos de pessoal do Cazenga, Morro dos Veados, da Avenida Comandante Gika e do Museu da Escravidão" , detalhou, assegurando que em todas essas operações houve oportunidade de comprar uma casa nos Zango III e IV das mãos de responsáveis pela transferência

do pessoal. Foi aí onde o interlocutor de O PAÍS diz ter -se apercebido de que parte das casas para os desalojados tem sido vendida a quem dispuser de 30, 3S ou 40 mil dólares americanos, uma quantia monetária que o desalojado lamenta não possuir. "Se eu tivesse esse dinheiro, compraria uma dessas residências, só para dar aos sérios do Governo uma prova material", assegurou, desabafando que não lhe espantava muito o surgimento de cantinas, salões de beleza, e farmácias, para além de colégios em casas inicialmente preparadas para sinistrados. Contou o caso inédito do soba do Museu da Escravatura que, depois de ser realojado no Zango Iv, contestou a recompensa, alegando que as suas dimensões não condiziam com as da anterior habitação, tendo ameaçado fazer justiça por outros caminhos. "Os cidadãos que estavam à frente da caravana perceberam que o velho estava a prometer enfeitiça - Ios, ligaram imediatamente para o chefe e este ordenou -lhes para darem mais urna casa ao soba", revelou, dizendo que, no dia seguinte, voltou ao Zango Iv, abordou o ancião sobre o sucedido, tendo-lhe este mostrado a chave e a referida casa. Voltando ao facto de as habitações da nova zona habitacional de Viana estarem a servir para instituições comerciais, a fonte referiu sobre outras cedidas ou ocupadas a pessoas que as reabilitam e as tornam vivendas, o que, para si, pressupõe obras em dois ou três «comboios», perfazendo quatro ou seis casas. Ele não acredita que essas pessoas. Tenham sido desalojadas de parte alguma da cidade capital e deportadas para o Zango, daí a preocupação em chamar a atenção da sociedade para o crescimento destas tendências, que para si abrem graves problemas sociais.

7.2 Punição Detido por reclamar A

O País

01 De Fevereiro de 2013

Ao reivindicar direitos de casa no Zango por estar na mesma condição dos vizinhos contemplados, André foi detido numa esquadra policial do Golfe 2, que preferiu não indicar. Segundo o próprio, o mesmo destino teriam as velhas sinistradas, mas devido a idade, ele acabaria por sofrer a represália de três pessoas. "Ninguém me bateu, mas fui levado compulsivamente para a Polícia, onde, depois de umas horas, me libertaram. Pedro contou que quando chegaram' no dia 15 de Dezembro de 2012, os homens do Governo garantiram que tinham ordens superiores para levar todos os sinistrados para o Zango e aí não devia ficar mais ninguém, nem cubata alguma. "Mas depois do atendimento, é assim que surge a confusão, porque eles apareceram com uma lista de 236 pessoas, quando nós, cadastrados, éramos 470", informou, aumentando que o referido

alistamento reduzido tinha sido feito aí, com a colaboração dos chefes dos habitantes das tendas da Maná. Como outros, Pedro ouviu nomes de pessoas estranhas serem chamadas para embarcarem, enquanto ele, a sua família e vizinhos ficaram até ao fim da chamada sem terem ouvido os seus nomes. O desalojado mostrou a sua indignação, alegando não ter compreendido nada sobre tamanha injustiça, quando tinham listas de controlo em posse do GPL, da Casa Militar da Presidência da República e do MI ARSS. "Essas pessoas deviam acompanhar esses controlos, para evitar confusão", replicou, lamentando que só da zona do Havemos de Voltar tinham ficado 130 pessoas e do Camama mais de 50. Apesar de não ser o responsável dos que ficaram, assegurou que, ao todo, tinham ficado 270 famílias, a maior parte das quais partilhava as salas de aulas que terão de deixar quando as aulas iniciarem. Questionado se tinham recebido autorização para ocupar as cinco turmas da escola 6092, ele e outros confessaram terem arrombado as portas, porque logo depois da transferência dos poucos, tinha começado a chover. "Não tivemos escolha, destruímos os cadeados, forçamos as portas e entrámos", divulgou, adiantando que, ao aperceberem-se, os dirigentes da referida instituição de ensino, vieram ver o cenário e entenderam as necessidades dos sinistrados.

7.3 Reacção Idosos tidos por infiltrados

O País

01 De Fevereiro de 2013

À semelhança das vítimas do desalojamento do Gika, agora a habitar em cubatas de pano, lona e esferovite num dos separadores físicos de uma estrada no Zango Iv; conforme reportou esse jornal na última edição, também os desalojados que dividiram o espaço adjacente à escola 6092, deixados no Golfe 2 ao ar livre, foram acusados de infiltrados. Insatisfeita com a falsa acusação, Cristina começou por formular uma pergunta do género da que fez uma moradora do meio da estrada do Zango IV; na semana anterior, na qual, inqueria se eram malucas, ao ponto de ela e muitas mulheres submeterem seus filhos a chuva, sol, poeira e outros perigos, passando anos e anos em péssimas condições, só por causa de uma casa. "E será que essas velhas com idade que têm também se infiltraram aqui, a fim de ganharem um sítio para ficar?", perguntou, tendo suspirado com a expressão "Haja dó e respeito". As idosas aparentavam ter mais de 60 anos de idade, uma cogitação que ficou clara, quando uma das anciãs corrigiu a desconfiança dos vizinhos, dizendo já estar na casa dos 70. "Essas

velhas envelheceram mais nos anos de vida desumana do que durante toda vida, porque quando chegámos aqui ainda eram mais jovens", atirou um entre as vítimas do abandono. Na verdade, os rostos consumidos ao mesmo tempo pela idade e pelo sofrimento das tendas, podiam retirar a atitude de cepticismo de qualquer indivíduo que ouvisse contarem a idade das anciãs entre os 70 e 90 anos. O PAÍS tentou ouvir as mesmas, mas "Muluvu vamu twina, mpasi Ttuna mona", expressão em Kikongu rapidamente traduzida para português por um voluntário, segundo o qual, a velha tinha dito que "já estavam em paz, mas ainda sofriam mais" foi o único desabafo da classe anciã.

7.4 Serviço de Proteção Civil realoja famílias

Jornal de Angola
01 De Março de 2013

O Serviço de Proteção Civil e Bombeiros da Huíla realojou, no mês de Janeiro, em áreas seguras, 191 famílias que se encontravam a residir em locais de risco, informou ontem o porta-voz da corporação, Emanuel Castro. O porta-voz disse à Angop, no Lubango, ao fazer o balanço dos estragos das enxurradas na Huíla, que foram realojadas famílias dos municípios da Matala, Lubango, Humpata, Chibia e Jamba.

As famílias, acrescentou, beneficiaram de parcelas de terra, chapas, blocos e outros materiais para a construção das suas residências. O responsável adiantou que o processo de realojamento contou com a colaboração das administrações municipais, que cederam os terrenos e materiais de construção civil.

"Vamos continuar a trabalhar de forma a retirar aquelas famílias que vivem próximo de riachos, pontes, postes de alta tensão, montanhas e ravinas", realçou. Em relação aos danos provocados neste período de chuvas, Emanuel Castro referiu a destruição de quatro pontes nos rios Cului e Mbua, no município da Jamba.

Emanuel Castro enumerou também a destruição total de uma escola com seis salas, no município dos Gambos, o rompimento do teto do quartel do Serviço de Bombeiros da Jamba e da Matala e outras infraestruturas. O porta-voz informou que foram ainda registados 213 desabamentos de residências, constituindo assim 1.278 famílias que ainda clamam por ajuda humanitária.

O Serviço de Proteção Civil e Bombeiros na província, resgatou também nove cidadãos nos

municípios da Chibia, Lubango e Humpata. Para combater a sinistralidade e catástrofes naturais na província, o Serviço de Proteção Civil e Bombeiro na Huíla conta com três viaturas, sendo duas ambulâncias de suporte vital e uma de salvamento e pronto-socorro.

7.5 Obras da Baía de Luanda já na fase das fundações

Jornal de Angola
07 De Fevereiro de 2013

A instalação dos alicerces dos primeiros três dos 15 edifícios projectados para área reservada à construção de prédios na Baía de Luanda começou este mês, de acordo com fonte da Angop. A construção dos edifícios com apartamentos T1, T3 e T4, inserida na terceira fase da requalificação da zona, iniciou em Novembro de 2012, num espaço de três hectares, na primeira linha de água entre a avenida Dr. Agostinho Neto e a entrada da Ilha do Cabo. Segundo o administrador da Sociedade Baía de Luanda, gestora do projecto, Miguel Carneiro, em declarações à Angop, trata-se de um ligar destinado a assegurar a continuidade com o renovado espaço público da marginal. Tal área, considerada zona B, de acordo com o responsável, apresenta acessos rodoviários para a Avenida 4 de Fevereiro, Chicala e Ilha do Cabo. No total, foram seleccionados três lotes de terrenos para a construção de prédios que vão de 2.500 a 50 mil metros quadrados ao longo do local. Para facilitar o trabalho, a Sociedade Baía de Luanda pôs à disposição dos investidores diversos serviços ajustados às necessidades dos clientes, nomeadamente informações técnicas e jurídicas sobre os terrenos, já de si, livres de disputas, para otimizar as actividades de planeamento, licenciamento e construção na zona. Consta igualmente do pacote de serviços, controlo financeiro, apoio técnico desde a concepção do projecto à construção, serviços de engenharia, orientação em tomo da construção de edifícios, apoio comercial e colocação de produtos imobiliário no mercado e gestão de edifícios.

7.6 40 Pessoas dividem a mesma casa

Angolense
08 De Fevereiro de 2013

As mais de duas mil famílias receberam, em 2010, a promessa, na altura feita por Bento Soito, de em quinze dias verem as condições de realojamento resolvidas. Acontece, porém, que até hoje tudo continua na mesma, forçadas a viver uma realidade pouco comum em tempo de paz, em que mais de

duas famílias partilham uma casa. Tão logo que escalamos o bairro do Panguila, moradores, na ânsia de verem os problemas resolvidos, ficaram apreensivos, pensando que se tratava de responsáveis do Ministério da Reinserção Social ou do Governo da Província de Luanda. Ledo engano. Era a nossa equipa de reportagem com a pretensão de constatar in loco o modo de vida daqueles angolanos. Satisfeitos com a presença da imprensa, cada morador queria ser o primeiro a falar e deixar um apelo às autoridades competentes. Jaqueline Kitoque, 51 anos de idade, afirma que todos os dias tem de se levantar cedo por não conseguir suportar a convivência de três famílias numa casa. A nossa interlocutora contou que as três famílias naquela residência fazem um total de 32 membros, sendo duas com dez membros cada e a terceira com 12. "Como é possível viver assim?", questiona Jaqueline. Segundo a nossa entrevistada frisou, a casa tem apenas três compartimentos, que são: Três quartos, uma sala, uma casa de banho e uma cozinha. Cada família tem direito a um quarto, contudo, todos partilham a mesma cozinha, é a mesma casa de banho, o que tem sido uma tremenda dor de cabeça, conforme nos conta. "Não existe privacidade. Para evitar conflitos entre as famílias, fizemos um acordo. Cozinhamos uma refeição para as 32 pessoas", conta, tendo revelado que "devido a estas condições meu marido me abandonou". Por sua vez, Domingos Gomes, 34 anos de idade, ex funcionário da Coma Preste, uma empresa de segurança privada, situada em Luanda, diz estar bastante agastado com a situação, porque não tem recursos financeiros para se deslocar todos os dias para trabalhar. "Vivemos numa casa quarenta pessoas. É bastante complicado, não se conseguem respirar, não se consegue fazer nada, passamos todo dia fora de casa", conta e acrescenta que "se tivesse recurso financeiro, alugava uma casa para a minha família". Entretanto, segundo moradores, aquele local, paradoxalmente, tem residências já acabadas e inabitadas, com teias de aranha e outras rodeadas de capim. "Para quem foram construídas estas casas, é assim que vamos crescer mais e distribuir melhor, questionam-se. Quase todos vivem com hipertensão. Apar da convivência de três famílias numa única residência, no Panguila vive-se uma penúria, quer em termos de alimentação, quer de fornecimento de água e energia, para além da falta de instituições escolares do Estado, o que, segundo nos contaram, tem provocado várias doenças, uma delas é a hipertensão. Um bidão de água, por exemplo, custa 100 kwanzas. Durante o dia, os moradores estão de mãos dadas com o lixo e poeira, e durante a noite os insectos invadem as casas, sendo a tuberculose uma das principais causas de morte naquela parcela da capital de Angola. Motivada pela fome, seca, entre outras péssimas condições de

vida a que estão sujeitas Josefina dos Santos, por exemplo, afirma que os filhos têm anemia aguda e malnutrição, por falta de condimentos para cozer os alimentos. A fonte conta que a sarna é outra doença que vai tomando conta das pessoas porque estarem a dormir no chão. Ainda de acordo com a mesma fonte, os filhos vão engravidando-se entre si por falta de quartos suficientes. "Porque dormem todos amontoados", conta a fonte. A zona também não tem escolas nem hospitais. "Os jovens do bairro não estão inseridos no sistema de ensino por falta de escola, a única escola existente, primária, não tem capacidade para atender as mais de duas famílias existente no Panguila" lamentou.

7.7 Administração de Belas destroi residencias

Jornal Folha 8

16 De Fevereiro de 2013

A demolição foi efectuada pelos agentes da repartição fiscal do município de Belas, mediante autorização da administradora municipal, Joana Quintas, nos dias sete, oito e doze de Fevereiro, deixando os proprietários ao relento. Após várias ameaças da administração, na quinta-feira antepassada, dia sete, os moradores daquela zona foram "brindados" pela invasão barulhenta de máquinas escavadoras, fiscais e tropas supostamente afectos à casa militar da presidência da república, devidamente armados, chefiados por Nelson dos Santos e Varanda, ordenando aos habitantes que esvaziassem as moradias sob pena de prisão. Mas tal ordem não foi acatada pela população e em seguida os "fiéis" fiscais dirigiram as retroescavadoras em direcção às casas e começaram a destruição maciça. "Eles apareceram quando eram quinze horas e não deram-nos nenhuma explicação nem tempo para discutirmos e começaram a derrubar as nossas casitas"; declara António Castelo. Como justificativa, Nelson, identificado como sobrinho de Nandó, com consentimento do fiscal Varanda, anunciou que o espaço onde os cidadãos indefesos residem é do Presidente da Assembleia Nacional. No mesmo dia instalaram a empresa chinesa de construção civil H&S que cercou o local e colocou guardas impedindo os autóctones de regressarem até ao antigo lar. Dentre as demolições, uma casa pertencente ao procurador provincial de Luanda, Vemba Coca, o mesmo que ordenou a apreensão dos computadores do Folha 8, não escapou ao martelo da administradora após resistência nos primeiros dias, demonstrando que ninguém está isento da ambição desmedida dos altos dirigentes do país. "A casa do senhor Coca também foi demolida. Ele nem

entendeu como puderam fazer-lhe isso, mas só mostra que o feitiço também volta contra o feiticeiro"; asseveraram em apoio ao F8. No intuito de obter esclarecimentos, o F8 deslocou-se até a administração de Belas mas não encontrou a administradora nem alguém que pudesse explicar tais actos, pelo que contactamos a titular do município por telefone, ouvindo em resposta que "a senhora Ioana Quintas não está disponível". E até ao presente fecho não houve disponibilidade. Deslocamo-nos também até a repartição fiscal onde, à igualdade da administração, não encontramos nenhum funcionário sénior, e os subalternos no local estavam com medo de pronunciar-se devido a possíveis sanções internas. Caoje, chefe da repartição fiscal, ao telefone disse "nós temos um gabinete de imprensa, por isso não sou eu quem vou falar contigo". A população que agora tem passado os dias e as noites na rua, cobrindo-se com as chapas de zinco da casa outrora construída com muito sacrifício, habita naquele território há 25 anos, e desde 1988 que nunca viram ninguém reclamar por terra alguma. Para sobreviverem pescam e vendem os peixes na praça dos Ramiros, sustentando assim a família que agora clama por ajuda aos órgãos competentes. Recordar que o terreno onde residiam foi-lhes cedido pela capitania do porto de Luanda, entidade reitora dos serviços piscatórios na capital.

7.8 Crueldade e insensibilidade do GPL

Jornal Folha 8

16 De Fevereiro de 2013

A chuva caiu, esbateu-se nas lombas daqueles Angolanos miseráveis ali da Vidrul e deixou patente, quem é o verdadeiro Angolano. Como referimos na última edição, o Martelo destruidor do Governo da Província de Luanda voltou a derrubar residências no Bairro Mayombe município de Cacuaco, nas imediações da Vidrul. Assim, mais de 2 mil famílias viram suas residências demolidas no passado dia 01 de Fevereiro, pelo Governo da Província de Luanda que se fizeram acompanhar pela brigada canina, P.M, e maquinas caterpillars demolidoras vigiadas por dois helicópteros. O F8, apesar de intimidado e depois de muitos obstáculos, conseguiu contactar alguns dos sinistrados. Por exemplo, Vitorino Albano, diz que a fiscalização surpreendeu-os por volta das 8 da manhã para demolir as casas. "Não tivemos aviso prévio, somos mais de 2 mil famílias agora a dormir ao relento como no deserto, sem ao menos uma árvore para nos abrigarmos dos raios solares que nos queimam as peles. Ao nos deram tendas, aparecem duas cisternas de água por dia para toda população

que está aqui aglomerada debaixo deste Sol tórrido e escaldante. Esta água não chega para nada. Vamos cozinhar, lavarmo-nos?". Já Juliana Antonio alega: "Antes de começarem a demolir as casas, o bairro foi a primeiro invadido de Polícias Militares o que desde já nos fez espécie, pois normalmente tem sido a PIR. Esta P M, foi apoiada por dois helicópteros só para nos tirarem das casas e nos deixarem na rua sem saber para onde nos levar. Temos crianças que frequentavam a escola, partiram as casas e assim as nossas crianças irão perder este ano lectivo. Já contactamos a administradora do município, ela diz que não pode fazer nada, simplesmente por não saber o porquê das demolições". Enquanto cumpriam a missão diabólica, ninguém podia entrar, nem sair do bairro. Paulo Miranda afirmou: "Durante estes dias das demolições já faleceram mais de duas crianças por dormirem ao relento e falta de saneamento básico. Estamos ao Deus dará. Relembrando que aquela zona específica era por sinal quase toda de militantes do MPLA, sublinhou, meio frustrado, muito mais revoltado: nossos votos, fizeram-nos muitas promessas enganosas que tudo iria melhorar (e agora estamos abandonados. Nem a oposição nos vem ver". Maria Domingos realça: foi impressionante quando os demolidores 'chegaram no nosso pobre e humilde bairro. Partiram as nossas casas, sem prestarem qualquer informação e satisfação. Moradores apavorados moradores que perguntavam o porquê das demolições, foram apreendidos por alguns membros da polícia nacional e até ao momento estão desaparecidos". A vida destes populares está desgraçada as crianças que constatarem toda violência A brutalidade e impiedade... ficaram traumatizadas para o resto das suas vidas.

Durante a semana, as chuvas encarregaram-se de se posicionar ao lado dos agentes do governo e contribuíram para aumentar no sofrimento deste povo ali desterrado. Crianças desamparadas e pais impotentes, de mãos atadas a olharem vencidos a realidade nauseabunda e a perguntarem à Deus, o porquê? A vida destes populares está desgraçada, as crianças que constatarem toda violência, a brutalidade e impiedade dos homens embrutecidos da brigada canina e da P.M, todos bem armados e as máquinas a em aquilo que minutos antes era suas casas, podem crer que ficaram traumatizadas para o resto das vidas, ao sentirem na pele o que é viver ao relento exposto ao Sol e ao frio às noites e a verem os pais a serem humilhados por práticas consideradas por muitos moradores do bairro como selvagens, ou aquilo que um dos transeuntes, curioso no local do sinistro comentou: a indecência, falta de sensibilidade e humanismo do Governo do MPLA Tentando contactar a administradora daquele município Rosa

Janota Dias dos Santos para saber o porquê das demolições e não saberem por onde abrigarem os populares, a mesma mostrou-se indisponível. Envidamos ainda esforço para contactar a polícia local, mas sem sucesso.

A vida destes populares está desgraçada, as crianças que constataram toda violência, a brutalidade e impiedade dos homens embrutecidos da brigada canina e da P.M, todos bem armados e as máquinas a~em aquilo que minutos antes era suas casas, podem crer que ficaram traumatizadas para o resto das "iltas vidas, ao sentirem na pele o que é viver ao relento exposto ao Sol e ao frio às noites e a verem os pais a serem humilhados por práticas consideradas por muitos moradores do bairro como selvagens, ou aquilo que um dos transeuntes, curioso no local do sinistro comentou: a indecência, falta de sensibilidade e humanismo do Governo do MPLA Tentando contactar a administradora daquele município Rosa Janota Dias dos Santos para saber o porquê das demolições e não saberem por onde abrigarem os populares, a mesma mostrou-se indisponível. Envidamos ainda esforço para contactar a polícia local, mas sem sucesso.

7.9 Saudades da favela

Jornal A capital
16 De Fevereiro de 2013

LEVADOS DA FAVELA da Chicala sob a promessa de terem casas, eis que ao cabo de dois anos, os populares continuam apinhados em casas que, afinal, estão destinadas a outra gente que, passou a ameaçá-los se não saírem.

Desespero, tristeza e sentimento de abandono. É neste misto de sensações que vivem os ex-moradores da favela da Chicala. Segundo contaram ao A Capital, quando foram transferidos para as casas modelares do Panguila prometeram-lhes que seria apenas para 15 dias, já que foram colocadas três a seis famílias numa só casa. Passados dois anos, eis que a situação permanece estanque por parte das autoridades, com a agravante de estarem a ser importunados por um grupo de supostos proprietários das residências em que repousam. Fátima Panzo está nessa condição. Segundo ela quando tomou conhecimento da transferência das pessoas da Chicala para o Panguila, pensou que estava a ingressar num processo de melhoramento devida. A fé dela foi tal que, em gesto de agradecimento, apelidou a filha dela com dois anos de idade, de "Betinha Soitinha", diminutivos dos nomes do coordenador do programa de realojamento da população, Bento Soito. Contudo, adiantou, está

arrependida Um dos traumas que Fátima carrega é a perda do marido, influenciada pelo facto de estarem a habitar três famílias numa única casa. E como isso ocorreu? "Perdi o marido por culpa da forma como fomos alojados. Saí para a casa da minha vizinha, o meu marido chegou do serviço e encontrou o senhor com quem partilhamos a casa, a dormir na nossa cama", foi suficiente para meu esposo deduzir que eu tinha consentido aquilo. Engana-se quem pensa que é apenas

isso que se passa naquele acampamento. Os populares queixam-se doutro problema. As constantes tentativas de violações de jovens e crianças, sem esquecer os roubos. Mãe de seis filhos.joa- na Bange, disse que a sua filha de seis anos escapou à urna tentativa de violação sexual, por parte de um homem de 28 anos, com quem partilham a casa. Diz a mãe que o suspei- to terá aliciado a menor com pão. Tendo esta cor- respondido, levou-a para a casa de banho onde despiu a mesma. Pressentindo que algo de mal estaria a acontecer com a criança. Joana abandonou as amigas com quem conversava à porta de casa e foi vê-la. "Assim que entrei, encontrei o meu vizinho prestes a consumir o acto na casa de banho", relatou joana Benge que, com ajuda dos vizinhos levaram o malfetor ao Posto da Policia Nacional. O homem permaneceu alguns dias na cadeia, estando já em liberdade. "Falta-nos tudo". Lamentou Gaspar Morais, apontando para um amontoado de lixo que avança a cada dia em direcção às moradias. "Quando viemos para cá, o senhor Bento Soito disse, garantidamente que seriam apenas por 15 dias de estadia. Levou-nos ao Zango 4, onde, supostamente estariam as casas que nos estariam destinadas. Entretanto, o que agora depreendemos é que foi uma autêntica aldrabice", constatou, impaciente, o cidadão. Por sua vez, Júlio Barroso, conta que outro problema são os supostos proprietários das residências onde estão hospedados. "Veze sem conta ameaçam-nos de morte, caso não nos retirarmos das casas o mais breve. Desesperados, muitos populares interpretam a falta de atenção das autoridades como estando ligada ao facto de, os aflitos, serem pessoas pobres, porque se fossem transferidas de bairros com dignidade, lamuriam, os problemas que assolam aquela comunidade há muito estariam resolvidos. Uma constatação nossa. O bairro não tem energia eléctrica nem água canalizada, Quando estão doentes, os pacientes dirigem-se a um dos dois postos de saúde que lá existem, apesar de não disporem de fármacos. E quando isso se dá, são encaminhados para o hospital da Açucareira, município do Dande ou Cacucaco. A anexação da comuna do Panguila ao município do Dande , província do Bengo, levou a maioria dos professores da única escola da iniciação à 9ª classe a pedirem transferência. Os que lá continuam, de acordo com

os munícipes, tentam fazer tudo para que as crianças tenham alguma educação.

Mais gente que casas

Fonte junto do Gabinete de Coordenação do Projecto Habitacional do Panguila avançou à nossa reportagem que a situação destes populares deve-se à existência de um número de pessoas superior às casas disponibilizadas. Segundo a fonte, os moradores antes de serem enquadrados nestas residências foram avisados de que as casas tinham donos e, que tarde ou cedo, seriam transferidos para um local fixo. "Já fomos informados pelos moradores sobre a pressão a que estão sujeitos por parte dos proprietários das residências", mas, adiantou, vale dizer que, enquanto não haver casas para os antigos moradores da favela, nenhum proprietário tem o direito de retirá-los. "Também temos conhecimento de que certos proprietários chegaram a um acordo com os inquilinos que habitam as respectivas residências", atestou, sem especificar o tipo de acordo, porém, reiterou que "o gabinete tem os nomes de todo o pessoal que foi transferido e que, qualquer alteração que se faça tem que ser com conhecimento dos órgãos competentes".

7.10 Autoridades tradicionais preocupadas

Jornal de Angola

17 De Fevereiro de 2013

As autoridades tradicionais do município do Longonjo, a 64 quilómetros da cidade do Huambo, manifestaram-se preocupadas com "os casos de conflitos de terra" no seio das comunidades rurais da circunscrição. O soba da sede municipal do Longonjo, Alberto Sayambo, disse à Angop que tem recebido constantemente queixas de casos de usurpação de terras, por parte de certas pessoas.

O soba da Ombala de Chiuta, Guilherme Dário, por seu turno, afirmou que há muitas pessoas que vendem terrenos sem o consentimento da autoridade tradicional da aldeia, uma atitude considerada negativa. "Eles fazem negócio em segredo.

Vendem terrenos sem nos dar a conhecer, mas quando surgem complicações, aparecem ao soba a reclamarem direitos e muitas vezes pouco ou nada se pode fazer", destacou.

O conflito de terras tem se registado em muitas localidades do país, mas autoridades angolanas têm procurado resolver a situação de acordo com a realidade específica de cada região. A província do

Huambo, no planalto central, tem como principais atividades a agricultura e a pecuária, mas um elevado número de habitantes se dedica ao co- mércio.

O município do Longonjo tem uma população estimada em 65 mil habitantes, distribuídos por 12.410 famílias, na sua maioria camponesas.

7.11 Reservas fundiárias estão livres de minas

Jornal de Angola

21 De Fevereiro de 2013

Vários engenhos explosivos foram desativados ao longo da fronteira com a Namíbia e nas reservas fundiária dos municípios da Cahama e Namacunde. Mário Satipamba, o oficial de ligação interministerial de desminagem e assistência humanitária, confirmou a desativação de 29.487 engenhos explosivos diversos.

Os trabalhos foram realizados por quatro operadoras e incluíram os marcos 33 e 35, na região fronteiriça com a Namíbia, além das reservas fundiárias de Namacunde e da localidade de Oifidi, cinco quilómetros a Oeste de Ondjiva, destinada à construção de escolas.

O sucesso das ações deve-se, também, à colaboração das comunidades locais que alertaram as autoridades para a existência de objetos estranhos, explicou Mário Satipamba. "Existem muitas áreas suspeitas de minas,", disse, pedindo à população para chamar as autoridades sempre que se depararem com um artefacto estranho.

No quadro da educação sobre o risco de minas, foram realizados, no ano passado, vários encontros em que participaram 13.526, das quais 526 crianças.

De Janeiro a Outubro do ano passado, mais de 824 mil metros quadrados ficaram livres de engenhos explosivos, em diferentes localidades da província do Cunene, fruto do trabalho de desminagem realizado pela brigada afecta à Polícia de Guarda Fronteira.

As áreas desminadas forarn o aeroporto 11 de Novembro, cidade de Ondjiva, reserva fundiária da Cahama, Kwanhama, Namacunde e em outras áreas denunciadas pela população. A acção resultou na recolha de 14 minas antitanque, 18 minas anti pessoal e 17.523 engenhos diversos não detonados, permitindo a reabertura dos espaços para a construção de infra-estruturas sociais e vias de acesso.

Na localidade de Oifidi, no município do Kwanhama, a verificação e limpeza de uma área com a superfície

de 187.425 metros quadrados, das quais 8.833 metros quadrados já estão limpos, faltando apenas 178.592 metros quadrados.

A província dispõe de reservas fundiárias nos seis municípios que a compõem, para a implementação do Programa Nacional de Habitação, localizadas nos municípios do Kwanhama, Namacunde, Ombadja, Kahama, Curoca e Cuvelai e servirão para a construção de 35.800 fogos habitacionais.

A maior preocupação recai na desrminagem e limpeza destas reservas fundiárias, tendo em conta a realidade da província, de maneira a garantir maior segurança aos sectores intervenientes no programa.

7.12 “Fiscais de Belas são gatunos”

Folha 8

23 De Fevereiro de 2013

Fazendo fé as declarações dos antigos habitantes daquela zona, o roubo aconteceu aquando das demolições registados nos dias 07 e 08 de Fevereiro de 2013. "Eles levaram as nossas coisas e até hoje não trazem, nem dizem nada"; afirmou Bento Manuel, vítima da acção condenável dos fiscais do município de Belas. Conforme relatado na edição passada, os fiscais e os militares, supostamente adstritos à Casa Militar da Presidência da República, retiraram das casas que partiram as botijas de gás de cozinha, televisores, janelas e até os candeeiros. Quando os "aterrorizados" pediram os pertences ouviram como resposta, proferida pelo dito sobrinho de Fernando da Piedade Dias dos Santos, Nelson dos Santos, que "tudo o que está neste terreno é nosso". "Percebia-se que os militares e os fiscais estavam embriagados, isso porque cheiravam a álcool e só assim se entendia as atitudes deles"; declara Gualdino. Em seguida, os "bravos" fiscais e militares "roubaram" também todo material de construção civil pertencente aos nativos, realçando-se os andaimes e os ferros que serviriam para o acabamento das "pobres" casas, onde já habitavam mesmo sem condição para tal. "Mas pelo menos não nos molhávamos, nem dormiam por baixo do sol como acontece actualmente", lamentou João Bento. Na intenção de reaverem os bens tecnicamente confiscados, os "sem tecto" dirigiram-se até à Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC) e formularam queixa-crime contra a fiscalização de Belas pelo que agora aguardam que seja feita justiça. "Fomos até a DNIC e apresentamos uma carta a denunciar todo o mal que a administração e a fiscalização estão nos fazendo passar", garantiu Fernandes Simão. Para a tristeza dos desalojados, a DNIC não cumpriu a promessa de

deslocar-se ao local das demolições, na sexta-feira última para investigar a acusação.

7.13 Camponeses queixam-se de burla e abuso de poder

O Independente

23 de Fevereiro de 2013

Um grupo de camponeses constituído em uma associação denominada "Ana Ndengue", localizado em Mbondo Chapéu, do bairro de Camama, município de Belas, apresentou recentemente uma queixa-crime - junto das autoridades judiciárias - contra a cooperativa imobiliária "O Lar do Patriota", juntamente com o seu presidente do Conselho de Administração, o general António Henriques Miguel da Silva "Dinguanza" . Segundo a fonte a que tivemos acesso a cooperativa, "O Lar do Patriota" usurpou forçosamente - e sob ameaças constante de morte contra os respectivos proprietários - mais de 309,5 hectares, pertencente a associação, onde actualmente se encontra erguida várias residências no município de Belas, em Luanda. Na queixa-crime apresentada, de acordo com a fonte, junto das autoridades competentes constam dentre várias acusações: "burla, abuso do poder, abuso de confiança, ameaças e tentativa de morte. "Nós decidimos levar este general e a sua empresa imobiliária ao tribunal por ter recusado cumprir o que estava estipulado no contrato que afirmamos (entre o Lar do Patriota e a Ana Ndengue) há escassos anos", avançou a fonte. A queixa-crime fora apresentada por um advogado identificado apenas por Arthur. "Já efectuamos o primeiro pagamento a este advogado e agora estamos a espera dos resultados", revelou a mesma fonte. Por outro lado, os camponeses reconheceram, e agradeceram, a pronta intervenção do governador de Luanda, Bento Bento, na resolução do conflito que se arrastava há mais de 11 anos. "Foi graça a intervenção dele que conseguimos travar a usurpação do Lar do Patriota", reconheceu. De recordar que o problema envolvendo o "Lar do Patriota" e os camponeses da associação Ana Ndengue (que tinha, no princípio, em sua posse um espaço de 1614 hectares, legalizado e com o direito a superfície pago na totalidade) arrasta-se já desde alguns anos, como acima anunciamos. A fonte explica que no princípio, este grupo solicitou a intervenção do secretário-geral do MPLA, Dino Matross, no assunto como mediano entre as partes beligerantes, tendo até baixado orientações aos comités daquele partido e a entidades das administrações municipais que circundam as terras em causa. No entanto, enquanto os camponeses aguardavam por um desfecho favorável, de Dino

Matross, os mesmos dizem ter ficado decepcionados quando tomaram conhecimento de que este se tinha passado para o lado do latifundiário, general Dinguanza, que o havia ofertado uma residência no referido complexo, sendo uma das melhores ali existentes. Desguarnecidos e sem protecção e, tendo em conta a que muitos desses camponeses, uns são sobreviventes e outras, viúvas de percididos dos acontecimentos que marcam o 27 de Maio de 1977, deram a conhecer o que se passava à direcção da Fundação 27 de Maio, concretamente, aos generais Silva S. Mateus (este fora detido durante três meses na DPIC à mando do general Dinguanza) e José A. Fragoso, que deveriam ajudar na resolução do assunto. Em tempo oportuno, as duas personalidades haviam se deslocado ao Lar do Patriota, tendo sido recebidos pelo general Dinguanza, no seu gabinete com quem abordaram toda a problemática que envolve as partes, tendo chegado as seguintes conclusões: - Dava-se por terminado ou rescindido os acordos firmados entre as partes, por incumprimento da direcção do Lar Patriota que consistiam na atribuição de uma residência e ou indemnização a cada camponês detentora de parcela de terra; - A direcção do Lar Patriota devia se manter nos limites de terras que ocupava até aquele momento, e que não podia avançar nem mais um metro, nas terras dos camponeses. - Os camponeses, podiam e eram livres de firmar acordos com quem quer que fosse, desde que satisfizesse as suas vontades. Esse entendimento perdurou desde Novembro de 2010 até em Janeiro de 2012, quando o general Dinguanza sob forte aparato de supostos militares das FAA e polícia, mandou máquinas para terraplanagem nas áreas dos camponeses, iniciando assim, uma nova invasão.

7.14 Litígio de espaços envolve vizinhos

Angolense

23 De Fevereiro de 2013

Em litígio, motivado por um espaço de terra, no distrito urbano da Ingombota, junto à escola Alda Lara, em Luanda, opõe dois vizinhos, nomeadamente António Catembo, director provincial da Fiscalização, e António Pereira, funcionário da Sociedade Mineira de Catoca.

Em declarações ao Semanário Angolense, um dos contendores, António Pereira, colocado no departamento de aprovisionamento de logística, morador da Ingombota, junto à escola Alda Lara, explicou que o conflito começou quando cada um começou a fazer a respectiva obra, numa altura em que habitavam o mesmo edifício.

Então, o prédio tinha adjacente um espaço, que dividiram equitativamente, mas que agora é o mote da desavença. Transcorrido algum tempo, cada um decidiu fazer obras à respectiva residência. «Eu tenho um projeto com todos os documentos, aprovados pelo governo provincial, que me autoriza a fazer um pequeno estabelecimento comercial, virado para o Alda Lara, onde não havia naquela altura nenhum projeto», salientou António Pereira.

Acrescentou que ficou bastante surpreso quando o governador da província autorizou António Catembo a executar uma obra tão «grande num espaço como aquele, ocupando a faixa principal e me deixando sem acesso, não res- peitando nada nem ninguém.»

Ainda de acordo com a nossa fonte, diante dessa situação, contactou a administração da Ingombota, onde lhe foi dito que o director Catembo não tinha autorização para construir e que o fez à revelia. António Pereira possui um terraço em que pretendia construir uma zona de lazer, um jango, de paus e capim, dentro da mesma licença que lhe fora cedida na altura da obra no rés-do-chão.

Na segunda-feira, 18, por volta das 16 horas, António Pereira recebeu uma notificação, da Fiscalização, pedindo a sua comparência para tratar do assunto relacionado com o Jango, mas, posto lá, não estava qualquer fiscal para atendê-lo. Horas depois recebeu um telefonema de sua esposa, informando-lhe que trinta agentes da Fiscalização para, a mando do director Catembo, demolir o jango, sem que fossem cumpridos os trâmites necessários, como, por exemplo, aplicação de uma multa ou uma explicação.

«Como é possível, em menos de vinte minutos, esses indivíduos invadem o meu espaço, usando de prepotência? Esse assunto irá parar a tribunal», advertiu o logístico. Contactado pelo Semanário Angolense, o director provincial da Fiscalização, António Catembo, deu a conhecer que, quando pediu aos seus vizinhos para que fizessem um acordo no sentido de que ele tivesse acesso a uma parte de frente que conduz à estrada ou à rua, pelo menos, o assunto estava a ser conduzido de forma pacífica, tendo-se chegado à conclusão que cada uma das partes teria de fazer uma permuta de espaço de um metro.

O sonho do edifício conjunto o responsável do Governo Provincial de Luanda, também tenente general, em comissão de serviço no GPL, afirmou que, Patricia, esposa do funcionário da empresa diamantífera solicitou ao governo provincial que desse continuidade à sua obra, que era de um estabelecimento comercial, mas não teve licença para

erguer um jango, que, caso fosse feito, iria asfixiar o edifício do chefe da fiscalização.

Disse que não agiu como adversário do seu vizinho, mas na condição de director Provincial de Fiscalização, como faria com qualquer cidadão, caso estivesse na mesma condição. «Não há motivo para ela colocar um jango no terraço, pois ela tem um espaço onde albergar uma parte da família, a ideia da construção do jango é simplesmente para causar mais conflitos entre vizinhos e espírito de inveja.

Mesmo assim, é necessário que se faça acompanhar de uma licença», realçou o responsável do GPL, advertindo que, caso contrário, atuará em conformidade com as normas. Antes do início da obra do jango, António Catembo advertiu que tal não se fizesse caso não se apresentasse uma licença, mas, persistentemente, o casal prosseguiu, tendo no dia seguinte, o general Catembo ordenado a demolição do jango, caso não mostrassem o documento.

«Se ela não está autorizada, tudo que nesse momento ela está a fazer é de má-fé», asseverou. António Catembo ainda chegou a sugerir que erguessem um edifício conjunto, de quatro andares, em que uns ficariam na parte de cima e os outros na de baixo tudo, mas na altura, o casal não aceitou a condição, pois apresentava-se como mais poderoso em termos financeiros.

O Administrador acompanha o caso António Pereira e a esposa julgaram que o director não teria capacidade de participar da obra em pé de igualdade, por isso rejeitaram a ideia de acrescentar uns andares em comum. Movido pelo desejo de ter um espaço maior e bonito, o tenente general não ficou por aí e deu individualmente continuidade à sua obra.

Humberto Marcelo, administrador distrital da Ingombota, que acompanhou o caso desde o primeiro acordo, explicou que, na altura em que a esposa de António Pereira deu entrada dos documentos na administração, foi assinado um acordo, pacífico, no sentido de que os dois fizessem uma obra conjunta. Já durante a execução, surgiram outros elementos, que forçaram a Patrícia, esposa de António Pereira, a escrever para o Governo Provincial a fazer re- clamações.

7.15 UNITA quer inquérito sobre demolições no Cacucaco

Agora

23 De Fevereiro de 2013

Centenas de pessoas perderam as suas casas e ficaram ao relento e muitas delas foram posteriormente julgadas e condenadas por ocupação ilegal de terras.

O deputado da UNITA Abílio Kamalata Numa, disse que uma Comissão Parlamentar de Inquérito seria a melhor maneira para resolver o assunto. "Este inquérito é fundamental para este caso para não estarmos aqui no bla bla bla disse.

Kamalata Numa diz estar convencido que os cidadãos angolanos acreditam cada vez menos na justiça praticada no país. "As pessoas deixam de acreditar que de facto estamos num estado democrático e de direito, onde a justiça esteja a ser praticada no âmbito da lei, acrescentou, admitindo que o problema de demolições deve-se ao facto da questão da posse das terras não estar resolvida.

"A política de terras é um problema que tem de ser bem resolvido," defendeu, acrescentando que o problema da posse das terras está na própria Constituição, no seu artigo 15. Se a Constituição tivesse sido aprovada de forma democrática, disse o deputado da UNITA, os angolanos "não deixariam passar a lei que diz que a terra é propriedade do Estado.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 EPAL

Jornal Angolenses
02 De Fevereiro de 2013

No bairro em que mora o autor destas linhas (Nelito Soares), houve festa há cerca de cinco meses, quando, depois de mais de vinte anos de «seca», a Epal conseguiu finalmente fornecer água entubada à circunscrição, na sequência de um projecto de requalificação a cargo dos «manos» chineses. Com isto, os moradores viram os bolsos bem aliviados, já que até então tinham que recorrer aos «roboteiros» para conseguirem o «precioso líquido», comprado em bidões a preços especulativos. Havia gente que chegava a gastar dois mil kwanzas por dia. Porém, a festa já está sendo esbatida por um arreliante «vai e vem», a ponto dos «roboteiros» voltarem a celebrar. Como é então?

8.2 Baixos EPAL

Semanário Angolense
02 De Fevereiro de 2013

No bairro em que mora o autor destas linhas (Nelito Soares), houve festa há cerca de cinco meses, quando, depois de mais de vinte anos de «seca», a Epal conseguiu finalmente fornecer água entubada à circunscrição, na sequência de um projecto de requalificação a cargo dos «manos» chineses. Com isto, os moradores viram os bolsos bem aliviados, já que até então tinham que recorrer aos «roboteiros» para conseguirem o «precioso líquido», comprado em bidões a preços especulativos. Havia gente que chegava a gastar dois mil kwanzas por dia. Porém, a festa já está sendo esbatida por um arreliante «vai e vem», a ponto dos «roboteiros» voltarem a celebrar. Como é então?

8.3 Investimentos mudam a vida da população de Londuimbali

Jornal de Angola
07 De Fevereiro de 2013

O fornecimento de água potável vai beneficiar, este ano, no município de Londuimbali, 92 quilómetros a norte da cidade do Huambo mais de 15 mil novos consumidores, contra os actuais 12 mil. O responsável pelo sector, de Energia e Agua de Londuimbali Feliciano Satolo, disse à Angop que vai ser construída, este ano, uma nova Estação de

Captação e Tratamento de Agua, para melhorar a rede de distribuição domiciliar. Neste momento, disse, o sistema de abastecimento de água ao município é feito através de dez estações de captação, duas por sistema depressão forçada, cinco por gravidade e 27 furos. O aumento de oferta de água no município insere-se no Programa Agua para Todos". O projecto visa redução de doenças provocada pela água não tratada no município de Londuimbali.

8.4 Nova estação de tratamento de água começa a funcionar em Caluquembe

Jornal de Angola
07 De Fevereiro de 2013

A recente entrada em funcionamento do novo centro de captação, tratamento e distribuição de água potável, na sede municipal de Caluquembe, a cerca de 190 quilómetros do Lubango, provocou um aumento considerável de consumidores. O governador João Marcelino Tyipinge inaugurou o sistema, que fornece actualmente água potável a 7.644 pessoas, contra as 3.000 dos anos anteriores. A construção do novo centro de captação de água insere-se no quadro do programa "Agua para Todos" e contou com uma intervenção directa do Ministério da Energia e Águas, disse Ricardo Fernandes, responsável da empresa Mota Engil, empresa encarregue da execução da obra. Ricardo Fernandes referiu que projecto compreende a construção de uma nova captação e distribuição do tipo açude para uma produção estimada em 20 metros cúbicos de água por hora. Ricardo Fernandes acrescentou que foi feita a instalação de 1.200 metros de condutas de adução de interligação para a captação, até à zona do sistema de tratamento e reserva. O projecto, acrescentou, começou em Fevereiro e terminou em Dezembro do ano transacto, com um financiamento de mais de um milhão de dólares. O administrador municipal de Caluquembe, Emílio Tchitacumbi, informou existir um projecto do Ministério da Energia e Aguas que prevê que mais de 25 mil pessoas dos bairros da sede municipal de Caluquembe tenham água potável nos domicílios, até 2025. O mesmo projecto abrange igualmente o sector de energia, existindo actualmente mais de 120 ligações domiciliarias de energia eléctrica, disse o responsável. O défice que ainda existe pode ser colmatado logo que sejam instalados os cinco novos postos de transformação nos bairros já identificados e catalogados, declarou Emílio Tchitacumbi. A população de Caluquembe, que ocupa uma área de 4.200 quilómetros quadrados, está

estimada em 350 mil habitantes, segundo o administrador.

8.5 EPAL

Continente

08 De Fevereiro de 2013

Os cidadãos enquanto contribuintes merecem atenção e informação sobre as anomalias, irregularidades e anormalidades dos serviços públicos.

Há mais de quinze dias que os carros cisternas, que abastecem a maioria dos bairros da capital que não conseguem água nos postos de abastecimento da EPAL, vulgo girafas, e vê-se um corre-corre dos "roboteiros" à procura de água, tendo já o bidon de 20 litros subido para kz 100.00, agora auxiliados também pelos motoqueiros de três rodas, que adaptaram o tanque de 1000 litros vão ajudando um pouco.

Óh EPAL dá-nos uma explicação e melhorem o serviço.

8.6 Partilha aquífero com a Namíbia

A capital

09 De Fevereiro de 2013

Para MacDonald, em alguns locais a reposição de água dos aquíferos está garantida, mas no Saara, onde chove muito pouco, a contribuição pluvial não bastaria para mantê-los. "Na maior parte da África as precipitações não bastam para encher os aquíferos, por isso não seria recomendável extrair mais água do que a que se repõe todo ano com a chuva", argumentou o hidrogeólogo. "Se forem escavados poços com bombas manuais, o risco de que os aquíferos sequem na maioria das áreas mais povoadas da África é baixo, mas se forem perfurados poços para extrair grande quantidade de água para uso em regadios, existe o risco de que se esgotem", advertiu MacDonald.

OS cientistas são cautelosos quanto ao acesso a esses recursos ocultos e sustentam que as perfurações em grande escala talvez não sejam a melhor forma de aumentar abastecimento de água. Segundo Bonso os meios de extração lentos, basicamente poços de

de perfuração superficiais em locais apropriados para provisão rural de água e bombas de mão), podem ser os mais eficientes e "nosso trabalho demonstra que, com prospecção e construção cuidadosas, há água subterrânea suficiente em África para concentrar-se

em perfuração superficial e com isso suprir a demanda".

Na Namíbia, onde as 800 mil pessoas que vivem no norte dependem de um canal pelo qual a água potável chega do outro lado da fronteira com Angola, foi identificado um novo aquífero chamado Ohangwena 11, que flui sob o limite entre os dois países.

"É uma massa de água substancial que, no lado namibiano da fronteira, cobre uma área de aproximadamente 70 por 40 quilómetros", segundo o director do projecto, Martin Quinger, do Instituto Federal Alemão de Geociências e Recursos Naturais (BGR), que trabalha com o país africano para obter um abastecimento hídrico sustentável. Quinger considera que "a quantidade de água armazenada igualar-se-ia a provisão atual durante 400 anos no norte da Namíbia, onde vivem 40% da população nacional, e poderia atuar como uma armazenagem natural para até 15 anos de seca". De acordo com o BGR, a pressão natural que está sobre a água indica que o recurso é fácil e de extração barata, embora seja preciso cumprir uma série de recomendações técnicas, já que está debaixo de outro aquífero salgado menor, que poderia contaminá-la.

"Se a água passou 10 mil anos debaixo da terra, significa que foi recarregada numa época em que a poluição ambiental ainda não era um problema, de modo que, em média, pode ser muito melhor para beber que a água que se filtra em ciclos de meses ou anos", assinalou Quinger.

O estudo do BGS sobre as bacias subterrâneas de água lembra que em África a demanda de água "está destinada a crescer consideravelmente nas próximas décadas devido ao crescimento demográfico e à necessidade de irrigação para a plantação".

A encruzilhada em que o continente está reflete-se, porém, em dois dados: segundo a organização Perspectivas Económicas em África (AEO), a economia africana poderia crescer 4,5% em 2012 e 4,8% em 2013, mas segundo outro relatório divulgado em Doha na Cúpula da ONU de Mudança climática, "a disponibilidade de água nos países do norte da África será reduzida à metade em 2050 devido ao aumento de população".

8.7 Um mar de água doce no subsolo Africano

A capital

09 De Fevereiro de 2013

Estima-se que mais de 300 milhões de pessoas em África não tenham acesso à água potável e a demanda deve aumentar consideravelmente nas próximas décadas, devido ao crescimento populacional e à necessidade de irrigação para plantações. Actualmente, apenas 5% das terras cultiváveis africanas são irrigadas.

No entanto, um grupo de pesquisadores coordenados pelo hidrogeólogo Alan MacDonald, do Serviço Geológico Britânico, (BGS, na sigla em inglês), publicado na revista científica "Environmental Research Letters", sob as areias e terras africanas, calcula que jazem sob o Continente mais de 500 mil quilómetros cúbicos de água.

Os especialistas do BGS, juntamente com pesquisadores da Universidade College London (UCL) mapearam detalhadamente a quantidade e o rendimento potencial deste recurso subterrâneo em todo o Continente africano, tendo, da análise dos mapas hidrogeológicos atuais dos governos nacionais e de 283 estudos dos aquíferos, deduzido que vários países atualmente com escassez hidráulica têm uma reserva considerável de água subterrânea.

Segundo a hidrogeóloga Helen Bonsor, da BGS e uma das autoras do estudo, "o maior armazenamento de água subterrânea encontra-se no norte de África, nas grandes bacias sedimentares da Líbia, Argélia e Chade. A quantidade de armazenamento nessas bacias é equivalente a uma espessura de 75 metros de água, que é uma quantidade enorme", frisou.

Para além disso, os hidrogeólogos britânicos detectaram a presença de grandes reservas no litoral da Mauritânia, do Senegal, da Gâmbia e parte da Guiné-Bissau, assim como no Congo e na zona limítrofe entre Zâmbia, Angola, Namíbia e Botswana. De acordo com o BGS, os aquíferos africanos encheram-se de água, pela última vez, há mais de cinco mil anos e, através dos séculos, se estenderam pela vasta área do deserto do Saara.

Nessa época, o Saara era um enorme pomar, com lagos e vegetação de savana, mas se transformou no maior deserto cáldo do planeta há dois mil e 700 anos após um lento processo de desertificação. Diz o estudo que se estes recursos hídricos, (equivalentes a 100 vezes a quantidade superficial de todo o Continente), fossem aproveitados racionalmente, aliviar-se-ia um dos grandes problemas da África,

onde, habitualmente a falta água para 40 % da população. Em 2011 houve a pior seca em 60 anos.

Um relatório das Nações Unidas adianta, por sua vez, que a escassez de chuvas afetou neste ano mais de 10 milhões de pessoas no como da África, (África oriental), causando uma grave crise alimentícia e o aumento dos índices de desnutrição em grandes áreas da Somália, Etiópia, Djibuti e Quênia.

Além das mortes a que a cada ano se assiste aos milhares no continente devido a mazelas relacionadas com a falta de água potável, de higiene e saneamentos adequados, a seca e a sede nas zonas rurais e urbanas têm um impacto devastador na vida da população, especialmente a feminina.

Em muitas regiões, os africanos precisam de andar a pé vários quilómetros por dia carregando potes e garrafas de plástico para buscar água e, caso bebam o líquido sem fervê-lo, adoecem. Devido a essa tarefa, muitas meninas não podem ir à escola e muitas mulheres não podem ter actividades que lhes garantiriam renda ou ficar mais tempo com os filhos. Segundo organizadores da década internacional para a acção "A água, fonte de vida", 2005-2015', a falta de acesso à água limpa significa várias horas desperdiçadas por dia em sua busca e, estimasse que se percam 443 milhões de dias lectivos, especialmente nas meninas, já que em muitos países subsaarianos as mulheres se encarregam do abastecimento, diz o relatório.

A opinião de Alan MacDonald, as grandes bolsas do líquido descobertas no subsolo "poderiam aliviar a situação de mais de 300 milhões de africanos que não têm água potável e melhorar a produtividade dos cultivos". De acordo com o BGS, em muitas regiões áridas e semiáridas da África é possível extrair água para abastecer o povo mediante poços artesanais, salvo em alguns países do norte como a Líbia, onde os aquíferos jazem a partir dos 250 metros, e faria falta empregar uma infra-estrutura mais cara e complexa.

"Em áreas onde os aquíferos estão a menos de 20 metros de profundidade, se podem construir poços equipados com bombas de mão situadas nas partes mais produtivas do aquífero. Em África há qualificados hidrogeólogos que podem supervisionar o processo", explicou o doutor MacDonald.

Entretanto, há um senão. A extração do líquido, tem seus riscos. Grande parte das reservas são "águas fósseis" que estão lá há muito tempo e, se forem extraídas, talvez não voltem a encher de novo. E mais. A água subterrânea mantém a humidade da terra sobre ela e está relacionada a lagos, rios,

pântanos e pantanais. Se for retirada de forma impensada, os terrenos superficiais podem secar, segundo os especialistas de Ecologistas em Acção.

Para MacDonald, em alguns locais a reposição de água dos aquíferos está garantida, mas no Saara, onde chove muito pouco, a contribuição pluvial não bastaria para mantê-los. "Na maior parte da África as precipitações não bastam para encher os aquíferos, por isso não seria recomendável extrair mais água do que a que se repõe todo ano com a chuva", argumentou o hidrogeólogo.

"Se forem escavados poços com bombas manuais, o risco de que os aquíferos sequem na maioria das áreas mais povoadas da África é baixo, mas se forem perfurados poços para extrair grande quantidade de água para uso em regadios, existe o risco de que se esgotem", advertiu MacDonald.

Os cientistas são cautelosos quanto ao acesso a esses recursos ocultos e sustentam que as perfurações em grande escala talvez não sejam a melhor forma de aumentar abastecimento de água. Segundo Bonso os meios de extração lentos, (basicamente poços de perfuração superficiais em locais apropriados para provisão rural de água e bombas de mão), podem ser os mais eficientes e "nosso trabalho demonstra que, com prospeção e construção cuidadosas, há água subterrânea suficiente em África para concentrar-se em perfuração superficial e com isso suprir a demanda".

Na Namíbia, onde as 800 mil pessoas que vivem no norte dependem de um canal pelo qual a água potável chega do outro lado da fronteira com Angola, foi identificado um novo aquífero chamado Ohangwena, que flui sob o limite entre os dois países.

"É uma massa de água substancial que, no lado namibiano da fronteira, cobre uma área de aproximadamente 70 por 40 quilómetros", segundo o director do projecto, Martin Quinger, do Instituto Federal Alemão de Geo-ciências e Recursos Naturais (BGR), que trabalha com o país africano para obter um abastecimento hídrico sustentável. Quinger considera que "a quantidade de água armazenada igualar-se-ia a provisão atual durante 400 anos no norte da Namíbia, onde vivem 40% da população nacional, e poderia atuar como uma armazém natural para até 15 anos de seca".

De acordo com o BGR, a pressão natural que está sobre a água indica que o recurso é fácil e de extracção barata, embora seja preciso cumprir uma série de recomendações técnicas, já que está debaixo de outro aquífero salgado menor, que poderia contaminá-la.

"Se a água as 10 mil anos debaixo da terra, significa que foi recarregada numa época em que a poluição ambiental ainda não era um problema, de modo que, em média, pode ser muito melhor para beber que a água que se filtra em ciclos de meses ou anos", assinalou Quinger.

O estudo do BGS sobre as bacias subterrâneas de água lembra que em África a demanda de água "está destinada a crescer consideravelmente nas próximas décadas devido ao crescimento demográfico e à necessidade de irrigação para a plantação".

A encruzilhada em que o continente está reflete-se, porém, em dois dados: segundo a organização Perspectivas

Económicas em África (AEO), a economia africana poderia crescer 4,5% em 2012 e 4,8% em 2013, mas segundo outro relatório divulgado em Doha na Cúpula da ONU de Mudança climática, "a disponibilidade de água nos países do norte da África será reduzida à metade em 2050 devido ao aumento de população".

8.8 Situação energética é cada vez pior

Semanário Factual

De 09 a 16 de Fevereiro de 2013

Desde a criação das centralidades dos Zangos, em 2009, a energia eléctrica distribuída vem, a cada dia que passa, piorando, sem que as autoridades da EDEL decidam romper o silêncio e explicar aos moradores o porquê de tantas falhas.

Anteriormente, a energia fornecida aos Zangos provinha da barragem do Kikuxi, em Viana, e eram raras as queixas sobre a sua falha, dado que era permanente e bem luminosa, agradando, sobremaneira, os habitantes.

Depois, passou-se a receber energia de uma central eléctrica (grupo de geradores) que não foi capaz de solucionar, de uma vez por todas, as questões relativas à luz.

Agora, depois de mais de duas semanas sem energia, eis que os moradores tomaram conhecimento que a energia fornecida já não era dos geradores, mas, sim, da rede da EDEL, o que levantou o ânimo dos habitantes, porém, como tudo que é bom dura pouco, os Zangos vêem-se outra vez sem luz, sendo a escuridão nocturna combatida por geradores, quais cigarras com cantos arreliantes.

É certo que, em 2012, foi anunciado que, a partir de 2013, os Zangos veriam a energia eléctrica melhorada, logo nos primeiros meses do ano. Se assim for, os moradores insistem que a EDEL forneça informações, porque se aguarda, ansiosamente, pelo arranque da nova subestação de energia, sita no Zango 4.

8.9 A maka da Agua

Folha 8

23 De Fevereiro de 2013

Não vejo água nas torneiras da minha casa, aqui no Nova Vida, há quase mês e meio. Dizem que saiu um pouquinho no sábado, mas ficou pelo r/c e 1º andar. Cá no 2Q andar não vimos nadinha de nada. Haja incompetência!» disse a Dona Engrácia, desanimada até não poder mais distinguir competência com o seu contrário. Pois seria bom que ela soubesse que é uma sortuda, pois na sua ova vida tem casas onde não há água há quase um ano! a Corimba então é uma festa, o tempo de não haver água conta-se em anos. Um colega nosso da Redacção que para lá foi em dois mil e quatro nunca viu gota d'água nas suas torneiras, excepto em 2008 e 2012, durante as respectivas campanhas eleitorais, e durante as festas d fim de ano, uma gotinha, pouco mais. Bom, também é verdade que água correu na Corimba quando general Kopelipa se instalou numa magnífica residência de frente para a praia. Durou a delicadeza do gesto em honra desse multar um mês, ou nem isso, depois lentamente o precioso líquido voltou a desaparecer. Actualmente, nem gota desde o fim de ano, A bacia de 20 litro de água, que custava 20 kwanzas, depois cinquenta, hoje está ser vendida a 150. Produzir para distribuir melhor, prometeu JES? Distribuir o quê! Só se for ar, água, não!

8.10 Cabinda prepara intervenção no sector das águas

Jornal de Angola

26 De Fevereiro de 2013

Com enormes investimentos já feitos em projectos de melhoria do abastecimento e de tratamento de água e de abertura de furos artesianos, quer no âmbito do programa "Água para todos" como de investimento público em quase todas as sedes municipais, incluindo algumas aldeias, a rondarem milhares de kwanzas, o sector revela-se incapaz de poder garantir um abastecimento regular do produto à população, ou pelo menos por três horas ininterruptas em cada período. A zona urbana, ou seja o centro da cidade, tem sido a mais privilegiada, com o abastecimento de

água a ser feito duas vezes por dia (manhã e tarde). Nos bairros periféricos, como Primeiro de Maio, Uneca, Luvassa Sul e Norte, Cabassango, Comandante Gika, a água está ausente há mais de três meses. A alternativa para as populações que habitam nessas localidades tem sido o recurso às cacimbas e cisternas, no caso de indivíduos com maior capacidade financeira. Por uma cisterna com capacidade de 12 mil litros de água, o motorista cobra 10 mil kwanzas. A pouca produção de água que se regista nos dois principais sistemas de tratamento de água, nomeadamente ETA 1 e 2, situados no bairro Lucola e por detrás do hospital central de Cabinda, resulta do envelhecimento e avarias sucessivas das electrobombas e de outros componentes técnicos. Alguns desses equipamentos, imprescindíveis para a captação e bombeamento de água para os reservatórios, datam de há décadas e clamam por uma substituição completa. A agravar o quadro está, por outro lado, o estado obsoleto da maior parte da rede de distribuição, constituída à base de tubagem galvanizada, ao invés de plástico (PVC), que com o tempo foi-se corroendo e acumulando no seu interior resíduos como lama e ferrugem que dificultam o curso normal da água. Nos bairros suburbanos o negócio da venda de água prolifera e é aqui onde as pessoas mais se queixam. Maria Claudina, de 37 anos, moradora há mais de 10 anos no bairro Cabassango, arredores da cidade de Cabinda, disse à reportagem do Jornal de Angola que na zona onde vive não existe água canalizada. A alternativa é a água da cacimba, que precisa de ser tratada para poder ser consumida. Acrescenta contudo que não é fácil encontrar cacimbas, uma vez que o bairro encontra-se localizado numa área montanhosa e as poucas existentes possuem uma profundidade de 20 metros e situam-se na zona baixa. Maria Claudina disse ainda que como a maioria dos habitantes da área não tem a possibilidade de ter cacimbas, a água é vendida a preço especulativo e oscila entre 50 a 100 kwanzas o bidão de 25 litros. Imaculada Barros, moradora no bairro Primeiro de Maio, considerou o problema da falta de água potável que aquela localidade regista desde Novembro como grave, porque além de causar transtornos na vida doméstica, contribui para a degradação da saúde humana em virtude da população consumir água de cacimbas e de cisternas. Situação crítica o quadro de funcionalidade do sector das águas foi descrito como sendo "crítico" pelo seu responsável máximo, Filipe Barros, em virtude de os actuais níveis de produção não poderem satisfazer a demanda em função do crescimento demo gráfico da população. O secretário provincial de Energia e Aguas em exercício afirmou que os dois principais sistemas de tratamento de água, nomeadamente a ETA número 1 e 2, com mais de dez e cinquenta anos de existência, respectivamente, que garantem o

abastecimento do produto à cidade de Cabinda e arredores, continuam com a sua capacidade de produção global inalterável. Porém, sublinhou, os cerca de 420 metros cúbicos por hora já não permitem uma distribuição regular e abrangente. Para Filipe Barros, todos os projectos feitos até a data presente no sector foram no sentido de repor os níveis de produção de água perdidos nos dois respectivos sistemas. "A nossa produção é insuficiente. Para abasteceremos algumas zonas da cidade temos que fazer muitas manobras nos reservatórios, porque a entrada é inferior e a saída é maior", disse Filipe Barros, para quem na projecção e construção de qualquer tipo de projecto ligado à água é imprescindível ter em conta a evolução demográfica da população. O responsável deu a conhecer que desde 1996, altura em que foi construída a ETA número 2, com capacidade de 300 metros cúbicos de água por hora, os investimentos feitos no empreendimento basearam-se apenas na sua reabilitação "depois de se ter registado uma degradação de equipamentos por falta de manutenção, o que provocou a baixa de produção para 120 metros cúbicos por hora". Para inverter o actual quadro desolador Filipe Barros revelou estar desinfectá-la, recorrendo para o efeito à instituição para as devidas instruções. Boas perspectivas A governadora provincial de Cabinda, Aldina da Lomba, está ciente das dificuldades por que passa a população que habita a cidade e nos bairros periféricos para obter água quer para o consumo como para outras actividades domésticas. A governante que se mostrou bastante preocupada com o actual quadro de produção e de distribuição de água na cidade de Cabinda, manifestou entretanto optimismo pelo trabalho que está a ser desenvolvido com vista a mudar a actual situação. Deu a conhecer que as obras vão abranger a substituição de toda a rede de distribuição (tubagem) por uma outra de maior dimensão para aumentar a capacidade de abastecimento e de distribuição. Apontou como solução alternativa o início para breve das obras de ampliação da Estação de Tratamento da Água número 2 e consequente transferência do processo de tratamento da água da ETA 1 para a ETA2. "Os dados estatísticos mostram-nos que só cerca de trinta por cento da população beneficia de água potável", disse Aldina da Lomba, para quem a província de Cabinda está classificada como sendo uma das zonas "precárias em termos de abastecimento de água". A par das obras atrás referidas, a governadora disse, também, que se vai melhorar o quadro de abastecimento de água às populações da cidade de Cabinda e que o Executivo está a trabalhar no desenvolvimento de um estudo de um sistema de água para Cabinda a ser implementado a partir de 2014. "Pensamos que com a conclusão desse projecto

os problemas de água para Cabinda vão estar resolvidos, uma vez que prevê-se a construção de uma nova ETA na localidade de Sassa-Zau, que será abastecida pela bacia hidrográfica de Chiloanga, para aumentar os níveis de produção", frisou. A governadora não avançou o custo do projecto, mais foi clara em referir que a intenção do Executivo e do governo da província é de que até 2017 a população de Cabinda beneficie de água potável.

prevista, no âmbito do programa de investimentos públicos para 2013, a realização de trabalhos de optimização da ETA número 2 para elevar a sua produção de 300 metros cúbicos por hora para 700 metros cúbicos. Trabalho idêntico ocorrerá em simultâneo na estação de tratamento da Fortaleza Sul da cidade de Cabinda, que passa a produzir 100 metros cúbicos por hora ao invés dos 45 metros cúbicos actuais.

Para Filipe Barros, só com a conclusão dos dois projectos, prevista para Novembro deste ano, "os problemas de abastecimento de água à cidade de Cabinda e arredores serão minimamente resolvidos".

Enquanto o sector ror incapaz de produzir e abastecer água com regularidade às populações, Filipe Barros aconselha sobretudo-as pessoas que fazem o consumo de água proveniente de cacimbas .

8.11 Continente pré-histórico encontrado sob o Indico

Jornal de Angola

26 De Fevereiro de 2013

Um "micro continente" pré-histórico, "escondido debaixo de uma camada de lava", foi identificado a milhares de metros de profundidade no Oceano Indico, perto das Ilhas Maurícias e Reunião? revela um estudo publicado na revista científica "Nature Geoscience". Este fragmento de continente, a que deram o nome de Mauritia, desprende-se há cerca de 60 milhões de anos de Madagáscar na altura empregue esta grande ilha se afastava da Índia. A formação dos continentes, refere a revista, "é associada a colunas eruptivas, com a subida de rochas extremamente quentes oriundas do manto terrestre". O calor era tanto, sublinha, que partiu em duas a placa tectónica. A parte oriental de Gondwana, um super continente" surgido há 600 milhões de anos, começou a ser partida no período jurássico. A seguir ocorreram outros desprendimentos que deram lugar a Madagáscar, Índia, Austrália e Antárctida, mas "alguns pedaços dessas massas continentais podem ter-se perdido durante o deslocamento, como as Ilhas Seychelles", consideradas por cientistas "uma

curiosidade geológica". "Conseguimos mostrar que fragmentos de continentes continuaram a deslocar-se em cima da coluna eruptiva da Ilha Reunião".

8.12 Combate à cólera passa pela melhoria da distribuição de água às populações

Jornal de Angola

27 De Fevereiro de 2013

Em declarações à Angop, no quadro da reunião semanal da Comissão de Controlo da Cólera, o ministro da Saúde afirmou que enquanto a água distribuída à população for insuficiente e houver amontoados de lixo nas comunidades, não se consegue eliminar a cólera. A título de exemplo, apontou que há quatro anos o Executivo adquiriu 500 cisternas para a distribuição de água nas comunidades mais carenciadas e ordenou a construção de chafarizes, quando uma epidemia assolava o país.

José Van-Dúnem acrescentou que o programa de construção de chafarizes não teve o sucesso pretendido, porque não foram construídos em número suficiente, mas as cisternas foram plenamente utilizadas e conseguiu-se, naquela altura, conter a propagação da cólera. "Daí em diante, a população deixou de receber água potável suficiente, o que leva a recorrer a lugares cujo líquido não apresenta boa qualidade para o consumo", frisou.

A província de Luanda, que neste momento debate-se com um surto de cólera, que assola particularmente o bairro Zango, no município de Viana, está a receber um abastecimento que ronda os 50 por cento, o que obriga a população ao uso de água bruta ou retirada em lugares pouco recomendáveis. "Os problemas estão bem identificados. O que se precisa é que as coisas sejam bem cuidadas", disse, referindo-se à situação que se vive em Luanda, Malange e Cunene.

José Van-Dúnem lembrou que a província do Cunene alterna períodos de seca e de muita chuva, estando propensa à cólera. O ministro da Saúde sublinhou, na ocasião que a instituição que dirige tem vários técnicos nas comunidades, que distribuem soro e realizam campanhas preventivas.

"As mortes por cólera diminuíram, mas ainda há muito a fazer, pois Angola continua a liderar a lista de países da região", disse o ministro, apelando à união de esforços para o combate da doença. Entre 31 de Dezembro de 2012 e 24 de Fevereiro deste ano

foram notificados em todo país 610 casos de cólera, com oito óbitos.

A província do Uíge, com 286 casos, teve a taxa mais alta, seguindo-se o Cunene com 209. A cólera é uma doença provocada por falta de higiene e saneamento básico e é frequente nesta época do ano.

8.13 Programa beneficia milhares de pessoas

Jornal de Angola

27 De Fevereiro de 2013

Ruben Ngunbane, responsável pela comunicação da ONG Oxfam para o centro e sul de África, disse ao Jornal de Angola que o projecto, começado em Março de 2011 e com o término previsto para o segundo semestre de 2014, conta com o financiamento da União Europeia e está orçado em 2,4 milhões de euros. Do projecto, acrescentou o responsável, constam igualmente a colocação de 106 furos de água e latrinas em algumas localidades dessas quatro províncias.

O projecto prevê igualmente a realização de ações de capacitação às populações das comunidades beneficiadas, que vão ter a oportunidade de aprender sobre diferentes práticas e formas de desenvolvimento, bem como a promoção de valores comunitários. Ruben Ngunbane disse ainda que o projecto conta com a colaboração de vários parceiros sociais, no âmbito do programa de combate à pobreza, implementado pelo Executivo.

Como forma de se promover maior preservação e gestão dos recursos hídricos existentes no país, as comunidades recebem um suporte formativo e informativo sobre a gestão da água potável, adicionado a noções básicas sobre práticas de higiene, melhoria do saneamento do meio e atitudes práticas de preservação do ambiente", sublinhou.

Ruben Ngunbane informou que a equipa de executores do projecto nas comunidades das quatro províncias onde decorre a sua aplicação envolve especialistas de diferentes sectores sociais e técnicos da empresa de água e saneamento, especialistas em matéria de saneamento, técnicos da saúde e ativistas sociais. Esta acção de impacto social, disse Ruben Ngunbane, contribui para o aumento da melhoria das condições sociais básicas da população angolana, um dos grandes objectivos do Executivo.

8.14 Quadros técnicos do sector das águas participam em uma acção de formação

Jornal de Angola

27 De Fevereiro de 2013

Um grupo de 23 técnicos das Direções Provinciais da Energia e Aguas do Kuando-Kubango, Huíla, Namibe e Cunene frequentam até sexta-feira, em Menongue, uma acção de formação de novas técnicas de operação do sistema de tratamento de água.

A acção de formação, que começou na segunda-feira, é promovida pela União Europeia em colaboração com Assistência Técnica da Direção Nacional de Abastecimento de Agua.

O vice-governador para o sector económico referiu na sessão de abertura a importância da iniciativa por dotar os técnicos de novos conhecimentos e criar uma dinâmica que permite responder aos objectivos do Executivo Angolano de dotar cada vez mais pessoas com água de qualidade.

Ernesto Kiteculo afirmou que "o aumento crescente da procura da água é impulsionado pelo desenvolvimento socio económico", mas que, "em contradição, há uma oferta limitada".

O governador disse, também, que a água "está acabar no mundo", o que "vai originar grandes conflitos" nos próximos tempos" e que "o continente Africano não foge a essa realidade". Por isso; salientou, é preciso preservar a água porque a sua escassez não está somente na quantidade, mas na qualidade.

O vice-governador para o sector económico referiu que o aumento da poluição tem encarecido os custos da captação, armazenamento, tratamento e distribuição de água potável, principalmente nas zonas rurais. O chefe ,de departamento provincial das Aguas, Rodrigues Bongue, afirmou que cerca de 50 mil habitantes da província do Kuando-Kubango já consomem água potável, mas considerou que o número ainda está muito aquém dos objectivos do Executivo.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 A economia cresce e a delinquência se desenvolve

Continente

01 De Fevereiro de 2013

Que loucura. Temos constatado diariamente o crescimento económico de Angola, onde os passos que se dão para a explicação deste crescimento não encontro. Muitas vezes, as pessoas se debatem para conseguirem o pouco para alimentarem seus ente queridos, zungando pelas ruas de Luanda ou de várias cidades de Angola pregando seu negócio.

Ma isso para mim não constitui o vilão da cena. O que dá o frio desesperado na barriga é viver uma pobreza em cima de discursos de crescimentos económicos que não oferece uma estabilidade ao cidadão. Logo, pode-se caracterizar esta pobreza como sendo POBRE- ZA RELATIVA, onde, segundo os sociólogos, relacionam a pobreza ao padrão de vida geral das sociedades.

Em Angola, vivemos semelhante situação onde os padrões de vida dos angolanos são díspares. Poucos com muito e muitos sem nada. Nesse vai e vem das coisas económicas, sofrimento atrás de sofrimento, o povo angolano paga todos os pecados porque a delinquência vai tomando seus espaços assaltando e matando pessoas inocentes.

Digo que a delinquência se desenvolve porque os meliantes usam métodos sofisticados para realizarem seus in- tentos. Buscam formatar seus planos de desenvolvimento, tentando reerguer a delinquência ou as suas táticas de assaltos, tendo como prioridade total e absoluta o melhoramento dos assaltos e de ceifar mais vidas dos angolanos.

Por isso meus amigos, o futuro projecto destes incógnitos vai se basear num programa de desestabilidade. Vivemos de benefícios suplementares, que naturalmente pode-se caracterizar como alguém que vive na pobreza. A delinquência em Angola cresce mais em relação aos outros países do mundo.

A falta de programas sérios que visam valorizar mais a juventude faz que estes ficam entregues a própria sorte e naturalmente o caminho rápido e fácil é a delinquência. O Sistema de governo que nos assiste se dirige quase sempre contra certas pessoas que nas

suas avaliações queiram se manifestar, raramente contra certas condutas.

Uma parcela de privilegiados possui a capacidade de impor ao sistema uma quase que total impunidade das próprias condutas criminosas. Os pobres são constantemente atingidos pelas agências de repressão não porque delinquem mais, mas porque têm maiores chances de serem delinquentes.

Por esta razão, antes de falar-se em delinquência, devemos tentar compreender o processo de delinquência preconizado pelo sistema de governação. Ver-se-á, que o desvio e a temperança de conflitos são uma qualidade intrínseca da conduta, mas uma qualidade atribuída a determinados sujeitos através de complexos processos de seleção.

E todo esse aparato já pode ser diagnosticado a partir da produção da norma penal, que não raras vezes vem ao mundo jurídico objetivando atingir determinados grupos de pessoas, notadamente àqueles pertencentes aos mais baixos extratos sociais, conservando assim, a reprodução das desigualdades sociais intrínsecas ao próprio sistema.

No início do século passado, o filósofo Max Scheler, ao tratar da hierarquia dos valores, já previa uma preponderância do capital sobre o social, política que descara da esfera humana: A mais profunda da hierarquia valorativa que a moral moderna carrega consigo é, porém, a subordinação que vai se insinuando cada vez mais, dos valores vitais aos valores de utilidade.

E alistam uma leitura contemporânea, a utilidade a que se refere o autor certamente está relacionada aos valores de propriedade. Vários parceiros sociais debruçaram-se sobre a delinquência em Angola. As piores reivindicações estavam e estão na base da superestrutura e sobretudo a falta de oportunidades preenchida de responsabilidades sociais.

Um professor, um candongueiro ou candongueira, um roboteiro, um serralheiro, o médico, militar, o polícia, o sapateiro, o motorista, enfim, são agentes da mudança. Neste contexto, a existência de muitos delinquentes está na base, não só da falta de oportunidades de empregos, mas também de ensino. Continuam se esquecendo que o ser humano tem necessidades, preferências, caprichos e outros atributos que podem dignificar seu ego. Precisamos de olhar no presente para prepararmos melhor o futuro com maior segurança e desafios de desenvolvimento.

Não basta simplesmente crescermos economicamente, e estarmos a sofrer com diversas penúrias impostas pela má governação de sistema arcaico, truculento, opressor e outros adjectivos que os merece. Precisamos crescer com melhores métodos de segurança, distribuindo melhor as nossas riquezas e aplicarmos medidas que poderão frenar estes males que preocupa toda a sociedade luandense quiçá angolana.

9.2 Vale mais o lucro que a segurança?

Semanário Angolense
02 De Fevereiro de 2013

A falta de medidas de prevenção em alguns eventos realizados na cidade de Luanda, principalmente, nas casas nocturnas, faz com que as mesmas sejam consideradas como locais vulneráveis. Os responsáveis de tais estabelecimentos comerciais dificilmente procuram os Serviços de Protecção para salvaguardar as vidas das pessoas que frequentam tais espaços de divertimento. De acordo com o porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), Faustino Sebastião, as casas nocturnas normalmente são as que menos solicitam QS serviços dos bombeiros; preocupam-se apenas em realizar as festas e se esquecem de que são elas que devem procurar os serviços de protecção e não os bombeiros ir atrás dessas casas. Em Angola, segundo o mesmo responsável, nunca foi registado nenhum tipo de incêndio em lugares de grande aglomeração de pessoas, como shows, cultos e missas de igrejas. Mas já houve incêndios de grande proporção em outros locais. E cita como exemplo o incêndio que ocorreu há anos no município do Kilamba Kiaxi, em Luanda, e que provocou oito mortos e um ferido grave, todos membros da mesma família. O incêndio, tinha começado as cinco da manhã e demorou cerca de duas hora até ser apagado pelos bombeiros. As causas deste incêndio, que destruiu completamente uma residência localizada no Bairro do Golfe, nunca foram apuradas, mas, segundo o porta-voz dos Bombeiros de Luanda, a fatalidade terá resultado de um crime de fogo posto provocada por assaltantes que pretendiam roubar a casa. Outro incidente também de grande proporção foi o incêndio da Alimenta Angola Cash and Carry, em 2005, em Viana. Cerca de 120 bombeiros apoiados por 12 viaturas de várias unidades de Luanda estiveram envolvidos na extinção do referido incêndio. Faustino Sebastião disse que o incidente não tinha causado vítimas humanas, mas destruiu a maior parte do empreendimento, cujos prejuízos materiais «foram avultados». Os municípios com maior incidência em

termos de incêndio durante o ano passado foram Viana, Cazenga e Kilamba Kiaxi, Quanto às causas apontou a negligência, devido ao manuseamento não apropriado de fontes luminosas, e os curto-circuitos. Para o porta-voz dos bombeiros, tudo deve-se ao crescimento populacional nesses municípios, assim como ao aumento de infra-estruturas sociais. Faustino Sebastião explicou que o número de casos de incêndio tem vindo a crescer com aumento do número de mortes e de ferimentos graves. O fraco abastecimento de corrente eléctrica na cidade capital também está na base do aumento do índice de incêndios. Faustino Sebastião f declarou que se realizou-se uma campanha porta a porta, um contacto directo com a população, antes e durante o período da quadra festiva, no sentido de essa situação. A tragédia na discoteca de Santa Maria, no Brasil, segundo o porta-voz dos Bombeiros, «deve chamar à atenção dos cidadãos que têm estabelecimentos comerciais ou outros locais de aglomeração de pessoas.

9.3 Polícia devolve tranquilidade ao Panguila

Jornal de Angola
05 De Fevereiro de 2013

Entre os detidos constam quatro elementos considerados "altamente perigosos" pertencentes aos gangs "Ndembua" e "Kika", que praticavam assaltos à mão armada, roubos qualificados e raptos, na Boa Esperança, Cacuaço. Nesta operação foram ainda interpelados e detidos oito estrangeiros, recuperadas oito motorizadas roubadas e apreendidas sete armas de tipo AKM, quatro viaturas, 34 motorizadas apreendidas por infracções ao Código de estrada, cinco mil dólares falsos e electrodomésticos. Adão "Play" disse que a polícia em a localidade do Panguila como ponto onde se refugiam muitos marginais depois de cometerem crimes nos bairros de Luanda. Assegurou que os efectivos da Polícia Nacional vão intensificar as acções operativas de profundidade, particularmente na localidade do Panguila, para que seja uma zona onde a população se sinta tranquila. Durante a semana passada, a Polícia Nacional registou 23 crimes representando um aumento de mais seis casos em relação a igual período anterior. De acordo com uma nota do Comando Provincial do Caxito, dos crimes registados constam 11 contra pessoas, sete contra propriedade e cinco contra ordem e tranqui. Dos delitos, segundo o documento da Polícia Nacional, ocorreram nos municípios do Dande, com 15 casos, Dembos, Ambriz, Nambuanguongo, e Pango Aluquém, com dois casos cada. A nota acrescenta que dos crimes

registados, 19 foram esclarecidos, correspondendo a operatividade na ordem dos 82 porcentos. O documento relata ainda duas mortes e 11 fergraves em consequência de 12 acidentes de viação ocorridos na semana finda na província do Bengo, mais seis casos em relação ao período anterior. Acidentes rodoviários A Polícia que dos acidentes constam cinco atropelamentos, quatro choques entre veículos e motociclos, três colisões entre veículos automóveis. O documento refere ainda que o excesso de velocidade, ultrapassagens irregulares e a falta de precaução por parte dos automobilistas estiveram na origem dos sinistros. Os municípios do Dande, com dez casos, Bula Atumba e Pango Aluquem, com um caso cada, são as circunscrições com maior número de acidentes. No âmbito da regularização operativa do trânsito, foram realizadas sete operações "stop" que resultaram na aplicação de 66 multas.

9.4 Angola: violência gera violência...

Jornal Angolenses

15 De Fevereiro de 2013

Agrilhados a patética vontade pela cega disciplina ou pela obediente aceitação da inexplicável ordem superior; determinada parte de integrantes da Sociedade Angolana, ainda, não quer permitir que o próximo (seu irmão outro familiar - vizinho ou colega de escola) admita a hipótese de se abordar qualquer espécie de assunto que, na realidade, afecta a comunidade. Naretaguada fica um antiquíssimo ou muito velho dito: "quando pequenino melhor se torce o pipino... o mal está na raiz "

A existência do Estado Angolano iniciou conturbada. Desde então, nunca foi registada a viva expressão que comprove a obrigação de sentirmos concretizada a perspectiva de Harmonização Nacional; nunca tendo havido nenhum singelo gesto que facilite o contágio da desejada Boa Fé, entre Angolanos; sem mais, está esbanjada a sensibilidade cívica que permite a vulgarização da Cidadania e a promoção do mérito da Moralidade ...

"Sangrenta Sexta feira cooperante Chinês"

Na parte mais rasteira do kaboko do Estado, vamos sentindo o nauseabundo cheiro da muito avançada podridão. Face a um ocasional apontamento de "factos palpáveis", deparamo-nos com indescritíveis denúncias feitas sem qualquer reacção por parte das entidades que gerem o Nosso Estado. Quando o cidadão - governado reclama o outro compatriota - governante cria um pandemónio para inventar zanga ao ponto de experimentar a busca do

"Não havendo tranquilidade espiritual nem orientação moral; a chance de fomento da violência multiplica-se partindo do seio familiar. Pelo País além, transbordam notícias demais pecaminosas que, entretanto, parece não tocarem a sensibilidade de quantos gerem os Interesses do Estado que somos Todos -Nos"

Domínio... esse não é dos nossos. Assim, é-nos impossível viver como seres racionais. Neste contexto, impossível será o alcance da Harmonia que deve caracterizar o bem estar de qualquer Sociedade normal. Para evitar a politização dessas abordagens e consequentes reflexões cujo intuito é partilhar interesse para, juntos, experimentarmos a busca do melhor relacionamento humano; evitaremos o retrocesso no tempo para não evocar pormenores da chamada "Sangrenta Sexta feira" de 1992 que permitiu a prática da violência contra outros compatriotas inocentes. Para exemplificar, também, não citaremos detalhes do recente caso do maldito "cooperante Chinês" que, com gana de kaçumbular a massa feita kumbú em Dólares, degolou o Muângolê ... não sendo bastante (com o processo em marcha no respectivo Tribunal) o "amigó tchan-tchun" beneficiou do estranho "apoio duma ordem superior" e volatizou-se; caso acabado. Por isso, até hoje, em Benguela sofre-se no íntimo. "Agentes do mal caçadores de homens"

Cada vez mais, é incomensurável a gravidade do sofrimento que domina em Angola. Como agravante, no País, a Justiça ressona... A absoluta maioria dos cidadãos é pobre - paupérrima - mísera; os que não possuem empregos nem conseguem dormir porque, apavorados por infinitas insónias, madrugam para tentar o distanciamento do tipo de "ordem Mobutista":desenrascai-vos ... Não havendo tranquilidade espiritual nem orientação moral; a chance de fomento da violência multiplica-se partindo do seio familiar. Pelo País além, transbordam notícias demais pecaminosas que, entretanto, parece não tocarem a sensibilidade de quantos gerem os Interesses do Estado que somos - Todos - Nós. Mantendo-se tal toada comportamental, resta-nos saber: em quem acreditar? Aliás, graças a capacidade de intervenção dos chamados "Jovens Revolucionários", determinados identificados "agentes do mal" foram registados como "caçadores de homens" que terão sido vítimas de ferozes dentadas de cães comprados com o dinheiro dos Contribuintes Angolanos dentre os quais as próprias vítimas das dentadas caninas. Agora que abrandou a onda de manifestações consentidas pela Constituição da República de Angola; por mal dos pecados, somos "agraciados" por outra espécie de violência.

9.5 Criminalidade aumenta no Cuito

Jornal de Angola
16 De Fevereiro de 2013

A Polícia nacional na província do Bié deteve 101 pessoas acusadas de cometer 125 crimes. A informação foi adivulgada numa nota da corporação enviada ontem ao Jornal de Angola. O documento assinala que ficaram por esclarecer sete crimes, com realce para a tentativa de assalto à mão armada na agência do Banco Sol, na cidade do Cuito, com autor ainda por identificar.

Registaram-se ainda dois homicídios e duas ofensas corporais, causadas por acidente de viação e dois furtos, cujos autores estão a conta com a justiça. Desde a semana passada, a Polícia de Inspeção e Investigação de Atividades Económicas realizou 17 visitas de fiscalização em diversos estabelecimentos comerciais, dos municípios do Cuito e Andulo, onde constatarem dez infrações.

No âmbito do desarmamento da população civil, salienta o documento da Polícia, foram realizadas operações nos municípios do Cuito, Cunhinga, Catabola, Camacupa e Chinguar. Nestas localidades foram apreendidas uma arma de fogo do tipo AKM, dois carregadores, 14 projéteis de morteiro de 82 milímetro, um de 60 mm, um de RPG-7, seis de ZU-23 e 37 munições Mod-43.

Foi também apreendida uma viatura, duas garrafas de gás butano, seis sacos de adubo e destruídas plantas de liamba. A Polícia de Trânsito registou 14 acidentes, que resultaram em três mortes, 15 feridos e danos materiais avaliados em 675 mil kwanzas.

Os acidentes foram causados por capotamentos, despistes, atropelamentos, embates contra obstáculos fixos e choques entre veículos automóveis e veículos de duas rodas. Os municípios do Cuito com nove, Chitembo dois, Cuemba, Cunhinga e Nharea com um cada, são os locais onde ocorreram os acidentes registados neste período.

A falta de prudência, falha nos travões, mau estado das estradas e excesso de velocidade são apontadas como as principais causas dos acidentes rodoviários. Da acção policial resultou ainda a apreensão de 11 viaturas, 26 motocicletas, um velocípede com motor, 10 cartas de condução e quatro títulos de registo de propriedade.

A Polícia alerta aos cidadãos a terem maior prudência e respeito pelo código de estrada.

9.6 Discriminação das mulheres onde?

Jornal Folha 8
16 De Fevereiro de 2013

Angola participou em Genebra (Suíça), na 54ª Sessão do Comité para a eliminação de todas as formas de discriminação a mulher, que decorre até Março. Desconhece-se se a delegação Angolana se fez acompanhar pelo vídeo, divulgado em primeira mão pelo Folha 8 e que corre o mundo num misto de indignação e revolta, em que duas mulheres são torturadas por terem roubado uma garrafa de champanhe. Do ponto de vista oficial, Angola defende o seu sexto relatório periódico sobre a implementação da Convenção sobre os Direitos da Mulher pela voz da secretária de Estado para a Família e Promoção da Mulher, Ana Paula Sacramento. Uma fonte do Ministério da Família e Promoção da Mulher avançou à Angop que a posição do Estado angolano vem expressa num relatório periódico a ser defendido perante o referido órgão especializado das Nações Unidas. Trata-se de um procedimento normal, regular e periódico, que o referido Comité das Nações Unidas exerce, tendo em atenção o cumprimento efectivo das recomendações feitas por essa comissão especializada da ONU nas suas anteriores observações finais. Mais uma vez, neste como noutros capítulos, a defesa da obra (supostamente) feita baseia-se no quadro constitucional, legislativo e institucional, passando ao lado do que de facto se passa no terreno, na vida e nos casos reais. Como matéria de facto não prevalece a execução das leis mas, antes, a sua mera existência. No âmbito da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), são avaliados outros parâmetros, casos de violência contra as mulheres, tráfico e exploração da prostituição. Até mesmo do ponto de vista estatístico, matéria que só por si revela a forma pouco activa como o assunto é encarado, Angola apenas tem elementos relativos ao período de 2006 a 2010, pelo que sobre os anos seguintes a análise é meramente académica. Apesar disso, as autoridades falam de conquistas e progressos. "Este exercício demonstra a vontade política e o engajamento do Estado na tarefa de honrar os compromissos assumidos para a promoção e defesa dos direitos consagrados à mulher, enquanto sujeito de direitos", afirmou uma fonte do Ministério da Família e Promoção da Mulher. Os Estados que fazem parte do Comité comprometem-se também a adoptar "a protecção jurídica dos direitos da mulher numa base de igualdade" em relação ao homem. Também se comprometem a garantir, pelos tribunais competentes e "de outras instituições públicas, a protecção efectiva da mulher contra todo o acto de

discriminação". Os Estados signatários da Convenção devem igualmente tomar medidas apropriadas "em todas as esferas", particularmente nas de âmbito político, social, económico e cultural, que assegurem "o pleno desenvolvimento e progresso da mulher, com o objectivo de garantir o exercício e gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais em igualdade de condições com o homem".

9.7 Mulher partiotica contra a. A violência do genero

Jornal folha 8

16 De Fevereiro de 2013

Num: comunicado distribuído aos órgãos de Informação, a Organização Feminina da CASA denominada "Mulher Patriótica", expressou seu veemente repudio e consternação pela agressão bárbara e deplorável perpetrada contra as duas senhoras zungueiras no Estabelecimento Comercial da Casa Prelex, no Bairro Avô Kumbi, em Luanda, amplamente divulgada através das redes sociais e que mereceu igual por parte de milhares de internautas, telespectadores e não só. "A Mulher Patriótica de Angola ficou abalada e chocada ao entrar em contacto com o Vídeo de tamanha carga de violência contra a dignidade e a integridade moral, física e psicológica da Mulher, na sua qualidade de Mãe". Lê-se no comunicado. No mesmo documento datado de li de Fevereiro, as mulheres angolanas representadas na CASA aproveitaram a oportunidade para expressarem sua solidariedade para com as companheiras vítimas do hediondo e cruel acto.

9.8 Policia anti-crime DESAPAF

Jornal Folha 8

16 De Fevereiro de 2013

A Brigada Especial Anti-crime criada com as impressões digitais do então Ministro do Interior, Sebastião Martins, desapareceu das ruas de Luanda com o fim do mandato do "referido mentor", no final do ano 2012. A apresentação oficial ao público da Brigada Anti-crime foi feita por Sebastião Martins, nas vestes de ministro do interior, a 22 de Julho do ano transacto, com pompa e circunstância. Fazendo fê as informações postas a circular, a constituição da Brigada Anti-crime da Polícia Nacional, trouxe muitas despesas para o estado angolano, desde custos com fardamentos, botas, salários, viaturas e outros equipamentos que os tornavam amedrontáveis nas caladas das noites, período em que os mesmos eram colocados nas ruas para garantir a segurança dos pacatos cidadãos. Durante a apresentação da referida

Brigada, Sebastião Martins tinha afirmado que a mesma era novidade no contexto angolano e representava o empenho que ele (Sebastião) e companheiros tinham no combate ao crime e que, a Brigada actuaria na perspectiva de complementar a acção regular e quotidiana da Polícia de Ordem Pública e teria o acompanhamento especial do Comando-geral. No entanto, indiciam especialistas: foi tudo burla, porque tão logo Sebastião Martins desapareceu do MININT, os agentes também desapareceram e o Comando-geral da Polícia Nacional que o mesmo dissera que seria quem acompanharia especialmente os operativos, continua activo e com o mesmo Comandante Geral, Ambrósio de Lemos, mas não se vê nenhuma acção da Brigada Anti-crime, órgão que segundo muitos, já gastou vários milhões dos cofres do Estado. Pois, a pergunta que não se quer calar é: aonde pára a Polícia Anti-crime? Será que o financiamento para custear despesas da segurança e tranquilidade pública é só cabimentado ao Sebastião Martins? Se for, então, será o verdadeiro desastre para as populações que não terão quem os defenda na calada da noite porque, a Polícia da Ordem Pública não se atribui este esforço. A criação de Polícia Anti-crime é louvável em qualquer País em que o Estado se preocupa com a segurança interna de "seus" cidadãos. E, em Angola não foge a regra. Aliás, os populares felicitaram a iniciativa da constituição da mesma. Pois, fez segundo muitos, óptimos trabalhos concernentes a segurança pública. Importa referir que os agentes da Brigada Anti-crime eram colocados a Patrulhar as zonas periféricas de Luanda, as 22 horas e terminavam as 5 horas da manhã. Durante as operações, os mesmos se faziam acompanhar de fardas totalmente escuras, viaturas, armamento especial e a maneira de ser e estar dos mesmos, exportava medo até mesmo aos jovens tidos como altamente perigosos, quando transmitia confiança a qualquer cidadão.

O referido órgão da Polícia foi criado com o objectivo de reter a crescente onda de delinquência que com a "sua" ausência está novamente a fazer morada entre os luandenses, de forma alucinante.

9.9 Aumento da criminalidade no Uíge preocupa autoridades provinciais

Jornal de Angola

21 De Fevereiro de 2013

O comandante provincial da Polícia Nacional no Uíge, comissário António Ribeiro, denunciou a existência de um grupo de marginais que está a

assassinar elementos de proteção física de empresas privadas, para lhes roubar as armas.

"Prevíamos uma redução da criminalidade na província, com o desarmamento da população civil, mas os marginais adotaram um novo método de aquisição de armas, apoderando-se das espingardas de efetivos de proteção física, depois de os matar", disse.

O comissário garantiu o reforço das ações operativas na província, tendo em conta o aumento da criminalidade, nos últimos dias. Para restaurar a ordem e a tranquilidade públicas, a Polícia Nacional no Uíge realizou, nos últimos dias, algumas operações, que resultaram na apreensão de 45 indivíduos de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 15 e os 43 anos.

O chefe do Gabinete de Estudos e Análise do comando provincial da Polícia Nacional, superintendente chefe Pedro de Mello Camuica, disse que pesam sobre os detidos acusações de roubo qualificado, violação, vandalismo, posse ilegal de armas de fogo, homicídio e tráfico, consumo e comercialização de estupefacientes.

O governador provincial do Uíge disse estar preocupado com os níveis de criminalidade registados nos últimos dias na província, principalmente no município do Uíge. Paulo Pombolo manifestou a sua inquietação quando falava na sessão de abertura do Conselho Consultivo alargado da delegação do Interior e do comando provincial da Polícia Nacional no Uíge, na segunda-feira.

O governante disse ser preocupante o crescimento da criminalidade na província, um fenómeno que já começa a inquietar a população. O governador do Uíge defendeu maior solidariedade institucional entre os órgãos da administração da justiça e a Polícia Nacional, com vista a reduzir os índices de criminalidade e à reeducação dos criminosos.

"Tem-se notado a desarticulação e falta de harmonia nas ações desenvolvidas pela Polícia de Investigação Criminal, a procuradoria e o tribunal" afirmou. A polícia efetua operações de detenção de marginais, muitos deles com crimes provados e, após serem entregues ao Ministério Público, dias depois são devolvidos à liberdade.

"Isso não é bom", sublinhou. Os participantes no Conselho Consultivo analisaram as atividades desenvolvidas pela corporação no ano passado, o estado de segurança dos reclusos dentro e fora do recinto prisional, a capacidade de intervenção dos Serviços de Proteção Civil e Bombeiros e rotatividade

dos especialistas dos Serviços de Migração e Estrangeiro (SME) nos postos fronteiriços locais.

Os membros do Conselho Consultivo do comando provincial da Polícia Nacional e da delegação provincial do Ministério do Interior foram informados sobre o processo de planeamento das atividades para 2012/2017, o plano de proteção policial para este ano, o Programa de Investimentos Públicos para os órgãos do Ministério do interior na região, o assegurar das condições logísticas das forças e o nível de cobertura da rede de comunicações e informática.

9.10 Dados na voz da Polícia de Luanda

Angolense

22 De Fevereiro de 2013

No quadro das operações que tem levado a cabo visando o combate e ao esclarecimento de crimes nos distritos do Kilamba Kiaxi, Rangel, Ingombota, Samba, Sambizanga e nos municípios do Cazenga e Viana, a polícia deteve 118 supostos marginais, 4 viaturas de marcas diversas, 16 motorizadas.

Recuperou ainda 19 armas de fogo, sendo 16 do tipo AKM e 3 do tipo Macarov, 10 televisores dos quais 8 normais e 2 plasmas, 2 geradores, 5 botijas de gás butano de 12 kg.

De igual modo recuperou 3 colunas de som, 3 computadores portáteis do tipo HP, 4 rádios de comunicação, um Motorola e um HY, 5 telemóveis, 4 aparelhos DVDs, uma máquina fotográfica, 7 aparelhos retrovisores de viaturas, 4 frascos de Gel de banho, 101 frascos de perfumes de marcas diversas, 6 frascos de gel de cabelo, duas gramas de liamba e documentos diversos.

9.11 Denúncia é a melhor resposta

Nova Jornal

22 de Fevereiro de 2013

ESPECIALISTAS coincidem nas causas e nas respostas. A melhor forma de travar a violência exercida sobre as mulheres é cortar o mal pela raiz. A arma mais eficaz: a denúncia, mas há que sensibilizar as autoridades policiais para que saibam dar uma resposta adequada a quem procura ajuda. O número de mulheres espancadas por homens aumentou. O agressor, por norma, é o marido, namorado ou um familiar. E as principais causas: o álcool, as drogas e o ciúme. Apesar das campanhas contra a violência, o

facto é que este fenómeno é crescente. O recente caso em que duas mulheres foram agredidas por sete indivíduos num supermercado, no bairro do Golf 2, reacendeu a discussão do tema. A agressão, gratuita e sem justificação plausível, terá sido desencadeada pelo roubo. As duas mulheres ter-se-ão apoderado de uma garrafa de champanhe. A pena foi executada sem dó nem piedade. No relatório anual do Comando Geral da Polícia, a que o Novo Jornal teve acesso, constata-se que, em 2012, mais de 2.500 mulheres envolveram-se em diversos crimes, deste número 98 são estrangeiras, todas com idades compreendidas entre os 19 e os 24 anos. O relatório avança ainda que as províncias que mais se destacam são as de Luanda, Benguela, Bié e Huambo. A faixa etária das vítimas abusadas sexualmente ronda os 10 e os 25 anos. Segundo o documento, a maior parte dos casos ocorreram nas residências e vias públicas e as principais causas são: álcool, ciúme e rixas. O Novo Jornal contactou várias mulheres que vivem apavoradas, foram agredidas pelos companheiros familiares e têm medo de voltar a casa porque denunciaram os seus agressores que estão em liberdade e, muitas vezes, ainda partilham o mesmo tecto, por isso o ciclo de violência é contínuo.

"NUNCA VOU ESQUECER"

Eva Francisco, casada há 30 anos, confidencia que em 2003 começou a sofrer agressões por parte do companheiro. "Os vizinhos foram apanhados de surpresa com os gritos de desespero dos meus filhos. O meu marido estava no quarto a espancar-me, os meus filhos não sabiam o que fazer, chamaram os vizinhos para virem em meu socorro, mas foi tarde, porque o pior já tinha acontecido, Ele deu-me um tiro na cabeça". Quando a polícia e os bombeiros chegaram ao local depararam-se com um cenário de horror. Objectos partidos, paredes cheias de sangue. Eva estava desmaiada e desfigurada. Junto ao agressor, estava o quarto filho do casal, tinha apenas dois anos. O marido ainda resistiu, mas acabou por ir para a esquadra e ali ficou apenas um mês. "Nunca vou esquecer o que aconteceu comigo. A única coisa que sei é que fiquei dois meses internada no Hospital Américo Boa Vida. Os meus filhos contam que, do lado de fora, pessoas aglomeraram-se no portão de casa, enquanto os carros da polícia e as ambulâncias ocupavam a rua". Depois de tudo isto, Eva ainda vive com agressor e explica que "não tinha, ou melhor, não tenho como sustentar os meus filhos, quem trabalha é ele. Além disso, é o amor da minha vida, sem ele não vivo. A minha família disse-me que tenho que aguentar porque sou a mulher dele e quando casamos juramos estar juntos, em todos os momentos da nossa vida". A pergunta impôs-se e Eva não se furtou à resposta. Quando interrogada se

o marido mudou de comportamento, a mulher respondeu que não. "Tenho sofrido muito todos estes anos. Ele me bate todos os dias, principalmente, quando vem já bêbado para casa. O que estragou a nossa relação foi o álcool e a liamba. Também penso nos meus filhos, que precisam de um pai".

QUEBRAR O SILÊNCIO

Solange Garcia é técnica superior de gestão e também foi agredida pelo marido, mas não esconde. Na sua opinião, a violência ocorre em todas as classes sociais, mas as mais altas dificilmente levam o agressor à cadeia. "As classes, média e alta, não costumam denunciar a violência doméstica, o assunto fica em família. Têm vergonha e continuam a sofrer em silêncio". As mulheres são violentas físicas e psicologicamente, Solange crê que a violência doméstica é um problema de saúde pública, que necessita ser resolvido com urgência. Há muitas mulheres que já foram espancadas, pelo menos, uma vez pelos seus companheiros. Nessas condições as mulheres isolam-se e emudecem. Levam anos para procurar ajuda.

9.12 Direção da Mulher com novos casos de violência no lar

Jornal de Angola

22 De Fevereiro de 2013

A direção provincial da Lunda-Sul da Família e Promoção da Mulher (DFPM) registou 23 casos de violência doméstica, durante o mês de Janeiro, menos um que no mês anterior.

A chefe de departamento para Políticas Familiares, Laurinda Lemessa, garantiu que este ano o sector vai reforçar a divulgação da Lei Contra a Violência, através de sessões de sensibilização nas comunidades rurais, para permitir que as famílias sejam exemplares perante a sociedade.

A garantia na formação de parteiras tradicionais e distribuição de material para a realização de partos seguros estão entre as ações programadas. Laurinda Lemessa pediu o empenho dos líderes das organizações juvenis no combate à violência doméstica, optando pelo diálogo, de forma a desencorajar a desagregação familiar.

9.13 Polícia prende 118 supostos marginais

Angolense

22 De Fevereiro de 2013

A Polícia Nacional, mais uma vez, fez buscas e captura de marginais que tiravam o sossego da população dos municípios e distritos da cidade capital. Durante quinze dias, agentes da corporação trabalharam noite e dia para que concluíssem e tirassem da "circulação" jovens e adolescentes que praticavam atos ilícitos.

Um grupo composto por mais de 16 jovens em que quatro violaram uma mulher no município de Viana e duas das suas filhas que se encontravam dentro de suas residências. Luís Adriano, 17 anos, revelou que fizeram dois assaltos naquela mesma noite e que, para além de arrombar as residências, tinham ainda o objetivo de violar as donas das casas.

O adolescente contou que a polícia só conseguiu prender dois dos integrantes do grupo, sendo que os demais estão foragidos. E revelou ainda que já está nesta vida há mais de dois anos e que já violou muitas senhoras. Aparelhos de som, botija de gás butano, televisor, computadores, entre outros artigos domésticos e valores monetários, são o principal alvo.

Na mesma senda, está também detido um grupo do distrito do Sambizanga denominado "Dupla dos kotas", que se dedicava ao roubo de valores monetários e aparelhos celulares na via pública. Durante a detenção, segundo Pipoca, uns dos integrantes, a polícia encontrou uma pistola e um dos integrantes foi baleado por um agente da polícia, tendo detido três, sendo que um está foragido.

"Os aparelhos celulares que roubamos vendemos a 3 ou 4 mil kwanzas, e o dinheiro compramos comida e roupa e demos também às nossas namoradas". Outro integrante do grupo conta

que, dias antes de serem detidos, tinham realizado um outro assalto no vitimaram um agente da polícia portuária e levaram dele 20 mil kwanzas. "Quando tentamos retirar o dinheiro, o polícia reagiu e o meu amigo fez um disparo que o alvejou na perna e, de seguida, todos fugimos, sem prestar socorro ao agente", contou, para depois dizer que "estarnos arrependidos porque em seis anos no mundo do crime nunca fizeram um disparo e ferir alguém".

Para o Director de Estudo e Planeamento do Comando Provincial de Luanda, Pedro Januário Pedro, as populações devem seguir os conselhos da polícia e entregarem as armas que ainda muitos têm

em suas casas e não vacilarem na hora de denunciarem as ações ilícitas em seus bairros e municípios.

O director alertou também as empresas para o transporte de grandes quantias monetárias a solicitarem o apoio dos serviços policiais.

9.14 Apropósito da violência contra as mulheres

Agora

23 De Fevereiro de 2013

Há pouco mais de vinte dias, a sociedade angolana assistiu a cenas de violência contra duas mulheres, supostamente por terem furtado duas garrafas de champanhe num estabelecimento comercial sido no Bairro Avó Kumbi.

Através das redes sociais, foram difundidas imagens chocantes que desde logo manifestavam a insensibilidade e cultura de violência por parte do proprietário do estabelecimento comercial e, de um grupo de trabalhadores, que sem piedade, submetiam as mulheres a tratamentos desumanos, incluindo a tortura física e psicológica, bem como outros tratamentos degradantes, tais como a ingestão de gindungo, procedimentos típicos dos países que sancionam os crimes com práticas desta natureza.

Basicamente, foram atos praticados com requintes de crueldade e sem qualquer misericórdia que se revelaram desproporcionais ao suposto ilícito praticado, que mereceram uma pronta reação e reprovação da sociedade, através de pronunciamentos de pessoas singulares e coletivas, que veementemente condenaram, solidarizaram-se com as vítimas e apelaram a necessidade das pessoas recorrerem à Justiça pública no sentido de verem reparados eventuais direitos violados.

No que concerne a situação em análise, foram debitados vários subsídios relativos ao tipo penal incriminador violado (crime praticado), mas tendo em atenção as imagens veiculadas, claramente que se trata de um crime de ofensas corporais voluntárias, punível com uma pena que vai de 2 à 8 anos de prisão maior. Isso significa que, em princípio, a pena a ser aplicada deve situar-se dentro do referido intervalo, obviamente, sem prejuízo da realização de outras diligências de prova susceptíveis de revelarem a existência de outros ilícitos.

De um modo geral, a determinação da pena e a condenação no pagamento de uma indemnização, deve ter em atenção as circunstâncias agravantes e

atenuantes (que agravam ou atenuam a responsabilidade criminal) e também as lesões ou prejuízos efetivamente causados não só a integridade física propriamente dita, mas também a outros direitos a ela ligados, no meadamente, o de não sofrer doença ou perturbação do equilíbrio psicológico ou fisiológico (di- reito a saúde física ou psíquica) e, o direito a não sofrer deformações na imagem externa provocadas por atos de terceiros.

Assim, em consequência da acção do proprietário do estabelecimento comercial e seus seguidores, as mulheres visadas têm o equilíbrio psicológico afetado e escoriações pelo corpo, de- vendo estes factos merecerem a atenção no momento da prolação da sentença.

Não tenho dúvidas que numa primeira abordagem, o crime deve ser evitado e, para efeito, é importante que diversos especialistas, incluindo psicólogos e sociólogos interajam no sentido de estudarem o fenómeno e proporem medidas susceptíveis de contrariar esta tendência.

Não sendo possível evitar o crime, estes atos sórdidos, profundamente repugnantes, que carregam um elevado grau de violência e que provocam uma elevada aversão social devem estar no topo da pirâmide da desvalorização axiológica criminal e como tal merecerem tratamento jurídico diferenciado, através do reforço da legislação penal em vigor ou da

criação de diplomas legais capazes de sancionar, mais severamente, os crimes violentos ou equiparados. Dito de outro modo, é importante o acompanhamento dos poderes públicos no sentido de adotarem medidas legislativas que sirvam de contra motivo a prática do crime.

Esta questão tem relevância, pois não obstante a forma torpe como são praticados, muitas vezes os seus autores ainda beneficiam de prerrogativas conferidas por lei, quer dizer, têm a possibilidade de requerer a liberdade provisória (esperar o julgamento em liberdade) a uma eventual amnistia (perdão por razões de conveniência política) e, a liberdade condicional, factos que, seguramente, podem frustrar as expectativas da coletividade e inviabilizar o objetivo da prevenção geral que se pretende atingir com a aplicação das penas.

Portanto, estando a Justiça num processo de reforma, creio que se deve ter em atenção esta problemática. Neste processo de reforma, é mister que se tenha em atenção o ponto de partida do legislador constitucional que orienta a criação de diplomas legais que sancionem os crimes hediondos e violentos

como por exemplo o ge- nocídio e outros como tal previstos por lei.

9.15 Estado deve recorrer à investigação científica para abordar o flagelo

Semanário Factual

23 De Fevereiro a 02 de Março de 2013

Docente universitária, Maria da Encarnação Pimenta afirma acreditar ser caminho para a solução do flagelo investimentos do Estado na investigação científica, recorrendo-se aos cientistas das áreas sociais, na busca de subsídios para se contornar o fenómeno. De ressaltar que o aumento da violência social é um fenómeno que grassa na sociedade angolana, com contornos cada vez mais horripilantes. Para a fonte, "há uma necessidade urgentíssima de se olhar e reflectir no fenómeno como um flagelo da sociedade angolana, pois não se trata de um ou dois delinquentes que podem ser apanhados e, caso arrumado". A descrever as causas do flagelo, a reconhecida psicóloga apontou a guerra como sendo o primeiro grande mote. "Todos os países que tiveram guerra têm consequências gravíssimas. Provavelmente, as sequelas do conflito armado levaram décadas para passar. E, até mesmo as gerações vindouras, vão sofrendo, por tabela, o respaldo, inclusive as que não estiveram directamente envolvidas", explicou, com tristeza, a fonte. Segundo sustentou Maria da Encarnação Pimenta, primeiro, a guerra destrói o tecido humano e social, sobretudo as infraestruturas que são muito importantes, tais como as próprias residências. "Quando alguém lhe é queimada a residência assemelha-se a um pássaro que ficou sem o seu ninho. Anda à deriva", exemplificou a experiente psicóloga. Encarnação Pimenta, como é carinhosamente tratada, afirma que "quando se destrói o meio habitat de alguém, acaba-se com parte desta pessoa, porque tem aí as suas heranças, enterrado o seu umbigo, a sua infância, em suma a sua história e personalidade". De igual modo, assinalou, a guerra degrada a pessoa humana, porquanto elas têm que se deslocar das suas áreas de origem. Trata-se do êxodo para os grandes centros urbanos em busca de segurança, onde vão encontrar condições e qualidade de vida completamente estranhas e diferentes às habituais. "Trata-se de encarar e viver numa comunidade desconhecida, se calhar com outra língua, hábitos e costumes. Há a promiscuidade em que as pessoas acabam por vivenciar. Por exemplo, uma casa chega a albergar cerca de vinte familiares", recordou, fazendo alusão ao passado recente por altura do conflito armado. A

guerra é a mãe de todos os males sociais Nesta vertente, a psicóloga Maria da Encarnação Pimenta defendeu assim que a guerra é a mãe de todos os males sociais e tudo o resto são consequências. " Uma vez deslocadas, outro problema é a sobrevivência. Muitas pessoas não têm uma profissão nem habilidades para viver nos grandes centros urbanos e, como consequência, engendram formas de sobreviver, como vender os produtos de maior aceitação no mercado, como bebidas, que eles próprios acabam por consumir, mesmo sendo criança, adolescentes ou mulheres", frisou. Para a cientista, com tudo isso os problemas agudizam-se no seio familiar e a violência ganha terreno' porque as bebidas alcoólicas, cigarros e outras drogas vão estimular o sistema nervoso central e, somando a carestia dos centros urbanos, redundam em sérios desafios de sobrevivência. "Com a conseqüente frustração, começam os roubos e as práticas de outros crimes resultantes da extrema pobreza. Muitas dessas acções são cometidas por indivíduos que, se calhar, até não têm uma estrutura mental delituenta, mas devido à sua condição social", argumentou a fonte. Na opinião da docente, fica a reflexão para o velho adágio: "Em casa onde não há pão, todos brigam e ninguém tem razão". Para a reconhecida profissional de psicologia, outro mote do aumento da violência social relaciona-se com a religião. "Há um fosso de divórcio aproximadamente de vinte anos pós independência, até pouco mais de dez anos atrás em que se dizia não existir Deus, isso no tempo do mono partidário. Maria da Encarnação Pimenta questionou qual a importância capital da religião no controlo dos comportamentos, do civismo e da moral, sobretudo desta última. Para a fonte, são os dez mandamentos da lei de Deus. Durante muitos anos, salvo raras excepções, as pessoas perderam o senso da solidariedade e do amor ao próximo."Durante este fosso, em que as pessoas não recebem esta catequese, fez com que a nova geração aparecesse desprovida, desmembrada e desconhecida deste bem social ético importante que controla o comportamento humano", esclareceu. Na sua opinião, faltando isso, a pessoa humana age como que por instinto, impulso e emoções, sem superego que controla o comportamento, particularmente dos jovens. "É essa a situação que levou o ser humano a estar como que desguarnecido destes valores morais e que, aliados à guerra, resultaram na desestruturação familiar", lamentou a psicóloga.

A Juventude tornou-se promíscua e mendiga

Para a especialista, hoje a Juventude tornou-se promíscua e mendiga, com elevada baixa de auto-estima, sedenta de almejar coisas que não estão ao seu alcance economicamente. "Os jovens almejam ter

um computador, telemóvel, carro e outros bens de última geração, não conseguem andar a pé e, tudo porque se habituaram a obter as coisas sem esforços, numa mentalidade de mendicidade", asseverou Maria da Encarnação Pimenta. Segundo defendeu, muitos slogans usados em tempos idos serviram de catalisador de más condutas, tais como: "u o que se mover morre", "Eu vou te matar", "Sabes quem sou eu", e outros de triste memória, também ajudam a criar mentalidades violentas. Para a especialista, o aumento da violência social também está ligado à invasão do país por estrangeiros das mais variadas paragens do Mundo, com os seus hábitos e interesses, a delapidação das riquezas nacionais, numa tendência do empobrecimento do angolano, os programas televisivos, as crianças e jovens fora do sistema de educação e do ensino, a ausência de actividades desportivas e culturais, assim como o desemprego. "Cabeça desocupada torna-se oficina do demónio". De igual modo, a entrevistada sustentou que a proliferação de seitas religiosas que crescem como cogumelos também resulta no aumento da violência social. "O problema não é elas entrarem, mas o que trazem em carteira e que impõem directa ou indirectamente ao angolano", assinalou. A concluir, a docente universitária alertou que se medidas urgentes não forem tomadas pelo Estado, a situação será pior, nos próximos anos. De salientar que a psicóloga clínica, Maria da Encarnação Pimenta, tem livros publicados, todos com reedições, nomeadamente, "Eventuais causas e consequências da delinquência em Angola", "Quem produz delinquentes", "Os sete casamentos" e "Amantes, concubinas ou esposas".

9.16 Autoridade tradicional dos Gambos preocupada com os roubos de gado

Jornal de Angola

24 De Fevereiro de 2013

Durante um encontro de cortesia com o governador provincial da Huíla, João Marcelino Typinge, sublinhou que, em muitos casos de roubo, estão envolvidos os nativos que facilitam o desvio do gado, a partir de currais e locais de pastos. "Os ladrões de gado tanto são residentes dos Gambos como da Taka", explicou Katende Canjamba, acrescentando que, para consumir os roubos, os ladrões intimidam os criadores com arcos, flechas, zagaia e outros artefactos. Por isso, solicitou mais apoio das autoridades, para combater os assaltos constantes aos currais, que estão a afetar seriamente a economia da população.

A autoridade tradicional pediu, igualmente, o reforço de equipas de veterinários para combater o carbúnculo, sarna e dermatite nodular. O governador da província da Huíla reconheceu que o roubo de gado é uma questão antiga na região dos Gambos que preocupa as autoridades tradicionais e administrativas da província, e recordou que já houve reuniões entre os governos das províncias vizinhas, especificamente para traçar estratégias destinadas a combater esta realidade. Marcelino Tyipingue afirmou que o controlo do gado bovino não é apenas feito pelas autoridades policiais, mas também pela própria população, denunciando os ladrões, porque em alguns casos envolve cidadãos devidamente identificados. "É preciso que essas pessoas sejam denunciadas para serem presentes aos tribunais e responderem criminalmente", disse. Na embala dos Gambos, o governador provincial da Huíla, entregou vários bens alimentícios, como arroz, óleo alimentar, farinha de milho, massa alimentar, sementes e instrumentos de trabalho.

No município dos Gambos, a sul do Lubango, calcula-se que haja mais de um milhão de cabeças de gado bovino. Entretanto, Katende Canjamba também transmitiu a sua preocupação com a presença, na sua ombala, de um jacaré que ataca frequentemente os animais e ameaça pessoas.

"Perto da embala existe um jacaré no rio Caculuvar que já devorou muitos porcos, cabritos e está a ameaçar pessoas," disse a autoridade tradicional, que pediu permissão das autoridades da província para abater o animal, porque continuam a constituir uma ameaça para a população. Em resposta, o director da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Lutero Campos, esclareceu que a lei da biodiversidade estabelece que quando o animal se transforma numa ameaça para as comunidades pode e deve ser abatido.

9.17 Diminui o número de crimes no Bengo

Jornal de Angola

25 De Fevereiro de 2013

Os atos criminosos consubstanciaram-se em violação de menor, posse ilegal de arma de fogo, danos com culpa grave, furtos domésticos, roubo de motorizada, ofensas corporais graves e simples, e homicídios. Os delitos ocorreram nos municípios de Dande, com dez casos, Pango Aluquém, com três, Dembos, com dois, Bula Atumba e Ambriz, com um cada.

A nota do comando provincial da Polícia Nacional refere que foram esclarecidos 14 crimes, correspondendo a uma operatividade na ordem dos

82 por cento. Durante o mesmo período, 15 indivíduos foram detidos por suposto envolvimento em diversas ações criminosas, com destaque para ofensas corporais voluntárias, homicídios, furtos, posse ilegal de arma de fogo e violação de menor.

A polícia refere que durante a semana passada realizou cinco micro-operações e quatro buscas dirigidas as forças da ordem procederam ainda à apreensão de três feixes de varões de ferro, igual número de televisores de 21 polegadas, duas botijas de gás, dois DVD, uma motorizada, cinco armas de fogo de calibres diversos e um carregador.

No Cunene, a Polícia registou 33 crimes de natureza diversa, o que significa um aumento de oito casos em relação à semana anterior. Segundo uma nota da corporação, estes crimes resultaram na detenção de 21 indivíduos acusados de condução ilegal, abuso de confiança, violação de menor, desobediência, furto, ofensas corporais, entre outros crimes.

Das ocorrências delituosas, o município de Cuanhama foi aquele que registou o maior número de casos, 22, seguido de Ombadja, com seis, Namacunde três e Caama dois.

A Unidade Operativa de Trânsito na província do Cunene notificou nos últimos sete dias 240, infrações diversas ao Código da Estrada e seu regulamento. De acordo com o porta-voz em exercício da Polícia Nacional na província do Cunene, superintendente-chefe Guido Rafael durante o mesmo período foram apreendidas duas viaturas e 280 motocicletas e retidas 26 cartas de condução e quatro livretes por infração ao Código da Estrada.

O oficial da Polícia Nacional disse ainda que as infrações rodoviárias mais comuns são o exercício ilegal de táxi, a falta de fixação de chapas de matrícula e o mau estado técnico das viaturas. Quanto aos acidentes de viação, o efetivo da Unidade Operativa do Trânsito no Cunene registou duas ocorrências, que resultaram em três mortos e seis feridos, nos municípios do Cuanhama, Cahama e Ombadja.

Os porta-vozes provinciais da Polícia Nacional disseram que os acidentes consubstanciaram-se em atropelamentos e colisões entre veículos automóveis.

10. AMBIENTE

10.1 Camponeses pedem soluções imediatas

Novo Jornal

01 De Fevereiro de 2013

O Kwanza-Sul vive um tempo de intervalo desde as primeiras chuvas, mas que não foram suficientes para inverter a ameaça de fome que pesa sobre as populações da província. Se em algumas regiões, as chuvas não caíram na proporção desejada, noutras houve chuva em demasia, tendo mesmo provocado estragos na produção agrícola.

De uma ou de outra forma, são várias as localidades que antevê em o espectro da fome a aproximar-se e que apelam à intervenção do governo, com soluções imediatas. No município agrícola da Cela, por exemplo, os riachos secaram e os camponeses já sentem o aproximar da fome.

O presidente das associações e cooperativas de camponeses da Cela, Silveira Matias, fez-se porta-voz dos receios da população. "A seca é a pior coisa que nos acontece e não se espera uma colheita satisfatória no presente ano agrícola", resumiu.

Quem também se mostra preocupado com a situação é o representante da Estação de Desenvolvimento Agrário local, Ernesto da Silva, que descarta a possibilidade de boas colheitas este ano. A seca não ameaça só o município da Cela. Do Seles vem também o grito de socorro dos camponeses.

"Em primeiro lugar, tudo o que tivemos que meter no campo está a secar. O motor já não aguenta porque os rios não têm água e isso preocupa-nos bastante, porque, afinal de contas, quando as chuvas se vão e os riachos descem, de caudal, ficamos preocupados com o produto que metemos no chão. Então, pedimos ao governo que vele pela nossa situação, como o problema de adubos, para ver se encostamos junto do rio Cambongo".

Já em Porto-Amboim, o soba Silvério Pascoal Capolo lamenta os danos que a falta de chuvas está a provocar e defende a realização de rituais nos Malombes como forma de pedir à Deus que envie chuvas para uma agropecuária eficaz.

Para o engenheiro e chefe do departamento provincial da Estação de Desenvolvimento Agrário do Kwanza-Sul, Abel Bala, a devastação das florestas, está na base da ausência das chuvas. Abel Bala defende a necessidade do Instituto de

Desenvolvimento Florestal traçar políticas que visem desencorajar esta prática, numa altura em que a direção do IDF está apenas com atenções viradas para as receitas arrecadadas pelas brigadas estacionadas nos municípios, sem contudo, centrar as atenções no fenómeno do abate indiscriminado de árvores. O engenheiro alerta' que, caso não haja celeridade no processo, a situação poderá pôr em risco vidas humanas.

"Os problemas serão frequentes enquanto não atacarmos o problema de raiz e que se prende com a devastação das florestas. Se os camponeses persistem em cortar árvores indiscriminadamente corre-se o risco. Nós temos instituições estatais, como é o caso do IDF, que devem ser mais bem equipadas, mais munidas por forma a levarem a cabo o seu objeto social".

A seca no Kwanza-Sul poderá trazer consequências graves nos lares, sobretudo nas comunidades rurais, onde a agricultura de subsistência se destaca como antídoto para combater a fome e a pobreza. Por isso, a preocupação não deve ser só dos camponeses, mas também das estruturas afins ligadas ao governo da província, alega a população local.

10.2 Revelados estragos das chuvas no país

Jornal de Angola

01 De Março de 2013

O documento, que refere em pormenor os efeitos negativos das alterações climáticas no país, salienta que a chuva também provocou ferimentos em 50 pessoas e a destruição de 2.110 casas, nove escolas, 12 instalações religiosas, cinco pontes e outros tantos postos de saúde. O relatório anuncia que 170 casas ficaram parcialmente destruídas, 1.909 inundadas e que "as chuvas torrenciais afetaram 32 mil famílias em várias regiões do país".

Entre 2010 e 2011, sublinha o documento, a chuva causou 387 mortes, 189 feridos, a destruição de 36.539 casas e o desalojamento de 192.661 pessoas. Face a esta situação, afirma, o Executivo por intermédio de vários departamentos ministeriais "desenvolve planos exequíveis para a mitigação e adaptação às alterações climáticas". O Ministério do Ambiente, que lidera uma comissão multisectorial, realiza um Programa de Acção Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, que é um canal de comunicação de informações relativas às necessidades urgentes e imediatas de adaptação.

Apesar da disponibilidade limitada de recursos financeiros e do fraco envolvimento do sector privado, garante o relatório, continuam a ser desenvolvidos esforços para mitigar os efeitos das alterações climáticas.

10.3 Serviço de Protecção Civil realoja famílias

Jornal de Angola

01 De Março de 2013

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros da Huíla realojou, no mês de Janeiro, em áreas seguras, 191 famílias que se encontravam a residir em locais de risco, informou ontem o porta-voz da corporação, Emanuel Castro. O porta-voz disse à Angop, no Lubango, ao fazer o balanço dos estragos das enxurradas na Huíla, que foram realojadas famílias dos municípios da Matala, Lubango, Humpata, Chibia e Jamba.

As famílias, acrescentou, beneficiaram de parcelas de terra, chapas, blocos e outros materiais para a construção das suas residências. O responsável adiantou que o processo de realojamento contou com a colaboração das administrações municipais, que cederam os terrenos e materiais de construção civil.

"Vamos continuar a trabalhar de forma a retirar aquelas famílias que vivem próximo de riachos, pontes, postes de alta tensão, montanhas e ravinas", realçou. Em relação aos danos provocados neste período de chuvas, Emanuel Castro referiu a destruição de quatro pontes nos rios Cului e Mbua, no município da Jamba.

Emanuel Castro enumerou também a destruição total de uma escola com seis salas, no município dos Gambos, o rompimento do teto do quartel do Serviço de Bombeiros da Jamba e da Matala e outras infraestruturas. O porta-voz informou que foram ainda registados 213 desabamentos de residências, constituindo assim 1.278 famílias que ainda clamam por ajuda humanitária.

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros na província, resgatou também nove cidadãos nos municípios da Chibia, Lubango e Humpata. Para combater a sinistralidade e catástrofes naturais na província, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiro na Huíla conta com três viaturas, sendo duas ambulâncias de suporte vital e uma de salvamento e pronto-socorro.

10.4 Abate indiscriminado de árvores preocupa ecologistas

Jornal de Angola

02 de Fevereiro de 2013

O chefe de departamento da direcção provincial, Gaspar Barros, considerou grave a situação ambiental na província, e em particular em Ndalatando, devido ao constante aumento do número de árvores que são abatidas indiscriminadamente para a feitura de carvão. Além disso, classificou de preocupante o nível crescente e desordenado de caçadores furtivos, que todos os dias vendem animais de todas as espécies em quase todo o território da província, uma prática que se tomou comum para a população do Kwanza-Norte, que alega ser esta a sua fonte de subsistência. Entre os animais que são abatidos mais frequentemente inclui-se a seixa, veado, paca, javali, pacaça e muitos outros, expostos diariamente ao longo da estrada 230 e do percurso entre Ndalatando, Golungo Alto, Lucala e Samba Cajú. Gaspar Barro referiu que, apesar das florestas do Kwanza-Norte serem maltratadas com a devastação de árvores, ainda assim a província possui um nível ambiental estável. Para ele, tem sido difícil controlar índice de transgressões florestais devido ao défice de pessoal qualificado para o efeito, uma vez que o sector não possui fiscais para contrapor estas dificuldades. "Apesar desta situação, nós vamos continuar a realizar acções de sensibilização junto das comunidades, através de palestras e debates, mas que, a meu ver, não têm sido suficientes para consciencializar a população, no sentido de reduzir as acções contra as florestas", disse. As alegações mais constantes têm sido a procura de solos férteis para a prática de uma agricultura itinerante rentável, visto que nas áreas tradicionais os solos se apresentam, em certa medida, já cansados, daí que os detritos dos tecidos vegetais queimados ou apodrecidos garantam maior consistência de estrumes para os solos, durante um período de produção de dois anos. "E de realçar que as queimadas podem também contribuir de forma negativa para o aumento do dióxido de carbono na atmosfera, situação que pode contribuir para o aumento do aquecimento global, assim como para doenças respiratórias agudas", referiu. Por sua vez, o presidente da Associação Horizonte do Saber, José Jerónimo, defende a criação de mecanismos para resolver problemas ambientais, como a poluição do Rio Muembeje que atravessa a cidade, onde a população deita lixo e dejectos, apesar de ser o local onde muitos retiram a água para lavar a louça e a roupa. O encarregado da empresa de saneamento Recolix, Paciência da Graça, referiu que tem encontrado muitas dificuldades na recolho do lixo na cidade de Ndalatando e arredores, por falta de

colaboração da população, que inúmeras vezes deita o lixo para o chão. A acrescentar a isto, era necessário haver um melhor acesso para a viatura de recolha de resíduos sólidos nos bairros Posse, Camungo e Banga, uma vez que nas circunstâncias actuais o trabalho é realizado com muitas limitações. Paciência da Graça garante igualmente que a sua operadora tem efectivos suficientes para dar resposta às necessidades de Ndalatando na recolha do lixo, e esclareceu que este é depois depositado num aterro sanitário localizado em Carianga, cerca de sete quilómetros a Norte do centro da urbe.

Caça furtiva

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Kwanza-Norte prevê reduzir, este ano, o índice de caça furtiva em toda a região da província, o abate incorrecto de árvores para produção de carvão vegetal e manter os níveis de produção de 15 mil plantas diversas por ano. De acordo com o chefe do departamento da instituição é urgente baixar os níveis de caça em torno da via Trombeta/Zenza/Luanda e a feitura de carvão de forma desordenada. Guilherme da Costa considerou que as actividades realizadas no ano passado foram positivas, uma vez que foi construída uma escola florestal na província, instalada no município de Lucala, que está em vias de ser inaugurada, e foram produzidas 15.877 plantas diversas, o que corresponde a 132 por cento do planificado. Com o volume de plantas produzidas e comercializadas foi possível obter 531.500 kwanzas. De acordo com Guilherme da Costa, foram emitidas 44 licenças para carvoeiros, correspondendo a um volume de 3.972 toneladas, e 15 autorizações para madeira em toro, equivalente a 7.920 metros cúbicos. Deste volume, os operadores económicos conseguiram produzir e pôr no mercado de Luanda e Ndalatando, 4.972 metros cúbicos de madeira em toro e 2.496 toneladas de carvão vegetal.

10.5 Exploração ilegal de inertes provoca danos ambientais

Jornal de Angola
2 De Fevereiro de 2013

O especialista em ambiente e ordenamento do território Silvano Levi afirmou na quinta-feira estar preocupado com a exploração ilegal de inertes e outros recursos naturais no Lubango, o que tem tido algum impacto ambiental negativo, com a formação de ravinas. Em declarações à Angop, a propósito do Dia Nacional do Ambiente assinalado no passado dia 31, o ambientalista disse que a exploração de inertes tem sido praticada por empresas privadas e pessoas singulares sem anuência das autoridades

administrativas. Silvano Levi denunciou a existência, na área do Cristo Rei, arredores da cidade do Lubango, de garimpeiros que exercem a sua actividade de forma ilegal e exploram de forma desordenada inertes, como areia, burgau e rochas para a construção civil, o que provocou problemas à conservação do ambiente. Além deste local, há habitantes do Lubango que realizam escavações na periferia, para a produção de adobe para a construção civil, provocando a degradação do solo. "Nos próximos anos, poderemos assistir ao nascimento de ravinas pela cidade do Lubango devido à exploração anárquica de inertes. Por isso, há que tomar as medidas necessárias para que essa índole de actividade termine", sublinhou. Pediu, ainda, que as autoridades governamentais criem mecanismos para licenciar os garimpeiros, tal como a atribuição de áreas específicas e orientadas por técnicos para esta actividade. O Dia Nacional do Ambiente é caracterizado pelo lançamento de alertas aos diferentes sectores sobre a necessidade de se adoptarem padrões de vida sustentáveis e que promovam uma gestão equilibrada dos recursos naturais. No dia 31 de Janeiro de 1976 terminou a primeira Semana de Conservação da Natureza, realizada em Luanda, e na qual estiveram presentes delegações provenientes de Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.

10.6 Gestão ambiental exemplar

Jornal de Angola
04 De Fevereiro de 2013

O crescimento das cidades angolanas acarreta desafios na área de gestão, recolha e tratamento de resíduos sólidos. Em muitas localidades, urbanas e rurais, a pressão demográfica é uma realidade que requer planos para viabilizar a protecção, a conservação e a gestão do Ambiente, segundo as exigências e convenções internacionais. A transformação do país no sentido de atingir níveis de desenvolvimento e progresso que satisfaçam as aspirações das populações, tem alguns "danos colaterais", como a produção de lixo em grandes quantidades e a degradação dos solos. O Ambiente é tudo o que rodeia os seres vivos e ao qual estão interligados de forma equilibrada. A sustentabilidade da vida depende em grande medida da capacidade do homem em salvaguardar os fundamentos em que se alicerça a vida ambiental. Os níveis de desenvolvimento que o país regista e o crescimento populacional elevam o consumismo, a produção de lixo e a degradação dos solos. Trata-se de um problema global e cujas respostas devem conhecer preferencialmente soluções locais. Felizmente, Angola tem soluções para os problemas e desafios

ambientais que enfrenta. Mas a recolha e tratamento de lixo requerem programas e planos concretos que têm de ser executados já e permanentemente. Esta área não tem intervalos nem para respirar. Para lidar com a situação, o Executivo criou o Plano Nacional Estratégico de Gestão dos Resíduos Sólidos que está em curso em todo o território nacional. É um projecto ambicioso que proporciona ao país condições para ser um exemplo em termos de desenvolvimento sustentável no médio e longo prazos. A disponibilização de 40 milhões de dólares para cada província desenvolver programas de gestão ambiental em que se privilegiam os resíduos sólidos constitui um grande passo. Desta estratégia consta a construção de aterros sanitários em locais apropriados, precedidos de estudos de impacto ambiental para salvaguardar a saúde e o bem-estar as populações que residem nas suas proximidades. As campanhas de sensibilização e educação das populações devem prosseguir no sentido do melhor manuseio dos resíduos sólidos, numa altura em que crescem as lixeiras a céu aberto, um sinal evidente de que ainda temos muito caminho a percorrer. Enquanto existir uma lixeira a céu aberto não podemos falar em qualidade de vida. A construção de aterros sanitários é da inteira responsabilidade de órgãos devidamente credenciados pelo Estado, pelo que é ilegal a criação de lixeiras em locais inapropriados. A reciclagem rudimentar feita pelas populações, que acorrem às lixeiras a céu aberto, deve dar lugar à criação de fábricas para reciclar os resíduos sólidos. A quantidade de lixo produzido diariamente e a vertente económica dos resíduos são factos que não podem ser subestimados. Não é economicamente viável a situação que prevalece ao nível da gestão dos resíduos sólidos. Por isso é preciso lançar campanhas de informação para que as comunidades façam a separação do lixo doméstico: vidro, papel e plástico. Angola precisa de fazer melhor aproveitamento dos resíduos que produz até como medida para prevenir que os aterros sanitários esgotem as suas capacidades. E, mais importante, para evitar que surjam mais lixeiras a céu aberto. É preciso combater práticas que atentam gravemente contra o espaço em que todos nós estamos inseridos, nas cidades, vilas e aldeias. A caça furtiva é um problema ambiental grave. Os caçadores furtivos estão a destruir espécies em extinção, matam fêmeas prenhas e crias. São atentados graves ao Ambiente que todos devemos combater para que Angola tenha um Ambiente sustentável e pela salvaguardada da qualidade de vida. Não é aceitável que empresas ligadas a exploração de inertes contribuam para acelerar a degradação dos solos, muitas vezes, desviando o curso dos rios em benefício próprio. Estes problemas existem em maior ou menor dimensão em todo o país, muitas vezes inviabilizando

projectos de desenvolvimento sustentável. Apesar destes desafios todos, temos razões para acreditar que o plano estratégico vai proporcionar às populações educação, qualificação na área da gestão ambiental, qualidade ambiental, conservação de biodiversidade, produção sustentável e de suporte económico. Uma das coisas que deve acompanhar a execução destes programas a nível das províncias é a descentralização das acções ambientais, facto que permite soluções consentâneas com a realidade local. Para o sucesso do Plano Nacional Estratégico de Gestão dos resíduos sólidos é fundamental o contributo que cada angolano vai dar. Mas para isso é preciso promover a educação ecológica nas escolas e nas comunidades. Muitos problemas ambientais que enfrentamos resultam da ignorância. Grande parte dos atentados contra o Ambiente tem origem na falta de informação. Para sermos um país verde, temos de começar por cada um de nós.

10.7 Ministério do Ambiente apresenta em relatório plano de biodiversidade

Jornal de Economia e Finanças
05 De Fevereiro de 2013

O relatório sobre a biodiversidade aquática da parte superior da bacia hidrográfica do rio Cubango-Okavango foi apresentado quarta-feira, na província do Kuando Kubango, pelo Ministério do Ambiente, no quadro das celebrações do 31 de Janeiro, Dia Nacional do Ambiente.

Elaborado em parceria com o Programa Ambiental Regional da Africa Austral (SAREP), a pesquisa teve por objectivo traçar estratégias para melhorar a conservação e uso sustentável dos recursos biológicos da bacia hidrográfica do rio Cubango Okavango.

Segundo a Angop, o relatório cumpre passos iniciais de ajuda à mitigação de ameaças críticas à biodiversidade dentro do sistema. Realizado em Maio de 2012, no quadro do memorando assinado em 2011, entre o Ministério do Ambiente e a direcção da Sarep, os trabalhos foram realizados em 25 localidades, ao longo da bacia, abrangendo as regiões de Menongue (Cacuchi, Cutato a Cubango), áreas circundantes ao Huambo, Kuito e Cuito Cuanavale.

Uma estimativa preliminar, de acordo com o documento, indica que pelo menos 73 espécies (de cerca de 96 registadas a partir do sistema) foram recolhidas. Quatro a cinco espécies de peixes ainda por descrever foram encontradas no sistema de

Okavango, incluindo o pequeno vairão "barbine", tal como o Hyphen Barb (*Barbus bifrenatus*), que indica uma mistura das afinidades do Delta do Okavango, do Cunene e do Cuanza, salientando assim o potencial e importância da especialização ao longo destes divisores de água.

A pesquisa permitiu ainda a documentação de 19 espécies de anfíbios e 17 espécies de répteis, a maior parte com amostras testemunhadas. Cada registo feito durante a pesquisa, dentro do sistema do Okavango em Angola, representou um novo recorde confirmado para a fauna nacional.

De acordo com o documento, não existe nenhuma coleção histórica ou de museu para esta área pesquisada, excepto para uma mão cheia de amostras recolhidas a partir da área do Cuito Cuanavale. Esta pesquisa da biodiversidade aquática vai permitir que a SAREP contribua para o desenvolvimento de um inventário das espécies dentro do sistema, bem como fornecer um índice de referência a partir do qual será possível monitorizar a sua distribuição, estado e situação.

Entre várias ameaças à biodiversidade da bacia hidrográfica Cubango Okavango, os especialistas (nacionais e estrangeiros) puderam notificar o uso não regulamentado dos recursos naturais, como níveis extensivos de desmatamento, dependência sobre os rios para a utilização diária da água para maior parte da população dentro desta.

Existem ainda provas de caça de mamíferos de pequeno e médio porte, enquanto nas áreas próximas das aldeias toma-se óbvia a falta de pássaros. Assim, o programa Ambiental Regional da África Austral (SAREP), em associação com o Ministério do Ambiente e o Instituto Nacional de Investigação Pesqueira, estão a planear a realização de uma segunda pesquisa conjunta, com vista a traçar outras estratégias em prol da biodiversidade aquática da bacia hidrográfica ao rio Cubango Okavango.

A gestão dos vários processos ambientais continua a ser um desafio nacional, atendendo ao equilíbrio do ecossistema.

10.8 Arborização no Cazenga melhora o espaço urbano

Jornal de Angola
06 De Fevereiro de 2013

O responsável dos serviços comunitários e espaços verdes da Administração Municipal do Cazenga,

Carlos Almeida, anunciou que a instituição está a investir na arborização dos espaços públicos. Carlos Almeida disse que, numa primeira fase, está a ser feita a plantação de árvores em avenidas, hospitais e mercados por serem zonas delineadas e sem problemas de futuros abates. Carlos Almeida apontou estes locais como ideais para a arborização por estarem já dentro dos parâmetros da requalificação urbana do município. O projecto só abrange as áreas indicadas para não ferir o plano director daquilo que vai ser, no futuro, o município do Cazenga, um dos mais populosos da província de Luanda. Sublinhou que o objectivo da administração do Cazenga é tornar o município cada vez mais verde nos próximos tempos. Cazenga, um dos sete municípios da província de Luanda, tem uma população de dois milhões de habitantes. A arborização das cidades é essencial para a oxigenação do meio ambiente, para permitir a manutenção da saúde de toda a população. Em Angola, várias iniciativas têm sido realizadas pelo Estado e por algumas organizações de defesa do meio ambiente, entre as quais a Associação Ecológica de Angola e a Rede Ambiental Maiombe. A preservação do meio ambiente é um tema que tem provocado debates acalorados em todo o mundo, sobretudo desde a assinatura do Protocolo de Quioto, que criou balizas para o combate ao aquecimento global.

10.9 Criado viveiro para ornamentar avenidas e ruas

Jornal de Angola
10 De Fevereiro de 2013

Um viveiro com mais de 20 espécies de plantas e árvores foi criado em Talatona para ornamentar as avenidas e largos que estão em reabilitação, no quadro do Projecto Vias de Luanda, em curso desde 2009. Segundo um documento do projecto, a que a Angop teve acesso na quinta-feira, o viveiro conta com uma área total de 1.400 metros quadrados. "Trata-se de uma das iniciativas que diferencia o trabalho realizado tanto na manutenção das áreas, como na revitalização das vias, largos e praças da cidade capital", refere o documento, citado pela Angop. Para atender à crescente demanda, o cultivo está a ser intensificado e já conta com mais de 2.100 mudas em fase de crescimento. Outro estudo, que teve a sua fase de testes em Agosto do ano passado, é o da produção de relva em tapetes. O Projecto Vias de Luanda incide na reabilitação das principais vias rodoviárias da capital do país e abrange a colocação de novos pavimentos, jardins, iluminação pública, mobiliário pública, recuperação de lancis e valas técnicas. O Projecto Vias de Luanda é desenvolvido

pela construtora brasileira Odebrecht e já permitiu a reabilitação de vários largos, Avenidas e ruas em toda a cidade de Luanda, que tem sido, há anos, um canteiro de obras.

10.10 Exploração ilegal preocupa autoridades

Jornal De Angola
15 De Fevereiro de 2013

O secretário de Estado para os Recursos Florestais, André de Jesus, está na província do Kuando Kubango, onde constata a atual situação da exploração da flora naquela região. André de Jesus disse que existem relatos sobre a exploração "descontrolada" de recursos florestais no Kuando-Kubango, onde os carvoeiros insistem no corte de árvores para a produção de carvão.

A deslocação do secretário de Estado à província do Kuando Kubango também visa sensibilizar os cidadãos envolvidos em práticas nocivas ao Ambiente e alertar as administrações municipais para exercerem maior controlo sobre os recursos florestais.

O secretário de Estado esteve no município do Cuchi, a 93 quilómetros da cidade de Menongue, onde teve contacto com a administradora local, Verónica Mutango Adolfo, e inspecionou o viveiro florestal. André de Jesus desloca-se ainda aos municípios do Dirico, Calai e Cuangar, onde ações de exploração ilegal da fauna e flora são notórias.

10.11 Chuva deixa zonas de Luanda intransitáveis

Semanário factual
De 16 a 23 de Fevereiro de 2013

A chuva que se abateu por Luanda na manhã de terça-feira, 12, deixou alagado quintais, ruas e avenidas, dificultando a locomoção de pessoas e de automóveis. Entre os municípios mais afetados pelas quedas pluviométricas destacam-se os municípios de Viana e do Cazenga, bem como o distrito urbano do Rangel, onde a chuva mostrou o seu valor, face a um deficiente sistema de saneamento.

No município de Viana, concretamente no bairro da Caop, a situação ficou lastimável, tendo em conta que várias residências, ruas e avenidas ficaram inundadas, para desespero dos moradores. Muito embora se dançasse o Carnaval na nova marginal de Luanda, a preocupação era a consequência da chuva, tendo em conta a sua intensidade.

Paulo do Nascimento, morador do bairro Caop, afirmou ao Factual que "a chuva caiu com intensidade e inundou o meu quintal. Tive de usar pedras para conseguir sair à rua".

O automobilista João Manuel teve de dobrar os cuidados, face à existência de muitos buracos na via "Aqui, na zona da Caop, as vias encontram-se todas esburacadas e se não tivermos atenção redobrada acabamos por danificar a viatura".

O que toca ao município do Cazenga, a situação é ainda pior. O Semanário passou por várias ruas afectas ao bairro Curtume, onde pôde constatar o alagamento das vias, bem como a inundação de várias residências, com realce para a zona da sétima avenida. As condições em que se encontram hoje a viver os moradores do bairro Curtume tem desencadeado uma série de reclamações, visto que, até ao momento, nada está a ser feito por parte da administração municipal, com vista a resolver os problemas dos moradores.

O saneamento básico, as vias de circulação e a energia eléctrica, são alguns dos problemas que os municípios querem ver resolvidos. Segundo o administrador adjunto para a área social do município do Cazenga, João Adão, falando à imprensa, garantiu que o executivo local está a intensificar o seu trabalho para cumprir com o programa de acção para atuar antes, durante e depois da chuva.

Para os municípios, os trabalhos efetuados pela administração municipal, com vista a atuar antes, durante e depois da chuva, não tem sido satisfatório, visto que são de uma durabilidade efémera, o que causa mais constrangimentos ainda. Para António Raimundo, morador da zona da Decorang, existe uma certa falta de preocupação dos dirigentes do município do Cazenga, pois as áreas já estão identificadas mas nada é feito para colmatar a situação.

"É do conhecimento da administração a situação em que vivemos aqui no Cazenga, mas nada eles fazem para acudir", desabafou o morador. Durante a chuva que caiu na terça-feira, o Factual visitou algumas zonas consideradas críticas, como o caso das zonas da Decorang, do Kalawenda e das imediações da TCUL, onde foi possível ver o acúmulo de água.

Na zona da TCUL, foi possível ver que a vala de drenagem ali existente não funciona na sua plenitude. No distrito do Rangel, com grande referência a zona da Terra-Nova, a situação continua desagradável, desde as escavações feitas com vista à requalificação das vias secundárias e terciárias. Para Engrácia

Gaspar, moradora da rua do Alentejo, no bairro da Terra-Nova, a situação está muito desagradável.

"É um autêntico desrespeito aos cidadãos, aqui na rua do Alentejo. As obras têm início mas nunca um fim. Eu fico estupefacta se a administradora distrital não sabe do que estamos a passar", indagou a moradora. Para além da rua do Alentejo, a mesma preocupação é vivida nas outras ruas que compõem o bairro da Terra-nova. Para os moradores, é necessária uma rápida intervenção da administração distrital do Rangel, com vista a suprir o seu sofrimento.

10.12 Mais de 20 famílias ao relento em Cabinda

Agora

16 De Fevereiro de 2013

Pelo menos, 24 famílias encontram-se ao relento na aldeia de Chimpemba, Comuna de Inhuca, Município de Buco Zau, em consequência da destruição das suas residências pela chuva no domingo último. O Administrador de Inhuca, Alexandre Luemba, disse terça-feira, que os desalojados foram acolhidos por familiares, amigos e vizinhos, enquanto se aguarda por apoios do Governo.

As famílias afetadas perderam quase todos os seus haveres, desde casas, roupa, utensílios domésticos, entre outros artigos indispensáveis. O Administrador Adjunto de Buco Zau, José Macai, afirmou estarem em curso diligências com o apoio do Governo da Província e do Comando Provincial de Proteção Civil e Bombeiros, para acudir os afetados.

10.13 Uma cidade vulnerável á chuva

Agora

16 De Fevereiro de 2013

chuva que caiu na passada terça-feira sob Luanda, embora não tenha feito vítimas mortais, deixou alagadas as estradas, dificultando a circulação de viaturas e peões. Os buracos existentes em vários troços rodoviários ficaram cobertos de água e lama, forçando os automobilistas a uma condução mais prudente.

O Governo Provincial de Luanda não avançou vítimas, nem relatou os danos materiais que terão sido provocados pela queda pluviométrica desta semana. Mas o Agora apurou que, no Município do Cazenga, com mais de 1 milhão e 500 mil habitantes, a chuva fez estragos consideráveis às obras de requalificação em curso.

Obras que, no entanto, estão há mais de um mês paralisadas, não se sabendo ao certo quais as razões na origem desta situação. "Com as obras ao meio, foi muito fácil as águas das chuvas penetrarem nos sulcos abertos pelos chineses, complicando todo o trabalho que vinha sendo feito", disse um morador do Cazenga para quem "terão de começar tudo de novo porque os danos são avultados e estão à vista de todos".

Ainda no mesmo Município, a chuva acelerou a degradação da estrada 5 Avenida / Condel e da Escola Angola e Cuba! Escola da FESA, levando os automobilistas e transeuntes a circular num troço único, obrigando-os a contornar o "famoso" Imbondeiro do Cazenga.

A paralisação das obras de requalificação, ou de estradas a cargo da Odebrecht é um dado adquirido, havendo apenas comentários avulsos a traduzir que a "maka" tem a ver com o atraso das verbas. Verdade ou não, o certo é que era necessário marchar depressa e programar melhor para que as obras não se deparassem com o período de chuvas, conforme disse o arquiteto Cardoso Eduardo, explicitando que "o trabalho de alvenaria feito em época chuvosa não representa grande coisa, senão para justificar o orçamento da empreitada".

O especialista questionou porque motivos o GPL nunca levou os empreiteiros faltosos a Tribunal quando muitos destes já receberam mais de metade do "kumbú" do orçamento da obra. Entretanto, há males que vêm por bem.

Em várias zonas da cidade de Luanda a chuva permitiu a populares recolher água para suprir a carência do precioso líquido. No Futungo 11, Benfica, Km 30 e Ramiros, a chuva não provocou danos assinaláveis, senão alguns charcos muitos dos quais já desa- parecidos.

"Estamos há cerca de um mês sem água nas torneiras e, por isso, a chuva caiu em boa hora: aproveitamos para recolher água para cozinhar e lavar a roupa", contou Fátima dos Santos uma empregada doméstica que diz ganhar muito pouco para "aguentar" sozinha a casa e os cinco filhos estudantes.

No Morro Bento a situação é praticamente semelhante a do Cazenga. Entre a pastelaria Nice, e o supermercado Mundo Verde, a lama na estrada atrapalha o tráfego automóvel, ocorrendo o mesmo entre o condomínio Mangueirinhas e o supermercado Maxi.

Onde também a circulação rodoviária ficou afetada foi no bairro Catinton com um grande mercado paralelo a céu aberto próximo das casas. A lama e o lixo agravam ainda mais a comercialização, sobretudo dos bens de consumo, principalmente verduras, peixe fresco e carne espalhados no chão.

Uma vendedora ambulante disse que, se no cacimbo a preocupação é com a poeira e as moscas, nesta época chuvosa o problema é das águas estagnadas, lama e resíduos sólidos. As "montanhas" de lixo têm sido foco de doenças como a cólera que já fez várias vítimas mortais em Luanda.

"Quando chove, as águas arrastam todo o lixo do Catinton para o interior do bairro. É um mal a que tem de ser posto travão se queremos uma melhor qualidade de vida", indicou o professor Benjamim Cativa, sugerindo a transferência urgente do mercado para longe da zona residencial.

Em 2007 9 lixo arrastado pelas chuvas do Roque Santeiro para o Interior do bairro da Boavista provocou uma reação enérgica da então Administradora do Município da Ingombota. Suzana de Melo chegou a reunir todos os chefes de secção municipal de diversos sectores, orientando os responsáveis da Saúde no sentido de mobilizarem agentes sanitários para a sensibilização da população sobre cuidados de higiene a observar contra doenças.

Na realidade tem-se falado muito sobre a ineficácia das autoridades no que ao saneamento básico diz respeito, mas nunca se disse que em grande parte a culpa da acumulação de detritos e outras indecências tem a ver com o próprio comportamento dos cidadãos.

"Para além da atuação das operadoras de lixo têm de ser adotadas políticas que obriguem as pessoas a terem uma cultura de higiene, preservando a saúde e o meio ambiente", defendeu a educadora social Irene Mateus. No mesmo ano em que as chuvas causaram prejuízos de mais de 80 milhões de dólares, ou seja, a 22 de Janeiro de 2007, incluindo a destruição da ponte sobre o rio seco, no Benfica, milhares de populares ficaram ao relento, obrigando as autoridades a evacuá-las das zonas de risco para outras de maior segurança a exemplo do Zango.

De lá para cá pouco ou nada tem funcionado devidamente quanto às estatísticas dos enormes prejuízos das sucessivas chuvas que têm assolado a metrópole.

10.14 Roubo de madeira na fronteira é preocupante

Jornal de Angola

18 De Fevereiro de 2013

André de Jesus, que falava à imprensa no termo da sua visita à província, lembrou que o Kuando-Kubango partilha uma extensa fronteira com a Namíbia, a sul, e com a Zâmbia, a leste, com centenas de quilómetros sem qualquer guarnição, uma situação que tem sido aproveitada para o abate indiscriminado de árvores e vegetação. O secretário de Estado afirmou que, pelas informações colhidas no local e alguns vestígios encontrados durante a visita àqueles municípios, o roubo de madeira e de capim para a cobertura de casas turísticas é uma prática que se arrasta há 30 anos.

A província do Kuando-Kubango possui uma extensa floresta que a toma numa das mais ricas do país em termos de recursos florestais. Infelizmente, a falta de investimentos faz com que os recursos não sejam aproveitados em benefício da população local. Daí a preocupação das autoridades para atrair investimentos no sector.

André de Jesus lembrou que, durante o conflito armado, sobretudo no período pós-independência, estas fronteiras ficaram durante longos anos sob o controlo da UNITA e o território namibiano era ocupado ilegalmente por forças do regime do apartheid, da África do Sul.

"Foi exatamente nesse período que a prática de exploração das nossas florestas provocou enormes prejuízos para o Estado", disse o secretário de Estado dos Recursos Florestais. André de Jesus acrescentou que, apesar de as fronteiras terem passado para o controlo do Estado angolano, não existem ainda mecanismos para a sua fiscalização efetiva.

Para se ter uma ideia da fraca fiscalização ao longo da fronteira, apontou o facto de o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) na província ter menos de 25 agentes e a Polícia de Guarda Fronteira ter também um reduzido número de efetivos. O secretário de Estado assegurou, no entanto, que a situação pode ser invertida nos próximos tempos.

Outra situação não menos importante, disse, prende-se com o corte desordenado de árvores pelos produtores tradicionais de carvão que estão a abrir enormes clareiras nas florestas. "Nós conversámos com a população e alguns madeireiros tradicionais do Cuangar, Calai e Dirico. Julgamos que nos próximos tempos vamos encontrar uma saída desta situação alarmante", realçou André de Jesus, acrescentando

que a maior parte dos cidadãos que residem nas localidades fronteiriças não possui bilhete de identidade e as autoridades que trabalham ao longo da fronteira têm sérias dificuldades em distinguir o angolano do namibiano, devido à existência de laços familiares de um lado e outro.

O vice-governador disse que o governo provincial está ao corrente da situação e já começou a trabalhar na criação de condições técnicas para acabar com as constantes violações das fronteiras do Kuando-Kubango por homens não identificados. Em relação à questão da atribuição do bilhete de identidade às populações das zonas fronteiriças, assegurou que também já foram acionados os mecanismos junto da direção provincial da Justiça, para o envio ao Calai, Cuangar e Dirico de equipas de registo civil e dos serviços de identificação.

Na presença do secretário de Estado para os Recursos Florestais, o vice-governador do Kuando-Kubango para a área económica, Ernesto Kiteculo, denunciou que, recentemente, um helicóptero não identificado proveniente da Namíbia entrou em território angolano, na localidade de Cuangar, para a prospeção de zonas de exploração de madeira.

Ernesto Kiteculo disse ter recebido também de camponeses residentes ao longo da fronteira com a Namíbia informações segundo as quais, em diversas ocasiões, cruzaram-se com viaturas de todo o terreno com matrícula estrangeira que entram no território angolano de noite e saem carregadas de madeira, carne de caça e capim em grandes quantidades.

10.15 Construção em zonas de risco

Jornal de Angola

21 De Fevereiro de 2013

Viver em zonas de risco constitui sempre grande desafio para as populações e muito mais para as entidades responsáveis pelo planeamento urbanístico. Por razões ligadas ao conflito militar e às suas consequências, a ocupação dos solos para a construção de abrigos nem sempre obedeceu aos ditames urbanísticos e tão pouco a questões de segurança.

A acomodação em zonas de risco foi seguramente resultado de uma conjuntura que precisamos de reverter para o bem da estabilidade e sossego das famílias. Os anos de paz e estabilidade implicam melhor concepção e ponderação, por parte das populações, na hora de definir os locais apropriados e seguros para a construção de casas e abrigos.

Não podemos continuar a assistir a uma espécie de situação de emergência permanente em que Serviços de Bombeiros e Proteção Civil devem intervir para acudir as populações em zonas de risco. Com campanhas de sensibilização e educação das populações é possível acautelar situações preveníveis, como as que verificamos um pouco por todo o país.

As populações devem juntar-se aos esforços da governação no sentido de inverter o quadro relacionado com os acidentes que resultam da construção em zonas de risco. Os trabalhos de requalificação que numerosas zonas conhecem, implicando na transladação das populações para áreas seguras, são parte da estratégia do Executivo no sentido de proporcionar melhores condições de habitabilidade e segurança.

Acompanhada das preocupações ligadas a acomodação das populações em zonas seguras, está o trabalho de educação e sensibilização junto das populações em zonas de risco. O fim do conflito militar não reduziu a zero as preocupações das populações mais carentes em construir abrigos sem a cuidada atenção para com as questões de risco e insegurança envolvidos.

Em muitas localidades do país, continuamos ainda a assistir a construção de abrigos precários próximo das linhas de água, de empreendimentos estratégicos do Estado e reservas fundiárias do Estado. Deve ser desencorajada a construção de casas junto de encostas, ravinas e localidades porque, além de não oferecerem segurança, atentam contra a vida das pessoas.

Acreditamos que urge uma ampla campanha de sensibilização das populações no sentido de cooperarem com as entidades locais responsáveis pela gestão urbanística e paisagística. Inverter a situação de construção em zonas de risco constitui um processo que envolve o esforço de toda a sociedade e não apenas das instituições governamentais.

Milhares de famílias viram melhorar as suas condições habitacionais quando foram transferidas de áreas de risco para localidades como o Panguila e Zango. A preservação da vida humana está entre as preocupações imediatas do Executivo, razão pela qual tem desenvolvido esforços no sentido de melhor acomodar as populações.

Todos os dias, testemunhamos gestos que se enquadram na criação das condições habitacionais para as populações. O projecto de construção auto dirigida, que abarca mais de sessenta projectos de construção de casas sociais para as populações em todo o país, constitui um exemplo do interesse do

Estado em ver as populações melhor acomodadas. A necessidade de um abrigo não pode colocar a vida das pessoas em risco, bem como servir como meio de pressão junto das autoridades para obtenção de uma residência. O processo de construção de casas condignas está em curso em todo o país e, embora seja compreensível os passos dados pelas famílias para a autoconstrução, não faz sentido correr riscos.

A autoconstrução precisa de ser dirigida para acautelar situação ligadas não só a segurança e comodidade, mas igualmente a gestão, urbanismo e ordenamento do espaço. Numa altura em que se aproxima a época das chuvas, somos de opinião que os trabalhos de sensibilização junto das populações devem continuar.

Defendemos que se continue a realizar de forma recorrente seminários, palestras e outras ações educativas, muitas delas já em curso, junto das populações em zonas de risco. Obviamente que o alvo do trabalho educativo e das campanhas de sensibilização estende-se para além das populações em zonas de risco, para evitar que outras recorram às mesmas localidades para a construção de abrigo.

Neste âmbito, as autoridades nas diferentes localidades do país que enfrentam os desafios ligados a construção em zonas de risco, devem ser as primeiras a dar o passo na inversão da situação. Engajar as populações é fundamental e com os devidos esclarecimentos relativamente aos perigos que envolvem a perda de vida e de bens.

Os desafios continuam a ser enormes porque reconhecemos que é ainda numeroso o universo de famílias que residem em zonas de risco. Mas se formos bem sucedidos no trabalho educativo de sensibilização para que as famílias deixem de encarar as zonas de risco como a saída para se abrigarem Angola inteira é que ganha.

Mais vidas são preservadas com este processo de educação e sensibilização que, a ser permanente, reduz a zero os riscos de acidentes resultantes da construção em áreas inadequadas e proibidas.

10.16 Chuvas desalojam famílias no Cuito

Jornal de Angola
23 De Fevereiro de 2013

Pelo menos quatro famílias ficaram sem abrigo, em consequência do derrube total das suas residências pelas fortes chuvas, que se abatem sobre o Cuito,

informou o Serviço provincial de Proteção Civil e Bombeiros no Bié. O alastramento da ravina no bairro da Câmara, provocado pela força da água da chuva, foi um factor que facilitou a destruição total das referidas casas.

A par destas, duas outras, situadas nos bairros Catemo e Cambulucuto, no município do Cuito, ficaram sem tecto. O Serviço de Proteção Civil e Bombeiros prestou ainda ajuda a 40 pessoas que ficaram feridas, em consequência da colisão de dois comboios, no passado dia 16, no município do Cuemba.

A Proteção Civil salienta que um dos comboios do acidente levava inertes para a manutenção da linha férrea, enquanto o outro transportava 281 passageiros, provenientes da província do Moxico. No período entre 11 e 18 de Fevereiro, os bombeiros efetuaram oito evacuações de pacientes para o Hospital Provincial.

Os mesmos foram vítimas de acidentes de viação, agressões físicas e patologias diversas. Os bombeiros extinguiram, ainda, no mesmo período, dois incêndios de pequenas proporções, sendo um causado por fogo posto num contentor de resíduos sólidos, e outro por curto-circuito, numa residência, cujos prejuízos foram avaliados em 65 mil kwanzas.

Foram ainda realizadas duas proteções e uma assistência a aeronaves, no aeroporto Joaquim Kapango, do Cuito, quando estas eram reabastecidas de combustível.

10.17 Projecto acautela desastres na bacia do Cuvelai

O Independente
23 de Fevereiro de 2013

O Ministério do Ambiente e os seus parceiros elaboraram o projecto de Promoção de Desenvolvimento Resistente ao Clima e Reforço da Capacidade de Adaptação, para suportar os riscos de desastres na Bacia do Rio Cuvelai. Avaliado em 28 milhões e 50 mil dólares americanos, o projecto está enquadrado nas políticas de desenvolvimento sustentável do Executivo Angolano. O projecto visa reforçar o conhecimento e a compreensão da variabilidade climática e das ameaças induzidas pelas alterações climáticas, nomeadamente as chuvas torrenciais. Com o apoio do Fundo Global do Ambiente (GEF), no quadro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e de outras agências do sistema das Nações Unidas, o projecto, que arranca em breve, vai permitir responder de forma

"rápida" às condições meteorológicas adversas. A iniciativa vai de igual modo possibilitar a realização de acções de adaptação às alterações climáticas no quadro da implementação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, de que Angola é parte signatária. De acordo com uma fonte do Ministério do Ambiente espera-se criar, no âmbito do mesmo projecto, um sistema de disseminação de informação de riscos, de forma antecipada. Liderado pelo Ministério do Ambiente, o projecto conta com a participação dos Ministérios da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Energia e Águas, dos governos das províncias do Cunene e Namibe, assim como dos serviços de protecção civil. Com ele, pretende-se reforçar a capacidade de adaptação das comunidades, reduzindo os riscos de perdas económicas induzidas pelas alterações climáticas.

Milhares de plantas no Zango

Mais de onze mil árvores foram plantadas nos últimos 12 meses no bairro Zango, em Luanda, com a intenção de arrefecer a temperatura, preservar o meio ambiente e melhorar a imagem da localidade. A informação foi avançada pelo gerente de sustentabilidade da empresa Odebrecht, Adriano Maricato Ramos. De acordo com o responsável, para o Projecto Zango, cuja execução está a cargo da Odebrecht, foi escolhida a espécie Acácia Rubra, cujo plantio começou em meados de Dezembro de 2012. O trabalho de cultivo vai ser intensificado no ano de 2013, com a plantação de mais 15 mil plantas. No estaleiro do projecto existe um viveiro de mudas onde são criadas espécies nativas como goiabeiras, mangueiras e acácias. "Lá recebem o tratamento adequado até que estejam em idade e tamanho suficiente para serem transportadas para os passeios das casas e espaços públicos como canteiros de avenidas, escolas e rotundas", referiu Adriano Ramos. Segundo disse, o plano de arborização do Zango faz parte das iniciativas sócio-empresariais voltadas à preservação do meio ambiente. Para atender à crescente demanda, o viveiro passou a produzir sete a oito mil mudas num período de 14 meses. O Projecto Zango conta com uma equipa de manutenção que tem estado no terreno a observar o crescimento e a substituir as árvores que apresentem defeitos, bem como a garantir a rega das mesmas.

10.18 Abate indiscriminado de árvores aumenta níveis de desflorestação

Jornal de Angola

27 De Fevereiro de 2013

O abate indiscriminado de árvores e as queimadas estão a provocar níveis de desflorestação das principais zonas verdes em Angola em cerca de 10.600 hectares por ano, refere o Relatório do Estado Geral do Ambiente de 2012. O documento apresentado pelo Ministério do Ambiente, afirma que, no quadro desta desflorestação "legal e legal", não se sabe ao certo quantas espécies de animais e plantas são mortos por ano, mas o habitat de muitos animais tem sido destruído durante esse processo.

Ao fazer a caracterização do sector da Agricultura na Gestão Sustentável dos Solos, o documento refere que o sector florestal representa 43,3 por cento da superfície do território nacional e o uso atual dos solos agrícolas é de cerca de 40 por cento, uma acção que registou um aumento em consequência do processo de desminagem ainda em curso no país.

Da percentagem do uso do solo, os pequenos agricultores em média usam 1,4 hectares por família, segundo o documento publicado pelo Ministério do Ambiente.

O documento descreve ainda que perto de 370 hectares em plantações florestais (polígonos florestais) estão sob controlo do sector florestal, locais de onde são retiradas algumas mudas para o repovoamento das zonas verdes que tem sido afetadas, na sua maioria, para fins comerciais.

Em 2012, o sector da agricultura em Angola contribuiu para o Produto Interno Bruto com 10,5 por cento. As autoridades angolanas estão preocupadas com a desflorestação, tendo em conta o seu impacto negativo na vida das populações. Para conter a situação devem implementar medidas punitivas mais duras.

II. MIGRAÇÃO

II.1 Novos postos fronteiriços impedem imigração ilegal

Jornal de Angola

05 De Fevereiro de 2013

O ministro do interior, Ângelo Veiga Tavares, anunciou, para os próximos cinco anos, a construção de novos postos fronteiriços, como forma de combater a imigração ilegal e garantir segurança à população. "Assumimos aqui que as condições das nossas fronteiras não são as mais adequadas, existe fragilidade nas nossas fronteiras", disse o ministro, sublinhando que até 2017, o esforço vai ser feito no sentido de ultrapassar as dificuldades. O Ministério do Interior está também a trabalhar para a facilitação na concessão de vistos de entrada no nosso país. Ângelo de Veiga Tavares disse que a facilitação de vistos vai ser feita somente nos consulados angolanos no exterior. "A questão de vistos foi abordada muito recentemente. Demos indicações ao Serviço de Migração e Estrangeiros, para facilitarem a vida de quem requer o visto", esclareceu o ministro do Interior.

II.2 Prontidão no Zaire Serviços oficiais reafirma a luta contra imigração

Jornal de Angola

10 De Fevereiro de 2013

O combate à imigração ilegal e outras formas de crimes, está entre as prioridades do novo director do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na província do Zaire, Filipe Pemba, que tomou posse ontem. Filipe Pemba, que foi empossado pelo delegado do Interior e comandante provincial da Polícia Nacional, Francisco Massota, reconheceu que a província do Zaire tem sido abalada pela imigração ilegal, constituindo uma ameaça à segurança nacional. "O nosso objectivo é continuar a cumprir na íntegra todas as orientações emanadas da direcção nacional do nosso órgão", sublinhou o director do Serviço de Migração e Estrangeiros, para quem é essencial a colaboração da população. Filipe Pemba disse que o Ministério do Interior tem um plano concreto e objectivo para conter a imigração legal. No mesmo acto, Hélio António Ligeiro foi empossado como director de gabinete do delegado do Interior e comandante provincial da Polícia Nacional.

II.3 Emigrantes ilegais tomaram de assalto ruas e mercados do Kwanza Sul

Agora

23 De Fevereiro de 2013

Serviços de Migração e Estrangeiros deparam-se com problemas diversos uma vez que, a maior parte dos estrangeiros é portadora de bilhete de identidade angolano. Fonte próxima do Comando Provincial da Polícia deu conta ao correspondente local dessa estação de rádio que tais indivíduos começaram a chegar à Província nos primeiros dias do mês de Janeiro, e que medidas estão em curso para se determinar a proveniência e que canais facilitaram a entrada e o trânsito desses imigrantes.

Algumas entidades apontam a falta de fiscalização da costa marítima como o cerne do problema, uma vez que está cada vez mais difícil entrar pelas províncias do Norte, casos do Zaire, Bengo e Luanda e a questão está de certo modo facilitada porque o Kwanza-Sul não dispõe de nenhuma unidade de polícia fronteiriça, mas apenas de uma unidade da Polícia Fiscal sediada na cidade de Porto-Amboim.

Os Serviços de Migração e Estrangeiros que num trabalho conjunto com órgãos do Ministério do Interior têm levado à cabo um trabalho de identificação, recolha e repatriamento de estrangeiros ilegais, deparam-se com problemas diversos uma vez que, a grande parte desses estrangeiros já são portadores de bilhetes de identidade angolanos adquiridos em diversos pontos do país, com a convivência de muitos nacionais.

Por outro lado, a transitabilidade por estrada também encontra de certo modo facilidades, uma vez que, quer os autocarros que fazem as ligações interprovinciais, quer outros meios de transporte circulam com grande à-vontade e os agentes da Polícia Nacional destacados por exemplo no principal posto de controlo, na ponte sobre o rio Longa, estão mais preocupados com a verificação da legalidade de cidadãos asiáticos e de raça branca, dos camiões e carrinhas que transportam produtos agrícolas, do que com aqueles que se misturam e se assemelham aos angolanos, circulando para o interior sem qualquer dificuldade.

11.4 Ministério do Interior reforça estruturas para o combate cerrado à imigração ilegal

Jornal de Angola

23 De Fevereiro de 2013

O Ministério do Interior vai, ainda este ano, reforçar as suas estruturas com meios técnicos e humanos para combater mais eficazmente a imigração ilegal, anunciou ontem o secretário de Estado do Interior para os Serviços Penitenciários, José Bamóquina Zau.

"O combate à imigração ilegal é um processo que requer mais esforço, mais dinamismo, e nós estamos a trabalhar para isso", disse, acrescentando que os imigrantes mudaram as rotas de entrada e melhoraram as formas de funcionamento.

Depois de considerar preocupantes os níveis atingidos pela imigração ilegal no país, garantiu que o Ministério do Interior está a acompanhar a dinâmica dos ilegais. Todos os dias, são realizados patrulhamentos aéreos a partir de Luanda até ao município do Soyo, em busca de eventuais imigrantes ilegais, que utilizam a via marítima para tentar chegar à capital do país.

Em função da presença massiva de estrangeiros ilegais na região, o Zaire é uma prioridade para o Ministério do Interior, para que, gradualmente, se possa combater a imigração ilegal. "Na província do Zaire estão cerca de 200 cidadãos estrangeiros detidos e condenados e mais de três mil andam à solta no município do Soyo", disse.

José Bamóquina Zau, que falou à imprensa depois de visitar o futuro centro de acolhimento de imigrantes ilegal em construção na aldeia de Cavuge, a 22 quilómetros da vila do Soyo, disse que a província é vítima de uma invasão silenciosa protagonizada por elementos de vários países.

"Pensamos melhorar a nossa atuação no que diz respeito ao combate à imigração ilegal, que assola não só esta região, mas o país no seu todo", acrescentou, sublinhando a necessidade de estes elementos serem evacuados, "através de operações e interpelações, para que se possa travar a invasão".

O fenómeno é uma preocupação nacional e não pode ser travado por apenas uma província, realçou, para depois defender o esforço conjugado de todas as províncias fronteiriças. O Secretário de Estado visitou ontem as obras de construção do futuro centro de acolhimento de estrangeiros ilegais, que está a ser financiado pelo Governo do Zaire e que estão quase concluídas.

O futuro centro vai ter duas celas, uma feminina e outra masculina, com capacidade para 25 elementos cada. Tendo em conta a presença massiva de imigrantes na região, considerou o novo centro insuficiente, mas disse acreditar que vai contribuir para minimizar as dificuldades das autoridades.

"A par do centro do Soyo, há outros dois em construção na província. A nível central, vamos continuar a aplicar as políticas do Ministério do Interior e dos Serviços de Migração e Estrangeiros para a construção de um centro de detenção de imigrantes ilegais com capacidade superior", garantiu.

A superlotação das duas principais cadeias da província do Zaire, localizadas nos municípios de Mbanza Congo e Soyo, preocupa igualmente o secretário de Estado do Interior para os Serviços Penitenciários. As duas cadeias, inauguradas em 2010, para estabilizar a situação dos reclusos, já não dão resposta às necessidades, devido ao crescimento social e económico da região.

"A ideia era estabilizar a situação dos reclusos, mas hoje já estamos com cerca de 50 presos a mais, ou seja, as cadeias agora registam uma superlotação, fruto do crescimento da população prisional, resultante da dinâmica do desenvolvimento da província.

Já fomos informados sobre aquilo que deve ser a nossa estratégia na reabilitação e ampliação das infra-estruturas", sublinhou.

11.5 Estrangeiros ilegais detidos

Jornal de Angola

24 De Fevereiro de 2013

A Policia Nacional anunciou a detenção em Cambulo, Cuango e Lucapa de 246 cidadãos da República Democrática do Congo (RDC), que se dedicavam à exploração artesanal de minerais estratégicos e estavam ilegalmente em Angola.

Um comunicado do comando da Polícia Nacional na Lunda-Norte refere que durante as detenções foram apreendidos uma motobomba, 66 pás, 24 redes de lavagem de cascalho, 96 sacos vazios, 50 cordas sintéticas, oito catanas e 15 barras de mina.

O mesmo documento refere que entre os dias 13 e 19 foram registados de 35 casos de violação de fronteira, que resultaram na detenção de 495 imigrantes ilegais 488 dos quais da RDC, cinco da Guiné Conacri, um da Mauritânia e outro do Burkina Faso.

A Polícia Nacional registou no mesmo período oito acidentes de viação nos municípios do Chitato e Capenda-Camulemba, que resultaram numa morte de uma pessoa e em seis feridos, cinco deles graves e danos materiais de 1,1 milhões de kwanzas.

11.6 Estrangeiros são expulsos pelo Tribunal

Jornal de Angola

27 De Fevereiro de 2013

O Tribunal Provincial do Cunene determinou a expulsão de nove estrangeiros que se encontram ilegalmente em território nacional, noticiou segunda-feira a Angop, citando uma nota do Serviço de Migração e Estrangeiros (SM). O documento refere que os cidadãos em causa foram expulsos na semana passada, através do posto fronteiriço de Santa Clara.

O grupo integrava quatro quenianos, duas malianas, duas namibianas e uma nigeriana. Um cidadão de origem francesa foi impedido de sair de Angola, por não apresentar documento de viagem. Em relação ao movimento migratório, foram registadas 10.632 entradas e saídas de cidadãos nacionais e estrangeiros nos postos fronteiriços de Santa Clara, Calueque e Ruacaná. Destes, 7.183 são nacionais e 3.449 estrangeiros, dos quais 854 turistas, 59 expatriados e 45 residentes.

Entre as nacionalidades, o documento destaca a namibiana, sul-africana, portuguesa, cubana, moçambicana, zambiana, cabo verdiana, chinesa e holandesa. O SME deteve, nos municípios do Kwanhama e Ombadja, cinco estrangeiros, sendo três da Guiné-Conakry e dois da Namíbia, por estadia ilegal no país.

A legislação migratório em vigor pune igualmente cidadãos nacionais que auxiliam a entrada ilegal de estrangeiros ou dão cobertura para a sua instalação irregular em território nacional.

